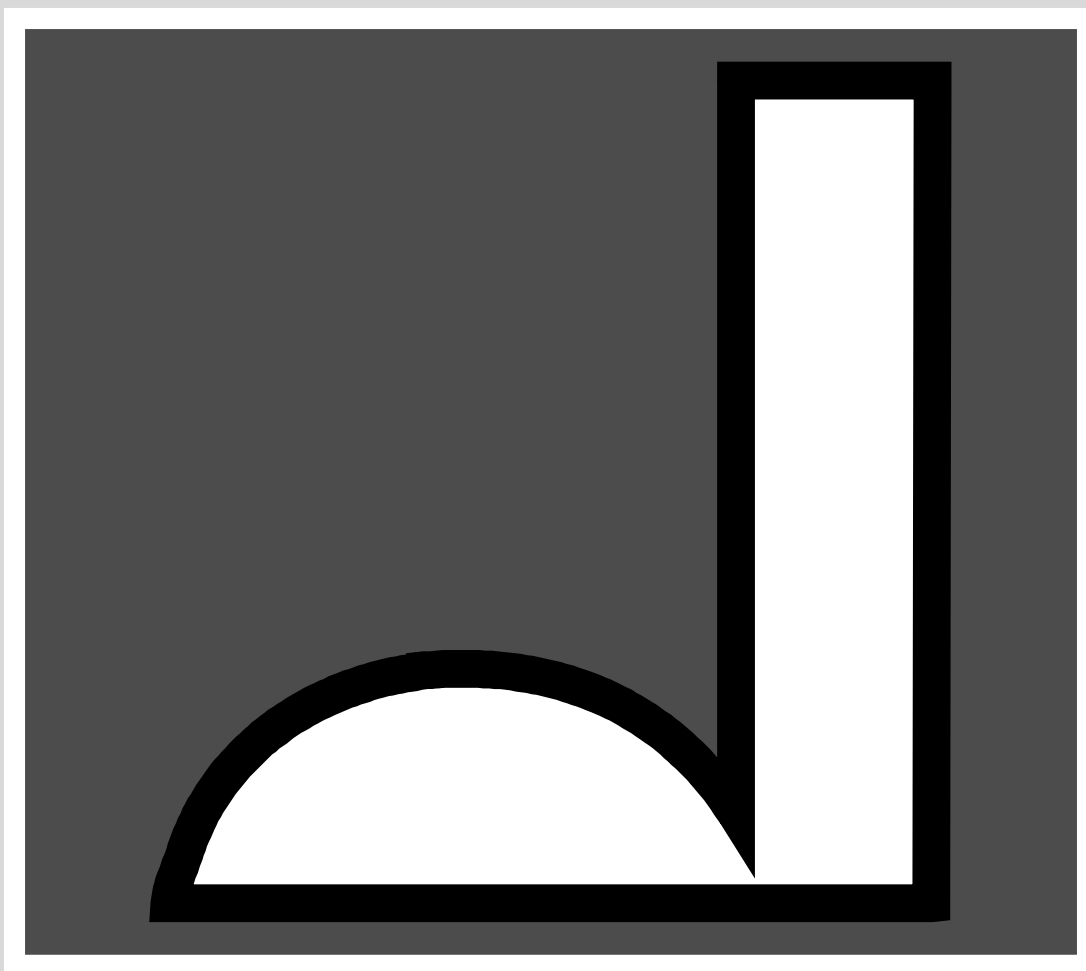




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

REPRESENTAÇÃO Nº 2, DE 2006

Autor: MESA DO SENADO FEDERAL

Ementa: Apura conduta incompatível com o decoro parlamentar da Senadora SERYS SLHESSARENKO, em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.

(Volume III/VI)

ANO LXI - SUP. “B” AO Nº 226 - TERÇA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32
<p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Alvaro Dias– PSDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloisa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005



SENADO FEDERAL

REPRESENTAÇÃO (SF)

AUTOR: Mesa do Senado Federal

Nº 02, DE 2006

EMENTA: Apura conduta incompatível com o decoro parlamentar da Senadora SERYS SLHESSARENKO, em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a "Operação Sanguessuga", realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.

(VOLUME – III)



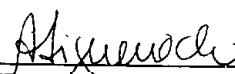
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

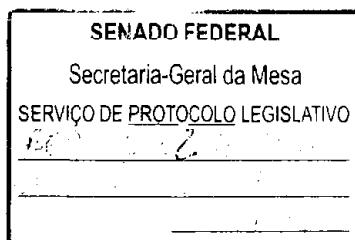
Termo de Abertura de Volume

REPRESENTAÇÃO (SF) Nº 02, DE 2006

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e seis, eu, Maria Amalia Figueiredo da Luz, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, faço a abertura do Volume III, dos autos da Representação (SF) nº 02, de 2006, à fl. 459.



MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ
SCOP



OF. SF/1607/2006

Arquitetura - se. 1º.º
Arquitetura - se. 2º.º
Arquitetura - se. 3º.º
Arquitetura - se. 4º.º
Arquitetura - se. 5º.º
Arquitetura - se. 6º.º
Arquitetura - se. 7º.º
Arquitetura - se. 8º.º
Arquitetura - se. 9º.º
Arquitetura - se. 10º.º
Arquitetura - se. 11º.º
Arquitetura - se. 12º.º
Arquitetura - se. 13º.º
Arquitetura - se. 14º.º
Arquitetura - se. 15º.º
Arquitetura - se. 16º.º
Arquitetura - se. 17º.º
Arquitetura - se. 18º.º
Arquitetura - se. 19º.º
Arquitetura - se. 20º.º
Arquitetura - se. 21º.º
Arquitetura - se. 22º.º
Arquitetura - se. 23º.º
Arquitetura - se. 24º.º
Arquitetura - se. 25º.º
Arquitetura - se. 26º.º
Arquitetura - se. 27º.º
Arquitetura - se. 28º.º
Arquitetura - se. 29º.º
Arquitetura - se. 30º.º
Arquitetura - se. 31º.º
Arquitetura - se. 32º.º
Arquitetura - se. 33º.º
Arquitetura - se. 34º.º
Arquitetura - se. 35º.º
Arquitetura - se. 36º.º
Arquitetura - se. 37º.º
Arquitetura - se. 38º.º
Arquitetura - se. 39º.º
Arquitetura - se. 40º.º
Arquitetura - se. 41º.º
Arquitetura - se. 42º.º
Arquitetura - se. 43º.º
Arquitetura - se. 44º.º
Arquitetura - se. 45º.º
Arquitetura - se. 46º.º
Arquitetura - se. 47º.º
Arquitetura - se. 48º.º
Arquitetura - se. 49º.º
Arquitetura - se. 50º.º
Arquitetura - se. 51º.º
Arquitetura - se. 52º.º
Arquitetura - se. 53º.º
Arquitetura - se. 54º.º
Arquitetura - se. 55º.º
Arquitetura - se. 56º.º
Arquitetura - se. 57º.º
Arquitetura - se. 58º.º
Arquitetura - se. 59º.º
Arquitetura - se. 60º.º
Arquitetura - se. 61º.º
Arquitetura - se. 62º.º
Arquitetura - se. 63º.º
Arquitetura - se. 64º.º
Arquitetura - se. 65º.º
Arquitetura - se. 66º.º
Arquitetura - se. 67º.º
Arquitetura - se. 68º.º
Arquitetura - se. 69º.º
Arquitetura - se. 70º.º
Arquitetura - se. 71º.º
Arquitetura - se. 72º.º
Arquitetura - se. 73º.º
Arquitetura - se. 74º.º
Arquitetura - se. 75º.º
Arquitetura - se. 76º.º
Arquitetura - se. 77º.º
Arquitetura - se. 78º.º
Arquitetura - se. 79º.º
Arquitetura - se. 80º.º
Arquitetura - se. 81º.º
Arquitetura - se. 82º.º
Arquitetura - se. 83º.º
Arquitetura - se. 84º.º
Arquitetura - se. 85º.º
Arquitetura - se. 86º.º
Arquitetura - se. 87º.º
Arquitetura - se. 88º.º
Arquitetura - se. 89º.º
Arquitetura - se. 90º.º
Arquitetura - se. 91º.º
Arquitetura - se. 92º.º
Arquitetura - se. 93º.º
Arquitetura - se. 94º.º
Arquitetura - se. 95º.º
Arquitetura - se. 96º.º
Arquitetura - se. 97º.º
Arquitetura - se. 98º.º
Arquitetura - se. 99º.º
Arquitetura - se. 100º.º

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Presidente do Conselho

Em resposta ao Ofício nº 33/06 – CEDP, do dia 23 do corrente mês, de V.Exa., encaminho o processado com a documentação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 – CN, relativa à Senadora Serys Slhessarenko, com a manifestação da Mesa, nos termos do art. 14 da Resolução nº 20, de 1993 - CN, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Aproveito a oportunidade para externar a V.Exa. minha consideração e apreço.

Cordialmente

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

Exmo. Sr.
Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 1607/2006 Fls. 452

Recebido na SGP
às 9h30 do dia
24/8/06
Atencioso



Senado Federal
Gabinete do Presidente

Senado Federal/SGM/CEDP


Proc. Nº PCC 21.2006 Fls. 462

Brasília, 23 de agosto de 2006

Prezado Colega

Considerando a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomada em reunião realizada hoje, no sentido de que há necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que “investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias”, em seu Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, com vistas a que seja encaminhada àquele Colegiado nos termos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, como representação, estimaria que V. Exa., com a rapidez que o caso requer, no prazo de 24 horas respondesse se concorda ou não com a solicitação daquele Colegiado.

Cordialmente


Senador Renan Calheiros
Presidente

Exmo. Sr.
Senador TIÃO VIANA
Primeiro Vice-Presidente da Mesa
Senado Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Doc.: Carta do Presidente	
Nº de Fls.: 1	
Destino: 1º Vice-Presidente Mesa	
Recebido por: [Assinatura]	
Matrícula: 6114	Data: 23/08/2006 14:40
Hora: 14:40	

Antonio Osório de Moraes Lassa
Chefe do Gabinete



SENADO FEDERAL
Primeira Vice-Presidência
Senador Tião Viana

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCP 3/2006 Fls. 461

Of. nº 084/2006 – PRVP

Brasília, 23 de agosto de 2006.

Senhor Presidente,

Em atenção à sua correspondência, desta data, argüindo-me sobre a decisão emanada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em reunião realizada hoje, decisão essa relacionada com a investigação de denúncia sobre irregularidades na venda de ambulâncias, dirijo-me a Vossa Excelência para informar-lhe que comungo, integralmente, com a citada decisão do Egrégio Colegiado.

Cordialmente,

Assinatura manuscrita de Tião Viana, com uma letra inicial 'T' grande e estilizada.

Senador TIÃO VIANA
Primeiro Vice-Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Senado Federal



Senado Federal
Gabinete do Presidente

Senado Federal/SGM/CEDP

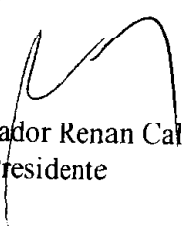
Proc. Nº RCF 24.2006 Fls. 462

Brasília, 23 de agosto de 2006

Prezado Colega

Considerando a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomada em reunião realizada hoje, no sentido de que há necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que "investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias", em seu Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, com vistas a que seja encaminhada àquele Colegiado nos termos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, como representação, estimaria que V. Exa., com a rapidez que o caso requer, no prazo de 24 horas respondesse se concorda ou não com a solicitação daquele Colegiado.

Cordialmente


Senador Renan Calheiros
Presidente

Exmo. Sr.
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário da Mesa
Senado Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Doc.: <u>Carta do Presidente</u>	
Nº de Fls.: <u>1</u>	
Destino: <u>1º Secretário Mesa</u>	
Recebido por: <u>Christina</u>	
Matrícula: <u>3548</u>	Data: <u>23/08/06</u>
Hora: <u>14:26</u>	



Senado Federal
Gabinete do Presidente

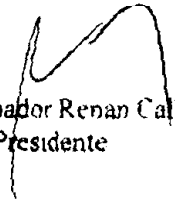
Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Act 21/2006 Fls. 463

Brasília, 23 de agosto de 2006

Prezado Colega

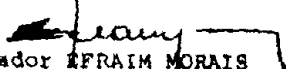
Considerando a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomada em reunião realizada hoje, no sentido de que há necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que "investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias", em seu Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, com vistas a que seja encaminhada àquele Colegiado nos termos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, como representação, estimaria que V. Exa., com a rapidez que o caso requer, no prazo de 24 horas respondesse se concorda ou não com a solicitação daquele Colegiado.

Cordialmente


Senador Renan Calheiros
Presidente

Exmo. Sr.
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário da Mesa
Senado Federal

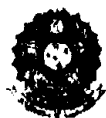
Senhor Presidente,
Voto favoravelmente à
abertura dos processos.
Em, 23/08/2006.


Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário

CONFIRMATION REPORT

PHONE NUMBER	DATE & TIME	DURATION	TX	PKT	PRG	AGE	RES	LOS
0011506	JUL 23 00:45	00:24	01	01	01	01	01	01

celular 23/08/06



Senado Federal
Gabinete do Presidente

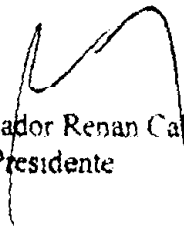
Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rec 21/2006 Fls. 464

Brasília, 23 de agosto de 2006

Prezado Colega


Considerando a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomada em reunião realizada hoje, no sentido de que há necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que "investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias", em seu Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, com vistas a que seja encaminhada àquele Colegiado nos termos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, como representação, estimaria que V. Exa., com a rapidez que o caso requer, no prazo de 24 horas respondesse se concorda ou não com a solicitação daquele Colegiado.

Cordialmente


Senador Renan Calheiros
Presidente

Exmo. Sr.
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário da Mesa
Senado Federal

Senhor Presidente,
Voto favoravelmente à
abertura dos processos.
Em, 23/08/2006.


Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário



Senado Federal
Gabinete do Presidente

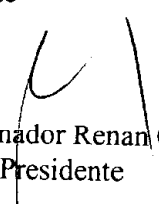
Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rec 21.206 Fls. 465

Brasília, 23 de agosto de 2006

Prezado Colega

Considerando a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomada em reunião realizada hoje, no sentido de que há necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que “investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias”, em seu Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, com vistas a que seja encaminhada àquele Colegiado nos termos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, como representação, estimaria que V. Exa., com a rapidez que o caso requer, no prazo de 24 horas respondesse se concorda ou não com a solicitação daquele Colegiado.

Cordialmente


Senador Renan Calheiros
Presidente

Exmo. Sr.
Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Segundo Secretário da Mesa
Senado Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Doc.: <u>Carta do Presidente</u>	
Nº de Fls.: <u>1</u>	
Destino: <u>2º Secretário Mesa</u>	
Recebido por: <u>Anceles</u>	
Matrícula: <u>21055</u>	Data: <u>23/8/2006</u>
	Hora: <u>17:52h</u>



Senado Federal
Gabinete do Presidente

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RC 2/2006 Fls. 466

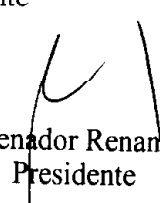
Brasília, 23 de agosto de 2006

Prezado Colega

*23
08
06* *Sim, concordo*

Considerando a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomada em reunião realizada hoje, no sentido de que há necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que “investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias”, em seu Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, com vistas a que seja encaminhada àquele Colegiado nos termos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, como representação, estimaria que V. Exa., com a rapidez que o caso requer, no prazo de 24 horas respondesse se concorda ou não com a solicitação daquele Colegiado.

Cordialmente


Senador Renan Calheiros
Presidente

Exmo. Sr.
Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Segundo Secretário da Mesa
Senado Federal



Senado Federal
Gabinete do Presidente

Senado Federal/SGM/CEDP

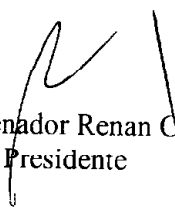
Proc. Nº RCP 2/2006 Fls. 469

Brasília, 23 de agosto de 2006

Prezado Colega

Considerando a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomada em reunião realizada hoje, no sentido de que há necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que “investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias”, em seu Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, com vistas a que seja encaminhada àquele Colegiado nos termos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, como representação, estimaria que V. Exa., com a rapidez que o caso requer, no prazo de 24 horas respondesse se concorda ou não com a solicitação daquele Colegiado.

Cordialmente


Senador Renan Calheiros
Presidente

Exmo. Sr.
Senador PAULO OCTAVIO
Terceiro Secretário da Mesa
Senado Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Doc.: <u>Carta do Presidente</u>	
Nº de Fls.: <u>1</u>	
Destino: <u>3º Secretário Mesa</u>	
Recebido por: <u>Offício</u>	
Matrícula: <u>1046</u>	Data: <u>23/08/06</u>
Hora: <u>15:50</u>	



Senado Federal
Gabinete do Presidente

Senado Federal/SGM/CEDP

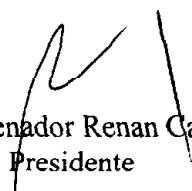
Proc. Nº PCP 2/2006 Fls. 463

Brasília, 23 de agosto de 2006

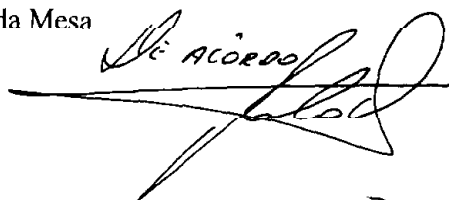
Prezado Colega

Considerando a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomada em reunião realizada hoje, no sentido de que há necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que “investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias”, em seu Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, com vistas a que seja encaminhada àquele Colegiado nos termos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, como representação, estimaria que V. Exa., com a rapidez que o caso requer, no prazo de 24 horas respondesse se concorda ou não com a solicitação daquele Colegiado.

Cordialmente


Senador Renan Calheiros
Presidente

Exmo. Sr.
Senador PAULO OCTAVIO
Terceiro Secretário da Mesa
Senado Federal



Recebido
23.08.06



Senado Federal
Gabinete do Presidente

Senado Federal/SGM/CEDP

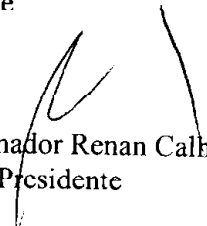
Proc. Nº RCP 2 / 2006 Fls. 469

Brasília, 23 de agosto de 2006

Prezado Colega

Considerando a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomada em reunião realizada hoje, no sentido de que há necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que “investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias”, em seu Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, com vistas a que seja encaminhada àquele Colegiado nos termos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, como representação, estimaria que V. Exa., com a rapidez que o caso requer, no prazo de 24 horas respondesse se concorda ou não com a solicitação daquele Colegiado.

Cordialmente


Senador Renan Calheiros
Presidente

Exmo. Sr.
Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
Quarto Secretário da Mesa
Senado Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Doc.: <u>Carta do Presidente</u>	
Nº de Fls.: <u>1</u>	
Destino: <u>4º Secretário Mesa</u>	
Recebido por: <u>M. S. Silva</u> - 2624	
Matrícula:	Data: <u>23/8/06</u>
	Hora: <u>14:49</u>

Senador Eduardo Siqueira Campos

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº Reo 2/2006 Fls. 470

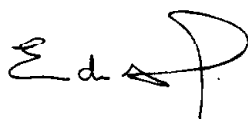
Of/GESC/204/06

Brasília, 23 de agosto de 2006.

Senhor Presidente,

Em atenção a solicitação recebida de Vossa Excelência, relacionada à decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, **exerço minha posição de Membro da Mesa deliberando favoravelmente ao envio imediato**, para exame daquela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que “investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias”, de toda documentação necessária para providências cabíveis ao processo.

Atenciosamente,



EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
Senador

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
Nesta

VMR/van



Senado Federal
Gabinete do Presidente

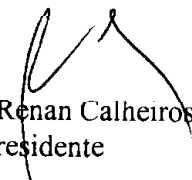
Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCP 2 / 2006 Fls. 492

Brasília, 23 de agosto de 2006

Prezado Colega

Considerando a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomada em reunião realizada hoje, no sentido de que há necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que “investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias”, em seu Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, com vistas a que seja encaminhada àquele Colegiado nos termos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, como representação, estimaria que V. Exa., com a rapidez que o caso requer, no prazo de 24 horas respondesse se concorda ou não com a solicitação daquele Colegiado.

Cordialmente


Senador Renan Calheiros
Presidente

Exmo. Sr.
Senador PAPALÉO PAES
Segundo Suplente de Secretário da Mesa
Senado Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Doc.:	<i>Propedimento</i>
Nº de Fls.:	<i>1 (uma)</i>
Destino:	<i>Sen. Papaleo Paes</i>
Recebido por:	<i>[Assinatura]</i>
Matrícula:	<i>49195</i>
Data:	<i>23.08.2006</i>
Hora:	

FROM : DEP. FEDERAL EDUARDO SEABRA

PHONE NO. : 096 222 1136

AUG. 24 2006 11:20 P1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAPALÉO PAES

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº hcl 21/2006 Fls. 472

Ofício nº 177-2006

Brasília, 23 de agosto de 2006

A Sua Excelência
Senhor Senador
RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em atenção à correspondência enviada por Vossa Excelência, na presente data, em que solicita minha posição à decisão proferida pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar com relação à necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que "investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias", expresso minha posição favorável à decisão daquele Colegiado.

Respeitosamente,

Senador Papaléo Paes



Senado Federal
Gabinete do Presidente

Senado Federal/SGM/CEDP

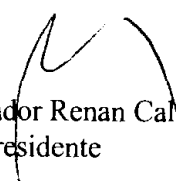
Proc. Nº RCP 21/2006 Fls. 473

Brasília, 23 de agosto de 2006

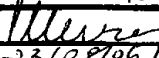
Prezado Colega

Considerando a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tomada em reunião realizada hoje, no sentido de que há necessidade de deliberação da Mesa sobre a documentação enviada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que "investiga denúncia de irregularidades na venda de ambulâncias", em seu Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, com vistas a que seja encaminhada àquele Colegiado nos termos do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, como representação, estimaria que V. Exa., com a rapidez que o caso requer, no prazo de 24 horas respondesse se concorda ou não com a solicitação daquele Colegiado.

Cordialmente


Senador Renan Calheiros
Presidente

Exmo. Sr.
Senador ANTERO PAES DE BARROS
Segundo Vice-Presidente da Mesa
Senado Federal

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Doc.: Carta do Presidente	
Nº de Fls.: 1	
Destino: 2º Vice-Presidente Mesa	
Recebido por: 	
Matrícula: 40141	Data: 23/08/06 Hora: 11:50h



SENADO FEDERAL
ADVOCACIA

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 474

PARECER Nº 218/2006-ADVOSF
Representação ao Conselho de Ética

Ofício nº 033/2006-CEDP que encaminha decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em que se decidiu devolver os autos à Mesa do Senado visando ao atendimento das condições de procedibilidade para a instauração de processo disciplinar.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Trata-se do Ofício nº 033/2006-CEDP, datado de 23 de agosto de 2006, por meio do qual o Senhor Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar comunica que na 5ª Reunião daquele Conselho, realizada na mesma data, foi aprovado o relatório apresentado pelo Senador Demóstenes Torres sobre a documentação referente à Senadora Serys Slhessarenko, em que se decidiu devolver os autos à Mesa do Senado, visando ao atendimento das condições de procedibilidade para a instauração de processo disciplinar.

Esclarece o Senhor Presidente do Conselho de Ética que os Relatores designados para apreciar a documentação referente ao Senador Magno Malta e Ney Suassuna acompanharam o mesmo entendimento que concluiu pela devolução dos autos à Mesa.

AUBER CASPARY
ADVOGADO-GERAL



SENADO FEDERAL
ADVOCACIA

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep 1/2006 Fls. 435

O Senhor Presidente do Conselho de Ética informa ainda que está encaminhando os processados autuados a partir do Ofício nº 285/06, do Presidente da "CPMI das Ambulâncias", juntamente com a documentação referente à 5ª Reunião daquele Conselho.

Portanto, a decisão de devolver os autos à Mesa do Senado Federal a fim de que fossem atendidas as condições de procedibilidade para a instauração do devido processo disciplinar teve como fundamento o r. Parecer da lavra do eminente Senador Demóstenes Torres, em que prevalece o entendimento de que, na hipótese vertente, o procedimento preliminar, de que trata o § 2º do art. 17 da Resolução 20, de 1993, é desnecessário.

Não obstante essa conclusão, de se observar que o Conselho de Ética efetivamente praticou atos próprios da fase de apuração preliminar e sumária dos fatos, ao deferir prazo para oitiva dos denunciados e ao receber as respectivas defesas dos Senadores, o que, aliás, constou do relatório elaborado pelo Senhor Relator.

Vencida essa etapa e tendo havido a devolução dos autos à Mesa, chega-se à fase da representação propriamente dita, que instaura o processo perante o Conselho de Ética. Na dicção do § 2º do art. 53 da Constituição Federal, essa representação poderá ser oferecida pela própria Mesa ou por partido político representado no Congresso Nacional.

Assim, tendo em consideração o relatório que consta do Parecer do i. Senador Demóstenes Torres, elaborado na condição de Relator designado para o caso da Senadora Serys Slhessarenko, que fundamentou a decisão do Conselho de Ética, e, ainda, o teor do Ofício nº 285 do Senhor Presidente da CPMI criada pelo Requerimento nº 77,

ROBERTO CASCAIS
ADVOCADO-GERAL

**SENADO FEDERAL****ADVOCACIA**

Senado Federal/SGM/CEDP

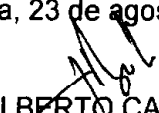
Proc. Nº 21.3006 Fls. 476

de 2006, que se reporta ao item 6.3 do Relatório Parcial aprovado na 45ª Reunião daquela Comissão, e considerando, por fim, a competência do próprio Conselho de Ética para apreciar o tema em referência, entendendo terem sido atendidos os pressupostos formais que permitem submeter a matéria à deliberação da Mesa, quanto à decisão de formular representação em face dos Senhores Senadores mencionados nos documentos que instruem o referido Ofício da CPMI, devolvendo-se os autos ao citado Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Por fim, nunca é demasiado se alertar para a necessidade de que seja assegurado aos denunciados o mais amplo direito de defesa, com todos recursos a ele inerentes, se necessário com a substituição dos Relatores que já atuaram, de forma a se afastar qualquer alegação de nulidade processual em decorrência de eventual prejulgamento ou falta de isenção de seus julgadores, garantindo-se, assim, a observância do devido processo legal.

É o Parecer.

Brasília, 23 de agosto de 2006.


ALBERTO CASCAIS
Advogado-Geral



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 2006 Fls. 477

Ofício GSSS2 nº 342

Brasília, 18 de agosto de 2006.

Senhor Secretário Geral da Mesa,

Comunico a Vossa Senhoria que a documentação que me foi fornecida através do Ofício nº 028/2006-CEDP, datado de 16 do corrente mês, contendo cópia do Relatório Parcial aprovado na 45ª Reunião da CPMI "Ambulâncias" para instauração de processo disciplinar contra mim, veio faltando a página de número "149" que se supõe tratar-se da complementação do OF. Nº 229/GP/2006 subscrito pelo prefeito de Colíder-MT.

Como bem sabe Vossa Senhoria, a citada documentação será essencial para fundamentação da minha defesa prévia perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e como disponho de exíguo prazo, encareço-lhe a máxima celeridade no cumprimento da presente solicitação.

Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
Senadora da República

Ilustríssimo Senhor
RAIMUNDO CARREIRO SILVA
DD. Secretário Geral da Mesa do Senado Federal.
Edifício Principal – 1º Andar
70165-900 – BRASÍLIA-DF
hrfv

pena
23/08/2006
15:05 h

Senado Federal/SGM/CEDP

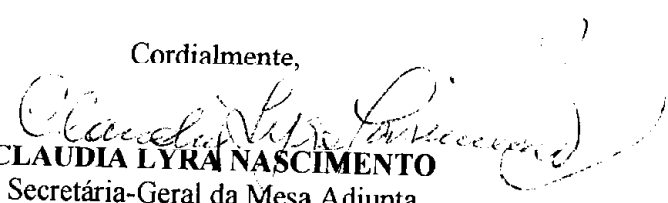
Proc. Nº Rec 2 / 2006 Fls. 478OF. SGM Nº 491 /2006

Brasília, 23 de agosto de 2006

Senhora Diretora,

Encaminho a V. S^a, em anexo, cópia do Ofício GSSS2 nº 342, de 18 do corrente, da Exm^a Sr^a Senadora SERYS SLHESSARENKO, para fins de atendimento, com a urgência que o assunto requer, da solicitação objeto do expediente.

Cordialmente,


CLAUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Doc.: OF. SGM Nº 491 /2006	
Nº de Fls.: 2 (duas)	
Destino: DIRETORIA SGM	
Recebido por: JOSE ROBERTO	
Matrícula: 14034	Data: 23.08.2006 Hora: 17:15

Ilm^a Sr^a**CLEIDE MARIA BARBOSA FERREIRA CRUZ**Diretora da Secretaria de Comissões
SENADO FEDERAL

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCP 2/2006 Fls. 479

OF. SGM Nº 492/2006

Brasília, 23 de agosto de 2006

Senhora Senadora,

Em atendimento à solicitação contida no Ofício GSSS2 nº 342, de 18 do corrente, recebido na Secretaria-Geral da Mesa nesta data, encaminho a V. Ex^a, em anexo, documentação fornecida pela Diretora da Secretaria de Comissões desta Casa, conforme Ofício nº 095-1/2006, de 23 de agosto corrente, também anexo.

Respeitosamente,


CLAUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

Exm^a Sr^a

Senadora SERYS SLHESSARENKO
Ala Senador Filinto Müller, Gabinete nº 7
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Doc.: <u>SGM Nº 492/2006</u>	
Nº de Fls.: <u>4 (quatro)</u>	
Destino: <u>Via: SGM/SGM/SGM</u>	
Recebido por: <u>R. R. N.</u>	
Matricula: <u>55304</u>	Data: <u>23/08/2006</u>
	Hora: <u>12:30</u>



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
GABINETE DA DIRETORIA

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 495-2/2006 Fls. 980

OFÍCIO Nº 095-1/2006.

Brasília, 23 de agosto de 2006.

Senhora Secretária,

Em atendimento ao **Ofício SGM nº 491**, de 23 de agosto de 2006, encaminho, em anexo, cópia do Of. nº 229/GP/2006, datado de 24/05, p.p., subscrito pelo Senhor Prefeito Municipal de Colider-MT, Celso Paulo Banazeski, referente às fls. 148 e 149 que foram numeradas por essa Secretaria.

Cordialmente,


Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Diretora

À Senhora

Dra. CLAUDIA LYRA DO NASCIMENTO

Secretária-Geral da Mesa Adjunta - SENADO FEDERAL

*Recibido em
23.08.06
JOS. L. L.*

**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER**

CNPJ: 15.023.930/0001-38



OF. Nº 229/GP/2006

Colíder, MT, 24 de maio de 2006.

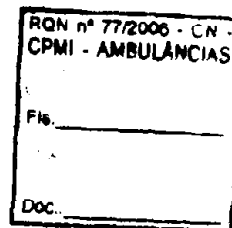
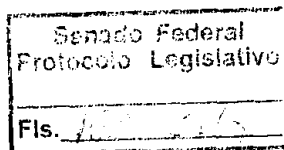
Senado Federal/SGM/CEI
Proc. Nº Rec 2 / 2006 Fls. 481

Senhora Senadora,

Em resposta ao Ofício nº GSSS nº 246, datado de 18 de maio de 2006, solicitando esclarecimentos quanto a aplicação dos recursos da ordem de R\$104.000,00 (cento e quatro mil reais), objeto do Convênio nº 3876/2004, firmado com o Ministério da Saúde, resultado de Emenda Parlamentar de sua autoria, cumpre esclarecer os recursos já foram disponibilizados pelo citado Ministério da Saúde.

Este município, após ter recebido os recursos para a aquisição do objeto do Convênio deu início na forma legal ao processo licitatório, obedecendo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, adotando, para tanto, a Licitação sob a forma de Tomada de Preço, tendo a mesma recebido o nº 010/2005, cujo extrato de Aviso de Licitação foi devidamente publicado no Diário Oficial da União no dia 29 de novembro de 2005 e o Resultado de Julgamento da mencionada Tomada de Preços foi publicada DOU no dia 23 de dezembro de 2005, consoante atestam as cópias inclusas.

O Processo Licitatório foi realizado dentro dos princípios da legalidade e moral, conforme devem ser todos os atos administrativos, tendo a sido vencedora no certame licitatório a empresa PLANAM INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.



**ESTADO DE MATO GROSSO**
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER

CNPJ: 15.023.930/0001-38



Senado Federal/SGM/CEI

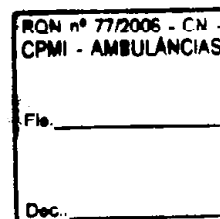
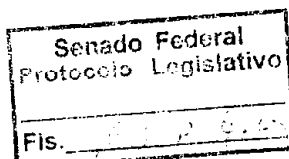
Proc Nº 122/2006 Fls. 68

Desta forma, colocamo-nos à disposição de Vossa
Excelência para prestarmos quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cordialmente,


CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

EXMº SRª
SERYS SLHESSARENKO
MD. SENADORA DA REPUBLICA - PT/MT
BRASILIA - DF.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER**

CNPJ: 15.023.930/0001-38



Senado Federal/SGM/CEI

OF. Nº 229/GP/2006

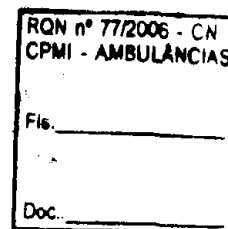
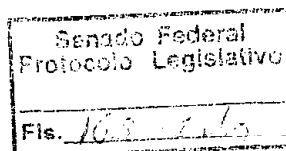
Colider, MT, 24 de maio de 2006. Proc. nº Rep. 2, 2006 Fls. 483

Senhora Senadora,

Em resposta ao Ofício nº GSSS nº 246, datado de 18 de maio de 2006, solicitando esclarecimentos quanto a aplicação dos recursos da ordem de R\$104.000,00 (cento e quatro mil reais), objeto do Convênio nº 3876/2004, firmado com o Ministério da Saúde, resultado de Emenda Parlamentar de sua autoria, cumpre esclarecer os recursos já foram disponibilizados pelo citado Ministério da Saúde.

Este município, após ter recebido os recursos para a aquisição do objeto do Convênio deu início na forma legal ao processo licitatório, obedecendo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, adotando, para tanto, a Licitação sob a forma de Tomada de Preço, tendo a mesma recebido o nº 010/2005, cujo extrato de Aviso de Licitação foi devidamente publicado no Diário Oficial da União no dia 29 de novembro de 2005 e o Resultado de Julgamento da mencionada Tomada de Preços foi publicada DOU no dia 23 de dezembro de 2005, consoante atestam as cópias inclusas.

O Processo Licitatório foi realizado dentro dos princípios da legalidade e moral, conforme devem ser todos os atos administrativos, tendo a sido vencedora no certame licitatório a empresa PLANAM INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

CNPJ: 15.023.930/0001-38



Senado Federal/SGM/CEDP

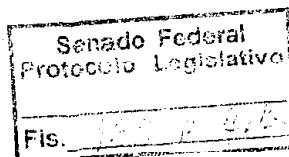
Protocolo 21/2006 Fls. 694

Desta forma, colocamo-nos à disposição de Vossa
Excelência para prestarmos quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cordialmente,


CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

EXMº SRº
SERYS SLHESSARENKO
MD. SENADORA DA REPUBLICA - PT/MT
BRASILIA - DF.



RQN nº 77/2006 - CN - CPMI - AMBULÂNCIAS
Fls. _____
Dec. _____



**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**


Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº PEC 2/2006 Fls 485

REPRESENTAÇÃO Nº 2, DE 2006

TERMO DE CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao relator, Senador
PAULO OCTÁVIO.

Senado Federal, 28 de agosto de 2006


MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ
Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do
Parlamento

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. nº RCP 21/2006, fls. 476



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 032/2006-CEDP

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezada Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI - Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exm^a Sr^a.

Senadora SERYS SLHESSARENKO
Senado Federal

RECEBIDO:
MATRÍCULA: 4043
DATA/HORÁRIO: 22/08/2006

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº del 2 / 2006 Fls. 487

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO⁷ ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador SÉRGIO GUERRA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: LUNO
MATRÍCULA: 46155
DATA/HORÁRIO: 22/08/06



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006


Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI - Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exm^o Sr.
Senador JUVÊNCIO DA FONSECA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 939
DATA/HORÁRIO: 10:50

Senado Federal/SGM/C
Proc. Nº NC P 2 / 2006 Fls 488

Senado Federal/SGM/CEC

Proc. Nº 21/2006 Fls. 489

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.

Senador JEFFERSON PÉRES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: CHL F
MATRÍCULA: 3094-8
DATA/HORÁRIO: 22.08.06
10:30

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 430



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.

Senador VALDIR RAUPP

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: JUN 148
MATRÍCULA: 512640
DATA/HORÁRIO: 22/08
10:30

Senado Federal/SGM/CEDP

Processo nº 2.006/06 - 491



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezada Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exm^a Sr^a.**Senadora ANA JÚLIA CAREPA**Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 22/08/06

MATRÍCULA: 4420

FOLHA 02 DE 02

10:27

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Ac 2/2006 Fls 492

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.

Senador LEONEL PAVAN
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO:

MATRÍCULA: 17677DATA/HORÁRIO: 22/08 - 10:25h

Senado Federal/SGM/CEC

Proc. Nº Rep. 2.206 Fls. 493

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.

Senador SIBÁ MACHADOConselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO:

MATRÍCULA: 0761-0DATA/HORÁRIO: 22/08/06



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador PAULO OCTÁVIO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDA

ATRÍCULA:

DATA/HORÁRIO:

Salviana
183109
23/08
10:22

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rel 2/2006 Fls 435



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI - Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaya, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.

Senador JONAS PINHEIRO

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: *Juliane*

MATRÍCULA: 2129

DATA/HORÁRIO: 10/2006

Ulisses Gomes Ferreira Lima
Chefe de Gabinete

Senado Federal/SGM/CE
RCP 2/2006 Fls 497



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.
Senador RAMEZ TEBET
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: *Amé.*
MATRÍCULA: *155977*
DATA/HORÁRIO: *22/08*

10-08

Senado Federal/SGM/CEI
Proc. Nº hce 2/2006 Fls 498



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.
Senador MOZARILDO CAVALCANTI
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: REGISTRO
MATRÍCULA: 046982
DATA/HORÁRIO: 10/08

ANTÔNIO RENALDO SILVA
Subchefe do Gabinete
Senador Mozarildo Cavalcanti

Senado Federal/SGM/CEDP

Data: 21/2006 Fls 499



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

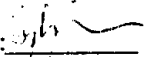
Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI - Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.

Senador LUIZ OTÁVIOConselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado FederalRECEBIDO: 
MATRÍCULA: 424
DATA/HORÁRIO: 22/08/06

22/08/06

Senado Federal/SGM/CEDP

Nº ACL 2 / 2006 Fls. 500

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador DEMÓSTENES TORRES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: APD
MATRÍCULA: 35060
DATA/HORÁRIO: 9h53

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2/2006 Fls 501

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.
Senador AUGUSTO BOTELHO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: [Assinatura]
MATRÍCULA: 173920
DATA/HORÁRIO: 22/08 - 10h.

Senado Federal/SGM/CEDP

P. 21 Rec 2/2006, Fis. 502



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezada Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exm^a Sr^a.

Senadora FÁTIMA CLEIDE
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: *Junção*
MATRÍCULA: *198022*
DATA/HORÁRIO: *22/08*
10:02



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exm^o Sr.
Senador HERÁCLITO FORTES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 22.08.2006
MATRÍCULA: 004.167/04
DATA/HORÁRIO: 10h01

Senado Federal/SGM/CEDP

Rec. 24/2006 Fls. 504



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exm^a Sr^a.**Senador ROMEU TUMA**Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 1242

MATRÍCULA: 19528

DATA/HORÁRIO: 22.08/06

10:10 h

Brasão do Senado Federal/CEDP

Prel 2. 2006 Fis 505



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

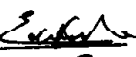
Comunico a V. Exª que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 33768
DATA/HORÁRIO: 10:13h.



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador ALBERTO SILVA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: *Edson S. S.*
MATRÍCULA: *770462*
DATA/HORÁRIO: *22.08.06 10:17*



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.

Senador CÉSAR BORGES

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 22.08.2006
MATRÍCULA: 1627-7
DATA/HORÁRIO: 22/08/2006



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI – Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Srº.

Senador ANTERO PAES DE BARROS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO:
CÓDULO:
HORÁRIO: 10:30h

RECEBIDO: Presidência do Senado
Rep. 2 2006 Ex. 509



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 029/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 21 de agosto de 2006

Prezada Senadora,

Comunico a V. Exª que está convocada a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 23 de agosto, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 - "CPMI - Ambulâncias", Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, daquele Colegiado.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmª Srª.
Senadora MARIA DO CARMO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO:
MATRÍCULA: 74318
DATA/HORÁRIO: 22/08/06
10h45

AI

*Colúlio de Colúlio em 500
nº 17, de 23-06, pág. 21200-21201*



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº *Ref 2 / 2006* Fls. *510*

**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião de 2006, realizada em 23 de agosto de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 – “CPMI – Ambulâncias”, Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres
Heráclito Fortes
Paulo Octavio
César Borges (suplente)

PMDB

João Alberto Souza (Presidente)
Luiz Otávio

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Siba Machado

PTB

Valmir Amaral

CORREGEDOR

Romeu Tuma (PFL)

Esteve presente ainda o Senador Wellington Salgado (PMDB).

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCF 2 / 2006 Fls. 511

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 2

23/08/06

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Esta reunião foi marcada para adoção de medidas regimentais cabíveis em face ao Ofício nº 285/06, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006, CPMI das Ambulâncias, do Deputado Antônio Carlos Biscaia, encaminhando à Presidência do Senado o Relatório Parcial nº 01, de 2006.

Esta Presidência designou os seguintes Relatores para a matéria: Senador Demóstenes Torres, que se encontra presente, Relator da matéria pertinente à Senadora Serys Slhessarenko; Senador Sibá Machado, Relator da matéria acusatória pertinente ao Senador Magno Malta; e Senador Jefferson Péres, Relator no que diz respeito ao Senador Ney Suassuna.

O Senador Jefferson Péres manteve contato com a Presidência informando que hoje não poderia estar presente nesta reunião em virtude de não ter conseguido vaga nos aviões para se deslocar de Manaus a Brasília, mas que amanhã estará aqui aceitando o cargo de Relator.

Encontra-se presente o Advogado da Senadora Serys Slhessarenko, Dr. Alexandre.

Apesar de não haver número para que haja votação no Conselho, abri a reunião e darei a palavra ao Senador que a solicitar.

Em primeiro lugar, darei a palavra ao Senador Demóstenes Torres e, em seguida, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Advogados, fui designado pelo nobre Presidente João Alberto para ser o Relator da investigação preliminar de uma denúncia oferecida contra a Senadora Serys Slhessarenko.

Já fiz o meu parecer por entender que não é caso de denúncia, mas, sim, de representação da Mesa do Senado por quebra do decoro parlamentar.

Quero deixar bem claro que isso não significa um juízo de condenação da Senadora, mas, sim, uma oportunidade de S. Ex^a se defender. E também significa que não podemos desprezar as provas já produzidas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, por um Juiz Federal do Mato Grosso, que deixou as suas atividades para produzir essas provas por 10 dias, e as provas produzidas, inclusive, pelo Procurador-Geral da República, porque, em decorrência disso, o Supremo Tribunal Federal já abriu investigação contra 84 Parlamentares.

Em decorrência disso, Sr. Presidente, estou oferecendo meu parecer, entendendo – mas isso naturalmente vai depender de V. Ex^a – que não é caso de deliberação por parte do Plenário deste Conselho, uma vez que se trata de um juízo de valor que V. Ex^a pode exercitar. É claro que V. Ex^a, democrata que é, pode querer compartilhar a decisão com os nossos Colegas, mas se V. Ex^a desejar já pode devolver à Mesa para fazer essa deliberação.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 3

23/08/06

Senado Federal/SGM/CEDP
PROJ. DE RES. Nº 21/2006 Fls. 511-Verso

O parecer é vazado nos seguintes termos:

Sob apreciação deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar documentos autuados e enviados pela Mesa Diretora do Senado Federal produzidos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, "criada pelo Requerimento nº 7, de 2006, com a finalidade de apurar as denúncias envolvendo a 'Operação Sanguessuga', realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde...", dando conta do envolvimento de dois Senadores – Magno Malta e Ney Suassuna – e de uma Senadora – Serys Slhessarenko.

Após o recebimento da documentação, o senhor Presidente do Conselho determinou a notificação dos citados senadores, concedendo-lhes três dias úteis para apresentação de defesa prévia.

Recebidas as defesas, fui designado relator da matéria referente à Senadora Serys Slhessarenko.

Os fatos imputados à Senadora Serys Slhessarenko, apurados pela referida Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, são extremamente graves e indicam necessidade premente de instauração de processo disciplinar. Teria ela, segundo consta, recebido vantagens indevidas da empresa Planam, sediada no Estado do Mato Grosso. Tal conduta, se provada, enseja a perda do mandato parlamentar, nos termos do art. 55, inciso II e seu § 1º da Constituição Federal, vazado nos seguintes termos:

"Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

O inciso II do art. 5º da Res. nº 20, de 1993, do Senado Federal, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar, repete o texto constitucional:

Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

II – a percepção de vantagens indevidas (Constituição Federal, art. 55, § 1º), tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

O art. 11 da citada Res. nº 20, de 1993, estabelece os casos em que o Senador é punido com a perda do mandato e diz em seu inciso II:

Art. 11. Serão punidas com a perda do mandato:

II – a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos arts. 4º e 5º (Constituição Federal, art. 55);

O § 2º, do artigo 55 da Carta Magna estabelece que:

"§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº REP 2.1226 Fls 512

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 4

23/08/06

pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa."

Ainda sobre o procedimento para a perda do mandato, pela prática de ato contrário à ética e ao decoro parlamentar, o art. 13 da Res. nº 20, de 1993, estende a legitimidade para iniciar o processo de cassação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar prevendo:

"Art. 13. A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15 (Constituição Federal, art. 55, § 2º)."

A legitimação do Conselho para a iniciativa se dá quando a denúncia relativa à prática, por Senador, de ato contrário ao decoro parlamentar for oferecida por "qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica" ao próprio Conselho. Em casos tais este promoverá a apuração preliminar e sumária dos fatos e, se considerados procedentes, instaura o devido processo disciplinar. É o que dispõe o art. 17 e seus §§ 1º e 3º, da referida Resolução nº 20, de 1993, a seguir transcrita:

"Art. 17. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Senador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 2º Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciadas as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de trinta dias.

§ 3º Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos arts. 8º e 9º, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos arts. 10 e 11, procederá na forma do art. 15."

Tem-se, assim, Sr. Presidente, que para a instauração de processo disciplinar pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar duas são as possibilidades: a) mediante representação da Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional e, b) por iniciativa do próprio Conselho, após apuração preliminar do fato denunciado.

No caso da Senadora Serys Slhssarenko, como nos dos Senadores Magno Malta e Ney Suassuna, a segunda hipótese acima aventada é desnecessária e descabida.

Sem antecipar qualquer juízo condenatório, nada se vislumbra que justifique a abertura de uma apuração "preliminar e sumária", na forma estabelecida pelo art. 17 da Res. 20, de 1993, com vistas a avaliar a conduta imputada aos senadores nominados.

A denúncia que se analisa é oriunda de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional, órgão da máxima respeitabilidade e com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais (art. 58, § 3º, da Constituição Federal). E nessa qualidade, não é razoável que ela seja desqualificada – nem a denúncia nem a CPMI – por



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 5

23/08/06

Senado Federal/SGM/CLDP
Processo REP 2 / 2006 Fls 512-VERSO

este Conselho, também credor do respeito da sociedade.

Não bastasse a apuração levada a cabo pela CPMI, o desvio de recursos federais destinados à compra de ambulâncias já foi investigado pela Polícia Federal.

O Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, requereu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de 84 inquéritos para apurar a participação de parlamentares no esquema denominado "Sanguessuga", conforme noticiado no site www.mpf.gov.br.

A Justiça Federal e o Ministério Público Federal de Mato Grosso, de posse do que foi apurado pela Polícia Federal na denominada "Operação Sanguessuga", instauraram ação penal e, só com os interrogatórios de Luiz Antônio Vedoin e Darci Vedoin, proprietários, dentre outras, da empresa Planam, se ocuparam por cerca dez dias. Ressalto que os depoimentos prestados por eles em juízo foram de grande valia para os trabalhos da CPMI.

Diante do conjunto de provas indiciárias até agora colhido torna-se despcienda a apuração preliminar e sumária dos fatos denunciados. A denúncia não é tênue ou débil. Ao contrário, é muito consistente. E não expresso aqui, repito, nenhuma condenação prévia. As provas, embora fortes, são, até este momento, apenas indiciárias.

Demonstrada, então, ser incabível a instauração de processo disciplinar por iniciativa do próprio Conselho, após apuração preliminar do fato denunciado, resta somente a devolução dos documentos à Mesa do Senado Federal para que ela promova a adequação exigida pelo disposto nos arts. 55, § 2º da Constituição Federal e 13 da Res. Nº 20, de 1993.

É esta a única forma legal e razoavelmente possível para dar ao caso a celeridade exigida pela sociedade organizada e desejada pelos presidentes do Senado Federal e deste Egrégio Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, conforme divulgaram amplamente pela mídia.

Pelo exposto, Sr. Presidente, voto pela devolução dos presentes autos à Mesa do Senado Federal a fim de que sejam atendidas as condições de procedibilidade para a instauração do devido processo disciplinar.

É o parecer, Sr. Presidente, o qual entrego às mãos de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum Senador quer se manifestar?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria, se V. Exª me permitisse.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não. Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Primeiro, queria cumprimentar o Senador Demóstenes Torres pela rapidez com que elaborou esse relatório, diria, preliminar, obedecendo ao Regimento. Então não haverá atraso da apuração.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 88.2.2006 Fls. 513



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 6

23/08/06

O Presidente, Senador João Alberto, ao receber despacho do Presidente da Casa encaminhando ao Conselho de Ética, tomou a medida correta, que foi a designação dos Relatores. E há subsídios importantes na apuração da CPMI e provindos das autoridades competentes e responsáveis pela investigação.

Ficou claro, no ofício enviado pelo Juiz a oito autoridades, inclusive às Corregedorias das duas Casas, que, em razão do foro privilegiado, S. Exª não poderia investigar os Parlamentares e Ministros de Estado. Seria de competência do Supremo Tribunal Federal esse processo judicial e desta Casa o processo pela quebra de ética. Foi obedecido esse andamento. O Presidente não interrompeu o roteiro de oitiva de funcionários da Casa, ligados aos três Senadores que foram citados no relatório da CPMI.

Nós ouvimos o genro da Senadora Serys Slhessarenko, que prestou depoimento, por intermédio da Polícia Federal, à minha requisição. Há algumas dúvidas que têm que ser esclarecidas. Já ouvi três membros do gabinete do Senador Ney Suassuna. Portanto não está havendo prejuízo no andamento. Inclusive, hoje, S. Exª não interrompeu o trabalho da Corregedoria. Eu falei com S. Exª ontem, que me respondeu que seria importante para acrescentar mais alguns subsídios para os Relatores que estão sendo designados.

Conforme os arts. 14 e 15, para dar continuidade a esse trabalho que o Senador Demóstenes apresentou aqui, como subsídio, ficou o despacho **ad referendum** da Mesa, que tem que exarar um despacho colegiado. Então não há interrupção da investigação nem o que falar em termos de procrastinação proposital para qualquer esquema de favorecimento aos acusados, em tese, que estão sendo apurados. Essa continuidade e a presteza dos Relatores vão embasar a decisão de se apurar e concluir esses processos o mais rapidamente possível. E nós, na Corregedoria, vamos continuar com as investigações necessárias e a busca de informações, porque há dados para os quais será necessário reinquirir o Luiz Vedoin, está certo, Senador Demóstenes? Ele deve ser reinquirido em relação a algumas coisas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não. Penso o seguinte: voltando o processo da Mesa com a representação, teremos que ouvir o Vedoin – refiro-me ao caso da Senadora Serys –, o seu genro...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seriam os três primeiros citados ali.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode ser que haja quebra ou acareação. Mas a Mesa tem que mandar abrir o procedimento. Se não vamos continuar a apuração preliminar. Concorde V. Exª?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou tranquilo. Creio que a Mesa vai convocar uma reunião especial...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – As provas para abrir o processo já existem. Então não vamos fazer a mesma coisa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Presidente vai convocar uma reunião especial da Mesa. Não sei se são quatro ou cinco membros que são

SGM/CEDP

REV 2 / 2006 Fls 513-VERS0



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 7

23/08/06

presentes. De quantos é preciso? Quatro membros. Assim se resolverá. Creio que eles não dificultariam a sua vinda a Brasília para tomar a medida necessária, a fim de que esses processos sejam concluídos, como é o desejo do Presidente, antes do dia 1º de outubro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Inclusive, diria ao Presidente que os procedimentos anteriores que V. Exª adotou foram absolutamente corretos.

Se a denúncia contra o Senador Arthur Virgílio foi um fato que precisava de provas, se a outra, contra o Senador Romero Jucá, se baseou em outro fato que precisava de prova, neste caso, é preciso fazer a investigação preliminar.

No caso da Senadora Serys Slhessarenko – estou falando a respeito do que eu analisei – o mo paroco também...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Os três são da mesma forma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente. Estendo aos demais, porque estão na mesma situação. Não há necessidade de investigação preliminar, porque ela já foi feita...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Por vários setores.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pelo juiz...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Até pela Corregedoria.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, nesse caso, acredito que a medida correta seria o nosso Presidente devolver ao Conselho. E até sugiro o seguinte: se V. Exª entender que deve ouvir o Plenário, que o faça **ad referendum**. Como não temos **quorum** hoje, V. Exª poderá mandar, e o Conselho, quando tiver **quorum**, poderá referendar. Isso é comum, pode ser feito. Temos 7 (sete) Srs. Senadores. Precisamos apenas de mais um Senador para termos **quorum**. Isso vai deixar na mão da Mesa a responsabilidade de abrir ou não o procedimento. Estamos deixando claro aqui que queremos proceder à investigação.

A nossa conclusão se dá da seguinte forma. Temos os indícios para abrir a investigação. Segundo, temos os indícios para pedir a condenação ou a absolvição de quem quer que seja? Não! Isso tem que ser investigado. Então, vamos abrir a investigação e depois, daqui a alguns dias, proferimos o parecer. Não dá para fazermos uma investigação preliminar em cima de tudo o que já foi investigado. Isso seria "chover no molhado", investigar o que já foi investigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria apenas uma renumeração de folhas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente. Ofereço esse parecer para que V. Exª devolva à Mesa para as providências cabíveis, ou seja, a instauração do processo. Nesse caso, vamos ouvir todas as pessoas, os advogados serão convidados, cada um apresenta sua versão e vamos chegar à conclusão culpado ou inocente. Mas nesse momento seria muito interessante se pudéssemos voltar o procedimento para a Mesa Diretora.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RC 2/2006 Fls. 534

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 8

23/08/06

Agora, temos **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator, continuamos sem **quorum**. O Senador Wellington Salgado de Oliveira não é membro deste Conselho.

O Sr. Presidente do Senado quer dar celeridade ao processo. S. Exª tem o maior interesse possível. Evidentemente, não vou fazer tomar nenhuma providência com relação a apenas um dos processos. Terei que fazer com os três processos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Acaba de chegar o Senador Heráclito Fortes. Temos **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Temos **quorum** agora.

Terei que ver a posição dos outros dois Relatores para manter uma conversa com o Sr. Presidente do Senado para que S. Exª reúna a Mesa Diretora. Aqui já temos dois membros da Mesa Diretora, eu e o Senador Heráclito Fortes...

(Pausa)

S. Exª não é da Mesa Diretora. Sou apenas eu.

Tenho a impressão de que S. Exª concordará, tranqüilamente, e até antes de outubro teremos finalizado os processos contra esses três Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, também Relator.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Em primeiro lugar, quero pedir desculpas pelo atraso. Tive que comparecer ao serviço médico e também tive que me informar mais sobre os trabalhos. Não pude observar o que foi analisado até o presente. Fui informado de que o Senador Demóstenes Torres está sugerindo que este Conselho peça a revisão do processo à Mesa Diretora.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador Sibá Machado, não é exatamente isso. Deixe-me explicar.

Existem duas possibilidades de investigação estabelecidas pelo nosso Código de Ética. A Resolução que cria o Conselho estabelece duas formas de investigação: uma, preliminar, quando qualquer do povo dá notícia de que um senador teria quebrado a ética ou o decoro parlamentar. Nesse caso, estabelece o próprio art. 17 que façamos uma investigação preliminar, porque o Senador não pode ser alvo de qualquer denúncia leviana. Pode existir uma acusação contra mim ou contra qualquer um de nós, assim como aconteceu aqui há algum tempo com o Senador Arthur Virgílio, absolutamente leviana, sem qualquer fundamento. Esse artigo existe para proteger o Senador contra atitude leviana de qualquer cidadão, de um adversário político ou algo assemelhado. Já o art. 14, que regulamenta o processo por perda de mandato por quebra de decoro parlamentar estabelece que quem pode determinar a abertura desse procedimento é a Mesa Diretora ou a representação de um partido político.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. N.º REP 2 / 2006 Fls 514-VERSO



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 9

23/08/06

No nosso caso, como o processo foi feito – e V. Ex^a bem sabe porque também faz parte da Comissão Parlamentar de Inquérito –, houve uma operação da Polícia Federal denominada Operação Sanguessuga, a Polícia Federal remeteu ao Ministério Público; um juiz federal fez uma apuração; foram colhidas as provas e essas provas vieram parar na CPMI. Em decorrência disso, o Procurador-Geral da República pediu instauração de investigação, de inquérito junto ao Supremo Tribunal Federal, e hoje temos 84 Parlamentares sendo investigados.

Agora, essa outra parte, a da perda do mandato por quebra de decoro só a Casa pode fazer. A Mesa recebeu a denúncia feita, recebeu as informações prestadas pela CPMI e remeteu ao Conselho para fazer, na forma da art. 17, uma apuração preliminar. Essa apuração preliminar, no caso, nesse caso específico dos três Senadores, estou relatando o processo da Senadora Serys Slhessarenko, mas me permitam até estender, essas investigações preliminares são desnecessárias porque já existem as investigações feitas pela própria Polícia, pelo Ministério Público, inclusive o Supremo Tribunal Federal já determinou condutas à CPMI. Os indícios existem.

Vou citar o processo da Senadora Serys Slhessarenko. O Sr. Vedoin disse que pagou R\$30 mil de propina a um genro da Senadora, na presença de duas pessoas, e que a Senadora teria, então, colocado emendas para o esquema. A Senadora veio e se defendeu. Negou tudo. Então, o juízo de investigação já está concluído. Não precisamos mais investigar para saber se é necessário abrir o processo por quebra de decoro. Agora, aberto o processo por quebra de decoro, procederemos às investigações para concluir se a Senadora é culpada ou inocente. Não nos cabe nesse momento dizer se S. Ex^a é culpada ou inocente. Cabe a nós remetermos de volta o processo, do contrário estaríamos "chovendo no molhado". Vamos investigar o quê? As conclusões sobre a culpa ou a inocência vão ser tiradas após a Mesa abrir o processo de quebra de decoro. Para evitar inclusive que fiquemos procrastinando, demorando em uma investigação, dando a impressão que estamos agindo corporativamente, investigando algo que já está completamente investigado, que proferi o parecer, no caso do processo da Senadora Serys Slhessarenko, para que o processo volte à Mesa Diretora, que deveria determinar a abertura do processo por quebra de decoro parlamentar. Somente a partir daí poderemos investigar e chegar à conclusão de que a Senadora é inocente e que a S. Ex^a deve ser aplicada a pena de advertência ou de censura ou de suspensão ou de perda de mandato. Não nos cabe agora fazer esse juízo de condenação ou de absolvição da Senadora, daí por que o meu parecer é para que o processo dela, no caso, volte à Mesa para deliberação sobre a abertura ou não do processo. Se o processo for instaurado, vamos investigar e oferecer uma solução ao caso específico.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Res 2 / 2006 Fls 515

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 10

23/08/06

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado, apenas para efeito legal, permita-me, tenho que abrir a reunião para que não haja nulidade.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Desculpe, pensei que a reunião já estivesse aberta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Depois concederei a palavra imediatamente a V. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Submeto à aprovação do Plenário, a Ata circunstanciada da última reunião deste Conselho, realizada em 18 de abril de 2006, cuja cópia se encontra sobre a bancada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Aprovada.

Esta reunião destina-se à adoção das medidas regimentais cabíveis, em face ao Ofício nº285/06, do Presidente do Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº77, de 2006, CPMI das Ambulâncias, Deputado Antonio Carlos Biscaia, encaminhando ao Presidente do Senado Federal o Relatório Parcial nº 1, de 2006, daquele Colegiado.

Passo a ler o Ofício:

“Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº77, de 2006, com a finalidade de apurar denúncias envolvendo a Operação Sanguessuga, realizada pela Polícia Federal para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, em cumprimento ao art. 150, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho a V. Ex^a relatório parcial aprovado na 45ª Reunião da Comissão, realizada em 10 de agosto de 2006, para instauração de processo disciplinar relativo aos Srs. Senadores, na forma do item 6.3 do referido relatório.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a protestos de elevada consideração e apreço.

Cordialmente,

Deputado Antonio Carlos Biscaia

Presidente”

O Ofício foi encaminhado ao Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros.

Comunico aos membros desse Conselho que designei o Senador Jefferson Peres como relator do processo referente ao Senador Ney Suassuna, o Senador Sibá Machado como relator do processo referente ao Senador Magno Malta e o Senador Demóstenes Torres como relator do processo referente à Senadora Serys Slhessarenko.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2/ 2006 Fls 515-V VERSO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 11

23/08/06

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, apenas um aparte, por favor. Esse encaminhamento do Deputado Antonio Carlos Biscaia à Presidência solicita o envio para o Conselho de Ética? Esse Ofício, que veio diretamente da CPMI, porque participei da CPMI, participo da CPMI, à Presidência, está solicitando o envio direto para o Conselho de Ética ou não?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não. S. Ex^a encaminhou ao Presidente normalmente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Wellington, V. Ex^a me permite um aparte? É apenas para explicar que o relatório solicita que seja encaminhado diretamente aos Conselhos de Ética das duas Casas. É uma sugestão que foi feita ao Presidente, e o Presidente despachou.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A sugestão foi feita ao Presidente do Congresso Nacional, que envolve Senadores e Deputados.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Claro!

Agora, veja bem, Sr. Presidente, eu, que participei bastante, senti um clima na CPMI, um clima de levantamento de dados. Sei como foi conduzido todo o processo. Ele chegou praticamente em uma condição em que deveria ser encaminhado do jeito que veio da CPMI.

Senador Demóstenes Torres, conheço a história de V. Ex^a, que até deve ter uma vasta experiência em inquéritos e em processos, que são peças completamente diferentes. V. Ex^a participou de duas etapas completamente diferentes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – No trâmite do processo, há um período para acertar determinadas coisas. Não sou da área do direito, mas sei que há um nome para a limpeza do processo, que é o momento em que se verifica se está tudo limpinho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Saneamento.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Acredito que V. Ex^a está procedendo ao saneamento do processo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – V. Ex^a, que é um especialista na área e que, além de tudo, trabalha bem o processo, diagnosticou esse problema. V. Ex^a está fazendo o saneamento do processo nesse momento agora. É isso que está acontecendo?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Era só o que queria saber, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, posso ler o item 6.3 do relatório? *(Pausa)*

Senado Federal/SGM/CEOP

Proc. Nº 14.212/2006 Fls. 516

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 12

23/08/06

6.3. Encaminhamento às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para instauração de processos disciplinares

Com fundamento no disposto no Capítulo 5 deste Relatório, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito decide, com relação aos parlamentares abaixo listados, **enviar os elementos de prova colhidos à Mesa da Casa Legislativa a que pertença o parlamentar, com recomendação da respectiva remessa ao Conselho de Ética para apuração e adoção das medidas regimentais da sua competência em razão de conduta incompatível com o decoro parlamentar, com fundamento no art. 14, §4º, I da Resolução nº 25/2001 da Câmara dos Deputados e no art. 15, I, da Resolução nº 20/1993, do Senado Federal.**

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Era sobre isso que queria falar, Sr. Presidente.

O clima e a tramitação está indo de tal forma que acabou a Casa enviando o processo como veio da CPMI. Diante disso, ocorre esse movimento que o Senador Demóstenes Torres está fazendo: a limpeza do processo. Pelo que vi, a Casa não tinha interesse nenhum, conforme anunciado hoje no jornal, em tentar algum caminho diferente do que foi, de maneira alguma. Houve tramitação normal com pedido da CPMI. Agora, o Senador Demóstenes, com todo o conhecimento na área, está corrigindo o que veio de errado da CPMI e está mostrando como funciona o Senado e reencaminhando à Mesa, corretamente, se V. Exª assim concordar, Presidente, e, diante disso, tramitará normalmente de acordo com o Regimento Interno.

É isso, Presidente?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Regimento determina que a Mesa decida em colegiado, não pode ser uma decisão individualizada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Meu entendimento é na mesma direção, porque eu não havia tido oportunidade de ouvir o Senador Demóstenes. Ouvi entrevistas em alguns momentos, li citações nos jornais e fiquei com vontade de ouvir uma explicação com base no Regimento, no trâmite legal, de como encaminhar pela natureza desses processos.

Ouvindo V. Exª agora, estou convencido do encaminhamento conforme a sugestão de V. Exª. Acredito que repõe toda a preocupação que estava, digamos assim, construída desde o final da semana passada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não sei se essa é a opinião dos demais, porque me parece que a reunião foi aberta neste momento.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2 / 2006 Fls 516 VERSO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 13

23/08/06

Então, Sr. Presidente, pergunto a V. Ex^a qual é o encaminhamento prático que tomaremos neste momento: se é necessário votar a sugestão do Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria de conceder a palavra também a outros Senadores que queiram se pronunciar a respeito do assunto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Demóstenes, creio que V. Ex^a está, dentro do procedimento que lhe foi indicado, definindo qual é o encaminhamento que V. Ex^a deseja. Então a decisão é correta. Provavelmente, os outros poderão, ou não, também fazer um relatório preliminar pedindo que fosse encaminhado à Mesa para uma decisão colegiada com a maior rapidez possível para não haver nenhuma suspeita de procrastinação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, temos um grande problema para administrar nos próximos dias.

Hoje mesmo, poderia não ter tido **quorum** para esta reunião porque não temos tido a presença da maioria dos Senadores, até porque estamos sendo convocados para o esforço concentrado nos dias 4, 5 e 6 de setembro.

A maioria dos Srs. Senadores e Senadoras ou são candidatos ou apóiam os candidatos nos seus Estados. Isso não quer dizer que eu e os Srs. Senadores não estaremos aqui nas reuniões que o Conselho de Ética do Senado Federal fará para a investigação, apuração e apreciação dos processos hoje colocados com relação à CPMI das Sanguessugas.

Tenho certeza de que precisamos sair hoje com pelo menos uma definição de data de reuniões futuras, até para não acontecer o que poderia ter acontecido hoje, de não termos **quorum**.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas graças aos esforços do Presidente, S. Ex^a conseguiu o **quorum** para esta reunião.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Nem sempre vamos conseguir fazer o que estamos fazendo hoje.

Ainda há pouco, não tínhamos **quorum**, mas, com a presença do Senador Heráclito Fortes, conseguimos realizar a reunião.

Se possível, é lógico, é importante termos uma previsão das datas das próximas reuniões para que possamos fazer com que aqueles que não possam vir por qualquer motivo possam ser substituídos pelos suplentes.

Vi pela relação dos membros do Conselho que existem muitos cargos vagos, tanto de titulares quanto de suplentes.

Temos um outro problema: a indicação, como foi feito pelo Senador Wellington Salgado, para uma vaga do PMDB no Conselho de Ética, que, além

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 2006-00000000-0000 Fls. 517

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 14

23/08/06

de ser lida pelo Plenário, terá que ser votada. Isso dificulta mais a condição de termos **quorum**.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a atenção de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, essa indicação do Líder Wellington Salgado não pode ser votada agora?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vai ser votada pelo Plenário da Casa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, pelo Plenário!

Outra coisa: poderiam ser lidos os partidos que têm vaga?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Um minutinho, Senador.

Concedo a palavra agora ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece que a questão se resume à apreciação por este Conselho de Ética de uma representação ou de uma denúncia. Creio que a própria imprensa já esclareceu isso.

Se for uma denúncia, será necessário um processo de investigação que será encaminhado à Mesa, o que poderá parecer à opinião pública algo protelatório, procrastinador; se for uma representação, vai-se debruçar sobre o trabalho já realizado pela CPMI.

V. Ex^a designou três Relatores.

O Senador Demóstenes Torres foi prestimoso, rápido, no que foi de sua responsabilidade e apresentou um relato no sentido de que não cabe neste momento a denúncia, e sim uma representação. Então, deveria ser devolvida à Mesa, para que ela encaminhasse a este Conselho uma representação. Não caberia fazer uma apuração, como no caso da denúncia.

Essa foi a posição apresentada aqui pelo Senador Demóstenes Torres, mas há dois outros Relatores que não tiveram ainda tempo hábil para apresentar o seu relato, que talvez não se prenda ao nível do que foi apresentado pelo Senador Demóstenes Torres, que se debruçou sobre o assunto e trouxe a sua conclusão.

Dá por que a deliberação da Presidência deste Conselho de Ética pode ser feita independentemente dos demais relatos, que não seriam realizados neste momento. Apenas retornariam todos os processos à Mesa, que poderia encaminhá-los para cá como representação. Então nós precisaríamos apenas adotar o relato do Senador Demóstenes como uma posição geral da Mesa. Não seria propriamente um relato final. S. Ex^a apenas fez uma análise e considerou melhor retornar à Mesa, a qual decidiria em colegiado para retornar a este Conselho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a quer dar uniformidade...

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Uniformidade à decisão. Não sei se V. Ex^a entendeu bem. Continuariam os três Relatores, mas encaminharíamos

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2 / 2006 Fls. 519-Verso

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 15

23/08/06

à Mesa Diretora do Senado Federal para deliberar e voltar novamente ao Conselho de Ética, mostrando a forma como desejamos agir rapidamente para fazer a apreciação de todos esses processos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Eu queria responder à indagação do Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

Há vaga para o quinto suplente do Bloco Parlamentar da Minoria: PFL e PSDB; para o PMDB, uma vaga de titular, que já foi indicado ao Plenário, mas ainda não foi vogado; e duas vagas de suplente do PMDB. O PT tem três vagas de suplente.

É o que nós temos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – PP?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – PT, Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, o Bloco de Apoio ao Governo, PT, PL e PSB, tem três vagas de suplente.

Para titular, há somente uma vaga, devido à renúncia do Senador Ney Suassuna, do PMDB.

Parece que eu ouvi, Senador Sibá Machado, que V. Exª está plenamente de acordo com a posição do Senador Demóstenes Torres, no sentido de que se devolvam à Presidência os processos, para que eles voltem como uma representação, em vez de denúncia. V. Exª disse que, pautado nos seus conhecimentos jurídicos e no saneamento do processo, seria esse o caso?

Se V. Exª estiver de acordo, eu nomearei agora um Senador *ad hoc* para o processo do Senador Ney Suassuna, para saber se ele adota a mesma posição. Se a posição for a mesma, vou consultar nominalmente o Plenário. Se o Plenário assim desejar, vou devolver para que volte ao Conselho de Ética como representação.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Sr. Presidente, creio que cabe um esclarecimento.

Eu falei como membro do Conselho, e não como Relator indicado por V. Exª. Até mais, porque, como eu havia exposto tanto para a imprensa como para diversos colegas Senadores nesta Casa, e teria até deixado a entender para V. Exª, eu precisava de uma reunião da minha bancada para definir a minha concordância em assumir a relatoria ou não. E não tive tempo para realizar essa reunião até este horário, porque tive que vir para cá. Sr. Presidente.

Peço a V. Exª que considere a minha sugestão como membro do Conselho, e não como Relator, porque preciso fazer a reunião com a minha bancada e deliberar sobre este assunto, que não posso decidir aqui de maneira pessoal.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 16

23/08/06

Senado Federal/SGM/CEDI

Proc. nº 122, 2006 Fls. 518

Portanto, só poderei confirmar isso para V. Ex^a pelo menos com um prazo...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Se V. Ex^a quiser me nomear *ad hoc*, eu relatarei os outros dois.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não, Senador.

Eu queria dizer ao Senador César Borges, que sugeriu que fosse uniforme, que eu devolverei os processos uniformemente, os três processos. Mas eu tenho...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL - BA) – Essa proposta é de V. Ex^a mesmo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – E devolver um só, eu não vou proceder.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Até porque...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Agora, se o Senador Sibá concordar com essa devolução, nomearei o Senador César Borges para atuar como Relator *ad hoc*...

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Sem prejuízo do Senador Jefferson Peres.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sem prejuízo do Senador Jefferson Peres, somente para dar o seu voto nesse sentido, se o Senador Sibá concordar.

O SR. RELATOR (Heráclito Torres. PFL - GO) – O Senador Jefferson Peres já deu uma entrevista na Rádio Senado, que eu ouvi – e falei com S. Ex^a cedo –, dizendo que a posição dele é a mesma. Ele também vai dar o seu parecer no sentido de voltar à Mesa.

Então, se V. Ex^a concordasse, a posição dos relatórios seria a mesma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL - PI) – A posição do Senador Sibá é delicada. S. Ex^a é, no momento, um Relator condicional; vai se submeter à hierarquia partidária.

A minha pergunta é se V. Ex^a, como Presidente, tem o poder de avocar para si.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Heráclito Fortes, eu designei por escrito o Senador Sibá. Houve uma designação. Não é agora que eu vou destituí-lo, em absoluto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL - PI) – Mas o Senador...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – E principalmente na presença do Senador. Eu não faria isso jamais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL - PI) – Mas V. Ex^a há de convir que o Senador condicionou; o Senador não aceitou a relatoria. Isso era o que eu queria chamar a atenção. O que o Relator disse, Senador Presidente, foi que dependia de uma decisão do seu Partido para aceitar.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2 / 2006 Fls. 518-Versa

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 17

23/08/06

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito, V. Exª não quis ser Relator, lembra?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente, porque...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Antes de indicar os relatores, eu tive a prudência de conversar com os Srs. Senadores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É verdade!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – E até pedi sigilo. Eu fiz uma consulta prévia aos Senadores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aliás, antes de V. Exª me oferecer, eu me antecipei, dizendo: só lhe faço um pedido. Eu estou numa coordenação de campanha, não tenho tempo...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não faça isso... Não foi o que V. Exª disse?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O PT tem mais tradição em julgar do que eu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Falei com mais ou menos uns dez Senadores.

Quando eu viajei, vi na imprensa já citado o nome do Senador Sibá. Inclusive, naquela oportunidade, o Senador Sibá aceitando. Depois o Senador Sibá me disse que tinha havido um problema partidário. Mas eu já havia designado o Senador. Designei por escrito, como fiz com os demais. E S. Exª deve ter o processo em mãos, porque eu mandei entregar.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PMDB - AC) – Está no Gabinete, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Assim sendo, enquanto S. Exª não me devolver, eu o considero...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu não sabia que S. Exª já havia recebido o processo. Para mim é novidade.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PMDB - AC) – Sr. Presidente, vou concordar, então, com o procedimento sugerido pelo Senador César Borges, no sentido de devolver o processo à Mesa, para instruir o procedimento no Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agora, sem prejuízo da relatoria do Senador Jefferson Peres, devido à sua ausência, designar o Senador César Borges, ex-Governador da Bahia, Senador muito atuante, para funcionar como Relator *ad hoc* neste momento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, reafirmo que o procedimento é uniforme e que os três processos devem retornar à Mesa, para que ela delibere e os encaminhe para cá como representação.

Então seria esse o relato que eu faria com muita honra, ao substituir o Senador Jefferson Peres, que é insubstituível, dada a incumbência recebida de V. Exª. Essa é a posição correta e conforme com o desejo deste Plenário no qual verifico unanimidade.

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. Nº 001.2006-519



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 18

23/08/06

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vou submeter a votos pelo Plenário.

A votação será nominal. Peço que o Senador Demóstenes Torres faça a chamada, por gentileza.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Demóstenes, antes da votação, peço um esclarecimento: devolve-se à Mesa, e a Mesa...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A Mesa delibera se abre, ou não, processo...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É uma decisão da Mesa ou é uma decisão monocrática?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Da Mesa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Do Colegiado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É, uma decisão do colegiado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa ainda vai decidir se envia à Corregedoria para instruir.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, isso não...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pode.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, não existe essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há essa possibilidade. É o Senador Romeu Tuma que já está fazendo as investigações.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A Corregedoria tem outra função, não é para investigar quebra de decoro parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Normalmente, quando chega todo o processo, a praxe é ir à Corregedoria e voltar à Mesa. Assim foi com todos os outros processos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, senhor. Há um equívoco, mas isso a Mesa vai decidir.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É, a Mesa vai decidir, mas o Senador Romeu Tuma encontra-se presente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não há interrupção na investigação da Corregedoria, conforme a Resolução que a criou, e o Presidente não viu nenhum óbice em coletar dados para entregar aos Relatores assim que S. Ex^{as} derem início ao procedimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Como membro da Mesa, estou plenamente de acordo até que – se for o caso – não seja encaminhado à Corregedoria e que este processo seja apreciado aqui neste Conselho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me, antes da votação, dois esclarecimentos?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RE P 2 / 2006 Fls. 519-VERSO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 19

23/08/06

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Em primeiro lugar, entendo que V. Exª está cumprindo as suas obrigações e, acatando uma decisão deste Colegiado, remeterá toda a documentação à Mesa Diretora, que decidirá também em colegiado o novo procedimento.

Se o procedimento da Mesa, digamos, tiver a preocupação de qualquer um dos Senadores, com certeza, S. Exªs terão oportunidade de discutir o assunto no momento cabível.

Recebi toda a documentação que V. Exª encaminhou a mim, a qual está em meu gabinete, e, como tenho essa preocupação que acabei de explicitar, eu não abri o envelope, que continuará lacrado até o momento em que encaminharei o ofício a V. Exª confirmando, ou não, a minha permanência na Relatoria do processo.

Eu queria deixar isto claro: o documento continua em reserva.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, permita-me uma sugestão?

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Pois não, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sugiro que V. Exª abra o envelope e faça um despacho devolvendo à Presidência para que encaminhe à Mesa para que haja representação. Até lá, V. Exª decide se vai continuar, ou não, com o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Como se fosse um relatório igual ao feito pelo...

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – A minha pergunta é: se eu desse um parecer verbal aqui não seria suficiente? Eu não queria me comprometer em abrir um relatório com o qual eu não oficializei a minha responsabilidade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, V. Exª pode dar o parecer...

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Sem abrir o documento?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...dizendo que já deu parecer verbal e que o parecer foi aprovado no Plenário do Conselho.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – OK.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos passar à votação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, não há a possibilidade de V. EXª, como membro da Mesa e Presidente deste Conselho, solicitar ao Sr. Presidente, caso não haja necessidade de ir à Corregedoria, que a Mesa se reunisse ainda hoje...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não precisa ir à Corregedoria mais porque já existe uma decisão. A única proposta aqui, se entendi – e pediria ao Presidente que confirmasse, ou não –, é que a Mesa cumpra o Regimento, em decisão colegiada, e, em vez de denúncia, mande como representação para dar início ao processo...

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº ~~RCF 2.122-2~~ Fls. ~~520~~

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 20

23/08/06

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente. Não haveria a possibilidade de a Mesa reunir-se ainda hoje?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Há possibilidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se houver **quorum**, há a possibilidade?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Se o Presidente mandar agora, o Presidente pode convocar inclusive para hoje.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Haveria um apelo para que nós nos reuníssemos novamente hoje, no final da tarde, para dar início a esse processo, até porque se criou um clima de que havia uma tentativa de esta Casa jogar para frente. Por outro lado, temos Parlamentares que são candidatos e estão envolvidos...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos, primeiro, votar essa primeira parte e depois marcar a próxima reunião do Conselho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Depende da Mesa, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos marcar: vota-se e depois vamos saber quando vamos marcar. Ou então vamos deixar nas minhas tratativas com o Presidente para saber quando vota lá na Mesa para eu poder convocar os Srs. Senadores.

Nas minhas reuniões preliminares com os membros do Conselho, eu já havia acertado que a próxima reunião seria no dia 05 para o relatório final. Penso que ganharíamos muito tempo com isso. Seria no dia 05 para que cada um apresentasse o seu relatório final. E quando a Mesa encaminhasse para nós, poderíamos continuar com os mesmos Relatores e votar imediatamente.

Porém, está-se tomando uma decisão diferente, e eu tenho que acertar com S. Ex^{as} que a Mesa vai ter número para se reunir. Há membros da Mesa presentes no Senado: o Presidente, o 2º Secretário e o 3º Secretário, que se encontra presente nesta reunião. São os três.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, com relação a este assunto não sei se o Senador Demóstenes Torres já acompanhou –, já existe uma decisão anterior, não só do Conselho de Ética, mas também da Mesa do Senado Federal, tendo como Presidente o Senador José Sarney. Com certeza, a Mesa fará da mesma forma.

Senador Heráclito, só para V. Ex^a confirmar: caso não haja **quorum** para a Mesa se reunir e tomar a decisão, ou não, da representação contra os Srs. Senadores, o Presidente pode – já foi feito isso anteriormente –, por escrito,

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2 / 2006 Fls 520-Verso

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 21

23/08/06

ouvir a Mesa pedindo a manifestação e, no mesmo dia, a Mesa poderá ter a decisão final da representação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos à votação.

O Senador Demóstenes Torres fará a chamada nominal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esclareço, a pedido da Secretaria, que estamos votando a devolução dos três (03) procedimentos à Mesa dizendo que não há necessidade do procedimento preliminar, e a Mesa deliberará sobre a instauração, ou não, do processo por quebra de decoro parlamentar.

Senador Demóstenes Torres vota “Sim”.

Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Voto com V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim.

Senador Paulo Octávio?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sim, salientando, como sou da Mesa, que uma convocação do Presidente Renan para os componentes comparecerem, pela gravidade do assunto, certamente todos estarão presentes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador Paulo Octávio: Sim.

Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Presidente não vota. Só vota em caso de desempate, mas é computado para efeito de **quorum**.

Senador Luiz Otávio?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sim, com o Presidente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador Sibá Machado?

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Valmir Amaral?

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF) – Voto “Sim”.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, por unanimidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos, hoje ainda, providenciar a devolução do processo. Manterei contato com a Presidência logo que haja reunião da Mesa para que seja encaminhado ao Conselho e tentarei fazer, imediatamente, uma reunião do Conselho de Ética.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É preciso avisar com 24 horas de antecedência.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 1812/2006 Fls. 521



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 22

23/08/06

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu vou avisar. Eu corri muito com esse processo, que chegou às minhas mãos na quarta-feira, e hoje já estamos reunidos tomando uma decisão.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Senado Federal/SGM/CELP
Proc. Nº REP 2 / 2006 Fls 52/VERSO

SC - 23

23/08/06

DOCUMENTOS PERTINENTES À 5ª REUNIÃO:

- 1 - Lista de Presença dos Membros do Conselho (1 folha);
- 2 - Lista de Presença dos Não-membros do Conselho (1 folha);
- 3 - Lista de Votação - relatório do Senador Demóstenes (1 folha);
- 4 - Parecer do Senador Demóstenes Torres aprovado durante a reunião;
- 5 - Ofício n.º 285/06-CPMI "Ambulâncias" do Deputado Antônio Carlos

Biscaia.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. N.º PP 21/2006 HS 522

SC - 24

23/08/06

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) - Srs.
Senadores, agradeço a presença de todos.
Aguardem a nova convocação do Conselho.
(*Levanta-se a reunião às 11 horas e 30 minutos.*)



Senado Federal/SGM/CEDF
 PROC. Nº BCF 2.2006 File 5.23

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5ª REUNIÃO

Em 23 de agosto de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
 Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PEL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges
Heráclito Fortes	3. Mª do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Vago
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Vago	1. Vago
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Vago
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto: _____

Brasília, 23 de agosto de 2006

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCF 2, 2006 Fls. 524



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5ª REUNIÃO

Em 23 de agosto de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa

LISTA DE CONGRESSISTAS NÃO MEMBROS DO CONSELHO

Presidente: João Alberto Souza
Vice-Presidente: Demóstenes Torres

CONGRESSISTAS	Assinatura
WILLINGTON SALGADO	

Visto: _____

Brasília, 23 de agosto de 2006



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5ª REUNIÃO

Em 23 de agosto de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

Titulares	Sim	Não	Abstenção	Suplentes	Sim	Não	Abstenção
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA(PFL/PSDB)				BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA(PFL/PSDB)			
Demóstenes Torres	X			Jonas Pinheiro			
Sérgio Guerra				César Borges	X		
Heráclito Fortes	X			Mª do Carmo Alves			
Juvêncio da Fonseca				Leonel Pavan			
Paulo Octávio	X			(Vago)			
Antônio Paes de Barros				Arthur Virgílio			
PMDB				PMDB			
(Vago)				(Vago)			
João Alberto Souza				Alberto Silva			
Ramez Tebet				Valdir Raupp			
Luiz Otávio	X			(Vago)			
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)				BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)			
Sibá Machado	X			(Vago)			
Ana Júlia Carepa				(Vago)			
Fátima Cleide				(Vago)			
PDT				PDT			
Jefferson Péres				Augusto Botelho			
PTB				PTB			
Mozarildo Cavalcanti				Valmir Amaral	X		
Corregedor (Membro nato)							
Romeu Tuma (PFI.)	X						

TOTAL _____ SIM _____ NÃO _____ ABSTENÇÃO _____

VISTO: _____

SALA DE REUNIÕES, em 23 de agosto de 2006

Senado Federal/SGM/CEC
Proc Nº BCL 2. 2006 Fis. 525

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCP 2: 2006 PIS 526



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 036/2006-CEDP


Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezada Senadora,

Comunico a V. Exª que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação da Representação nº 2, de 2006, que se destina a “apurar a conduta incompatível com o decoro parlamentar de S.Exª, em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 4077
DATA/HORÁRIO: 23.9.2

Exmª. Srª.
Senadora SERYS SLHESSARENKO
Senado Federal

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep 2/2006 Fls. 527

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

RECEBIDO: *Angela Quinto*
MATRÍCULA: 2434-2
DATA/HORÁRIO: 31/08/06
11:58

Exmº Sr.

Senador TEOTÔNIO VILELA FILHOConselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Senado Federal/SGM/CED

Proc. N° 108.21 2006 Fls. 528**SENADO FEDERAL**
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador MOZARILDO CAVALCANTI
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: EMILTON
MATRÍCULA: 48404
DATA/HORÁRIO: 29/8/16 =

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 529

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a "apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a "Operação Sanguessuga", realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde."

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador RAMEZ TEBET
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: *Luciana Brito*
MATRÍCULA: 49727
DATA/HORÁRIO: 29/8/06, 16h28.

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº ACP 2/2006 Fls. 530

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador SÉRGIO GUERRA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: APEL
MATRÍCULA: 2536-5
DATA/HORÁRIO: 14h28

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº 034/2006 Fls. 531

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

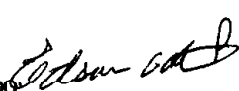
Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador ALBERTO SILVA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 170462
DATA/HORÁRIO: 24/8

29.08.06

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCO 2/2006 Fls. 532



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador VALMIR AMARAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 29.08.2006
MATRÍCULA: 305
DATA/HORÁRIO: 14:16

Valmir Gomes Ferreira Lima
Chefe de Gabinete

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rec 2/2006 Fls. 533

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

RECEBIDO: Marcia
MATRÍCULA: 191827
DATA/HORARIO: 29/08/06 às 14:15

Exmº Sr.
Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº PCP 21/2006 Fls. 534**SENADO FEDERAL**
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARL.

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasil

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6^a de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nil estabelecer cronograma de tramitação das Representações que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2 Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Ope realizada pela Polícia Federal, para investigar a quac aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos distinta consideração.



Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

RECEBIDO: 12ac
MATRÍCULA: 19528-1
DATA/HORÁRIO: 14:10 - 29/06/06

Exmº Sr.
Senador ROMEU TUMA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel. 2/2006 Fls. 535

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

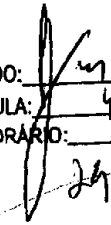
Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a "apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a "Operação Sanguessuga", realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde."

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador HERÁCLITO FORTES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 41662
DATA/HORÁRIO: 24/8

14:06

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rea 2/2006 Fls. 536

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador DEMÓSTENES TORRES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO:

MATRÍCULA:

DATA/HORÁRIO:

Demostenes
166094
29/08/06
13:58h

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel. 9. / 2006 Fls. 537

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006


Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador JÉFFERSON PÉRES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 196645
DATA/HORÁRIO: 13:56
29/08/06

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. N.º Rel 2/2006 Fls. 538



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a "apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a "Operação Sanguessuga", realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde."

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

RECEBIDO: *Janete*
MATRÍCULA: 26946
DATA/HORÁRIO: 13:53h

Exmº Sr.

Senador LUIZ OTÁVIO

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº PCP 2/2006 Fls. 539

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.

Senador AUGUSTO BOTELHOConselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: *Beatriz*
MATRÍCULA: 161163
DATA/HORÁRIO: 13,46hs

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2/2006 Fls 540**SENADO FEDERAL**
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador ANTERO PAES DE BARROS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Recebido
29/08/06
[Assinatura]
44640

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCP 2/2006 Fls. 541**SENADO FEDERAL**
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
PresidenteRECEBIDO: DMO-044
MATRÍCULA: 32854
DATA/HORÁRIO: 13.35

Exmº Sr.
Senador CÉSAR BORGES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rec 2 / 2006 Fls 542**SENADO FEDERAL**
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

RECEBIDO: *[Assinatura]*
MATRÍCULA: 3383-5
DATA/HORÁRIO: 13:30

Exmº Sr.
Senador JONAS PINHEIRO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

RECEBIDO: PM
MATRÍCULA: 10203
DATA/HORÁRIO: 13:30

Exmº Sr.
Senador VALDIR RAUPP
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador LEONEL PAVAN
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO:
MATRÍCULA: 1267-2
DATA/HORÁRIO: 29/08 - 13:25

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCP 2 / 2006 Fls. 545**SENADO FEDERAL**
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

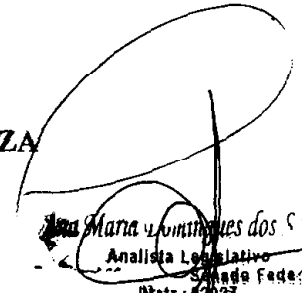
Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Sliessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente
Ana Maria L. dos Santos
Analista Legislativo
Senado Federal
Matr.: 62027RECEBIDO: _____
MATRÍCULA 20240
DATA/HORARIO: _____

Exmº Sr.
Senador PAULO OCTÁVIO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REL 2/2006 Fls. 546



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

RECEBIDO:
MATRÍCULA: 3560
DATA/HORÁRIO: 19.08.06

Exmº Sr.
Senador SIBÁ MACHADO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Senado Federal/SGM/CEDP

RCP 21/2006 Fls. 547



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezada Senadora,

Comunico a V. Exª que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

RECEBIDO:
MATRÍCULA: 34153
DATA/HORÁRIO: 25/08

Exmª Srª.

Senadora MARIA DO CARMO ALVES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rec 2/2006 Fls. 548

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

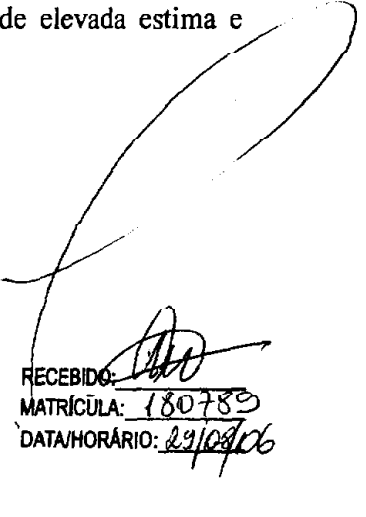
Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezada Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 6^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 180783
DATA/HORÁRIO: 29/08/06

Exm^a Sr^a.
Senadora FÁTIMA CLEIDE
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº *Rep. 2/2006* Fls. *549*

Prezada Senadora,

Comunico a V. Exª que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmª Srª.
Senadora ANA JÚLIA CAREPA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Recebido em
29/8/06
Carolina Roberto de Lucena
Chefe de Gabinete

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rec. 2/2006 Fls. 550**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Ofício nº 034/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 24 de agosto de 2006

Prezado Senador,

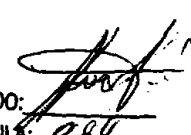
Comunico a V. Exª que está convocada a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a estabelecer cronograma de tramitação das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial n.º 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.”

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.



Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador JUVÊNCIO DA FONSECA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal



RECEBIDO:
MATRÍCULA: 924
DATA/HORÁRIO: 09.15
JORGE ORRO
Chefe de Gabinete



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 039/2006-CEDP

Brasília, 28 de agosto de 2006

Senhora Senadora,

Encaminho a V. Exª cópia da Representação nº 2, de 2006, que “apura conduta incompatível com o decoro parlamentar de S. Exª, em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006 – CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”, a fim de que V. Exª apresente perante este Conselho, querendo, defesa, no prazo de 5 (cinco) sessões, nos termos do disposto no inciso II do artigo 15 da Resolução nº 20, de 1993, que “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar” nesta Casa, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37/95.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCP 21/2006 Fls. 551

Cordialmente,

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmª Srª.
Senadora SERYS SLHESSARENKO
N E S T A



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

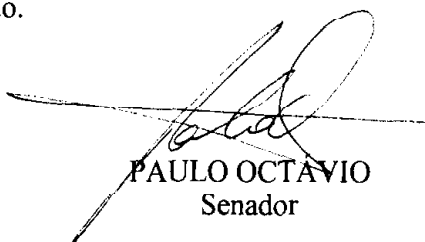
Ofício nº 061/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Na condição de Relator da Representação n.º 2, de 2006, relativa à Senadora Serys Slhessarenko, solicito a Vossa Excelência formular convite ao Sr. Luiz Antonio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darci José Vedoin, ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, ao Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, ao Sr. Ivo Marcelo Spínola da Rosa e ao Sr. Paulo Roberto Ribeiro, para que sejam ouvidos perante este Conselho, em reuniões nos dias 5 e 6 de setembro do corrente.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.



PAULO OCTAVIO
Senador

Exm^o Sr.

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 2/2006 Fls. 553

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6ª REUNIÃO

Em 05 de setembro de 2006, terça-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Vago	1. Vago
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Vago
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto:

Brasília, 05 de setembro de 2006



Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. Nº Rel 2 / 2006 Fls. 554**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****6ª REUNIÃO**

Em 05 de setembro de 2006, terça-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE CONGRESSISTAS NÃO MEMBROS DO CONSELHO**Presidente: João Alberto Souza
Vice-Presidente: Demóstenes Torres**

CONGRESSISTAS	Assinatura
<i>deli Salvati</i>	<i>deli Salvati</i>
<i>Romeu Lourenço</i>	<i>Torres</i>

Visto: *jo*

Brasília, 05 de setembro de 2006



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep. 2, 2006 Fls. 555

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 058/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezada Senadora,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir, nos autos da Representação nº 2, de 2006, os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação do Senador Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exm^a Sr^a
Senadora SERYS SLHESSARENKO
Senado Federal

RECEBIDO: [assinatura]
MATRÍCULA: 40713
DATA/HORÁRIO: 12.20



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 556**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezada Senadora,

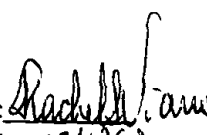
Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.



Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmª Srª
Senadora MARIA DO CARMO ALVES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 154262
DATA/HORÁRIO: 31/8/06
19h35



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc N° ACP 2 / 2006 Fls. 557

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador ROMEU TUMA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO:
MATRÍCULA: 42027
DATA/HORÁRIO: 31/8/06

12.30



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 558

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

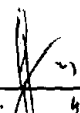
Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador HERÁCLITO FORTES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 41662
DATA/HORÁRIO: _____

31/8/06
17.47



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep 2 / 2006 Fls. 553

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador AUGUSTO BOTELHO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO:
MATRÍCULA: 173920
DATA/HORÁRIO: 12:25



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCF 1 / 2006 Fls. 560

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador DEMÓSTENES TORRES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: Reuda
MATRÍCULA: 181861
DATA/HORÁRIO: 12.21.31/08



Senado Federal/SOM/CEDP

Proc. Nº Rep. 2.1206 Fls. 561

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exm^o Sr.**Senador LUIZ OTÁVIO**Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 24112
MATRÍCULA: 32148
DATA/HORÁRIO: 12:30
31/08/06



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2/2006 Fls 562

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.

Senador JEFFERSON PÉRES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: JURIMOR
MATRÍCULA: 40621
DATA/HORÁRIO: 31/09

17:09



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº PC 12/2006 Fls. 563

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.

Senador ANTERO PAES DE BARROS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: Ana
MATRÍCULA: 44490
DATA/HORÁRIO: 31/08 - 12 h



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REL 2/2006 Fls. 564

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,


Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr

Senador VALDIR RAUPPConselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 10203
DATA/HORÁRIO: 12.10



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rec 2, 2006 Fls 565

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador LEONEL PAVAN
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 10/09/06
MATRÍCULA: 1967-9
DATA/HORARIO: 31/08 12:10



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº Rel 2 / 2006 Fls 566

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

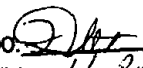
Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador CÉSAR BORGES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 1624-8
DATA/HORÁRIO: 21-08-20

41 12:05



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2/2006 Fls. 567

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador PAULO OCTÁVIO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO:
MATRÍCULA: 35881
DATA/HORÁRIO: 31/08
12:04



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 568

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador SIBÁ MACHADO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: NCH
MATRÍCULA: 3561-0
DATA/HORÁRIO: 12 horas



Senado Federal/SGM/CEDI

Proc Nº Rel 21/2006 Fls 569

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.

Senador JONAS PINHEIROConselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado FederalRECEBIDO: Qag
MATRÍCULA: 3042-9
DATA/HORÁRIO: 31/8/06



Senado Federal/SGM/CED
Proc. Nº PCP 21/2006 Fls. 570

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr
Senador TEOTÔNIO VILELA FILHO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO Arquêla. Pereira
MATRÍCULA: 2434
DATA/HORÁRIO: 31/8 - 11:58



Senado Federal/SGM/CEC
Proc. Nº REP 21 2006 Fls 571

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 11/08/06
MATRÍCULA: 197492
DATA/HORÁRIO: 31/08/06
11:52



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 572

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.

Senador VALMIR AMARAL

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 24
MATRÍCULA: 5003
DATA/HORÁRIO: 31/08/06
11:54h



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2/2006 Fls. 573**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador SÉRGIO GUERRA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: ABEL
MATRÍCULA: 2556-5
DATA/HORÁRIO: 31/08/06
15h00



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rep 2/2006 Fls. 574

**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador ALBERTO SILVA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 0 Maie. 110
MATRÍCULA: 3725
DATA/HORÁRIO: 15 horas



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep 2 / 2006 Fls. 576**SENADO FEDERAL**
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

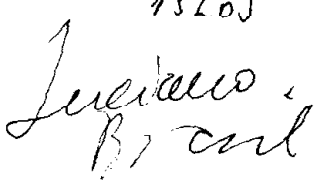
Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.


Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador RAMEZ TEBET
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: MATRÍCULA: 4927DATA/HORÁRIO: 31/8/6

15105





Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RC 2 / 2006 Fls. 577

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezada Senadora,

Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmª Srª

Senadora ANA JÚLIA CAREPA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO:
MATRÍCULA: 2463
DATA/HORÁRIO: 31/08/06

15:28



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rep 2/2006 Fls. 578

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezada Senadora,

Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmª Srª
Senadora FÁTIMA CLEIDE
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: Silvia Peres
MATRÍCULA: 18785
DATA/HORÁRIO: 31/08/06



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep 2 / 2006 Fls. 579**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezada Senadora,


Comunico a V. Exª que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.



Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmª Srª
Senadora ANA JÚLIA CAREPA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: 
MATRÍCULA: 2463
DATA/HORÁRIO: 31/08/06

15



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2 / 2006 Fls 580

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 041/2006-CEDP(Circular)

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senador,

Comunico a V. Ex^a que está convocada a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir os Senhores Luiz Antonio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, por solicitação dos Senadores Jefferson Péres - Relator da Representação nº 1, de 2006, Paulo Octávio - Relator da Representação nº 2, de 2006, e Demóstenes Torres - Relator da Representação nº 3, de 2006.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Exmº Sr.
Senador JUVÊNIO DA FONSECA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

RECEBIDO: Pause
MATRÍCULA: 1825-1
DATA/HORÁRIO: 10/19

Senado Federal/SGM/CEDI
Proc. Nº Rep 2/2006 Fls. 581



SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

CERTIDÃO

Certifico que, por volta das 10h (dez horas) do dia 30 (trinta) de agosto de 2006 (dois mil e seis), por determinação da Dra. Cláudia Lyra Nascimento, Secretário-Geral da Mesa Adjunta, entrei em contato com o Dr. Otto Medeiros, advogado dos Srs. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros, através do telefone (65) 3623-4648, para informá-lo que o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador João Alberto Souza, convidará os referidos Srs. a prestar depoimento na 7ª Reunião deste Conselho, às 11:30h (onze horas e trinta minutos) do dia 05 (cinco) de setembro próximo, nos autos das Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, referentes aos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente. Informei ao Dr. Otto Medeiros que os ofícios de convocação serão transmitidos via fax tão logo Sua Excelência o Senador João Alberto Souza os assine. O Dr. Otto Medeiros comprometeu-se a informar a este Conselho dia e horário de voo dos convidados para fins de emissão das correspondentes passagens aéreas. E, por ser verdade, eu, Miguel, Maria Amália Figueiredo da Luz, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, firmo a presente certidão. Em 30 (trinta) de agosto de 2006 (dois mil e seis).

RUC-30-06 MED 04131 PM REC SET PUBLICIDADE

Senado Federal/SGM/CEDP

PCL 2/2006 Fls 582

Av. General Vallé, nº 321, Ed. Marçal
Residencial, sala 1506, Bairro Pindamonias,
Cidade de MT

transmissão de fax

Para: Sr. Amália Figueiredo Fax: (061) 3311-5260

De: Advocacia - Otto Medeiros de Azevedo Jr Data: 30/8/2006

Ref: Reservas de Passagens e Hospedagem Págs: 01

☐ Urgente ☐ Para revisão ☐ Favor comentar ☐ Favor responder ☐ Favor circular

Senado Federal - Conselho de Ética - Sr. Amália Figueiredo

Referência: Reserva de Passagens aéreas e hospedagens.

Reu: Daniel José Vedoin

Reu: Luiz Antônio Trevisan Vedoin

Reu: Ronaldo Pereira Medeiros

Advogado: Otto Medeiros de Azevedo Júnior

Obs: Favor enviar fax para (65) 3623-4648, confirmando as reservas e vãos.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários

Otto Medeiros de Azevedo Júnior

Recebido às 17h
do dia 30/8/06

Honorário

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCP 2/2006 Fls. 583Av. General Valle, nº 321, 84 Marçal
Rondos, sala 1206, Bairro Pindamonias
Curitiba/PR

transmissão de fax

Para: Sr. Amália Figueiredo Fax: (061) 3311-5260

De: Advogada – Otto Medeiros de Azevedo Jr Data: 30/8/2006

Ref: Reservas de Passagens e Hospedagem Págs: 01

☐ Urgente ☐ Para revisão ☐ Favor comentar ☐ Favor responder ☐ Favor circular

Senado Federal – Conselho de Ética – Sr.ª Amália Figueiredo

Referência: Reserva de Passagens aéreas e hospedagens

Rcu: Darci José Vedoim

Rcu: Luiz Antônio Trevisan Vedoim

Rcu: Ronaldo Pereira Medeiros

Advogado: Otto Medeiros de Azevedo Júnior

Obs: Favor enviar fax para (65) 3623-4648, confirmando as reservas e vãos.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Otto Medeiros de Azevedo Júnior



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 044/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RCF 2 / 2006 Fls 584

Prezado Senhor,

Convido V. S^a para comparecer à 7^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, destinada a ouvi-lo nos autos das Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, referentes aos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente.

Este Conselho de Ética disponibilizará as condições necessárias para o comparecimento de V. S^a, inclusive a estada em Brasília.

Atenciosamente,

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Ilm^º Sr.**LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDOIN**



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº RCF 2 / 2006 Fls. 585

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 053/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senhor,

Convido V. S^a para comparecer à 7^a Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, destinada a ouvi-lo nos autos das Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, referentes aos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente.

Este Conselho de Ética disponibilizará as condições necessárias para o comparecimento de V. S^a, inclusive a estada em Brasília.

Atenciosamente,

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente



Ilm^o Sr.
DARCI JOSÉ VEDDIN



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2 / 2006 Fls. 586

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 054/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senhor,

Convido V. S^a para comparecer à 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, destinada a ouvi-lo nos autos das Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, referentes aos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente.

Este Conselho de Ética disponibilizará as condições necessárias para o comparecimento de V. S^a, inclusive a estada em Brasília.

Atenciosamente,

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Ilm^º Sr.
RONILDO PEREIRA MEDEIROS

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel. 2/2006 Fls. 587

TRANSMISSION VERIFICATION REPORT

TIME : 05/31/2006 15:23

DATE/TIME
FAX NO./NAME
DURATION
PAGES
RESULT
MODE

05/31 15:21
09216536234648
00:01:48
03
OK
STANDARD



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2/2006 Fls 588

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 044/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senhor,

Convido V. S^a para comparecer à 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, destinada a ouvi-lo nos autos das Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, referentes aos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente.

Este Conselho de Ética disponibilizará as condições necessárias para o comparecimento de V. S^a, inclusive a estada em Brasília.

Atenciosamente,

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Ilmº Sr.
LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDOIN

RECEBIDO: Encheva
MATRÍCULA: 5985
DATA/HORÁRIO: 31/08/06
(16:48 h)

Dr. OHO Medeiros
Av. Gen. Valle, 321
Ed. Marechal Rondon,
511506 - Bairro Pandeiro
Aruiter - Curitiba - PR



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rel 2 / 2006 Fls. 589

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 053/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senhor,

Convido V. S^a para comparecer à 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, destinada a ouvi-lo nos autos das Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, referentes aos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente.

Este Conselho de Ética disponibilizará as condições necessárias para o comparecimento de V. S^a, inclusive a estada em Brasília.

Atenciosamente,

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Ilm^{te} Sr.
DARCI JOSÉ VEDDIN

RECEBIDO: Andreia
MATRÍCULA: 5985
DATA/HORÁRIO: 31/08/06
(16:48 h)



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep 2/2006 Fls. 590

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 054/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Prezado Senhor,

Convido V. S^a para comparecer à 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 05 de setembro, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, destinada a ouvi-lo nos autos das Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, referentes aos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente.

Este Conselho de Ética disponibilizará as condições necessárias para o comparecimento de V. S^a, inclusive a estada em Brasília.

Atenciosamente,

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente

Ilm^o Sr.
RONILDO PEREIRA MEDEIROS

RECEBIDO: Amélia
MATRÍCULA: 5485270
DATA/HORÁRIO: 31/08/06
(16:48 h)

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rec 2/2006 Fls. 591

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN

Aos 5 (cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 11:30 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu, Maria Amália Figueiredo MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN
Depoente


OTTO MEDEIROS
Advogado

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Rel. 2/2006 Fls. 532

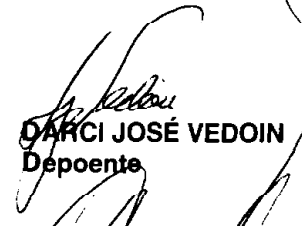


SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. DARCI JOSÉ VEDOIN

Aos 5 (cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 11:30 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor DARCI JOSÉ VEDOIN, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu, Maria Amália Figueiredo da Luz MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


DARCI JOSÉ VEDOIN
Depoente


OTTO MEDEIROS
Advogado

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº ACP 2/2006 Fls. 593



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. RONILDO PEREIRA MEDEIROS

Aos 5 (cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 11:30 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor RONILDO PEREIRA MEDEIROS, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu, Maria Amália Figueiredo da Luz MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente

RONILDO PEREIRA MEDEIROS
Depoente

OTTO MEDEIROS
Advogado

Senado Federal/SGM/CEOP
Proc. Nº 266.2/2006-15 594



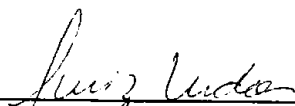
**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE SIGILO TELEFÔNICO

Eu, Luiz Antonio Trevisan Vedoin, brasileiro,
CASADO (estado civil), COMPRÉNSIVO
(profissão), identidade nº 888294 SSP/MT
domiciliado em AV. BOSQUE DA SAÚDE, 250, AP. 701
BAIRRO BOSQUE DA SAÚDE - CUIABÁ, MT
594563531-68, inscrito no CPF/MF sob o nº
594563531-68, ratificando declaração hoje feita perante
o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, autorizo o
Ministério das Comunicações, a ANATEL e demais órgãos competentes e
empresas privadas relacionadas, sejam ou não concessionárias de serviços
públicos, a proceder à transferência de meu sigilo telefônico ao Conselho de
Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, estando essas instituições por
mim expressamente autorizadas a fornecer ao Conselho de Ética e Decoro
Parlamentar os documentos e as informações que solicitar referentes aos
telefones de números (65) 9981-1715, (65) 8111-6474 e (65) 8404-6311 no
período de 01 de janeiro de 2004 até 05 de setembro de 2006.

Por ser verdade, firmo a presente autorização.

Brasília-DF, em 05 de setembro de 2006.



Luiz Antonio Trevisan Vedoin

Recebi uma cópia
deste documento e
05/09/2006

Recebi
a cópia
05/09/2006

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep 2/2006 Fls. 595*recebi uma cópia
deste documento e
05/09/2006.*

**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE SIGILO BANCÁRIO E
FISCAL**

Recebi

Eu, Luiz Antonio Trevisan Vedoin, brasileiro,
ASADO (estado civil),
EMPRESÁRIO (profissão), domiciliado em
AV. BOSQUE DA SAÚDE, 250 AL. 701 BAIRRO BOSQUE DA
SAÚDE CUIABÁ-MT,
inscrito no CPF/MF sob o nº 594563531-68,
ratificando declaração feita perante o Conselho de Ética e Decoro
Parlamentar do Senado Federal em 05 de setembro de 2006, autorizo a
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 77,
de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a "Operação
Sanguessuga", realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha
que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde,
bem como o Ministério da Fazenda, a Receita Federal, os órgãos estaduais
e municipais responsáveis pelo sigilo fiscal das empresas a seguir indicadas,
o Banco Central do Brasil e quaisquer das instituições financeiras indicadas
no §1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001, a proceder à
transferência do sigilo bancário e fiscal das empresas PLANAM INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E SERVIÇOS, SANTA MARIA COMÉRCIO E
REPRESENTAÇÃO e KLASS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ao
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, estando a
CPMI citada, a Receita Federal e demais órgãos relacionados ao sigilo fiscal
das empresas citadas, o Banco Central do Brasil e as demais instituições
financeiras por mim expressamente autorizadas a fornecer ao Conselho de

pk

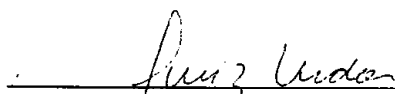
Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº AC 2 / 2006 Fls. 536

Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal os documentos e informações, referentes ao período de 01 de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2003, que relaciono a seguir:

- 1) Extratos da movimentação financeira, em meio magnético e impresso, autenticados pela instituição, relativos a:
 - 1.1) conta-corrente, conta-investimento, de depósito ou poupança;
 - 1.2) investimentos em títulos e valores mobiliários, de renda fixa ou variáveis;
 - 1.3) investimentos em fundos;
 - 1.4) investimentos em títulos e valores nos mercados à vista, a termo e de fundos;
 - 1.5) extratos de cartões de crédito.
- 2) Cópia de todos os documentos referentes aos lançamentos constantes dos extratos financeiros.
- 3) Extrato bancário contendo todos os lançamentos e a identificação da origem dos créditos e os favorecidos dos débitos, para valores superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 4) Quaisquer documentos e informações relacionados ao sigilo fiscal que sejam solicitados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal relativos ao período indicado.

Por ser verdade, firmo o presente Termo.

Brasília-DF, em 05 de setembro de 2006.



Luiz Antonio Trevisan Vedoin

Senado Federal/SGM/CEDP
de Nº Rec 2 / 2006 Fls. 596-1



**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

ATA DA 6ª REUNIÃO DE 2006

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião de 2006, realizada em 5 de setembro de 2006, terça-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a “Estabelecer procedimentos relativos às Representações nºs 1, 2 e 3, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Shessarenko e Magno Malta, em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Heráclito Fortes

Juvêncio da Fonseca

César Borges (suplente)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

PDT

Jefferson Péres

Augusto Botelho (suplente)

PMDB

João Alberto Souza

Luiz Otávio

Valdir Raupp (suplente)

CORREGEDOR

Romeu Tuma (PFL)

Esteve presente, ainda, a Senadora IDELI SALVATI (PT-SC)

*Cartão que foi publicado no DF nº 17,
de 19/10/2006, págs. 30300/30304.*

*Cartão
nº 106123*

*Publique-se
em 4/10/06*

Senado Federal/SGM/CEDP

Nº Rel 2/2006 Fls. 596-2

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 2

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Submeto à aprovação do Plenário a ata circunstanciada da última reunião deste Conselho, realizada no dia 23 de agosto de 2006, cujas cópias se encontram sobre a bancada.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião foi convocada nos termos da Resolução nº 20/93 para conhecer procedimentos relativos às Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar. Dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta respectivamente em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”.

Comunico aos Srs. Membros deste Conselho que designei o Senador Demóstenes Torres, relator do processo referente ao Senador Magno Malta, devido à renúncia do relator anteriormente designado, Senador Sibá Machado. Para relator do processo referente à Senadora Serys Slhessarenko, designei o Senador Paulo Otávio.

Este Presidente recebeu Ofício nº 60/2006, do Senador Jefferson Péres, na condição de Relator da Representação nº 1, de 2006, relativo ao Senador Ney Suassuna.

“Solicito a V. Exª formular convite ao Exmº Sr. Deputado Antonio Carlos Biscaia, ao Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darcy José Vedoin, ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, ao Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, à Srª Marilane Carvalho e à Srª Maria da Penha Lino para que sejam ouvidos perante este Conselho em reunião nos dias 5 e 6 de setembro do corrente.

Senador Jefferson Péres.”

O Senador Paulo Otávio ainda não chegou, nem o Senador Demóstenes Torres. Ambos me telefonaram que estão chegando, quando então lerei os requerimentos assinados por ambos.

Em votação o requerimento do Senador Jefferson Péres.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Relator, Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não necessidade, a rigor, do que se chama aqui de plano de trabalho. Nós não estamos numa Comissão de Inquérito. Não há complexidade nas ações a serem desenvolvidas. Eu já examinei o processo que veio da CPMI,

Senado Federal/SGM/CO-OP

Proc. Nº REP 2/2006, Fls. 596-3**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA**

SF - 3

já arrolei as testemunhas, as pessoas que, no meu entender, devem ser ouvidas, três hoje e mais duas amanhã.

Terminadas essas oitivas, Sr. Presidente, eu teria necessidade de ouvir apenas o senador acusado, salvo se ele próprio apresentar seu rol de testemunhas, que eu, obrigatoriamente, terei de ouvir. Então, na hipótese de ele não fazer isso, o meu roteiro, além dessas duas reuniões de hoje e de amanhã, seria, Sr. Presidente, ouvir o Senador Ney Suassuna, em data a ser designada. Findo isso, ouvido o Senador, eu apenas necessitaria do prazo de uma semana para apresentar o meu parecer. Se ele arrolar testemunhas, nós teremos de fazer um calendário para ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Um momento, Senador Sibá.

Eu gostaria de perguntar ao Senador Jefferson Péres se já designaria hoje a data para ouvir o Senador ou ainda vai conversar com o Senador se ele quer ser ouvido ou se a defesa prévia já é o suficiente. Como é que vai ser? V. Exª vai conversar com ele?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não, ele terá de ser ouvido, por último, a menos que ele não queira. Eu gostaria de ouvi-lo. Se ele não quiser, se ele considerar a defesa prévia suficiente, eu não vou insistir na oitiva dele. Eu não sei se ele fará o rol das suas próprias testemunhas de defesa. Isso é que eu não sei. Só ele poderá dizê-lo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Sr. Senador, eu queria, para agilizar...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se depender de mim, eu ouviria o Senador na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – V. Exª não quer marcar uma data logo?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Posso marcar a data.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Nós marcaremos logo a data e arrolaria as testemunhas ou se ele então consideraria já a defesa prévia como a única coisa que ele tivesse...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se ele não tiver as testemunhas, poderíamos ouvir a ele e as testemunhas no mesmo dia se não forem muito.

Eu gostaria de ouvi-lo, para não parecer que não estamos protelando, na próxima semana, numa data que V. Exª julgar conveniente, na terça-feira ou quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu gostaria de passar a palavra ao Plenário.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu consulto o Relator, Sr. Presidente, se havendo uma concordância do Senador Ney Suassuna em apresentar sugestões de nomes de testemunhas, não de defesa. Se V. Exª acha conveniente fazer isso num ambiente coletivo ou se faria pessoalmente, e

Senado Federal/SGM/CEOP

Nº Rec 2/2006 Fls. 596-4**SENADO FEDERAL**
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 4

dispensaria a presença de demais membros. Porque se houver a necessidade de nossa presença, a idéia de se confirmar a data ficaria muito interessante. Porque nós estamos nessa reta que todo mundo está com mil e uma atividade, extracasa, e seria combinar para que todos se agendem para estar presente neste momento.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Regimentalmente, não é possível ouvir sem a presença dos demais membros do Conselho, Senador Sibá Machado. O Regimento, ao meu ver, é até falho, neste particular. Eu creio que aos relatores devriam ser dada a prerrogativa de ouvir, desde que fosse isso formalizado. A Secretaria lavrando, tomando por termo a declaração das testemunhas. Mas, infelizmente, o Regimento exige que seja feito perante o Conselho o depoimento das testemunhas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A minha última dúvida, Sr. Presidente, V.Exª pode sugerir então a data para gente já ter uma idéia e combinar depois com o Senador Suassuna, se essa possibilidade é a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – No meu entender, seria na quarta-feira.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu acho que é um bom dia. Não sei que os Srs. Senadores acham.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu sugeriria na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Poderia ser na terça-feira. Eu não sei também a disponibilidade do Relator e dos Srs. Senadores.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Por mim, terça-feira estaria bom.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Para a oitiva dessas testemunhas teria de ter regimentalmente a maioria dos membros presentes, ou o número de presentes já seria suficiente com qualquer número?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu acabo de manter contato com a Assessoria Técnica. Ela diz que estando eu e o Relator, poderia ser ouvida a testemunha.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Também se isso está bem claro e todos tomarem conhecimento desta condição, eu não vejo dificuldade. Porque o importante é o Relator realmente tomar esses depoimentos sem ouvir a defesa dos denunciados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Agora é bom que se diga que o Senador Jefferson Péres traga a presença também do Senador nessa data. Ele estará presente. Agora, nós vamos ouvi-lo com os que estiverem presentes. Não poderemos é fazer votações.

Senado Federal/SGM/CLDP

Nº Rec 2/2006 Fls. 596-5

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 5

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O indiciado, o acusado tem de ser o último a ser ouvido. A menos que ele abra mão disso, alegando que tudo o que tinha de dizer já foi dito na defesa prévia. Mas ele terá de ser ouvido, necessariamente. A menos que não queira.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Eu entendo que ele deva ser ouvido por último, porque ele vai analisar certamente que forem coligidas. Porque senão seria surpresa para ele ser ouvido antes e depois as provas chegam e ele não tem oportunidade. É isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Senador Juvêncio da Fonseca, já existe um pré-processo. Foi um inquérito parcial que nos foi encaminhado. E já foi encaminhado ao Senador. Então, se as pessoas confirmarem, ele já tem com ele, e mais a hoje que nós vamos ouvir.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E eles foram notificados para acompanharem os depoimentos, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Exatamente. Foram todos os três notificados para acompanhar. Só quem encaminhou o advogado hoje aqui foi a Senadora Serys Slhessarenko. Já tem um advogado aqui. O Senador Magno Malta me comunicou que ficaria no Espírito Santo, que ele não viria até. E o Senador Ney Suassuna não me comunicou absolutamente nada a esse respeito. Se viria ou se mandaria um advogado, não me comunicou.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tem um advogado do Senador Magno Malta, ele está aí também.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – O advogado do Senador Magno Malta, não é? Então está certo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu queria que V. Ex^a citasse os nomes para que a gente ter ciência de que foram anunciadas as presenças aqui, o nome dos advogados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu gostaria que a Assessoria me providenciasse esses nomes. Eles não se apresentaram formalmente, então a Assessoria agora vai tomar nota dos nomes para que sejam anunciados.

É bom que se diga que esta reunião vai ser já encerrada para reabrimos as 11 horas e 30 minutos. Mesmo porque, os advogados, a hora em que forem anunciados será às 11 horas e 30 minutos, quando começarão as oitivas. Podem ser enunciados agora, mas às 11 horas e 30 minutos que começaremos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Já está marcada a oitiva do Ney ou não?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Consulto a Assessoria, os convocados já chegaram?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não, eu estou dizendo a oitiva do Ney.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

Senado Federal/SGM/CO-OP

Proc. Nº Rec 2/2006 Fls. 596-6

SF - 6

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – As testemunhas convidadas comunicaram que já se deslocaram para cá. Dentro de 10 ou 15 minutos elas estarão aqui.

Então fica marcada a oitiva do Ney Suassuna para terça-feira e com as testemunhas que ele arrolar, não é assim, Senador. Se ele arrolar alguma testemunha, nós a convocaremos. E a comunicação para ele será enviada hoje, comunicando-lhe que terça-feira será a reunião. Fica o convite ao Senador Ney Suassuna.

O SR. ASSESSOR – Sr. Presidente, os advogados são. Dr. Alexandre Silhessarenko e Dr. Davi Machado Evangelista.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – A Assessoria está me trazendo o nome do Dr. Alexandre Silhessarenko, advogado da Senadora Serys Silhessarenko. E o Dr. Davi Machado Evangelista, também advogado da Senadora Serys.

O advogado do Senador Magno Malta é o Dr. Luís Carlos da Silva Neto. São os advogados.

Vamos encerrar a presente reunião e reabrimos exatamente daqui a 14 minutos, às 11 horas e 30 minutos para ouvirmos as testemunhas convidadas.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião, que será reaberta às 11 horas e trinta minutos.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 16 minutos.)



Senado Federal/SGM/C.L.DP
Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 596-7

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6ª REUNIÃO

Em 05 de setembro de 2006, terça-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PP/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges <i>César Borges</i>
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Vago	1. Vago
João Alberto Souza <i>João Alberto Souza</i>	2. Alberto Silva
Ramez Tebet <i>Ramez Tebet</i>	3. Valdir Raupp <i>Valdir Raupp</i>
Luiz Otávio	4. Vago
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PV/PSB)	
Sibá Machado <i>Sibá Machado</i>	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres <i>Jefferson Péres</i>	1. Augusto Botelho <i>Augusto Botelho</i>
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
<i>Senador Romeu Tuma (Corregedor)</i>	

Visto: *João Alberto Souza*

Brasília, 05 de setembro de 2006



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Senado Federal/SGM/CL DP
Proc. Nº RCP 24 2006 Fls. 596-8

6ª REUNIÃO

Em 05 de setembro de 2006, terça-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE CONGRESSISTAS NÃO MEMBROS DO CONSELHO

Presidente: João Alberto Souza
Vice-Presidente: Demóstenes Torres

CONGRESSISTAS	Assinatura
Ideli Salvatti	Ideli Salvatti
Demostenes Torres	Demostenes Torres

Visto:

Brasília, 05 de setembro de 2006

Senado Federal/SGM/C... DP

Proc. Nº Rec 2/2006 Fls. 546-9

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 060/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Na condição de Relator da Representação n.º 1, de 2006, relativa ao Senador Ney Suassuna, solicito a Vossa Excelência formular convite ao Exmo. Deputado Antônio Carlos Bisciaia, ao Sr. Luiz Antonio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darci José Vedoin, ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, ao Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, à Sra. Marilane Cavalcanti de Albuquerque e à Sra. Maria da Penha Lino, para que sejam ouvidos perante este Conselho, em reuniões nos dias 5 e 6 de setembro do corrente.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

JEFFERSON PERES
Senador

Exm^a Sr.**Senador JOÃO ALBERTO SOUZA**Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep 2 / 2006 Fls 596-10

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 7**DOCUMENTOS PERTINENTES À 6ª REUNIÃO:**

- 1 – Lista de Presença dos Membros do Conselho (1 folha);
- 2 – Lista de Presença dos não-Membros do Conselho (1 folha);
- 3 – Ofício nº 60/2006-CEDP, do Senador JEFFERSON PÉRES.

U:\CONSELHO DE ÉTICA\2006\2006 - 06ª Reunião - ata corrigida (Maris)
(cc2006215.001).doc 06/10/06 16:45

Senado Federal/SGM/CED

Proc. Nº Rep 2/2006 Fls 596/11

**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

ATA DA 6ª REUNIÃO DE 2006

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião de 2006, realizada em 5 de setembro de 2006, terça-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, Estabelecer procedimentos relativos às Representações nºs. 1, 2 e 3, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Heráclito Fortes

Juvêncio da Fonseca

César Borges (suplente)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

PDT

Jefferson Péres

Augusto Botelho (suplente)

PMDB

João Alberto Souza

Luiz Otávio

Valdir Raupp (suplente)

CORREGEDOR

Romeu Tuma (PFL)

Esteve presente, ainda, a Senadora IDELI SALVATI (PT-SC)

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc N° PCP 2/2006 Fis. 596-1

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 2

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Submeto à aprovação do Plenário a ata circunstanciada da última reunião deste Conselho, realizada no dia 23 de agosto de 2006, cujas cópias se encontram sobre a bancada.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião foi convocada nos termos da Resolução nº 20/93 para conhecer procedimentos relativos às Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar. Dos Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta respectivamente em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”.

Comunico aos Srs. Membros deste Conselho que designei o Senador Demóstenes Torres, relator do processo referente ao Senador Magno Malta, devido à renúncia do relator anteriormente designado, Senador Sibá Machado. Para relator do processo referente à Senadora Serys Slhessarenko, designei o Senador Paulo Otávio.

Este Presidente recebeu Ofício nº 60/2006, do Senador Jefferson Péres, na condição de Relator da Representação nº 1, de 2006, relativo ao Senador Ney Suassuna.

“Solicito a V. Exª formular convite ao Exmº Sr. Deputado Antonio Carlos Biscaia, ao Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darcy José Vedoin, ao Sr. Ronaldo Pereira Medeiros, ao Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, à Srª Marilane Carvalho e à Srª Maria da Penha Lino para que sejam ouvidos perante este Conselho em reunião nos dias 5 e 6 de setembro do corrente.

Senador Jefferson Péres.”

O Senador Paulo Otávio ainda não chegou, nem o Senador Demóstenes Torres. Ambos me telefonaram que estão chegando, quando então lerei os requerimentos assinados por ambos.

Em votação o requerimento do Senador Jefferson Péres.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Relator, Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não necessidade, a rigor, do que se chama aqui de plano de trabalho. Nós não estamos numa Comissão de Inquérito. Não há complexidade nas ações a serem desenvolvidas. Eu já examinei o processo que veio da CPMI,

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. Nº Rep 2/2006 Fls. 546/3

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 3

já arrolei as testemunhas, as pessoas que, no meu entender, devem ser ouvidas, três hoje e mais duas amanhã.

Terminadas essas oitivas, Sr. Presidente, eu teria necessidade de ouvir apenas o senador acusado, salvo se ele próprio apresentar seu rol de testemunhas, que eu, obrigatoriamente, terei de ouvir. Então, na hipótese de ele não fazer isso, o meu roteiro, além dessas duas reuniões de hoje e de amanhã, seria, Sr. Presidente, ouvir o Senador Ney Suassuna, em data a ser designada. Findo isso, ouvido o Senador, eu apenas necessitaria do prazo de uma semana para apresentar o meu parecer. Se ele arrolar testemunhas, nós teremos de fazer um calendário para ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Um momento, Senador Sibá.

Eu gostaria de perguntar ao Senador Jefferson Péres se já designaria hoje a data para ouvir o Senador ou ainda vai conversar com o Senador se ele quer ser ouvido ou se a defesa prévia já é o suficiente. Como é que vai ser? V. Exª vai conversar com ele?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não, ele terá de ser ouvido, por último, a menos que ele não queira. Eu gostaria de ouvi-lo. Se ele não quiser, se ele considerar a defesa prévia suficiente, eu não vou insistir na oitiva dele. Eu não sei se ele fará o rol das suas próprias testemunhas de defesa. Isso é que eu não sei. Só ele poderá dizê-lo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Sr. Senador, eu queria, para agilizar...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se depender de mim, eu ouviria o Senador na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – V. Exª não quer marcar uma data logo?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Posso marcar a data.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Nós marcaremos logo a data e arrolaria as testemunhas ou se ele então consideraria já a defesa prévia como a única coisa que ele tivesse...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se ele não tiver as testemunhas, poderíamos ouvir a ele e as testemunhas no mesmo dia se não forem muito.

Eu gostaria de ouvi-lo, para não parecer que não estamos protelando, na próxima semana, numa data que V. Exª julgar conveniente, na terça-feira ou quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu gostaria de passar a palavra ao Plenário.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu consulto o Relator, Sr. Presidente, se havendo uma concordância do Senador Ney Suassuna em apresentar sugestões de nomes de testemunhas, não de defesa. Se V. Exª acha conveniente fazer isso num ambiente coletivo ou se faria pessoalmente, e

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. N.º PCP 2 / 2006 Fls. 596 14

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 4

dispensaria a presença de demais membros. Porque se houver a necessidade de nossa presença, a idéia de se confirmar a data ficaria muito interessante. Porque nós estamos nessa reta que todo mundo está com mil e uma atividade, extracasa, e seria combinar para que todos se agendem para estar presente neste momento.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Regimentalmente, não é possível ouvir sem a presença dos demais membros do Conselho, Senador Sibá Machado. O Regimento, ao meu ver, é até falho, neste particular. Eu creio que aos relatores deveriam ser dada a prerrogativa de ouvir, desde que fosse isso formalizado. A Secretaria lavrando, tomando por termo a declaração das testemunhas. Mas, infelizmente, o Regimento exige que seja feito perante o Conselho o depoimento das testemunhas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A minha última dúvida, Sr. Presidente, V.Exª pode sugerir então a data para gente já ter uma idéia e combinar depois com o Senador Suassuna, se essa possibilidade é a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – No meu entender, seria na quarta-feira.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu acho que é um bom dia. Não sei que os Srs. Senadores acham.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu sugeriria na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Poderia ser na terça-feira. Eu não sei também a disponibilidade do Relator e dos Srs. Senadores.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Por mim, terça-feira estaria bom.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Para a oitiva dessas testemunhas teria de ter regimentalmente a maioria dos membros presentes, ou o número de presentes já seria suficiente com qualquer número?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu acabo de manter contato com a Assessoria Técnica. Ela diz que estando eu e o Relator, poderia ser ouvida a testemunha.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Também se isso está bem claro e todos tomarem conhecimento desta condição, eu não vejo dificuldade. Porque o importante é o Relator realmente tomar esses depoimentos sem ouvir a defesa dos denunciados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Agora é bom que se diga que o Senador Jefferson Péres traga a presença também do Senador nessa data. Ele estará presente. Agora, nós vamos ouvi-lo com os que estiverem presentes. Não poderemos é fazer votações.

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. Nº Rco 2 / 2006 Fls 546-15

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 5

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O indiciado, o acusado tem de ser o último a ser ouvido. A menos que ele abra mão disso, alegando que tudo o que tinha de dizer já foi dito na defesa prévia. Mas ele terá de ser ouvido, necessariamente. A menos que não queira.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Eu entendo que ele deva ser ouvido por último, porque ele vai analisar certamente que forem coligidas. Porque senão seria surpresa para ele ser ouvido antes e depois as provas chegam e ele não tem oportunidade. É isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Senador Juvêncio da Fonseca, já existe um pré-processo. Foi um inquérito parcial que nos foi encaminhado. E já foi encaminhado ao Senador. Então, se as pessoas confirmarem, ele já tem com ele, e mais a hoje que nós vamos ouvir.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E eles foram notificados para acompanharem os depoimentos, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Exatamente. Foram todos os três notificados para acompanhar. Só quem encaminhou o advogado hoje aqui foi a Senadora Serys Slhessarenko. Já tem um advogado aqui. O Senador Magno Malta me comunicou que ficaria no Espírito Santo, que ele não viria até. E o Senador Ney Suassuna não me comunicou absolutamente nada a esse respeito. Se viria ou se mandaria um advogado, não me comunicou.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tem um advogado do Senador Magno Malta, ele está aí também.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – O advogado do Senador Magno Malta, não é? Então está certo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu queria que V. Exª citasse os nomes para que a gente ter ciência de que foram anunciadas as presenças aqui, o nome dos advogados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu gostaria que a Assessoria me providenciasse esses nomes. Eles não se apresentaram formalmente, então a Assessoria agora vai tomar nota dos nomes para que sejam anunciados.

É bom que se diga que esta reunião vai ser já encerrada para reabirmos as 11 horas e 30 minutos. Mesmo porque, os advogados, a hora em que forem anunciados será às 11 horas e 30 minutos, quando começarão as oitivas. Podem ser enunciados agora, mas às 11 horas e 30 minutos que começaremos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Já está marcada a oitiva do Ney ou não?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Consulto a Assessoria, os convocados já chegaram?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não, eu estou dizendo a oitiva do Ney.

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. Nº Rep 24/2006 Fls. 596-16

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

SF - 6

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – As testemunhas convidadas comunicaram que já se deslocaram para cá. Dentro de 10 ou 15 minutos elas estarão aqui.

Então fica marcada a oitiva do Ney Suassuna para terça-feira e com as testemunhas que ele arrolar, não é assim, Senador. Se ele arrolar alguma testemunha, nós a convocaremos. E a comunicação para ele será enviada hoje, comunicando-lhe que terça-feira será a reunião. Fica o convite ao Senador Ney Suassuna.

O SR. ASSESSOR – Sr. Presidente, os advogados são: Dr. Alexandre Shlessarenko e Dr. Davi Machado Evangelista.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – AM) – A Assessoria está me trazendo o nome do Dr. Alexandre Shlessarenko, advogado da Senadora Serys Shlessarenko. E o Dr. Davi Machado Evangelista, também advogado da Senadora Serys.

O advogado do Senador Magno Malta é o Dr. Luís Carlos da Silva Neto. São os advogados.

Vamos encerrar a presente reunião e reabrimos exatamente daqui a 14 minutos, às 11 horas e 30 minutos para ouvirmos as testemunhas convidadas.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião, que será reaberta às 11 horas e trinta minutos.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 16 minutos.)

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº Ref. 2 / 2006 Fls. 596.17



**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

ATA DA 7ª REUNIÃO DE 2006

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião de 2006, realizada em 5 de setembro de 2006, terça-feira, às 11h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, "destinada a ouvir, nos autos das Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, os senhores DARCI JOSÉ VEDOIN, LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDOIN E RONILDO PEREIRA MEDEIROS".

Estiveram presentes os (as) Srs (as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres

Sérgio Guerra

Heráclito Fortes

Juvêncio da Fonseca

Paulo Octávio

César Borges (suplente)

Jonas Pinheiro (suplente)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

PDT

Jefferson Péres

Augusto Botelho (suplente)

PTB

Valmir Amaral

PMDB

João Alberto Souza

Luiz Otávio

Valdir Raupp (suplente)

CORREGEDOR

Romeu Tuma (PFL)

Estiveram, ainda, presentes os Srs. Congressistas não membros do Conselho:

Senadores WELLINGTON SALGADO, EDUARDO SUPPLY, ALMEIDA LIMA, LEOMAR QUINTANILHA e IDELI SALVATTI.

Deputados ANTÔNIO CARLOS BISCAIA, CARLOS SAMPAIO e JÚLIO REDECKER.

*Certifico que a presente Ata foi
publicada no DSF, Supl. ao nº 180,
de 12/10/2006, pags. 4 a 34. Barba
Rodrigo 46787*



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 2

05/09/06

Rep. 2 2006 596-18

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Esta reunião foi convocada para ouvir os Srs. Darci José Vedoin, Luiz Antônio Trevisan Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros nos autos das Representações nº 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Srs. Senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, respectivamente, em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde.

O Sr. Darci José Vedoin encontra-se presente, acompanhado do seu Advogado, Dr. Otto Medeiros.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna.

O SR. OTTO MEDEIROS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra pela ordem ao Sr. Advogado.

O SR. OTTO MEDEIROS – Atendendo ao princípio da isonomia, porque as outras sessões foram realizadas de forma fechada, requer novamente a defesa que esta reunião seja fechada, para a colaboração do Sr. Darci José Vedoin.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pergunto ao Sr. Advogado, Dr. Otto Medeiros, por que a solicitação. Há motivo especial?

O SR. OTTO MEDEIROS – O motivo da defesa seria a isonomia dos depoimentos da família Vedoin. Todos os outros depoimentos ocorreram ou em segredo de justiça ou em reunião fechada. Para atender à lisura do processo, a defesa requer novamente que a reunião seja fechada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 3

05/09/06

Rep. 2206 596-84

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT - AM) – Sr. Presidente, por princípio, eu sou contra as sessões reservadas, porque entendo que tudo o que ocorre neste Congresso deve ser de amplo conhecimento público. Mas, no caso, se o depoente entende que ficará mais à vontade para – suponho – falar a verdade e dizer tudo o que sabe... Se isso não for feito, se a reunião for pública, supostamente ele não dirá tudo o que poderia dizer. De forma que, de minha parte, eu concordo; não faço objeção.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Membros do Plenário, eu gostaria de consultá-los.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, não quero atrapalhar os trabalhos, mas, em sessões anteriores da CPI, verificamos que em muitos depoimentos não havia fatos que requeressem uma reunião reservada, fechada ou algo assim. Mas nós o fizemos por precaução, a pedido da defesa dos depoentes, de modo que eles ficassem muito à vontade no âmbito do Conselho.

Neste caso e na fase em que estamos vivendo, porque agora não se trata da pessoa do depoente, mas de pessoas ligadas a esta Casa, solicito que esta reunião se mantenha aberta. Esta é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senador Sibá Machado. Eu não entendi bem. V. Ex^a deseja que a reunião seja aberta.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não sei se ele traz alguma novidade, Sr. Presidente. Já temos uma série de documentos e depoimentos. Se for para ele reafirmar o que já disse, nós conhecemos; se houver fatos novos ou algo que possa merecer mais carinho, concordo com o Relator no sentido de que a reunião seja reservada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum Senador quer usar da palavra?

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, compreendo as razões do ilustre Relator, Senador Jefferson Péres, mas este assunto está sendo tão discutido em nível nacional que as coisas não dependem mais de muitas informações surpreendentes. O Senado Federal e o Congresso Nacional



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 4

05/09/06

Rep. 2 2006 596.20

precisam ser mais transparentes perante a população, que deseja ouvir. Inclusive o Senado Federal é bastante aberto justamente por isso, para que as coisas que acontecem aqui sejam transmitidas para o País inteiro abertamente. Não há uma exigência de segredo de procedimentos aqui, neste caso.

Em princípio, respeitando muito a decisão que foi tomada pelo Relator, que tem uma força muito grande sobre essa questão, sou contra a reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É bom que se esclareça que o Sr. Vedoin está aqui como convidado. O Sr. Darci Vedoin encontra-se presente como convidado, o que é bem diferente.

Eu gostaria que o Sr. Relator novamente comentasse a posição dos Srs. Senadores.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Conselho se manifestasse, porque não quero tomar essa decisão sozinho. Repito: a presunção é de que, se a reunião for reservada, ele dirá coisas que não diria em público. Essa é a presunção; não sei se ocorrerá isso mesmo. Se fosse assim, seria mais útil para o Conselho, que quer a verdade, se a reunião fosse como pede o depoente. Mas, se o Conselho entender que ela deverá ser pública, eu também aceitarei.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, seria interessante indagar do depoente ou do convidado se ele se constrangeria em dizer toda a verdade se a reunião fosse pública e se ele prefere que seja secreta para dizer mais alguma coisa que não diria na pública.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Atendendo aos Srs. Senadores, consulto o Dr. Otto Medeiros, Advogado do Sr. Darci José Vedoin.

O SR. OTTO MEDEIROS – Excelência, a questão não se restringe a fatos novos ou fatos não ditos. A verdade não se constrói; a verdade é uma só e já foi legitimamente prestada pela família Vedoin em juízo. A questão é, primeiro, que todas as reuniões – inclusive o Senador Sibá Machado faz parte do Conselho – foram fechadas. E acredito que houve um pleno desenvolvimento por parte da família Vedoin. Em segundo lugar, pretende-se atender ao

Rep. 2 2006 - 596-21



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 5

05/09/06

princípio da isonomia. E tenho plena certeza de que o meu cliente se sentirá mais à vontade para prestar as informações na reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vou concordar, então, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Diante dessa informação do Advogado do convidado de que ele poderá ficar mais à vontade, mas livre psicologicamente para dizer alguma coisa a mais, eu também concordo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Suspendo a reunião por cinco minutos. Solicito que permaneçam no Plenário apenas os Srs. Assessores, o Advogado e o Sr. Darci José Vedoin. Por gentileza, a Assessoria para tomar as providências necessárias.

A reunião está suspensa por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião às 11h40min.)

(Torna-se secreta a reunião às 11h47min.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está reaberta a reunião.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – O requerimento do ilustre advogado do depoente solicita reunião secreta por uma questão de isonomia e por ele se sentir melhor se a reunião fosse fechada. Entendo que a natureza do assunto que está sendo levado aqui a esse depoimento não exige reunião secreta. Pensei que reunião seria reservada, e não pública, mas sem desligar os equipamentos de comunicação do próprio Senado, seja áudio ou imagem, que podem ser utilizados posteriormente, e o advogado está ali dizendo isso. Em sendo assim, a televisão e o rádio do Senado continuam abertos, só que não ficam abertos agora, mas



Rep. 2 2006 596 22

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 6

05/09/06

podem ser utilizados depois. O importante é a proteção do depoente nesse momento. *(Pausa)*

Há inclusive a concordância de ambos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A reunião secreta só é gravada para ser reproduzida em áudio, mas ela não pode ser...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Mas a reunião...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não pode ter imagem. Se assim fosse, não seria secreta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Sr. Presidente, na linguagem jurídica, **data máxima venia**, a reunião não é secreta. Estamos atendendo a um pedido do advogado que ela fosse reservada, sem a natureza de secreta, para que ele tenha melhor desempenho, não seja constrangido. Ela não tem a natureza de secreta. Foi um pedido excepcional feito pelo advogado. Já que S. S^a está de acordo, vamos ficar dentro do limite do acordo do próprio advogado conosco do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A gravação ou não da imagem para mim é irrelevante. Importa que fique gravado o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim, mas eu gostaria de observar que não será uma reunião secreta se houver imagem de TV. O caráter secreto envolveria apenas retirar as pessoas do recinto.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O importante é a gravação do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Se houver imagem, não há razão para termos tirado as pessoas do recinto.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se vai a público depois...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Se vai a público, se tem imagem, se tem tudo, não vejo a razão.

Ref. 2 2006 596 23



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 7

05/09/06

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Sr. Presidente, não gostaria de insistir, mas gostaria apenas de fazer...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Queria até consultar até o advogado a esse respeito.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – ...uma observação, sem contrariar V. Ex^a. Atendemos um pedido do advogado do depoente e o depoente está atendendo um pedido nosso de que seja gravada e secreta, aliás, não é secreta, mas sim reservada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Iríamos dar primazia somente à **TV Senado**? E as outras TVs que estavam aqui não teriam também direito?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Podem gravar a imagem e reproduzir depois.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Entraria somente o pessoal da filmagem das outras TVs, sem os jornalistas?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A equipe técnica?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Como seria com relação à equipe técnica?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – (PSDB – MS) – Há dificuldades. V. Ex^a tem razão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, os microfones estão funcionando?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Apenas para gravação do áudio.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Gostaria apenas de tirar uma dúvida. V. Ex^a nos lembra que o Sr. Darci está aqui na qualidade de convidado. O Sr. Darci é convidado ou testemunha arrolada pelo Relator para esclarecimentos sobre o caso do Senador Ney Suassuna? Como convidado, o caráter é um; como testemunha arrolada pelo Relator, seria um outro caráter.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 8

05/09/06

Rep. 2 2006 596-24

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Inclusive ele se negou a assinar o termo de compromisso. O advogado assim orientou.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – S. S^a está aqui como testemunha arrolada pelo Relator? É essa a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – S. S^a está como convidado, como informante.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Como informante. Como nosso Conselho não tem poderes judiciais, como tem uma CPMI, se S. S^a não quisesse, nem viria aqui. Essa é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – No caso da reunião aberta, ele poderia até se negar a falar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Está esclarecido, então.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Relator, Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Darci, bom dia.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Bom dia, Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor já confirmou em depoimentos anteriores tudo o que é de amplo conhecimento público a respeito do seu relacionamento, da sua empresa, com o gabinete do Senador Ney Suassuna. O senhor teve algum contato direto com o Senador? O senhor já disse isso anteriormente, mas reitero.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nunca?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Nunca.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Teve com o Sr. Marcelo sempre?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Diversas vezes com o Sr. Marcelo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor declarou também que tudo o que o senhor acertava com o Sr. Marcelo era cumprido pelo Senador. O senhor confirma isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Confirmando sim, senhor.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 9

05/09/06

Rep 2 2006 596-25

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Sr. Marcelo, alguma vez ou algumas vezes – tinha muitos contatos com o senhor – ele se referia ao Senador dizendo ou insinuando que o Senador tinha conhecimento de tudo aquilo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Inclusive tem diversas ligações que confirmam isso, Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ligações telefônicas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Telefônicas.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Mas o senhor não gravou essas conversas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, mas a Polícia Federal gravou.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor tinha contatos diretos com o Sr. Marcelo? Por telefone ou pessoalmente?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, eu vinha a Brasília todas as semanas e todas as semanas eu me encontrava com ele, ou de cada 15 dias.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Eram periódicos esses encontros?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Regulares?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Como foi o seu primeiro contato com o Sr. Marcelo? Como o senhor o conheceu? O senhor o procurou ou foi procurado?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, eu já conhecia o Marcelo. Em 2004, me encontrei com ele nas comissões e começamos a conversar sobre fazer as emendas para a Paraíba. E ele acatou. Daí para frente, “apresentei ele” para o meu filho e eles começaram a fazer as emendas também.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Mas não foi o senhor que o indicou para o gabinete do Senador Ney Suassuna, ou foi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

Rep. 2 2006 596-26



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 10

05/09/06

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor não teve nenhuma ingerência?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Esses encontros com o Sr. Marcelo eram sempre onde? No gabinete? Na Câmara?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu estive três vezes...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Aqui no Senado?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – ...aqui no Senado, uma na Liderança do PMDB e duas aqui no gabinete dele, e o resto na Câmara ou ali nas Comissões.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os outros funcionários, portanto, sabiam da sua presença?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já me viram, sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – As suas conversas com...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, as conversas eram sempre particulares.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não do teor das conversas, mas dos seus encontros.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Conheciam sim, senhor.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor ligava para o Sr. Marcelo em que número? Telefone celular ou para o gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – No celular. Foi ligado também algumas vezes no gabinete, mas mais no celular dele.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Com os Municípios, quem tratava com os Prefeitos? O Sr. Marcelo? O Senador? Ele lhe relatou isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. O meu filho fazia... Aí eu “apresentei ele” ao meu filho, e o Luiz Antônio começou a fazer negociação com ele e ele ligava para os Municípios. Ele mesmo fazia a ligação para fazer as licitações.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr^a Maria da Penha, foi indicada para o Ministério, segundo o Sr. Marcelo, por quem?

Rp. 2 2006 596-27



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 11

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pelo Deputado José Divino. Eu pedi para o Deputado José Divino. Ele fez um ofício...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Foi o senhor que pediu ao Deputado?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Também pedi para o Deputado José Divino, sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E o Senador Ney Suassuna...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Senador Ney Suassuna... Ele mostrou depois o ofício assinado por ele encaminhando à Liderança e ao Ministro da Saúde.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Srª Maria da Penha é sua ex-funcionária?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Trabalhou comigo um ano e alguns meses.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor sabe dizer se o Senador, alguma vez – alguma vez, não, desculpe –, ao ser contatado pelo Deputado para indicação da Srª Maria da Penha, se o Senador tinha procurado fazer alguma averiguação a respeito dela?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Desconheço.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Desconhece isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Desconheço.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ele acolheu um pedido do Deputado...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Do Deputado...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...Lino?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Deputado?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aqui do ex-PMDB... o José Divino.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Darcy, a respeito daquela verba extra, um milhão e seiscentos, que depois se transformou em três milhões, que era destinada a Municípios da Paraíba, mas, como eles não apresentaram pré-projeto, alguém sugeriu que fosse transferida para um instituto do Rio de Janeiro



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2 2006 596 28
SC - 12

05/09/06

para que depois eles cedessem essas ambulâncias aos Municípios, quem teve essa idéia, a idéia dessa transferência? Foi o senhor? Foi o Sr. Marcelo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, o Luiz Antônio com o Marcelo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Foi o seu filho?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E sugeriram ao Senador ou o Sr. Marcelo pediu ao Senador ou o senhor não sabe?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Acredito que deva ter falado ao Senador porque o ofício dele foi para o Ministério.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Senador diz que a assinatura dele foi falsificada. Apresenta até um exame grafológico.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sé se foi pelo assessor dele porque nós pedimos e foi feito, foi encaminhado pelo gabinete dele.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Foi encaminhado imediatamente, sem problemas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Imediatamente. Tudo o que pedimos 48h depois estava encaminhado.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Essa transferência acabou se frustrando, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Me parece que sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor conhece o instituto IPPES?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O seu filho nunca comentou com o senhor por que indicou esse instituto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, nós comentávamos, sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Por que ele indicou esse instituto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Era bem mais fácil fazer uma licitação do que 20 licitações.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sim, mas que instituto é esse, que entidade é essa?

Rep 2 2006 596-29



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 13

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Tem que perguntar ao Luiz Antônio porque eu não conheço essa instituição.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor próprio não conhece?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E seu filho nunca lhe relatou quem eram as pessoas que dirigiam esse instituto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Sr. Marcelo recebeu comissões?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor pode repetir o montante total?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não tenho o montante. Quem tem é o Luiz Antônio, porque todos os pagamentos eu pedia para ele fazer. Eu daqui ligava e ele mandava fazer.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Sr. Marcelo alguma vez comentou com o senhor se essas comissões eram para si próprio e também para o Senador?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eram para o Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ele dizia que era para o Senador?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele dizia que era para o patrão.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor reitera tudo o que disse anteriormente, que está nos autos da Polícia Federal?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor teria alguma informação a mais a nos dar, algum esclarecimento, algo que pudesse nos ajudar a chegar à verdade sobre isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, acho que a verdade já foi dita ao Juiz. Eu vim aqui colaborar com os senhores, falar a verdade e tentar também levar a verdade aos senhores.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Presidente, para mim, basta. Era o que queria ouvir.

Rep 2 2006 596-30

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 14*05/09/06*

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Relator Senador Demóstenes Torres havia nos telefonado informando que estava chegando em 30 min, mas ainda não apareceu, e o Sr. Relator Senador Paulo Octávio estava com um compromisso, estava em uma grande reunião, mas prometia vir para cá. Assim sendo, não concederei a palavra aos Relatores. Vou passar a palavra aos membros do Conselho, mas aguardo os Relatores, porque S. Ex^{as} têm a preferência.

O primeiro inscrito é o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, faço as seguintes indagações, naturalmente não seguindo dentro da relatoria do ilustre Senador Jefferson Péres, mas sim com referência aos outros.

Preocupa-me ficar bem claro quem era o Sr. Diniz nessa história toda no Ministério da Saúde?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Diniz é outro assunto, Senador. O Diniz, o que ele fez para nós, mudança de 2002 para 2003, as emendas...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Qual era a função dele? O que ele representava?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele veio com uma representação para nós dizendo que poderia tirar alguma coisa de emendas de lá de dentro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – E ele trabalhava onde?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Trabalhava particular.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Não tinha nada a ver com o Ministério?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – E o Sr. José Airton?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O José Airton tinha sido candidato a Governador do Ceará e perdido a eleição, e o Diniz e o sobrinho dele trabalhavam junto com o Sr... com o José Airton.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – E o Sr. José Airton também não era do Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 15

05/09/06

Rep. 2 2006 Sfb-31

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não. Ele foi candidato a Governador do Ceará em 2002.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Que trazia as facilidades também para liberação de recurso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – O Diniz que nos trouxe toda a facilidade.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – O senhor teve um relacionamento próximo com o Sr. José Ailton?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Estive com ele depois no Ceará. Eu estava tentando conseguir um recurso para uma unidade nossa que seria de fábrica de carrocerias para o Nordeste. E ele nos ajudou junto, foi comigo inclusive ao Banco do Nordeste, na Presidência do Banco do Nordeste.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Tenho a informação de que o Sr. José Ailton teria comentado com o senhor que haveria trinta milhões em um Ministério que seriam destinados a um projeto com recursos extraordinários.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Sim, no início de 2003.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – E ele teria pedido uma comissão de 15%?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Foi, e foi feita alguma coisa – o Luiz Antônio tem mais detalhes para os senhores –, foram feitas algumas coisas extra-orçamentárias, a pedido dele, para os Municípios do Estado dele.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – E isso foi relacionamento pessoal?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Pessoal.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Do senhor com ele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – E dele com o Ministério.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Mas o senhor também conversou com ele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Sim, tivemos.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Com referência ao Senador Magno Malta...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, este é um procedimento que abriremos em seguida.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2 2006 546-32

SC - 16

05/09/06

Argüiremos caso a caso. Estamos tratando exclusivamente do caso relacionado ao Senador Ney Suassuna. Quando esgotarmos esse assunto, iniciaremos o outro, com a presença do respectivo Relator.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Então com relação ao Magno Malta apenas quando o Relator chegar.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vou fazer uma pergunta, Sr. Presidente, apenas para sanar uma dúvida. O Sr. Vedoin colocou que, nessa confusão toda, teria ficado endividado com *factoring* e com pessoas. Essa *factoring* era, por acaso, do Comendador Arcanjo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Nunca conheci o Comendador Arcanjo. Nunca tive negociação com ele.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É possível, em toda essa situação que foi montada, nesses trâmites administrativos, que algum assessor possa receber dinheiro sem que o político, Deputado ou Senador, tenha conhecimento?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, nesse caso, eu acho muito difícil porque tudo que foi pedido, os ofícios que nós pedimos, os locais que nós pedimos, eram colocados pelo Senador. Então acho muito difícil ele não estar sabendo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É possível que esses documentos, em função de tudo – eu agora inclusive estou na Liderança, são muitas documentações, eu estou com o maior cuidado com isso até –, é possível que uma assinatura falsa possa ter sido encaminhada no meio e que o assessor, com o prestígio que ele goza de ligar diretamente da Liderança para um assessor do Ministro, tenha conseguido encaminhar o pedido dizendo: “Olha, está indo um documento aí. Por favor, libera essa emenda, e tudo o mais. Isso é possível? É possível nesse trâmite acontecer isso?”

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu acredito que tudo é possível, Senador. Eu acredito que sim, mas eu acho que ele deveria saber também “por causa que” na emenda particular dele ele colocou os Municípios que foi pedido, ele colocou no local onde foi pedido. E

Rep. 2 2006 596-33



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 17

05/09/06

na emenda individual, o senhor sabe disso, é levado à reunião e é ele tem que assinar. É o Senador que assina. É o dono da emenda que assina.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu sei que é o Senador que assina, mas para mim essa questão estaria totalmente encerrada se o Sr. Marcelo falasse que pegou o dinheiro e que entregou para o Senador. Para mim, isso não teria defesa. V. S^a falou que veio aqui para falar a verdade e tentar descobrir a verdade. Para mim, como Senador, está sendo difícil descobrir a verdade. Tenho um Senador que diz que é uma assinatura falsa, e comprova com documentos elaborados por especialistas, e um assessor que gozava de um prestígio de estar junto a um Líder. Qual é a minha grande dúvida? Será que um assessor, porque isso é possível dentro do Congresso, gozando desse prestígio pudesse falsificar uma assinatura e encaminhar o processo? Essa é a minha grande dúvida. Muitos até dizem que eu estou defendendo o Senador Ney Suassuna, mas não é isso. Quero ter a minha consciência tranqüila, entendeu, Sr. Presidente?

Qual seria a maneira mais fácil de condenar o Senador Ney Suassuna? Seria o Sr. Marcelo chegar aqui e afirmar que ele pegou o dinheiro do Sr. Vedoin e que entregou para o Senador Ney Suassuna. Se ele falar isso, está, para mim, consumado o fato. Mas não consigo isso, não consigo ver isso em momento algum. O Sr. Marcelo diz, e até o Senador Romeu Tuma fez essa observação, que tinha conhecimentos das emendas. Posso ter conhecimento das emendas que eu assinei, mas, se passa uma emenda com assinatura falsa, o meu assessor pode falar que eu tenho conhecimento dela, o que não seria verdade. Eu, por exemplo, já alterei uma série de procedimentos no meu gabinete depois de toda essa situação: tirei senha, só quem mexe sou eu, a minha conta pessoal está bloqueada para depósito, só recebe salário. Qualquer depósito de R\$1 mil na sua conta pode virar um problema para qualquer político! E dinheiro não tem identificação.

Em algum dos casos que V. S^a conhece, um assessor, gozando de prestígio, poderia ter feito uma operação e levado R\$10 mil ou R\$15 mil de alguma maneira? É possível isso acontecer nessa confusão toda?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2. 2006 596-34

SC - 18

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, vou lhe responder em duas respostas. Primeiro, foi dado dinheiro ao Marcelo. Nós nunca falamos, eu nunca falei que foi dado dinheiro ao Senador Ney Suassuna. E é de conhecimento que o assessor de um Deputado ou um Senador assina por ele. É de conhecimento isso de toda a Casa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Isso é muito importante. O senhor está dizendo que existe uma prática na Casa, pelo menos na minha não tem isso...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mas existe.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – ...de o assessor assinar pelo político, pelo Parlamentar?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Tem. Muitos aqui assinam pelo político. Sim, senhor. Tem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Aqui no Senado?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não sei no Senado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, o senhor tem conhecimento de que existe essa prática na Câmara dos Deputados de o assessor...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Na Câmara, sim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – ...assinar. Então nessa confusão toda pode ter tido outros assessores que assinaram por outros deputados.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Eu não acredito que o Marcelo tenha assinado... somente tenha assinado pelo Senador, por causa de quê? Eu falei para o senhor desde o início, a emenda individual, Senador, é ele que coloca, é ele que assina e aquilo onde foi pedido para colocar ele colocou, tanto na Saúde, tanto nas Comunicações.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Já entendi isso, Sr. Vedoin. Agora, veja bem, o senhor acabou de falar algo muito importante. O senhor acabou de falar aqui que, nesta Casa, assessores assinam por parlamentares. O senhor acabou de colocar isso e está gravado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aqui, no Senado, não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tudo bem, na Câmara... O senhor tem conhecimento de que

Rep 2 2006 586-35



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 19

05/09/06

aqui, no Parlamento, os assessores assinam pelos políticos. O senhor colocou isso aqui agora. O senhor confirma isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim. Eles assinam algumas coisas. Sempre assinam sim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, na minha eu não tenho isso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não estou falando que o senhor, Senador, não estou falando do Senado. Eu tenho dito o seguinte: que tem alguns assessores que assinam até pelo... Eles dão uma procuração até inclusive para assinar.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então agora o senhor me coloca mais em dúvida ainda, porque para mim bastava o Sr. Marcelo confessar que entregou o dinheiro na mão do Senador Ney Suassuna, mas agora o senhor confirma que existem aqui no Congresso assessores que assinam pelo parlamentar. Fico, então, com a dúvida: será que o Sr. Marcelo assinou pelo Senador Ney Suassuna? Porque é possível, sim, fazer tráfico de influência nesta Casa por assessores.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Posso complementar a pergunta?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pois não, Relator.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Desses casos que o senhor tem conhecimento de assessores de Deputados que assinavam pelos Parlamentares, eles o faziam com o conhecimento dos Parlamentares...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Com o conhecimento...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...ou por delegação, não traindo a confiança?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não, não. Com delegação e com o conhecimento do Deputado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E nesse caso do Senador Ney Suassuna foi o Sr. Marcelo ou foi outra pessoa que assinou?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Só conheço o Marcelo lá dentro do gabinete. Eu tratava somente com o Marcelo. Não tratava



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2. 2006 596-36
SC - 20

05/09/06

com outra pessoa no gabinete do Senador. E não tratava nem com o Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, para não tomar muito tempo nem perder a linha de raciocínio, é possível existir uma confraria de assessores? É possível que esses assessores se conhecessem e falassem “Olha, hoje eu fiz uma operação boa com o Sr. Vedoin para o meu Parlamentar”, na hora do chope, do *happy-hour*, e aí outros já iriam assinando?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É possível isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Haveria um *happy-hour* entre os assessores?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Nem o filho do senhor tem conhecimento?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Pergunte ao Luiz Antônio, mas eu não tenho conhecimento e acredito também que ele não tenha conhecimento disso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Essa relação entre os assessores não seria possível?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Tudo... Eu acredito o seguinte: tudo que é feito pelo assessor tem conhecimento do Senador ou do Deputado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O senhor acredita nisso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a me comunicou que chegaria um pouco atrasado. V. Ex^a, que assinou o documento conjunto da



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2 2006 596-37

SC - 21

05/09/06

convocação, tem preferência, como Relator, nas perguntas. V. Ex^a quer usar a palavra?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já é o caso do...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estamos tratando exclusivamente sobre o caso do Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, a pergunta que eu tinha era essa. Tive acesso às perguntas do Senador Jefferson Péres. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Outro Senador quer usar a palavra? *(Pausa)*
Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Darci, o senhor, no meu entendimento, já deu grandes contribuições ao trabalho e acredito que o ponto que poderia ter dado um salto de qualidade na vida do senhor hoje, acredito que não vai ser possível, porque acho que o senhor está sendo sincero *(Sic)*. Eu perguntaria apenas para reiterar: V. S^a confirma definitivamente tudo o que já foi dito em depoimentos anteriores, seja ao Juiz Schneider, à CPMI ou a qualquer outra autoridade para quem tenha o prestado depoimento? V. S^a confirma tudo que já disse?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – V. S^a, por ventura, tem algo ainda que não foi dito a respeito desse caso ou tudo que já passou por V. S^a é o que já está dito e reiterado aqui?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já foi tudo dito.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Absolutamente mais nada, não é? *(Pausa)*

Então, Sr. Presidente, queria para registro saudar aqui os Senadores presentes: Senadores Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Juvêncio da Fonseca, Jonas Pinheiro, nosso Presidente João Alberto Souza, Jefferson Péres.

Sr. Presidente, pergunto se outros Senadores assinaram a lista de presença do Conselho e não estão presentes?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Heráclito Fortes, que eu vi...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 22

05/09/06

Ref 2 2006 596-38

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senador Valmir Amaral assina.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadores Sérgio Guerra, Heráclito Fortes, Juvêncio da Fonseca, Luiz Otávio, Sibá Machado, Jefferson Péres, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, César Borges, Valdir Raupp, Valmir Amaral.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Augusto Botelho? *(Pausa)*

Mas a assinatura já está com o Senador Jefferson Péres. Vou, então, encerrar a minha participação nesse depoimento por aqui mesmo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Outro Senador quer usar a palavra? *(Pausa)*

Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não tenho mais nada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nós reabriremos a reunião, tornaremos pública ou continuaremos...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Senador Demóstenes não quer argüi-lo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já falei com o Senador Demóstenes Torres e S. Ex^a disse que não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já havia...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sobre o caso, Senador?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim, sim. Mas devemos encerrar essa reunião e abrir outra.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Ex^a quer argüir sobre o Senador Malta. Tem que fechar e abrir outra.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, porque temos outros convocados sobre esse assunto.

Dispensar a presente testemunha. *(Pausa)*

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – E chama os outros sobre esse caso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, antes eu quero perguntar aos advogados da Senadora Serys,

Rep 2 2006 596-39



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 23

05/09/06

mesmo não sendo o caso específico da Senadora, o Dr. Alexandre e o Dr. Davi Machado, e aos advogados do Senador Magno Malta, se teriam alguma pergunta a fazer neste caso específico.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT - AM) – Não, o do Senador Magno é só sobre o caso referente ao cliente dele.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não, S. Ex^a pode ter alguma coisa a revelar a esse respeito.

O nosso convidado vai se retirar por uns instantes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Mas vamos continuar a ouvi-lo sobre o caso agora.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não, sobre o mesmo caso, porque vamos ouvir outra testemunha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Então vamos encerrar?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT - AM) – Não, pelo que estou entendendo, **O SR. PRESIDENTE** quer encerrar a arguição das testemunhas referentes ao caso Ney Suassuna, é isso?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não, não. Ainda vamos ouvir o Luiz Antônio Trevisan Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT - AM) – Sim, sobre o Ney Suassuna e, em seguida...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Vamos ouvir primeiro sobre o Ney Suassuna e depois...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Depois. Exatamente.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT - AC) – Depois faremos sobre os demais.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Faremos totalmente...

Agora, eu quero é que mantenham as testemunhas separadas.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT - AM) – Por economia processual...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – O senhor pode encerrar e abrir em seguida. É só uma formalidade: "Está encerrada" e abre em seguida. Aí vamos ouvi-lo sobre Magno



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 24

05/09/06

kp. 2 xrb 596-40

Malta: "Está encerrada". E vamos ouvi-lo sobre Serys Slhessarenko: "Está encerrada".

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Consulto a Assessoria como eu faria para os três Senadores. (Pausa)

Então vamos fazer assim: ele fala sobre o Magno Malta. Está chegando o Senador...

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu não objetaria a idéia, mas o Senador Paulo Otávio não se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Daqui a pouco o Senador chega. O Senador Paulo Otávio chegará em instantes.

Então vamos ouvir agora...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não vai encerrar a reunião?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, não é preciso encerrar a reunião. Consultamos o Dr. Carreiro, que disse que não tem problema. Podemos continuar normalmente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, embora eu respeite muito a opinião do Dr. Carreiro, cada processo é individual. Vamos supor que, lá na frente, lamentavelmente, o procedimento resvale para uma conclusão do Conselho pela perda do mandato. A primeira providência é a remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para analisar se o procedimento foi correto. Então, cada processo é um só. Como as testemunhas são comuns, creio que seria melhor: "Está encerrada a reunião". Permanece todo mundo e "Está aberta a reunião, agora sobre o Senador Magno Malta". Daí, pronto, tocamos...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT - AM) – Nesse caso, para ser a mesma reunião, então seriam ouvidas outras testemunhas referente ao Ney Suassuna. Não precisaria nem encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As testemunhas estão presentes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Veja, é só uma questão de formalidade. Vai abrindo e encerrando quantas



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2 2006 - 596-41

SC - 25

05/09/06

reuniões forem necessárias. Se colocarmos todos numa única reunião, já que os processos são todos individuais... O senhor pode ver, Sr. Presidente, que temos três processos: um referente a Ney Suassuna; outro, a Magno Malta...

Então, é apenas por uma questão de formalidade. Mais nada.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT - AM) – Se for dentro de uma nova reunião, Senador, tem que pegar a assinatura de todos os Senadores, porque S. Ex^{as} assinaram nesta reunião. Se for uma reunião única, não tem problema, são as mesmas assinaturas; se for outra reunião, tem que...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos deixar consignado que está encerrado o depoimento dele em relação ao Senador Ney Suassuna,...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está certo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...e que estamos abrindo um novo depoimento em relação ao Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT - AM) – OK.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está bom.

Então, está encerrado o depoimento do Sr. Darci José Vedoin em relação à Representação nº 01, que diz respeito ao Senador Ney Suassuna.

Agora, reabrimos o depoimento do Sr. Darci José em relação ao Senador Magno Malta.

Convido o Senador Demóstenes Torres para se sentar à mesa.

Com a palavra o Sr. Relator Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Relator Jefferson Péres, Sr. depoimento, Srs. advogados, Srs. Parlamentares Deputados Federais, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é a respeito da qualidade do Ronildo.

O Ronildo era sócio da empresa ou dono de outra empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele é sócio da Frontal, independente da empresa Planam.

Rep. 2 2006 596-42

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 26*05/09/06*

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A Frontal tinha algum relacionamento com a Planam?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Só de amizade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nunca fez negócio?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Também eu trabalhava para eles, para a Frontal, aqui... nós arrumávamos as emendas para equipamentos hospitalares que eram para a Frontal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então a Frontal também era outra empresa que participava do esquema? Ou não?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ela participava, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Há também emendas além da Planam para a Frontal?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com os mesmos Parlamentares ou com outros?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Com os mesmos Parlamentares, e o Ronildo pode falar mais detalhado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

Eu perguntaria se o senhor disse no depoimento à Polícia Federal do Mato Grosso que o Senador Magno Malta se comprometeu a aprovar emendas no valor de R\$1 milhão (um milhão de reais) para adquirir unidades móveis de saúde – as ambulâncias, para a execução orçamentária de 2004, ou seja, apresentaria em 2003 para a execução orçamentária de 2004.

O senhor ainda afirmou que essas emendas não foram aprovadas e que o Senador teria recebido, como adiantamento dos 10% “a que teria direito”, um veículo no valor estimado de R\$50 mil (cinquenta mil reais).

O senhor confirma essa declaração?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – As emendas não foram elaboradas pelo Senador. Os Senadores não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então elas não chegaram nem a ser elaboradas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não é que não foram aprovadas; não foram colocadas no orçamento.

Rep. 2 2006 596-43



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 27

05/09/06

O carro foi entregue ao Deputado Lino Rossi, que me pediu. Nós trouxemos o carro em Brasília e entregamos para o Deputado Lino Rossi aqui, e ele entregou para o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

Como o senhor começou a sua conversação com o Senador Magno Malta? Como o senhor conheceu o Senador Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não conheci o Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como foi feita essa intermediação?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pelo Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O filho do senhor conheceu o ...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ninguém conheceu o Senador...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu acredito... não... eu estive no gabinete dele e falei com o Chefe de Gabinete dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é o nome do Chefe de Gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não sei se é Rosicler... é uma...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Certo. Mas, então, o que o senhor acertou com o Lino Rossi a respeito de Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele entregaria essa do Cato ao Senador, e ele se comprometeria de colocar a emenda para nós no valor de um milhão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Diga-me uma coisa: essa do Cato não pertenceu ao próprio Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele já tinha entregue numa *factoring* em Cuiabá para levantar dinheiro, recursos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Estava em nome dele esse carro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, estava em nosso nome.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em nome de quem?

Rep 2 2006 : 596-44



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 28

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio sabe, mas me parece que estava em nome da... eu não sei se é da Santa Maria ou da Planam.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, o carro, nessa ocasião, ele estava em nome – isso até me intrigou, porque eu procurei em todos os depoimentos e não vi, na Polícia Federal – de José Luiz Cardoso.

Quem é José Luiz Cardoso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse carro, quando o Lino Rossi o entregou para o Magno Malta, estava em nome de José Luiz Cardoso. Temos a documentação. Esse carro, quando foi entregue... esse José Luiz Cardoso é que não apareceu ainda na história.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não conheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não conhece?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como o senhor entregou esse carro para o Lino Rossi? Em que ano foi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio está sabendo direitinho, mas foi em 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em 2002?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Em 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Os senhores o adquiriram direto da concessionária, da Iveco?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, eu peguei esse carro, nós mandamos montar ele com quatro bancos, com ar condicionado...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor o pegou onde?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Na própria Iveco.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Certo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Nós montamos e entregamos ao Deputado Lino Rossi já em 2002.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 29

05/09/06

Rep. 2 2006 546-45

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em 2002. Já em pagamento para emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É, exatamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Outras emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Emendas do Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Lino Rossi. Perfeito.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aí ele perdeu a eleição...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Certo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele entregou esse carro numa *factoring* em Cuiabá e, passado um tempo, ele me pediu novamente esse carro para entregar para o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E disse que tinha feito um acordo com o Senador Magno?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E qual era...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu estive no gabinete do Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E conversou com o...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Com o Chefe de Gabinete.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o Chefe de Gabinete confirmou para o senhor a operação?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor: que iria colocar a emenda pra mim. Eu fui duas vezes...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E que o Lino Rossi já tinha acertado com o Senador?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já. Sim, senhor. Inclusive, eu tive duas vezes, e ele não me atendeu. Eu voltei e falei com o Lino...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe as datas exatamente?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não, não.

Rp 2 206 - 596-46



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 30

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor chegou a fazer algum telefonema para o Senador Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ou para o assessor dele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Para o assessor, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem o número do telefone do assessor ou o senhor ligou para o gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Quem ligou pra ele, inclusive, foi o Lino pedindo para ele me atender.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor mesmo, ou o Luiz Antônio, ou o Ronildo, algum dos senhores chegaram a ligar para o Chefe de Gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu estive diretamente com o Chefe de Gabinete.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito. Mas, para isso, foi necessário agendar.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Quem agendou foi o Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, o senhor não tem uma ligação para o gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, eu fui no gabinete.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por intermédio do Deputado Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Do Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto. Então, o Sr. José Luiz Cardoso... Eu vou mostrar para o senhor que, na data em que o carro foi entregue, ele estava em nome do José Luiz Cardoso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É de São Paulo?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu posso até verificar. Outra estranheza que tenho: o Senador é do Espírito Santo. Esse carro estava em Mato Grosso ou estava em São Paulo?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 31

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele foi entregue para uma *factoring* de Mato Grosso e – parece-me, eu não tenho certeza – parece-me que foi para São Paulo esse carro. E o Deputado Lino Rossi trouxe... nós trouxemos para Brasília. Entregamos aqui em Brasília ao Deputado Lino Rossi. E esse carro foi para o Espírito Santo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Veja só: José Luiz Cardoso mora na Rua Francisco M. de Deus, lote 5, quadra 7, São Gonçalo, Várzea Grande, Mato Grosso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Então é de Mato Grosso. É de lá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pois é. Mas quem é esse José Luiz? A *factoring* pertence a quem? O senhor sabe o nome do dono da *factoring*?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Quem fez toda essa negociação foi o Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sinceramente, eu não tenho trânsito nessa área.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Nós nunca tivemos uma operação com o Comendador. Não.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Mesmo sem saber o nome da empresa dele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Nós, naquela época, não trabalhávamos ainda com *factoring*.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse é um esclarecimento de que eu precisava porque, quando foi entregue, na data em que foi entregue, estava em nome de José Luiz Cardoso, que até agora não apareceu na história.

Essas conversas que o senhor teve com o Lino Rossi aconteceram onde? Para tratar especificamente do caso do Senador...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – No gabinete do...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele não era mais... ele tinha perdido a eleição.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 32

05/09/06

Rep. 2 2006 - 596-48

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito. Mas ele tinha um bom relacionamento... dizia que tinha um bom relacionamento com o Senador Magno?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele chegou a ligar na frente do senhor para o Senador Magno Malta.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não se recorda.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – ...tenho certeza, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse lugar, em Brasília, o senhor sabe...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aqui na Câmara.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na Câmara mesmo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Na Câmara mesmo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em algum gabinete específico?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, nós íamos lá pra o almoço, nós conversávamos lá...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – No restaurante?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – ...no 10º andar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK. O senhor tem testemunha desse encontro com o Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Testemunha eu não tenho, mas todo mundo sabia da minha amizade e dos meus encontros com o Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E quando o senhor esteve, nas duas vezes, no gabinete do Senador Magno Malta, o senhor tem testemunha de que esteve lá?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Chefe de Gabinete dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele me atendeu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, perfeito. Mas alguém... o senhor pode indicar alguém que possa dizer: "Olha, nesse dia, eu sei que o Darcy Vedoin esteve lá."



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 33

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – A secretária dele. Ela me atendeu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A secretária... bom...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele não me atendeu na primeira e nem na segunda vez.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Tinha alguém com o senhor nesse dia? O senhor foi acompanhado de alguém?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, tui sozinho.

O SR. RELATOR (Sibá Machado. PT – AC) – Sozinho?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exato.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, quem pode? O senhor sabe o nome da secretária?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito.

O senhor teria adiantado 50% desse acerto ao Senador Magno Malta mediante simplesmente o compromisso de S. Ex^a em fazer a emenda.

Por que o senhor acreditou que esse compromisso seria cumprido? É porque o Senador pertencia à base de sustentação?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Pela insistência do Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o Lino dizia ser íntimo do...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o senhor já tinha – digamos assim – experiências resolvidas com o Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muitas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto.

Essa é uma dúvida que o senhor já esclareceu, porque eu estava perguntando sobre as emendas aprovadas. Então, eles nem apresentaram.

Essas emendas seriam individuais ou emendas de Bancada? O senhor sabe?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, seria emenda individual, uma emenda genérica.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 34

05/09/06

Ref 2 - 2006 - 596-50

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por quanto tempo o Senador ficou com esse automóvel?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mais de ano.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mais de ano?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mais de ano. Inclusive, o Luiz Antônio, se não me... Depois, o senhor pergunta para o Luiz Antônio. Parece que ele tem até os locais onde foi visto esse carro com o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pronto.

Quando o Senador Magno Malta não cumpriu o acordo, as emendas não foram apresentadas, o senhor não o procurou para cobrar? Porque, para resolver o problema, o senhor foi duas vezes: “Olha, vai apresentar?” Por duas vezes o senhor esteve lá. E depois para cobrar as emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu cobrei do Deputado Lino Rossi, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muitas vezes?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muitas. E ele falou que, na próxima, ele iria colocar. No próximo ano.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, provavelmente, esse automóvel ficou com o Senador mais de dois anos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Foram três anos. Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim, estou vendo isso aqui, mas eu queria que ele respondesse...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu acredito que não tenha ficado três anos. Uns dois anos e pouco... Agora, o Luiz Antônio tem os locais onde foram vistos esse carro com o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto. OK.

Diga-me uma coisa: é praxe da Planam cobrar dos clientes o cumprimento dos compromissos ou alguém mais falhou?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muita gente falhou.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 35

05/09/06

Rep 2 2006 596-51

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muita gente?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muita gente falhou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor adiantava, então?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muitas vezes, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK. O veículo, eu já perguntei, estava registrado no Detran em nome dessa outra pessoa, não é?

Era empréstimo ou era doação o carro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Era a troca da emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, estava resolvido, se ele tivesse cumprido...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O carro ficaria com eles.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se lembra quais os Municípios que seriam beneficiados?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Seria uma emenda genérica.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ah, emenda genérica. Certo.

O senhor já chegou a atuar no Espírito Santo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Quem faz é o Luiz Antônio que faz os Estados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto.

Então, o senhor não se lembra desse aspecto.

O senhor sabe se o Senador, embora não tenha destinado ao senhor – S. Ex^a também foi Deputado Federal –, já teria designado outras emendas...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...anteriormente...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...para outros Municípios?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sobre esse veículo que o senhor adquiriu para a Planam, que foi entregue



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 36

05/09/06

depois a Lino Rossi, depois a Magno Malta, o senhor se lembra da data exata em que ele foi adquirido?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, mas o Luiz Antônio deve ter mais...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Lino Rossi, com certeza, já foi proprietário dele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim. Sim, senhor. Ele fez campanha política no ano de 2002, no Mato Grosso, com esse carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele teria justificado por que o Senador Magno Malta queria esse automóvel?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Ele só me pediu porque o Senador precisava de um carro para andar no Estado e que ele iria colocar essa emenda para nós.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não seria mais fácil ter pegado um automóvel lá mesmo no Espírito Santo, um automóvel mais novo? O Senador Magno Malta disse que gastou R\$8 mil (oito mil reais) para reformar esse automóvel.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A exigência foi aquele veículo entregue aqui.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Esse carro ele ‘tava... ele, ele... nós mandamos fazer em São Paulo com quatro assentos, quatro bancos cômodos, com televisão, com frigobar e com armário.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Isso já para o Senador Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Antes disso, já para o Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando foi entregue para o Lino Rossi. E, nessa condição...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – E ele continuou com esse carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não sabe quando, então, o Senador Magno Malta devolveu o veículo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, sei que o Lino Rossi, um dia, falou que “taria trazendo o carro de volta” e que “ele ‘tava um



Rep. 2 2006 596-53

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 37

05/09/06

pouco batido em cima", ficou de devolver... ele ficou de me devolver o carro, e até hoje não me devolveu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ah, o carro, até hoje, não voltou para mão do senhor?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, pra mim, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O carro está com o Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Deve estar com alguém deles.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi devolvido, então? O Magno devolveu para o Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Para o Lino Rossi. E, pra nós, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe quem está com esse veículo hoje?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E em nome quem está esse veículo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não recebeu, então, de volta o dinheiro também, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor propôs alguma medida legal para pegar o carro de volta, para pegar o dinheiro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor nunca tentou reaver? O senhor sempre tentou a emenda?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Através do Deputado Lino Rossi, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não queria o carro, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Através do Lino Rossi, sim, porque eu vi que ele não iria fazer...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Aí o senhor pediu, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

Rep. 2 2006 596-54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 38

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando o senhor começou a pedir de volta esse carro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ah, um ano. Depois que ele colocou a emenda... A emenda é outubro, novembro, aí nós começamos a pedir o carro... comecei a pedir o carro para o...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Os meios, então, utilizados foram sempre através do Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Somente com o Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Lino Rossi o senhor sabe se ele tem bens em nome dele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não sei. Ele tinha alguma coisa assim, mas eu não... Diz ele que ele está muito endividado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O que essa empresa Enir Rodrigues de Jesus – ETP, porque essa foi a empresa... o senhor utilizou essa empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Também. Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – De quem é essa empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É de uma pessoa ligada a nós.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode dizer o nome?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Enir Rodrigues de Jesus.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele já fez outros negócios para o senhor? Enir Rodrigues.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – A empresa, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor passou a ele R\$50 mil (cinquenta mil reais) ou pediu que ele pagasse? Como foi feito esse negócio?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Nós tínhamos procurações da empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas a empresa pagou, não é isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

Rep. 2 2006 596-SS



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 39

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pagou. Então... Ah, claro: o senhor tinha, então, o senhor gerenciava essa empresa.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Essa empresa é do senhor, então?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito.

O Senador Magno Malta recebeu esse veículo de quem? É claro que o senhor disse que entregou, que a negociação foi toda feita através do Lino Rossi, mas quem fez a entrega? Foi alguém dessa empresa Enir Rodrigues de Jesus, EPP, ou foi o próprio Lino Rossi.

Quem entregou para o Senador Magno Malta? O senhor sabe?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não, o Luiz Antônio pode responder para o senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Eu falo muito no Luiz Antônio porque é o Luiz Antônio que fazia todas essas... o trâmite, todo ele, é ele que fazia toda... eu fazia mais Brasília... ficava aqui... eu vinha de segunda a quinta-feira e ficava em Brasília.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Ele fazia os Estados e fazia o que era pra ser feito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Bom, eu ia perguntar se o titular da Enir Rodrigues de Jesus sabia que esse veículo tinha sido retirado, mas o senhor disse que é do senhor, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – É nosso. É nosso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, ela também participou, de alguma forma, do esquema em outras ocasiões também, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Era nossa empresa também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito.

O senhor sabe se esse valor que foi pago à *factoring* foi pago em cheque ou foi pago em *cash*?

Ref 2 2006 596.56



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 40

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Parece-me que foi pago em cheque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse cheque o senhor já o apresentou à Polícia Federal?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já apresentou?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Parece que já apresentou, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK. É porque nós precisaríamos, talvez até para evitar a quebra do sigilo, o que demoraria mais um pouco...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – E nós concedemos a quebra de sigilo bancário: o nosso e de todas as empresas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Seria muito interessante que pudéssemos ter acesso, porque nós só temos a menção do cheque aqui.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele tem...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Temos até o número dele, mas nós não temos a cópia.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, mas ele tem a cópia. Está...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

O senhor pode dizer por que o senhor resolveu pagar através dessa outra empresa, e não da própria Planam?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Talvez por causa que tivesse o dinheiro na conta dela naquele dia...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vou fazer uma pergunta e depois vou repeti-la ao seu filho também: o senhor sabe quem inspecionou esse veículo quando a Planam o adquiriu? Quando o senhor o comprou de volta para entregar ao Magno Malta, o senhor sabe quem fez a inspeção desse veículo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O veículo foi escolhido pelo Magno Malta “Ó, eu quero um veículo assim”, e tal, ou era esse que foi oferecido? O senhor sabe como foi isso?

Ref. 2 2006 596-57



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 41

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Deputado Lino me pediu esse carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ah, já pediu? O Lino falou “Eu quero esse carro”?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Esse carro, tal, tal, tal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito.

Numa planilha da Planam aparece a coluna intitulada “Senha” e a palavra “Crist”. O senhor disse que se tratava de Cristianne.

Então, todos os Deputados que, na planilha, aparecem ao lado do nome “Crist” tinham envolvimento com o grupo?

O senhor pode citar qual e se há algum Senador envolvido com “Crist” também?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Senador, eu nunca falei sobre a Cristiane.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi o...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz. Agora, somente estes quatro Senadores que nós falamos que estão envolvidos. Eu nunca entrei em gabinete de um outro Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – E nunca fui procurado por um outro Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Correto.

Onde está escrito “Crist” quer dizer que a pessoa está envolvida?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Deputado ou Senador?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não é porque esteja envolvido. Pode ser que ela tenha até pedido para fazer alguma coisa e ele não tenha feito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Cristianne Mayrink.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É. A Cristianne trabalhava para nós aqui na...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então não é uma garantia...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 42

05/09/06

Rep. 2. 2006 596-53

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O nome naquela listagem não é uma garantia?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, porque, na primeira listagem, apareceram mil e duzentos, mil e trezentos convênios. E desses mil e duzentos, mil e trezentos, fizemos 10% ou 12% só.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Certo.

O senhor disse na revista *Época* que essa Cristianne tratava dos acertos com os Deputados, mais ou menos 25.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu não falei para a revista *Época* e não falei em nome de Cristianne.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

Então, essa também, a subsequente que eu ia fazer, que era ela quem passava o dinheiro para os Deputados e, depois, o senhor disse que era uma espécie de relações públicas, isso também não tem consistência?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não disse isso também à revista?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, eu nunca falei. Eu nunca dei um depoimento, eu nunca falei, eu nunca dei uma entrevista e nunca falei à revista alguma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A CPI já descobriu R\$16 mil (dezesseis mil reais) em depósitos na conta da Cristianne.

Como o senhor explica esses depósitos? Ela recebeu pagamento em outra conta? O senhor sabe dizer como ela tem esses dezesseis...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio tem como lhe informar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

Sou grato ao senhor. Muito obrigado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Desculpe não poder...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não... Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2 2006 596-59

SC - 43

05/09/06

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Para perguntar?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Para perguntar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca. Primeiro o Senador Juvêncio; depois, Senador Siba Machado; e, em seguida, Senador Wellington Salgado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, o depoente afirmou que comprou o carro. Foi da agência?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Da agência?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Para pagar a comissão?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, nós compramos o carro em 2002 para dar para o Deputado Lino Rossi. Da agência.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Comprou da agência?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Para dar para o Lino Rossi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim. Exatamente. Esse carro...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Deixa eu complementar. Esse carro depois acabou ficando numa *factoring* que colocado lá para fazer dinheiro. Outra vez o senhor foi lá e tirou...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Com um cheque.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Então o senhor comprou praticamente duas vezes. E sempre, nessas duas transações, o Lino Rossi.

E nem uma vez com o Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – O interessante aqui, o senhor deu um depoimento à Justiça Federal



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2. 2006 596-60

SC - 44

05/09/06

que diz que adquiriu o veículo Fiat Ducato, etc e tal. Esse veículo teria ficado em posse do Senador Magno Malta durante três anos. A comprovação oferecida pelo senhor veio da Nota Fiscal 4949, e mais um documento único de transferência, o mesmo oferecido como prova contra o Senador Magno Malta. O documento de transferência, certamente em branco. No entanto, o DUT se referia a outro veículo, o da Nota 4948, e não 4949. Esse detalhe é fundamental. Esse erro, ao apontar um e outro veículo, pode dar margem a se pensar que se trata de veículo da Santa Maria Comércio e Representação Ltda. Quando o veículo, que origina a discussão, pertence a Laudinir Lino Rossi. Esse erro foi intencional, com o propósito de confundir os Parlamentares da CPMI e do Conselho de Ética?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Como que isso se explica?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não posso lhe explicar porque não tenho conhecimento. Estou sabendo disso agora. Mas o Luiz Antônio, quando eu falo Luiz Antônio, deixar isso esclarecido novamente. É que o Luiz Antônio acompanhou todos esses processos. E ele tem uma riqueza de dados para dar para o senhor sobre esses dados.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Eu pergunto ao senhor o seguinte, três anos desse carro na mão do Senador Magno Malta. Quanto tempo! E o senhor nunca teve contato pessoal com ele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não senhor.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Não seria muito esforço de Lino Rossi, ele pessoalmente, para intermediar, etc...quando, na verdade, a intermediação não resultou em nada, não houve, não tem prova dessa colocação, inclusive, de emendas. Porque eu posso perfeitamente fazer uma emenda. Porque se for uma emenda de Bancada, naturalmente ela vai aparecer, se for emenda individual vai aparecer, se ela for feita, a emenda. Agora, três anos, o Senador Magno Malta não apresenta nenhuma emenda proposta ao Orçamento da União. E o carro foi devolvido para o Lino Rossi, que continua com o carro até hoje. Não seria demais transferir tudo isso para Magno Malta?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 45

05/09/06

Ref. 2 2006 596-69

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Por que Senador? Eu não compreendi a pergunta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Porque toda a responsabilidade, tudo isso jogado no Magno Malta, quando o Lino Rossi, já duas vezes, o senhor compra o carro, praticamente foi colocado na mão dele. Ele entrega o carro, depois fica com o carro. Quer dizer, a vantagem auferida está na mão de Lino Rossi e não na mão de Magno Malta.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mas é que foi entregue para o Lino. Eu não posso dizer outra que não seja esta verdade. Foi entregue para ele, cobrado dele, ele pegou o carro e ficou com o carro de volta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sei.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu nunca estive com o Senador Magno Malta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Juvêncio, encerrado?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Encerrado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Os três anos que o Senador Juvêncio está falando, eu vou pegar a partir dessa linha. Veja bem. Na defesa verbal, na tribuna do Senado, o Senador magno malta afirmou da sua amizade com Lino Rossi. Ele nunca escondeu essa amizade. Afirmou naquele momento também que o carro é uma verdade. Ele recebeu um carro. Ele pediu um carro para o ex-Deputado Lino Rossi e que entregou um carro para ele. E que, segundo ele, o aconteceu para esse carro chegar lá, ele não tem o menor conhecimento. Pediu o carro, segundo ele, a um amigo, e este amigo lhe entregou um carro.

Outra questão, V. S^a vai até ao Gabinete do Senador Magno Malta, que já lhe foi perguntado, sua firma e isso, e não tem outras testemunhas além do que o Chefe de Gabinete, não é isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 46

05/09/06

Rp. 2. 2006 596-62

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E mais a Secretária que o recebeu lá na hora, e o próprio ex-Deputado Lino Rossi. Essas seriam as três pessoas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Que estavam com o senhor no gabinete do Senador Magno Malta.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Senador...o Deputado Lino Rossi ligou para ele, e eu fui até lá e ele me atendeu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ah, o Deputado Lino Rossi não estava junto? Estavam lá o Chefe de Gabinete e a Secretária.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu fui duas vezes, e ele não me atendeu. Não me recebeu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não recebeu o senhor?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aí eu fui e falei com o Deputado Lino Rossi, ele ligou e ele me recebeu no mesmo dia.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Senador chegou a receber o senhor?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Chefe de Gabinete.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Chefe de Gabinete. É isso que eu estou reproduzindo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – As duas vezes que o senhor foi até ao Gabinete do Senador Magno Malta, o senhor foi recebido por quem?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu fui recebido pela Secretária. Não passei da porta da Secretária.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É isso que eu quero repor mesmo. Até à Secretária?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Até à Secretária.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Chefe de Gabinete chegou a falar com o senhor?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nenhuma dessas vezes?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Na terceira, sim.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 47

05/09/06

Rp 2 266 546-63

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na terceira vez, quando o senhor foi recebido...

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Quando eu voltei ao Deputado Lino Rossi, ele ligou para ele, aí ele me recebeu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perfeito. O que foi o teor da conversa do senhor com o Chefe de Gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Que ele iria colocar emenda, estava sabendo que iria colocar emenda de 1 milhão para a Unidade Móvel de Saúde, na área de saúde.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ok. Então vamos aos fatos. Juntando aqui, nós estamos montando um quebra cabeças. Eu pediria que o senhor até tivesse paciência com a gente. Então, três anos esse carro ficou na mão do Senador.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Eu não...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, é porque onde estão escritos. Estamos falando aqui porque está escrito em outros lugares.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Eu não vou lhe afirmar três anos, mas acredito que dois anos e pouco sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Muito bem, atingindo os três anos, dois anos e meio. Nesse período jamais saiu emenda, certo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nesse período o senhor jamais foi recebido pelo Senador?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Eu não voltei mais ao Gabinete do Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tudo bem. Nesse período de três anos, jamais foi recebido Senador, jamais teve a emenda. Duas vezes, nem o Chefe de Gabinete o recebeu. Na terceira vez, o recebe e há, aí, a promessa da emenda. Certo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Senador afirma que tem um amigo, Lino Rossi. Afirmou isso na tribuna do Senado. E que pediu um carro, e o carro saiu. De onde veio o carro, ele não perguntou. O carro chegou à mão dele. Usou muito antes de se falar em CPI sobre o evento que nós estamos tratando aqui, ele devolve o



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2 2006 596-B4

SC - 48

05/09/06

carro ao Deputado Lino Rossi. O Deputado Lino Rossi escreve uma carta de punho e entrega, se não me falha a memória, ao Corregedor, Senador Romeu Tuma, assumindo total responsabilidade pelo trâmite deste carro. Então havia de V. S^a a expectativa de uma emenda de 1 milhão, que jamais saiu. Havia, e aqui paira no ar, que havia uma negociação dentro do Gabinete do Senador que jamais o senhor tratou com ele, tratou uma vez com o Chefe de Gabinete. E, portanto, me vem aqui à cabeça, que porventura, teria o Deputado Lino Rossi, que já não era mais Deputado, e, portanto, não podia mais pessoalmente efetuar negócio nenhum com V. S^a, usar da amizade de alguém e trair essa amizade. Vamos dizer que seja isso. Trair um amigo. Colocar um amigo numa fogueira, só que nós também não podemos...porque V. S^a nos traz aqui uma desconfiança, de que o Senador sabia sim da necessidade de colocar emenda S^a nos traz aqui uma desconfiança, de que o Senador sabia sim de que havia a necessidade de colocar emenda para receber o carro. É uma hipótese que V. S^a está levantando. E eu levanto uma outra. Será que o amigo Lino Rossi não estaria traíndo o seu colega, Senador Magno Malta?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Senador, eu nunca tratei com o Senador Magno Malta. Afirmei e torno a repetir, nunca eu sentei com o Senador Magno Malta. O que foi pedido pelo Deputado Lino Rossi foi o carro e nós entregamos ao Deputado. E o carro foi para o lugar. Inclusive o Luiz Antônio tem locais, lugares, Municípios onde esse carro se encontrava com o Senador, no Estado dele.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas eu estou dizendo a V. S^a que o Senador Magno Malta, na tribuna do Senado, afirmou tudo isso. Afirmou que pediu um carro ao Lino Rossi, recebeu carro, ficou com esse carro durante um período, se não me falha a memória, dois anos e meio, três anos, e num determinado momento, devolveu o carro para o Lino Rossi. Muito antes de haver qualquer indício de CPI, de divulgação dos eventos. Por isso que ele disse, não houve absolutamente, da parte dele, nenhum compromisso com V. S^a ou com qualquer pessoa das empresas envolvidas nessas coisas todas. Não houve. Portanto, o que ele está querendo dizer aqui, e que eu quero entender, aí é uma hipótese minha, de que o Senador foi traído por Lino Rossi. Então, nesse caso, havia uma



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 49

05/09/06

Rep. 2 2006 596-65

expectativa de V. S^a que não se configurou, e havia talvez uma expectativa do Lino Rossi, de usar o amigo para poder fazer negócio com V. S^a.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu estive no Gabinete, e o Chefe de Gabinete ficou de colocar emenda também. Eu falei com ele uma vez.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele colocou?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não colocou. Ele ficou de colocar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Quem é o Chefe de Gabinete, o senhor lembra?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Parece que é o Rosicler.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só um minuto. Porque eu queria só saber do Presidente se a gente pode permitir os apartes.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Relator...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Relator? Tudo bem? Pode seguir assim? Então o aparte ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Sibá, eu apenas questiono V. Ex^a se é costume V. Ex^a pegar carona em carroça de alguém. E apenas para dizer que doravante tenha cuidado, se pegar carona com alguém. Porque V. Ex^a não vai saber de quem é esse carro que V. Ex^a pegou carona, andou. Tenha cuidado! Doravante passa a ter cuidado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A lembrança de V. Ex^a é boa, porque, realmente, eu pego carona com muitas pessoas...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O problema da tese conspiratória, da tese da traição é que o beneficiário não foi o Lino Rossi. O beneficiário foi o Magno Malta. Então ele usou o negócio...se ele traiu...traiu o Magno Malta e beneficiou o Magno Malta? Quer dizer, então a tese é até boa, mas é um negócio...como é que ele trai e beneficia? Porque querendo ou não, o Senador utilizou. Eu até posso entender...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu concordo com V. Ex^a, mas a minha linha de pensamento é exatamente para poder dizer que havia uma expectativa de Lino Rossi, que não tinha mais

Rp. 2 2006 546-66



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 50

05/09/06

mandato. Lino Rossi não tinha mais mandato. Então ele poderia bater em umas portas para tentar achar uma forma de continuar fazendo negócios. Este é o ponto que eu vou partir daqui para a frente. Nesse caso, ele poderia ter dito: o Senador pediu um carro, ele lhe concede um carro, e depois uma orientação de uma expectativa de emenda acertada com o Chefe de Gabinete. Daí a outra hipótese, o Chefe de Gabinete negociou em nome próprio também, usou o nome do Senador indevidamente. Bom, eu quero sair daqui, digamos assim, evitando qualquer excesso de responsabilidade de ambas as partes. Por isso, que eu estou fazendo essas perguntas. Além do mais, eu já disse e repito, com quem eu trabalho, eu costumo entregar extrema confiança mesmo. Isso, eu faço. Inclusive, a minha conta pessoal, eu permito que outras pessoas bisbilhotem. Infelizmente, ou felizmente, eu me dou a esse grau de confiança das pessoas com quem eu trabalho. Portanto, se alguém, algum dia, fizer coisa comigo, é muito fácil de fazer. Então, eu estou dizendo isso, que é uma verdade sim. Eu abro o nível de confiança para as pessoas que estão trabalhando comigo. Porque eu não posso acreditar que alguém que está comigo e me queira mal. Portanto, eu estou levantando essas hipóteses, porque V. S^a nos traz aqui uma esperança de segurança de que o Senador sabia dos trâmites. E eu estou levantando caminhos que podem chegar a esta conclusão de que o Lino Rossi possa ter traído o seu amigo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não sei o nome dele também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É o ou a Rosicler?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Rosicler.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A pessoa que é o Chefe de Gabinete?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele citou duas pessoas, a primeira foi a Secretária que o recebeu e, por duas vezes, dali voltou, não é? E numa terceira oportunidade, o Chefe de Gabinete teria conversado com ele.

Bom, Sr. Presidente, eu saio daqui com esse entendimento, reafirmando o Senador Juvêncio, que fala da questão do DUT. O

Rep. E. 2006 : 596-67



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 51

05/09/06

DUT do carro tem dois números de notas fiscais, que eu não tenho aqui as cópias, não se isso já está nos autos do nosso Relator. Se isso for configurado, eu pediria até que o Relator pudesse nos dizer se são realmente duas notas fiscais. Porque, no depoimento do Luiz Antônio, lá em Cuiabá, ficou confuso a propriedade desse carro, Sr. Presidente. Confuso. Se esse carro era da *factoring*, se era de propriedade de Lino Rossi, se era de propriedade de um dos membros da Planam ou da EPP. Eu confesso a V. Ex^a que eu não sei, até agora, de fato, quem é o real proprietário...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Permite um aparte, Senador? Eu solicitei à Polícia Federal a investigação sobre o carro, pelas mãos que passaram, como é que foi feito o registro de uso, se tem ou não multa. Eu solicitei...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas pelo próprio documento aqui juntado pelo Senador Magno Malta, quando o carro estava com ele, o carro estava em nome de José Luiz Cardoso, que até agora a gente não sabe quem é.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – José Luiz Cardoso que é um nome que surpreendeu o próprio Senador Magno Malta quando fez a leitura na tribuna. Que ele pagou o IPVA e se surpreendeu com o nome do último proprietário.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ok. Vamos tentar descobrir quem é.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Eu acho que até quinta ou sexta-feira eles nos apresentam isso aí.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, o Luiz Antônio vai lhe dar mais clareza nesse caso também. Parece-me que ele tem mais alguma coisa para declarar.

Senador, eu vou repetir mais uma vez. O carro foi entregue ao Deputado Lino Rossi e ele entregou ao Senador Magno Malta. Esta é a verdade. Este carro ficou com o Senador Magno Malta. E eu não recebi emenda nenhuma e não recebi o carro até hoje de volta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria até cumprimentar o Senador Sibá, porque realmente ele botou a lógica inteira que estava havendo na



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 52

05/09/06

Rep 2 406 586-68

minha cabeça, Sr. Vedoin. Eu tenho certeza que V. S^a está pagando um preço caro por toda essa confusão em que V. S^a está metido. De repente tinha a sua empresinha e começou a querer crescer. Não sei se era regra de mercado, tinha outras empresas e o senhor acabou se sujeitando às regras daquele mercado fora da lei. E aí acabou criando essa confusão toda. Mas veja bem, Sr. Vedoin, o que eu preciso é de prova concreta, o senhor está me entendendo? Para mim, o princípio de tudo isso, inclusive sou titular na CPI da Sanguessuga, qual é? O princípio para mim é colocar a emenda. Se coloca a emenda, você tem o retorno de alguma maneira. Li todo o depoimento de V. S^a, vi a questão dos 10% como era feito, 3 e 4, como voltava o dinheiro para esses Parlamentares. Eu, na CPI, não assinei o relatório. Por quê? Para mim, quem tem depósito em conta para mim está condenado. Esse daí sim. Agora, o restante da interpretação, para mim o Ministério Público e a Polícia Federal estão fazendo um trabalho correto. Esta CPI dos Sanguessugas, durante todo o seu período, não houve nenhum fato novo que não fosse o seu depoimento. Só que foi "soltado" por partes. Aliás, do seu filho. Então, o que aconteceu? Ao longo de todo esse período foi "soltado" por partes o depoimento do seu filho. Então, não houve nenhum fato novo na CPI que não fosse o seu depoimento. O restante ainda está se investigando e procurando e não se acrescentou nada. Vi pessoas que receberam depósito em conta serem retiradas do relatório. Vi a questão do Senador Magno Malta que não colocou a emenda e foi colocado no relatório. Por isso, eu não assinei o relatório. Por isso, eu não assinei. Porque eu quero ter algo *clean*, limpo, a prova, ou a testemunha prova. O que acontece? O Senador Magno Malta não colocou a emenda. A minha teoria já vai por água abaixo, porque é colocar a emenda para receber o dinheiro. O Lino Rossi vai e assina um documento para a CPI dizendo que o carro estava com ele. O senhor fala que esse carro foi dado como garantia para uma *factoring*. Então o carro pertencia à *factoring*. Não é isso. Talvez o Lino Rossi tivesse...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Lino entregou para a *factoring*.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Para levantar um dinheiro?

Rep 2 2006 586-71



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 55

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas nós estamos atrás dessas provas, Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Estamos atrás, mas não encontramos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É o primeiro depoimento. Isso aqui vai mais um mês, dois meses, três.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Esse, o filho do Sr. Vedoin é o homem que fazia todas as operações do sistema. Eu tenho certeza que o depoimento dele vai ser mais constante.

Sr. Vedoin, como é que eu votar pela cassação de um Senador por suposições.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nem o senhor e nem ninguém. Nós também não vamos não. Se tiver desse jeito...Agora se tiver prova, por isso é que tem esse procedimento.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Para mim, a prova, no outro caso, é o Senador...é a mesma coisa esse Assessor. Se ele falar que o Magno não pegou, sabia de tudo. Mas eu não tenho essa prova. Como é que eu posso cassar um mandato de um Senador com suposições! E V. S^a, como é que eu sei que tudo que V. S^a diz é verdade? Eu sei que o senhor não tem preço nenhum para pagar. Já pagou tudo. Já foi a sua dignidade, sua família, já foi tudo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – ...a família.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu vi o Marcos Valério falar a mesma coisa numa outra CPI. Não tem preço que pague. Não tem preço.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador só um aparte?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É claro.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Vi a minha neta me chamar de vovô na prisão. Eu não tenho mais o que pagar. Eu vi a minha família inteira presa. Eu só vim aqui, Senador, para dizer a verdade, o que eu sei. Eu não vim para julgar ninguém.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu tenho certeza. V. S^a não tem mais o que perder. Está falando o que o senhor sabe e o que acha. Agora eu quero dizer o



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 56

05/09/06

Rep. 2 2006 - 596.72

seguinte, como é que o senhor despacha, não é recebido, o Rossi liga, o senhor é recebido por um Assessor, nunca esteve com o Senador Magno Malta. O carro está em nome do Rossi. O carro foi colocado numa *factoring* para Rossi talvez levantar dinheiro para uma campanha. Esse carro está preso à *factoring*, está alienado, como se chama.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Reserva de domínio.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Reserva de domínio. Aí vem aqui, o Senador devolve o carro antes da CPI. Aí estamos numa posição que até agora para cassar o mandato do Senador mais votado do Espírito Santo.

A minha briga todinha na CPI, Sr. Vedoin, como base principal, era esse caso do Senador Magno Malta. Esse foi o caso que eu não concordei de jeito nenhum. Se o relatório da CPI tivesse saído só com os depósitos em conta, e tem gente do meu Partido, do Estado de Minas, e que não tem condições. Eu olhei e falei, não meu amigo, isso aqui tem depósito na sua conta, não há como te defender. Você agiu errado. E vai ter que responder no Conselho de Ética. Eu defendo isso. Eu acho que tem que ser assim. Agora, o que não tem a prova, quer dizer, vem culminar aqui. O Senador Magno Malta não tem eleição agora, mas o Senador Ney Suassuna tem e já caiu lá, está condenado. Entendeu, Sr. Vedoin? A vida de um político acaba no momento que acontece isso aqui, do mesmo jeito que acabou a vida do senhor, nessa operação aí.

Só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente. Vou encerrar. Só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente. Vou encerrar, porque a ordem lógica do Senador foi perfeita. Por isso que eu não concordo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Me permita uma consideração acerca da documentação que foi apresentada agora. Essa documentação já foi apresentada pelo Senador Magno Malta na sua defesa. Ela se limita até o ano de 2001. O Senador recebeu o carro no ano de 2003. Aqui estava a propriedade registrada em nome de Lino Rossi. Em 2003, já era José Luiz Cardoso. Esse é o detalhe. Quem é esse José Luiz Cardoso? Nós precisamos descobrir. Mora em Mato Grosso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mora em Várzea Grande.

Rep 2 2006 596-73



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 57

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Até porque o Senador Magno Malta pagou todos os impostos em nome de José Luiz Cardoso e não de Lino Rossi. Então, o Lino Rossi já entregou o carro para ele em nome do José Luiz Cardoso. Nós precisamos saber quem é o José Luiz Cardoso, que o próprio Sr. Darcy...

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Senador, posso levantar outra questão de ordem? Temos, inclusive, na data de 24 de março de 2004, um acidente, que acabou originando um registro de ocorrência, cujo registro de ocorrência também foi juntado na defesa do Senador Magno Malta, e está em nome de quem era proprietário do carro à época, José Luiz Cardoso. O documento está em minhas mãos também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse José Luiz Cardoso, nós precisamos saber quem é.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Só um esclarecimento aqui, Senador. Ele não recebeu o carro ainda. O Conselho sabe onde é que esse carro se encontra? Na mão de quem? Quem o está usando?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não. Só para lembrar, Sr. Relator, que no depoimento de Cuiabá da CPMI, o Sr. Luiz Antônio chegou a citar onde está o carro atualmente. Então, eu acredito que essa resposta nós teremos somente no momento que for ouvir Luiz Antônio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas o próprio depoente diz que o carro está na mão do Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O documento que nós temos, o carro está nas mãos de Deli Bastistelo, que mora também em Várzea Grande. Esse é o documento atual do veículo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Já passou para outro?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então o Conselho não pode pedir busca e apreensão desse carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não é o caso. Acho que seria o caso de descobrir realmente quem é esse José Luiz Cardoso para esclarecer como é que o carro estava no

Ref. 2 2006 596-74



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 58

05/09/06

nome dele. Como é que esse carro, em nome dele, foi parar na mão Senador Magno Malta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tanto que um curto-circuito faz com que esse carro pegue fogo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas eu gostaria, Srs. Senadores, que na hora das perguntas nós nos sentíssemos apenas no fato da pergunta e não dizer e dar a nossa opinião. Isso é lá para frente que vamos dar a nossa opinião. Se o Senador foi bem votado, nada disso está interessando isso aqui agora. Nós queremos apenas...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É porque representa a representatividade que ele tem no Estado dele. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Na hora em formos votar, na hora formos dar a nossa opinião, essa é que a hora. Por enquanto, nós queremos só informações.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É precipitação da juventude. Fico ansioso demais. Fico ansioso. Tenho que me controlar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O homem só tem 56. Pode ser do PMDB jovem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Olha, eu queria convidar para assentar à Mesa o Senador/Relator Paulo Octávio.

Agora, eu queria que o Dr. Oto sentasse na bancada dos advogados. Já tem 3 advogados e V. Sª seria o 4º. E Para que o Senador/Relator Paulo Octávio se sentasse à Mesa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, só para ajudar. Como ele é da defesa, acredito que ele deve ficar próximo mesmo do seu cliente. É diferente. Porque os outros advogados estão aqui pelos citados. E ele está aqui acompanhando o seu cliente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas o Sr. Vedoin não é acusado de nada. Ele é apenas testemunha.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Por isso. Mas eu estou entendendo exatamente que há necessidade de ele ficar próximo do cliente dele, diferente dos demais.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 59

05/09/06

Rep. 2. 2006 596-75

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele tem que ficar próximo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu me ausento daqui e volto depois.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, vamos colocar mais uma cadeira aqui.

Antes de conceder a palavra ao Senador Sérgio Guerra, como o documento foi assinado por todos os Relatores, o Senador Paulo Octávio tem a preferência para fazer qualquer pergunta agora sobre o assunto que nós estamos tratando, relativo ao Senador Magno Malta.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Solicito ao Presidente de providencie um reforço para nós.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O que nós faríamos? Seria solicitado um lanche e nós continuaríamos aqui?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Faríamos um intervalo para o almoço, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos pedir um lanche.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, penso que vale uma primeira reflexão sobre esse assunto. Refiro-me ao tema que diz respeito ao Senador Magno Malta. Não importa quantos votos tenha S. Ex^a. Todos somos Senadores aqui, até aqueles que não são eleitos e assumem o seu mandato têm a mesma responsabilidade e os mesmos direitos.

Primeiro, uma referência ao trabalho que começa a ser feito pelo Senador Demóstenes.

Creio que, num trabalho dessa complexidade, é preciso ter absoluta tranquilidade, competência técnica, objetividade e de nenhuma forma pré-julgamento, o que seria um erro brutal. Considerar qualquer Senador citado como culpado é rigorosamente um grande equívoco, da mesma forma que considerá-lo inocente também é um pré-julgamento que não legitima o processo parlamentar neste Conselho de Ética.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 60

05/09/06

Arg. 2 Art. 596 76

Os fatos que estão aí merecem a atenção desta Casa e deste Conselho. Não se trata de fatos gratuitos, precários, não é uma acusação feita ao vento, sem consistência. É uma acusação sobre a qual devemos refletir. Posso ter a minha opinião pessoal, mas, de toda maneira, creio que estamos no caminho certo.

É preciso, de agora em diante, ou sempre, não politizar este processo. Nenhum de nós deseja atingir qualquer Senador de Partido algum. Isso não existe nem para a Oposição nem para o Governo nem para os Partidos aqui representados. Da mesma forma, não podemos deixar de cumprir o nosso papel, que está sendo amplamente fiscalizado.

O Senado, até agora, não foi atingido por esse vendaval de acusações que compromete as instituições e levou o prestígio do Parlamento lá para baixo e é fundamental cumprirmos aqui, sob a Presidência do Senador João Alberto, o nosso dever com total isenção e tranquilidade, porque essa é a nossa tarefa.

Li informações que me foram passadas pelo Senador Magno Malta, meu amigo, ouvi as perguntas feitas pelo Senador Demóstenes Torres, absolutamente tranquilas e seguras, e tenho a convicção de que estamos no rumo certo. Acredito na capacidade do Senador Demóstenes Torres de conduzir esta investigação e chegar a uma conclusão que será aprovada por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vou encerrar o item que diz respeito ao Senador...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu só pediria, Sr. Presidente, porque o advogado já teria se adiantado ao dizer que concorda, o seguinte: como foi dado um cheque em nome dessa empresa EPP, que pertence ao próprio Sr. Darci Vedoin, que tem a procuração dela, eu queria ter acesso à cópia desse cheque, não sei se através de quebra de sigilo, tanto dela quanto da empresa, para a comprovação de que o dinheiro entrou na empresa.

O SR. OTTO MEDEIROS – Senador, a mesma atitude que a família Vedoin tomou perante a Polícia Federal... Lá eles assinaram um termo “aonde o senhor encaminha um ofício”. (Sic) Por que esse ofício? Para eu demonstrar depois para a Polícia Federal que a família realmente colaborou com qualquer que seja a autoridade.

Rep 2 2006 596-77



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 61

05/09/06

Então, eu só precisaria de um ofício do Conselho de Ética. No restante, é só fazer um...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nós poderíamos encaminhar não um ofício, mas o extrato da ata, a cópia da ata...

O SR. OTTO MEDEIROS – Sim, sem problema. O que eu quero dizer é que não só esse documento... Se o senhor procurar no banco, vai precisar de um documento assinado pelo...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente. É essa autorização, Sr. Presidente, que V. Exª poderia já mandar fazer. No final, ele assina e V. Exª lhe entrega um extrato da ata, que é até um direito mesmo da... Querendo ou não, é um acusado mesmo na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu quero que a Assessoria providencie, de acordo com a solicitação do **SR. RELATOR**.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sr. Presidente, sou Advogado do Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim, pois não.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Evidentemente, estou muito satisfeito com o trabalho do Conselho presidido por V. Exª, especialmente pela direção tomada aqui pelo Relator do processo, Senador Demóstenes Torres. Entretanto, eu gostaria de fazer duas ou três perguntas, se me franquearem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Exª pode fazer as perguntas. Não há mais nenhum Parlamentar que queira usar a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Eu gostaria que o Sr. Vedoin esclarecesse a este Conselho o fato de, após ter dado um automóvel como adiantamento de comissão para a emenda, não ter sido por duas vezes atendido nem sequer pelo Chefe de Gabinete do Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Vedoin, por gentileza, V. Exª pode responder à pergunta.

O SR. OTTO MEDEIROS – Pela ordem, Excelência, em respeito ao nobre Advogado, colega, o convite foi feito pelo Conselho



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Dep. 2 2006 596-78

SC - 62

05/09/06

de Ética. Se ele começar a responder às perguntas do Advogado, ele vai se tornar...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Advogado está perguntando a mim e eu passei a palavra para o depoente. Ele não está lhe fazendo uma pergunta direta.

O SR. OTTO MEDEIROS – A Assessoria nos informou que as perguntas seriam feitas pelos Senadores pertencentes ao Conselho. Se for assim, ele vai se transformar de colaborador e informante em réu do processo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Permita-me uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sr. Presidente, a Defesa Técnica do Senador Magno Malta neste Conselho até aceitaria isso desde que ficasse consignado na assentada desta audiência que não está o Senador Magno Malta sob o crivo do contraditório a que S. Ex^a tem direito para sofrer o devido processo legal que o remeterá, quando do relatório final, à possibilidade de cassação ou não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conforme a Assessoria, o advogado faz a sua pergunta, que eu torno minha. Ele responde se quiser. Se não quiser responder, o advogado continua perguntando, e eu transiro para o depoente, como se a pergunta fosse minha. Faço-o para registrar a pergunta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É o mesmo sistema usado por uma matéria de “O Globo” desta semana em que fizeram perguntas a uma determinada autoridade brasileira e ficaram sem respostas. A moda pega.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, a pergunta é feita, e ele não quer responder. O áudio está registrando e, evidentemente, essa pergunta será lida depois pelo Sr. Relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quero registrar ainda que V. Ex^a, no início desta reunião, frisou que os advogados dos Parlamentares citados teriam direito, sim, à palavra. Portanto, acredito que dessa maneira nós teremos resolvido o problema.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 63

05/09/06

Rep. 2 2006 586-79

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Vedoin não deseja responder à pergunta. V. Ex^a quer fazer outra pergunta?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sim, Excelência.

A Defesa Técnica do Senador estranhou esse fato e ainda pergunta ao Sr. Vedoin o fato de ele ter recorrido ao Deputado Lino Rossi, que, à época, inclusive, nem Deputado era, para requerer uma audiência com o Chefe de Gabinete do Senador Magno Malta.

Estranha a Defesa novamente e pergunta ao Sr. Vedoin se ele não desconfiou nesse momento de que o Senador não soubesse absolutamente de nada em relação ao que teria o Deputado Lino Rossi oferecido para ele.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Vedoin.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu já respondi às duas perguntas feitas pelo Advogado para os Senadores.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Se ele ainda puder responder, por que razão, já que o carro ficou por tanto tempo com o Senador Magno Malta, segundo ele, o Senador jamais passou o carro para o seu nome?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Vedoin, por gentileza.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Também não sei e já foi respondido para os Senadores.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO O carro estava na *factoring* por que motivo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já foi respondida também a mesma pergunta que o senhor está fazendo.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Se era em razão de dívida, quem foi beneficiado com o pagamento desta dívida?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já foi respondida também, anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, esgotado este assunto referente ao Senador Magno Malta, considero-o encerrado. E passamos para o Item 2. Passo a palavra ao Senador Paulo Octávio, com referência ao caso da Senadora Serys Slhessarenko.

Rep. 2 2006 596-80



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 64

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, aqui só se serve almoço. Vamos almoçar aqui mesmo?

Desculpe, Senador Paulo Octávio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pois não.

Gostaria de indagar ao Sr. Darci Vedoin se conhece o Sr. Paulo Roberto, que é genro da Senadora.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor o conheceu como?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu o conheci lá na empresa, em Cuiabá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ele se apresentou como genro da Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor. Ele é o rapaz de Pontes e Lacerda chamado Sérgio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sérgio?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sérgio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu filho relatou que, entre os meses de setembro e outubro, o Paulo Roberto foi à sede da Planam, em Cuiabá, algumas vezes para conversar. O senhor presenciou esse fato?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu mais ficava em Brasília, mas estive com ele também em Cuiabá, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor participou da negociação que o seu filho fez com o Paulo Roberto, entregando-lhe R\$35 mil para pagar uma dívida, supostamente dívida de campanha da Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não estava em Cuiabá. Quem fez foi o Luiz Antônio, mas ele me ligou e eu o autorizei a fazer.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, nesse pagamento, ficou comprometida a elaboração de uma emenda?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Foi feita a emenda também, sim, senhor.

Rep. 2 2006 546-81



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 65

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A emenda foi para que cidade?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Era a emenda de R\$700 mil. Foram feitas duas: uma em Colíder e outra em Poxoréo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essas emendas foram liberadas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No valor...?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não tenho o valor, mas o Luiz Antônio tem como lhe informar também, porque ele operava as emendas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece ou teve alguma vez um encontro com Paulo Roberto e com a Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor sabe alguma coisa da relação entre os dois?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, não posso lhe informar, mas estava sempre no gabinete dela e falava em nome da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele estava sempre no gabinete dela?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aqui em Brasília?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ou lá em Mato Grosso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, aqui.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aqui em Brasília. O senhor encontrou com ele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, encontrei com ele aqui, algumas vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Aqui no gabinete dela?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Encontrava com ele nos corredores do Senado e lá da Câmara.

Rep. 2 2006 596-82

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 66*05/09/06*

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o senhor se encontrava com ele no gabinete dela ou no corredor?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Eu fui uma ou duas vezes só no gabinete dela também.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas, quando o senhor foi ao gabinete, encontrou com ele, Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E com ela, o senhor encontrou?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não a conhece?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, a Senadora eu conheço, porque é do meu Estado, mas não fiz... Eu não tive tratamento com ela.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca teve nenhum contato com ela, nenhum telefonema para ela?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor nunca pediu nada à Senadora Serys?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor esteve no gabinete dela?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Estive.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foi atendido por quem?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pelo Policena...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por quem?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pelo Policena e tem outro rapaz que era de Mato Grosso que foi candidato pelo Vuolo, o Vuolinho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantas vezes o senhor esteve lá?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Duas ou três vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foi bem atendido?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muito bem atendido.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 67

05/09/06

Rep. 2 2006 546-83

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor foi tratar desse assunto das emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Isso já tinha sido feito. E o Luiz Antônio já estava tratando com os municípios, em Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então o senhor fez uma visita de cortesia, só para...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – De cortesia. Eu conhecia o Policena, conheço o Policena há muito tempo e tenho uma amizade particular com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nesses contatos que foram feitos com o Paulo Roberto, ele, em algum momento, falou que estava agindo em nome da Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Quando ele pediu o dinheiro, pediu em nome da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas ele fez algum contato com a Senadora na sua presença?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Na minha presença, não. Ele tratou com o Luiz Antônio e disse que estaria lá para pegar recursos para contas feitas na campanha da Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – De 2002.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – De 2002.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas já era em 2003.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já era em 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então havia um débito de campanha de 2002 um ano depois?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E alguma vez ele telefonou para a Senadora, falou com ela alguma coisa na sua frente?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acha que ele tem intimidade com a Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu tenho intimidade com o meu genro.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 68

05/09/06

Rep. 2 2006 566-84

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O dinheiro que foi entregue ao Paulo Roberto foi sacado de alguma conta específica?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio tem...

O senhor me desculpe. Não é querer jogar para o meu filho; é que ele fazia a operação dessas... Ele deu em dinheiro para o Paulo e parece que foi feito um cheque também. Parece-me que são duas vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Dois pagamentos além dos R\$35 mil?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele tem R\$35 mil mais...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Um cheque não sei de que valor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

O senhor conhece, então, o Policena.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Conheço o Policena.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nas conversas que o senhor teve com... O Policena é homem?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É homem.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele é seu amigo de onde? De Mato Grosso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, eu o conheço há muitos anos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas com ele o senhor nunca tratou de assunto...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...de emendas...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Ele faz as emendas da Senadora, mas o tratamento foi feito com o Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Paulo Roberto é amigo do Policena?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu acredito que sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o senhor não sabe, não tem certeza?

Ref. 2 2006 Sit. 8.5



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 69

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, mas acredito que sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Policena faz as emendas da Senadora e pode haver um contato entre o Policena e o Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pode.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor afirmou que as empresas Dinâmica e Dismafe são da propriedade do Sr. Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu acho que me enganei, Senador. Eu acho que a Dinâmica é essa que está no nome dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então a Dismafe não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu acredito que não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essas empresas executam obras com recursos destinados pela Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor tem alguma forma de afirmar ou confirmar essa propriedade do Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando o senhor disse que as empresas são ligadas a ele, quis dizer o quê?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Que ele...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tem suspeita de que ele é...

E, quando o senhor disse que eles fazem obras com emendas da Senadora, o que o senhor quis dizer com isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, quando eu falo que as emendas dele... que ele faz com as emendas da Senadora é porque são direcionadas as emendas para alguns municípios e eles fazem essas obras.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece as empresas, então?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu conheço o Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Certo. As empresas, o funcionamento das empresas, as obras que as empresas fazem, o senhor não...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rp. 2 2006 596-86

SC - 70

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Eu pouco ficava em Mato Grosso. Eu ficava mais em Brasília.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então o senhor entende que o fato de ter dado o dinheiro para o Paulo Roberto foi efetivamente para a Senadora?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Tanto é que a emenda foi feita. Neste caso, posso lhe dizer que a emenda foi feita e destinada aos municípios que o Paulo Roberto colocou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muito bem. De minha parte, acabei.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum Senador quer usar a palavra?

Senador Sibá Machado com a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Darcy, da vez passada, lá em Cuiabá, tanto o senhor quanto o Luiz Antônio demonstraram em algum momento uma carga de sentimentos sobre o que estavam falando. Isso me preocupou muito.

Quando V. S^a diz aqui, respondendo à pergunta do Relator sobre se as relações entre a Senadora e o seu genro são boas ou não, o senhor admite como verdade que são boas, então o senhor conhece mesmo as relações da Senadora com os seus familiares?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não afirmei isso, Senador. Eu afirmei que tenho amizade com o meu genro. Com o meu genro, eu sei. Mas da Senadora...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tudo bem, mas quando o senhor diz isso não é para ficarmos bem calmos, bem tranquilos. Como foi bem colocado pelo Senador Sérgio Guerra, vamos deixar de lado as nossas emoções e opiniões. Vamos tentar falar sobre o que vimos e podemos contribuir.

Então, admitir que há uma relação bastante amigável, fraterna, tranqüila entre a Senadora e seu genro, a ponto de ele fazer negócios em nome dela, é isso o que nos interessa.

Portanto faço novamente esta pergunta: o senhor sabe ou não se as relações entre a Senadora Serys e seu genro são de que nível? (Sic) É isso que eu gostaria de saber.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não tenho convivência com eles, Senador.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rp-2 2006 - SC-71

05/09/06

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então o senhor não tem como dizer como é essa relação.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Eu já respondi ao Relator que não tenho convivência com eles.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Segunda pergunta que eu fiz também para o Luiz Antônio e vou reproduzir quando ele vier: ao fazer esse diálogo com o Sr. Paulo Roberto, o senhor tinha a expectativa de que ele transmitisse para a Senadora o interesse de emendas. Era isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim. Quem fez toda a conversa foi o Luiz Antônio...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, partiu do interesse em emendas.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E ele cobrou quanto por isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Dez por cento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele cobrou ou o senhor ofereceu?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele cobra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele cobrou.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não é que ele cobrou; ele já pediu o dinheiro adiantado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certo. Mais do que isso, ele pediu o dinheiro adiantado mesmo. Quanto foi?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio vai responder para o senhor, mas naquela época foram R\$35 mil em dinheiro e parece que mais um cheque.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas houve uma parte em dinheiro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Trinta e cinco mil reais?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor mesmo entregou ou foi o Luiz Antônio?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Foi o Luiz Antônio.

Rp 2 2006 596-88



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 72

05/09/06

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Esse dinheiro foi repassado em que lugar? Lá em Cuiabá? Na casa de quem? Na sede da empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Na sede da empresa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Na sede da empresa, não é?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pelo que o Luiz Antônio falou, foi na empresa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Muito bem.

Eu não quero aprofundar, já que muitas das perguntas, com certeza, somente o Luiz Antônio poderá responder. Então, eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Presidente, há mais Senadores inscritos?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Só para fazer uma pergunta.

O senhor ou o seu filho afirmou que também entregou esse dinheiro na presença de testemunhas. O senhor pode dizer quem são essas testemunhas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Luiz Antônio virá aqui hoje e poderá responder para o senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Eu não estava junto; não posso lhe falar. Eu não quero...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma indagação ao Sr. Darcy.

O conhecimento com o Paulo Roberto... Os senhores procuraram o Paulo Roberto ou ele procurou vocês? Como foi isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele nos procurou lá na empresa, junto com o Sérgio, lá de... Quem o levou, inclusive, foi o Sérgio, que nós conhecemos lá de Pontes e Lacerda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sérgio, os senhores já ajudam em campanhas políticas?

Rep. 2. 2006 596-89



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 73

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. O Sérgio tem uma construtora em Pontes e Lacerda, no Município de Pontes e Lacerda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Os senhores já ajudaram alguém em campanha política?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sem troca de favores? A empresa já fez doação para políticos em campanha?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Sempre em troca.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sempre em troca? Uma doação espontânea...?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nunca fizeram?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quantos anos tem a empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu iniciei a Planam em 93, mas ela começou a fazer ambulâncias no ano de 1999.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vocês nunca ajudaram político nenhum?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em época de campanha, nunca foram procurados?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Muito.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas nunca deram?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, adiantávamos o recurso e depois faríamos as emendas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Adiantavam o recurso, mas com o compromisso de fazer emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Com o compromisso de fazer emendas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, quanto ao conhecimento com o Paulo Roberto, foi ele quem procurou vocês?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Foi ele quem procurou, por intermédio do Sérgio, lá de Pontes e Lacerda.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2 2006 516-90

SC - 74

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Porque era público que havia esse tipo de entendimento com os políticos? É público que os senhores ajudam os políticos nas campanhas e depois eles têm que fazer emendas? Já era público?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, é tão público que, se o senhor pegar as ligações que a Polícia Federal fez nos nossos telefones, o senhor vai ver quantos Parlamentares nos ligavam cobrando e pedindo.

Quantos Parlamentares nos pediram...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Além do que já é público, Sr. Darcy?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, vamos falar desses que são públicos.

Não é para falar, não, mas eu nunca vim ao Senado fazer alguma coisa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu estou interferindo – e peço desculpas ao Relator – porque, se sai uma palavra como essa, veja quantos... E o senhor disse, ainda há pouco, que tratou com os Senadores que estão citados e mais ninguém. Então, para não ficar assim uma palavra de dubiedade.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, não. Eu falei “os Deputados”; eu não disse “os Senadores”.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mesmo na Câmara. Eu só quero dizer porque é complicado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Tudo bem, mas na Câmara eu tenho 70...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Para deixar gravado, porque está sendo gravado ali. Os nomes a que V. S^a está se referindo...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas essa frase dele é boa: ele nunca veio aqui para fazer uma visita; veio para fazer negócios.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, eu sei, nobre Senador Demóstenes. Eu quero dizer que nós temos uma relação de nomes públicos. E eu quero saber se passa dessa relação ou se fica na relação que nós já temos.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2 2006 546-P1 SC - 75

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Senador, se eu tiver oportunidade de pegar os telefonemas, o senhor vai ver o quanto nós fomos procurados para fazer esse tipo de negócio.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E eu reitero: essas ligações são daqueles que nós já conhecemos ou mais do que isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Sim, senhor; sim, senhor, daqueles... Vamos deixar por aí.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Daquelles que nós já sabemos? Então está certo. Era só isso que eu queria saber.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então existe mais!

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Não, não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O senhor deixa por aí, mas o seu filho deixa por aí ou não?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Acredito que sim.

Quando nós viemos para cá foi no intuito de novamente falar a verdade. Nunca vim aqui para dizer alguma mentira ou acusar alguém. Quero deixar isso bem claro. Estamos falando sobre o que nós fizemos. A relação dos senhores, nós não temos nada a ver. Nós nos comprometemos perante a Justiça de falar a verdade. E é isso que nós queremos fazer. Isso foi feito no primeiro dia e será feito até o último dia.

Hoje, ele me disse o seguinte: "Tome cuidado, Darcy". Digo: não, cuidado... Eu não preciso tomar cuidado. O que tiver que falar a verdade, eu vou falar. Se houver algum caso novo, eu sou o primeiro a chegar para o juiz ou para a Procuradoria e para a CPMI e falar: está aqui; tem mais um fato novo. Eu diria para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por gentileza.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Darcy José Vedoin, é a primeira vez que eu ouço o senhor pessoalmente. Vim acompanhando o que tem sido registrado na imprensa a respeito de seus depoimentos perante a Justiça e na Polícia Federal, mas, aqui no Senado, no Congresso Nacional, é a primeira vez, que eu saiba, que o senhor vem aqui. E considere importante, embora não seja membro do Conselho de Ética, ouvi-lo, até para formar melhor juízo dos fatos que estão impressionando a nós e à nação brasileira.

Rep. 2 2006 Sib. 42



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 76

05/09/06

O que V. S^a acaba de relatar, que resolveu, por razões importantes, na sua avaliação, contribuir para com a Justiça e com a verdade, inclusive para... Acredito que V. S^a tenha pensado: é o momento de eu transmitir esses fatos com o propósito de que eles não mais ocorram na relação entre empresários e Parlamentares, no Congresso Nacional.

V. S^a mencionou, há pouco, que foram muitos os Parlamentares, especialmente na Câmara de Deputados, que procuraram a empresa do senhor, inclusive com o propósito de obter vantagens, benefícios, para apresentar emendas para a compra de equipamentos, ambulâncias, etc. O senhor também teve um relacionamento normal, sem esse tipo de procedimento, com Deputados e Senadores? Pode V. S^a conhecer, no seu relacionamento com o Congresso Nacional, que há aqui Senadores e Deputados que de maneira alguma estariam assinando emendas para poder tirar vantagem, Senadores e Deputados que aqui, no Congresso Nacional, realizam o seu trabalho, recebendo uma remuneração paga pelo povo e procedendo da maneira mais séria possível, procurando atender aquilo que seja o interesse da Nação?

Sei que essa pergunta não tem a ver com o propósito de averiguar o que se passou com os três Senadores ou agora com a Senadora Serys Slhessarenko, mas, de qualquer maneira, a resposta que o senhor puder nos fornecer é muito importante até para o povo brasileiro saber da situação. Sei de muitos Senadores e Deputados que aqui procedem com seriedade, mas quero saber da sua opinião. Acho importante saber sua opinião, tendo em vista sua decisão de revelar o que aconteceu.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, quando fui ouvido na CPMI em Cuiabá, o Senador Sibá estava lá também, a primeira coisa que eu falei foi o seguinte: não vou denunciar ninguém sem prova, não vou colocar o nome de nenhum Parlamentar se eu não tiver alguma prova. Foi feito isso, não é, Senador? Bom, depois que o Luiz Antônio saiu, ele pegou as provas, nós começamos a fazer o que nós tínhamos de prova testemunhais, concretas... respondendo a sua pergunta, existem sim, Senadores e Deputados que fazem as emendas sem vinculação a recursos. Existem sim, em muitos. Agora, existem muito mais que fazem obtendo o recurso. Falo... novamente

Rp 2 2006 596-93

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 77*05/09/06*

digo para o senhor o seguinte: é só pegar as gravações que o senhor vai ter uma grande desilusão com algum tipo de parlamentares.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Como não há mais Senador que queira usar a palavra, fui instado pelos dois advogados, Drs. Alexandre e Davi, que gostariam, pelo meu intermédio, de fazer perguntas.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Dr. Alexandre. Esclareço que a pergunta é dirigida ao Presidente.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sim.

Sr. Presidente, gostaríamos de saber do depoente se ele confirma na íntegra todos os depoimentos que deu até hoje, tanto no Justiça Federal quanto na CPI?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor quer responder?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Já respondi também isso...

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Confirma?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Já respondi...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Confirma.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, por que só hoje apareceu a história do cheque? Todos os depoimentos anteriores, sempre tem sido R\$35 mil em dinheiro. Nunca se falou em cheque, por que só hoje apareceu, Sr. Presidente? Nós gostaríamos de saber do depoente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Darcy José Veddin.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – O Luiz Antônio vai responder, mas não foi... não é de hoje, não... faz mais dias atrás que foi... que apareceu esse cheque, inclusive pelos senhores, que colocaram na imprensa em Cuiabá.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Ah, então, é aquele cheque que já foi antecipado no depoimento no depoimento do Paulo Roberto? É isso?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 78

05/09/06

Rep. 2 2006 546-94

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem, o Sr. Alexandre é advogado de quem?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É advogado da Senadora Serys Slhessarenko.

Sr. Vedoin.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não vou responder.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, a Planam... o depoente poderia precisar se a Planam tem algum benefício fiscal junto ao Governo de Mato Grosso? E se sim, em que consistiriam esses benefícios?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Darci José Vedoin.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Acho que não faz... Estou aqui para responder para a Senadora e não para o Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não responde.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, no depoimento dado na Justiça Federal, o hora depoente disse que, retornando à sede da Planam, ele, Darci Vedoin, retornando à sede da Planam em outra oportunidade, entregou em mão para Paulo, na presença de Sérgio, 35 mil em espécie. Ele confirma essa parte do depoimento dado na Justiça Federal?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Darci José Vedoin.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pergunte depois para o Luiz Antônio que ele vai responder para o senhor.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Não, foi o senhor que disse.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O senhor pergunte para o Luiz Antônio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Outra pergunta, Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – A última pergunta, Sr. Presidente. Foi amplamente divulgado que a Planam tem esses benefícios fiscais no Estado de Mato Grosso. Depois a gente poderia precisar se, em troca desses benefícios fiscais, poderia haver uma

Rep. 2 2006 596-95



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 79

05/09/06

contrapartida para ataques políticos de adversários dentro do Estado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, não vou nem responder isso. Não estou aqui para responder briga política no Estado. Vim aqui para responder para os senhores o que os senhores me perguntarem. Então, eu não gostaria de responder mais aos...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores...

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sr. Presidente, só para encerrar aqui a nossa argüição, nossa pergunta não tem nenhuma relação com a briga política no Estado. Nós estamos querendo simplesmente descobrir qual o fundamento, de onde vem esse ânimo do depoente, se tem algum fundo político, se tem algum acordo tentando minar os adversários no Estado do Mato Grosso, alguma coisa nesse sentido.

Muito obrigado, Ex^ª.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vai constar. O áudio está registrando.

Dou por encerrado o depoimento do Sr. Darci José Vedoin. Agradeço.

Solicito que o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Lembro da assinatura no termo de compromisso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eles não quiseram assinar o termo de compromisso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, digo... Perdão! É em relação ao cheque, só esse que...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ah, sim! Não, não. Esse... O cheque acho que o Luiz Antônio já tem...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O cheque tem cópia já no processo. É só tirar na Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas de qualquer forma seria.. precisamos... se for necessário, podemos pedir, para não fazer nova diligência. Estando na Polícia Federal, está tudo certo. Apenas ainda não temos acesso.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 80

05/09/06

Rp. 2 2006 596-96

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está bom. Muito obrigado.

Sr. Vedoin, por gentileza, há uma solicitação da relatoria sobre a entrega da cópia do cheque referente ao Senador Magno Malta.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Peço para tirar uma cópia e trago para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Um momento. Nós queríamos que o senhor desse isso por escrito para nós.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Vou dar, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Então está bem. Solicito à assessoria que providencie o documento.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sr. Presidente, nós não temos nada a esconder.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas essa é uma solicitação do Relator.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, por gentileza, vou determinar a entrada do Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin.

Solicito que os Srs. Senadores fossem mais objetivos nas suas perguntas e deixassem as opiniões pessoais para momento mais oportuno.

Peço a entrada do Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia limitar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo a eles não há. Teria o tempo para os Senadores, até 10 min, mas eu não quis marcar, porque notei que o Relator queria realmente maiores esclarecimentos. *(Pausa)*

Senador Jefferson Péres, V. Ex^a tem a palavra com relação à Representação nº 1, referente ao Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Luiz Antônio Vedoin, o senhor confirma, reafirma todos os seus depoimentos prestados na Polícia Federal e na CPI?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo.

Rep. 2 2006 596-97



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 81

05/09/06

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Todos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Todos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor já teve algum contato direto com o Senador Ney Suassuna?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sempre através do Sr. Marcelo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Como o senhor conheceu o Sr. Marcelo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Marcelo eu conheci do Policena, que é assessor da Senadora Serys e era do Senador Carlos Bezerra.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Foi o Sr. Policena, assessor da Senadora Serys...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...que o apresentou ao Sr. Marcelo...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...e a partir daí o senhor passou a tratar com o Sr. Marcelo a respeito de emendas em troca de comissões?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso mesmo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Sr. Marcelo dizia ao senhor que agia em nome do Senador? Ele dizia assim?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele falava em nome do Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E ele dizia que as comissões eram também para o Senador? Era o que ele afirmava, insinuava ou...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Insinuava isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nunca disse direto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Falava que era para o Senador, mas não... esse fato...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 82

05/09/06

Rep 2 2006 596-98

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não estou dizendo que era, estou dizendo o que o Sr. Marcelo dizia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Isso, isso. Que o Marcelo dizia é que era para o Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...o que ele dizia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Todas as vezes que tinha algum problema no Ministério da Saúde ele sempre pedia interferência do Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Eu nunca tive contato com o Senador. Sempre foi através do Marcelo. Sempre eu fazia contato através do Marcelo e o Marcelo se encarregava de fazer a ponte no Ministério da Saúde, ou Ministério das Comunicações, ou qual que fosse.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Onde eram os seus encontros com o Sr. Marcelo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Na Câmara.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não aqui no Senado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Aqui no Senado eu só estive uma única vez, na Liderança do PMDB.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Só uma vez.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Na Liderança uma única vez. Na Câmara...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os encontros eram onde?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Nos restaurantes, no Anexo IV, ali, nos corredores. A gente sempre estava ali no 5º ou 3º andar. A gente marcava na frente dos elevadores, ou algum gabinete de algum Parlamentar que eu estava, ou no Hotel Melia Brasília.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E os pagamentos eram...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só um detalhe, gostaria de saber se, nesse encontro na

Rep. 2 2006 596.99



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 83

05/09/06

Liderança, ele estava bem à vontade ou se ele pegou o senhor e saiu correndo de lá.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, o Relator está com a palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Desculpe.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E os pagamentos como eram efetuados? O senhor já disse isso, mas gostaria apenas de confirmar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em mãos, em espécie e, algumas vezes, através de alguns depósitos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Depósitos na conta bancária dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na conta ou na conta que ele determinasse que fosse feita.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Isso era feito regularmente ou esporadicamente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pagamento em dinheiro.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Regularmente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Regularmente, não... Saísse, a gente fazia a entrega...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – À medida que as emendas...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – ...iam saindo, nós íamos fazendo pagamento. Aí foi feito alguns adiantamentos, que depois foi para ser compensado em futuras emendas.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor tem comprovante desses depósitos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Alguns depósitos, sim. Está no anexo na Justiça Federal. Foi entregue à Justiça Federal.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Qual o valor total dessas comissões entregues ao Sr. Marcelo?

Rep. 2 2006 546.300

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 84

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em torno de R\$220 mil, e foi... uma vez o Rodrigo, também funcionário meu, entregou em mãos para ele lá no restaurante Porção.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – R\$220 mil no total?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – R\$220 mil no total. Tenho as datas dos saques e dos pagamentos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nesses encontros o Sr. Marcelo estava sempre sozinho ou ia acompanhado por alguém?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sempre sozinho.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Há ligações telefônicas também.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Bastantes ligações.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Para o gabinete ou para o celular?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sempre ligava ao gabinete... ao celular. Quando não atendia, ligava no gabinete. Pedia para fazer conferência com o celular dele.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Aquela transferência de recursos orçamentários da Paraíba para o Rio de Janeiro, para o IPPES, quem sugeriu? Foi o senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi eu que sugeri a ele, por causa que como era... a gente estava no final do ano, 2005, e não tinha tempo hábil para fazer os projetos, eu pedi que fosse feito um único projeto para o IPPES e depois ia comodatar com os Municípios do Estado da Paraíba.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Por que o senhor escolheu esse IPPES?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Porque era o único Instituto que estava apto para receber recurso e que eu tinha conhecimento e controle de conversa com um provedor do...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor tem amizade com a direção, com os dirigentes do IPPES?

Ref 2 2006 596-101



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 85

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conheço uma pessoa. Amizade, não. Conhecimento.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Esse instituto é o quê? Qual é a natureza dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É uma ONG, uma Oscipe, não é?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – De que área? Destina-se a quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Projetos, projetos, projetos de política pública.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os senhores se entenderam, ele receberia as ambulâncias e depois cederiam em comodato às Prefeituras?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Em troca de quê? O IPPES receberia o quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ficaria com um ou dois veículos da emenda.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Aí veio aquele ofício com a suposta assinatura do Senador para que a transferência fosse feita. Não é isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não cheguei a ver o ofício, Senador. Foi falado com o Marcelo. O Marcelo encaminhou o ofício para a Dona Maria da Penha e na hora... qual que se acertaram lá do ofício, o modelo do ofício, para que isso fosse feito e entregue ao Ministro, ao Ministério, para fazer a liberação.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Posteriormente, esse ofício foi cancelado porque o Senador, alertado por uma funcionária do Ministério, Sr^a Mariane, cancelou o ofício e depois disse que foi falsificada a assinatura dele. O Senador apresentou há poucas semanas um laudo técnico grafológico. O que o Sr. Marcelo lhe disse quando o Senador cancelou esse expediente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não fiquei sabendo do cancelamento.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não ficou sabendo?

Ref. 2 2006 596-103



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 86

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fiquei sabendo do não empenho do instituto. Só isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Sr. Marcelo não lhe disse que foi cancelado? O porquê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Existia... Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Apesar de ele ter recebido promessa de comissão por isso, ele não falou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Mas não foi empenhado, nem para os Municípios nem para o instituto.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se fosse empenhado, ele receberia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Receberia, e teria uma parte que já teria sido pago, não é?

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor já adiantou algum pagamento a ele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Veja bem, Senador, não seria um adiantamento. É tipo uma conta corrente. Eu ia repassando, conforme ele ia pedindo, e repassando. Não chegamos para sentar e falar: “Olha, você tem “x” adiantado, “y” para ser compensado.” Era uma conta corrente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Sr. Marcelo nunca comentou com o senhor que aquela transferência havia sido cancelada pelo Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu saiba, Senador, existia um ofício do Senador direcionando 20 Municípios no valor de R\$80 mil, de um milhão e seiscentos. Fiquei sabendo através da Maria da Penha. Quando fiquei sabendo que o valor de R\$80 mil não daria para comprar os veículos, pedi que fosse feito um ofício... e não tinha projeto, foi pedido para fazer um ofício para o IPPES. Eu não sabia que foi cancelado o IPPES para depois passar para os Municípios. Que eu saiba, era dos Municípios depois passando para o IPPES.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor tinha contato com a Sr^a Maria da Penha?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tinha contato. Ela foi funcionária da empresa durante um ano, durante um ano e meio, dois anos.

Ref. 2 2006 596103



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 87

05/09/06

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Depois foi para o gabinete de...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A pedido do Deputado que pediu ao Senador.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso. Não! Nós pedimos para o Deputado Divino, Deputado José Divino, e foi pedido para o Marcelo interceder junto ao Senador, no qual ele deve ter feito o ofício.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sempre que surgia algum problema de liberação de verbas, o Sr. Marcelo lhe dizia que iria falar com o Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Falou que iria falar com o Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ou era ele que se entendia com a Sr^a Maria da Penha, era o Senador, ou era o Senador? Como esse processo era agilizado no Ministério da Saúde? Quem tratava disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A Penha passava o problema para mim do Ministério, eu passava para o Marcelo e daí para a frente o Marcelo falava com o Senador para o Senador interceder. Ele esteve no Ministério da Saúde e das Comunicações, no qual fez também a liberação de alguns veículos.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor não tratou com outro funcionário do gabinete do Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Só com o Sr. Marcelo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Só com o Marcelo. Só conhecia o Marcelo do gabinete. No gabinete do Senador nunca esteve.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Nunca esteve, nunca falou com ele, pelo telefone, nunca...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca. Nada, nada, nada.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Ref. 2 2006 596-104

SC - 88

05/09/06

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Apenas o Sr. Marcelo que lhe dizia que agia em nome do Senador e que transferiu recursos para o Senador. Era isso que ele dizia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso. Não chegava no ponto de falar que passava recurso. Falava que o Senador, que o dinheiro era comissão...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Era uma insinuação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso, isso, mas não afirmava.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ele nunca disse: “Eu entreguei ao Senador.” Claro!

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso não, até também eu não perguntava por causa que o dinheiro devido era pago até então...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Certo. Parecia implícito que aquilo era do Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Presidente, por enquanto é só.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, só tenho uma pergunta.

Sr. Luiz, já tomei alguns golpes de malandros, por exemplo, eles dizem que vai fazer o negócio e não fazem. V. S^a falou que teve uma vez no gabinete da Liderança...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – DO PMDB. Isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Gabinete que hoje estou utilizando, como Líder.

Sr. Luiz, nesse encontro que o senhor teve com o Sr. Marcelo, ele o abraçou e saiu imediatamente do gabinete ou convidou o senhor para sentar no sofá e conversaram tranquilamente, tudo tranquilamente? Foi assim ou não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, nós fomos até o gabinete na Liderança.

Rep. 2 2006 596-105

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 89

05/09/06

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O senhor sentou no sofá que tem...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Sentei naquela mesa grande, na mesa grande...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – ...na mesa grande aguardando ele vir?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Aguardando quem?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Aguardando o Sr. Marcelo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Não. Cheguei junto com o Marcelo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Ah, o Sr. Marcelo já foi caminhando para lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Isso, foi junto com nós na Liderança...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E como é que foi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Aí entramos, sentei naquela mesa, ele nos serviu café, água, tomei água, café, recebi uma ligação e saí do gabinete. Nós saímos do gabinete. Em torno de uns 15 a 20 minutos que eu fiquei no gabinete, meia hora no máximo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E por acaso o senhor tinha conhecimento se o Senador Ney Suassuna estava na Liderança naquele momento ou se estava na Paraíba?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Estava no gabinete na Liderança.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O Senador estava lá dentro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Estava porque chegou uma Senadora, acho que é de Goiás... Tem uma Senadora do PMDB de Goiás?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tem, que era suplente do Senador Maguito, a Senadora Iris de Araújo.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 90

05/09/06

Rep 2 2006 596-106

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ela chegou para falar com ele, com o Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pensei que o esperto sempre chega, abraça e sai correndo, mas já que o senhor sentou à mesa...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Mas eu não estive... não fui com o intuito de...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu sei que o senhor não esteve com o Senador. Em momento algum foi colocado isso. Mas o senhor sentiu se ele estava apressado para sair logo com o senhor daquele lugar ou ele estava bem à vontade?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, acredito... não demonstrava até porque ali é o trânsito... são várias pessoas, não é? Não teria o intuito de sair, até porque o Senador não entra por aquele ali. Ele tem uma entrada reservada, não é?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O senhor entrou pela entrada da frente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pela entrada da frente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não foi pela reservada?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não foi pela reservada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O Sr. Marcelo gozava de intimidade e não colocou o senhor por aquela primeira entradinha?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Bom, ele entrou. Ele era assessor do Senador. Ele entrou normalmente, sentamos. Ele fez uma ligação, uma ou duas ligações ali. Eu recebi uma ligação da Câmara, lá, do anexo IV, de um Parlamentar, aí eu me dirigi até o anexo para conversar. Não fui com o intuito de falar com o Senador, nenhum momento lá.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Estou tentando ver, Sr. Luiz, se o Sr. Marcelo poderia estar operando, bem claro para não ficar...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sei a situação.

Ref. 2 Doc 6

596-107



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 91

05/09/06

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – ...se o Sr. Marcelo estaria operando sozinho e articulando. Para mim, o malandro, quando faz esse tipo de coisa, chega, fala que vai fazer, dá uma volta e sai correndo com a pessoa para o Senador não ver e querer saber quem é. Realmente, muitas pessoas freqüentam a Liderança. O senhor não sentiu isso? Sentiu realmente que ele estava tranqüilo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, eu não posso afirmar que o Senador Ney sabia ou não sabia. Eu não tinha conhecimento, eu não...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Que o senhor não esteve com o Senador o senhor já disse. Apenas quero saber, Sr. Luiz, se o senhor consegue lembrar se naquele momento ele estava doido para sair com o senhor para outro lugar ou estava tranqüilo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Estava tranqüilo. Não estava apressado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tinha o domínio da situação.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, ele não chegou para falar com o Senador. Nós entramos pela porta, ele falou com a secretária e nós entramos, sentamos e não teve mais a interferência de ninguém lá. Se pediu café, água. Veio. Trouxeram água, café. Usei o toalete, aí recebi a ligação e saí. Só isso. Ele não entrou... não ficou aflito nada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com a palavra novamente o Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Apenas mais uma pergunta. O Sr. Marcelo foi exonerado do gabinete em maio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Após a operação deve ter sido, porque até o dia da operação ele estava lotado lá.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Este ano ele continuava lá?

Rp. 2 2006 596.108



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 92

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Continuava lá.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pergunto porque o cancelamento daquela transferência foi feita em dezembro...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – ...e a partir daí ele continuou tratando. Ele ainda era assessor do Senador e ainda tratava com o senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Vedoin, o senhor poderia descrever como é o gabinete da Liderança do PMDB?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fica aqui do lado eu acho que do ACM, do Antonio Carlos Magalhães – não é isso? –, a Liderança do PFL? No final do corredor lá.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor é que tem que responder.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tá. O corredor aqui próximo aqui, no corredor... no final do corredor... Lá perto ali do plenário, aí do lado esquerdo, direita, uma ante-sala. Entrei em uma sala grande com o toalete um pouquinho... a mesa assim, o toalete aqui, assim, à direita. E a sala do Senador, com a secretária reservada, do lado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor esteve lá uma única vez?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Uma única vez.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode descrever – está dito –, mas como é o ambiente? Tem alguma decoração? Tem alguma coisa? O senhor não prestou atenção nisso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não prestei atenção.

Ref. 2 2006 596-109



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 93

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – As emendas que eram apresentadas de autoria do Senador Ney Suassuna, elas tinham facilidade de liberação? Elas eram liberadas de uma forma mais ágil do que as emendas de outros Parlamentares?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Tirando os Parlamentares da Oposição, todos são normais.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Cada Parlamentar tem uma senha de acesso ao SIAFI.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tinha acesso ao SIAFI com a senha de algum Parlamentar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Tinha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – De quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Do Francisco, que é assessor do Deputado Nilton Capixaba, mas é só para acompanhamento, não para... Só acompanhamento do SIAFI.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O pai do senhor, Darci Veddin, disse que ficava só em Brasília. Ele disse que era o senhor que fazia as operações e que, especialmente em Cuiabá, fazia a entrega dos recursos, mas o senhor diz, também agora, que também fazia os contatos em Brasília, e o Sr. Marcelo é um desses exemplos. O pai do senhor tratava ou não com os Parlamentares? Qual era exatamente o papel do senhor e dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Ele fazia o primeiro contato com os Parlamentares. Fazia um acerto inicial. Depois eu vinha, tratávamos de onde que iria direcionar a emenda, junto com o Parlamentar. E o financeiro eu que tratava. A maioria das vezes eu que fazia o pagamento, o acompanhamento e as planilhas, as liberações, como que ia ser feito. “Por causa que” eu tinha o controle total dos Municípios que estavam sendo entregue e das instituições, então eu fazia esse controle de pagamento dos Parlamentares.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode fornecer esses documentos que o senhor disse que tem de depósitos bancários... Todos esses documentos que o senhor

Rep. 2 2006 596-110



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 94

05/09/06

acabou mencionando aqui, o senhor tem como fornecer ao Conselho essa documentação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu já tornei os originais na 2ª Vara do Estado do Mato Grosso. Na Justiça Federal do Estado do Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas aqui o senhor pode fornecer também, até para agilizar os trabalhos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não fiquei com cópia, Senador. V. Exª poderia pedir no Estado e...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor entregou os originais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Os originais.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu tinha umas caixas que não foram apreendidas pela operação. Eu peguei as caixas e, da forma que eu peguei, eu entreguei à Justiça.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse documentos relativos ao Marcelo o senhor entregou lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Os originais lá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe ainda o número do telefone do Marcelo? O número do celular em que o senhor contactava com ele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tem ele marcado aqui no meu celular.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode fornecer? *(Pausa)*

O senhor tem contato com Marcelo há quanto tempo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – 2004. Final de 2004.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem apresentou o Marcelo ao senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Policena, assessor da Senadora Serys, que era do Senador Carlos Bezerra.

Nove, nove, sete...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor também tem contato com o Policena?

Ref. 2 2006 596-111



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 95

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tenho contato com o Policena. Tinha, né? Depois eu perdi o contato.

É 9977-1321 (nove, nove, sete, sete, treze, vinte e um.) É esse aí.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode autorizar a quebra do sigilo? Qual é o número do telefone do senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É 8404 6311 (oito, quatro, zero quatro, meia, três, onze).

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nesse é que o senhor contactava com ele? É Brasília – 61 (meia, um)?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É 65 (meia, cinco).

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – 65 (meia, cinco)?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – 65 (meia, cinco)

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o do Marcelo é 61 (meia, um)?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – 61 (meia, um).

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode autorizar a quebra do sigilo telefônico desse...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Autorizo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E do Policena?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Deixa ver se eu tenho o telefone do Policena.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor perdeu contato com o Policena quando? Após a...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Após a deflagração da operação. Com todo mundo, né? Para dizer melhor, Senador. Não mantive mais contato com assessores, a não ser aqueles amigos que eu deixei que até hoje...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Policena o senhor conhece há mais tempo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Policena eu conheço há mais tempo. O telefone do Policena eu não tenho, não.

Rep 2 2006 546-112



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 96

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o Carlos Bezerra?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conheci ele no Senador Carlos Bezerra.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ele era assessor do Carlos Bezerra?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Policena?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Assessor do Carlos Bezerra.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor já tem contato com ele muito antes?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conheço ele há muito tempo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eleita a Senadora, ele ficou no gabinete?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não sei como que foi feita a tratativa. Sei que ele permaneceu no gabinete. Acho que o gabinete é o mesmo que era do Senador, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, desde 2003, junto à Senadora Serys Slhessarenko o senhor mantém contato com o Policena?

O senhor esteve com a Senadora alguma vez?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Alguém mais deseja fazer pergunta a respeito do Senador Ney Suassuna? *(Pausa)*

Algun dos advogados deseja fazer perguntas? *(Pausa)*

Então vou encerrar...

O SR. EDUARDO SUPLCY (PT – SP) – Permita-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Apenas referente ao Senador Ney Suassuna; depois o interrogaremos a

Rep. 2 2006 596-113



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 97

05/09/06

respeito da Senadora Serys Glhessarenko e do Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O Sr. Luiz Antônio, em algum momento, formou a convicção de que o Sr. Alexandre tinha...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Marcelo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – ...que o Sr. Marcelo – perdão! – tinha um entendimento direto com Senador Ney Suassuna sobre aquilo que tratava com o senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, convicção eu tinha porque tudo que era combinado era feito. O que ele tratava, os Municípios que ele falava, os valores combinados eram fixo. Agora, a convicção se o recurso era repassado ao Senador, eu não posso afirmar. Ele falava, só que eu não tenho como afirmar para o senhor se ele tinha conhecimento ou não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O senhor disse... O som aqui ficou um pouco baixo. O senhor disse que tudo que era combinado era feito?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tudo que eu falava com Marcelo era combinado, era feito. Todos os contatos ele fazia como os Municípios para nós tentarmos fazer entrega, a venda, aos Municípios. Então...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – E, aproximadamente, quanto tempo durou este relacionamento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Final de 2004 até o dia da operação: dia 25 de maio de 2006.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se nenhum Senador mais deseja se dirigir ao depoente, vou passar ao caso do Senador Magno Malta.

Com a palavra o Relator Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Luiz Antônio Vedoin, eu perguntaria ao senhor a mesma pergunta que fiz ao seu pai: qual é a participação do Ronildo nesse esquema?

Ele é sócio da Planam?

Rep 2 2006 596.114



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 98

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, ele tem um empresa de equipamentos hospitalares.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas ele também opera, ele operou, e ele tem liberação. Independentemente da empresa do senhor, ele também liberou recursos para Parlamentares. Ele fazia a mesma movimentação.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A mesma coisa. Em conjunto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E qual é a ligação dele com empresa do senhor, a Planam?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nós atuávamos em conjunto. Nós chegávamos aos Parlamentares e pedíamos para serem feitas emendas de unidades móveis. No momento, se o Parlamentar não aceitava, a gente dava opção de equipamentos hospitalares ou medicamentos. É aí que entrava o Romildo na situação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor afirmou na Justiça Federal que o Senador Magno Malta se comprometeu a aprovar emendas no valor de R1 milhão (um milhão de reais) para a aquisição de ambulâncias na execução orçamentária de 2004.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E afirmou que essas emendas não foram aprovadas e que o Senador teria recebido, como adiantamento, dos 10% a que teria direito, um veículo novo valor de R\$ 50 mil (cinquenta mil reais).

O senhor confirma tal declaração?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmando. E elas não foram aprovadas: elas não foram apresentadas!

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sequer apresentadas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sequer apresentadas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor conversou uma vez com o Senador Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

Rep 2 2006 596-115



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 99

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como é que o senhor teve contato com ele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Através do Deputado Lino Rossi. Quem teve o primeiro contato com ele... quem teve com o Senador Magno Malta foi meu pai. Ele não era Senador na época. Então ele era Deputado Federal, e foi eleito Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então antes mesmo de tomar posse, o seu pai já tinha conversado com o...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quando ele era Deputado ainda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com o Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O seu pai conversou com o Magno Malta o conversou com Lino Rossi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acredito que ele tenha conversado com o Deputado Magno Malta na época na Câmara dos Deputados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe onde essas conversas aconteceram?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na Câmara dos Deputados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – No gabinete do Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Onde é que o Lino Rossi aparece nisso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Lino Rossi era amigo nosso, e ele é que fez o contato com o Senador, que pediu o veículo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe quem testemunhou esses encontros?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Entre quem?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Entre o seu pai e Lino Rossi e Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não sei.

Rep. 2 2006 596-116



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 100

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe se teve alguma testemunha desses encontros?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Também não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi simplesmente com o compromisso do Senador Magno Malta de apresentar a emenda que o senhor teria adiantado e 50% do acerto? O que elevou o senhor a acreditar que o Senador Magno Malta cumpriria esse acordo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com todos era dessa forma, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas com o Senador era a primeira operação. Ele foi avalizado. O Lino Rossi teve influência nisso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Lino Rossi se comprometeu a aglizar, a ir atrás, né? Mas não chegamos a pensar nessa situação de não ser feita a emenda, de não ser apresentada emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O fato de ele ser da base de sustentação do Governo deu mais confiança ainda de que a emenda seria apresentada de liberada? Ou isso não tem importância nenhuma?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nós procurávamos os parlamentares da base, né? Principalmente os parlamentares da base.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Essa emenda que seria apresentada era individual ou de bancada?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Individual, que seria... o compromisso era ser individual. Mas não foi apresentada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando o Senador Magno Malta “deu o cano”, quando as emendas não foram apresentadas, como foram os contatos para cobrança? “Ah, Senador, o senhor não vai apresentar?” Como foi isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com o Senador eu nunca estive. Nós estivemos no gabinete dele falamos com o Chefe de Gabinete. Teve uma situação também que o Chefe de Gabinete... houve um empréstimo ao então... que era Chefe de Gabinete do Deputado Ronivon Santiago, Ricardo. Aí o Ricardo

Rep. 2 2006 596-117



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 101

05/09/06

pediu para que eu pagasse. Eu falei para o Ricardo tomar emprestado que eu ia fazer esse pagamento após trinta dias. No vencimento, ele falou "Ó, eu tô devendo a pessoa e tal, eu tenho que pagar o recurso." Eu falei "Ricardo, quem é?" "É o Azencler do Senador Magno Malta." Eu falei "Pô, ele tá devendo um carro. Você pode falar pra ele que eu vou descontar isso numa... vou descontar no carro que eu passei e não foi feita as emendas." Aí ele conta que tentou com o rapaz, e ele falou que não, que o carro era referente ao Senador, e o dinheiro era dele, que era empréstimo pessoal dele com Ricardo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor podia explicar melhor a situação? Essa situação é nova aqui. O senhor podia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Veja bem: Ricardo...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Ricardo era Chefe de Gabinete do Deputado Ronivon Santiago?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – ...do Santiago.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Certo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Aí eu teria que repassar um valor para ele. Era R\$10 mil (dez mil reais).

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse valor era referente também a ambulância?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E também ambulância e adiantamento de comissões.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – R\$10 mil (dez mil reais)?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – R\$10 mil (dez mil reais). Eu falei "Você toma emprestado de alguém que depois, daqui a trinta dias, eu vou fazer o pagamento."

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E ele tomou 10 mil (dez mil)...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tomou emprestado. Até então eu não sabia quem era. Após o vencimento, ele me contactou e falou que teria sido empréstimo junto Azencler, que era Chefe de Gabinete do Senador Magno Malta.

Rep. 2 2006 596.118



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 102

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Azencler ou Rosicler?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Era Azencler ou Rosicler... eu não me recordo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Aí eu pedi para ele que falasse pra ele que eu já tinha adiantado um carro e que iria ficar por parte desse adiantamento do veículo, que eu não iria pagar. Ele entra contato e, nesse contato, ele falou que o veículo tinha sido acordado com o Senador e Deputado Lino Rossi, e o empréstimo era...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Um negócio à parte?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – À parte.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E aí o senhor teve que pagar esses 10 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Paguei os dez mil para Ricardo, e o Ricardo levou para ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito. Quando os clientes da Planam não cumprem os seus compromissos, é praxe exigir o cumprimento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não entendi, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando os clientes, o Senador Magno Malta e outros, não... os senhores já tomaram – desculpe-me utilizar a expressão popular – muito “cano” de parlamentar? Há Parlamentar que se compromete a fazer e não faz ou foi só o Senador Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nós já tomamos em outras situações que foi feito comprometimento, e não foi feito, ou foi acordado um valor e foi feito a menor, ou na hora em que foi executado não foi cumprida a outra parte. Isso acontece muito. Aconteceu muitas vezes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E quando isso acontece, como é feita a cobrança?

Ref. 2 2006 596-119



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 103

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nós vamos até o parlamentar ou à pessoa que nós fizemos um acordo para tentar fazer uma compensação futura numa outra emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – No caso do Senador Magno Malta, como foi feito procedimento da cobrança?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Procuramos o Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi o Lino Rossi que cobrou do Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Era o Lino Rossi que ia lá e falava com o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o Magno Malta não apresentou a emenda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não apresentou emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por quanto tempo o carro ficou com o Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tinha conhecimento, até no dia da operação. Só que eu fiquei sabendo que ele foi devolvido anteriormente à operação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Devolvido a quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ao Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o Lino devolveu para os senhores esse carro?

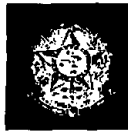
O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, esse carro nunca foi devolvido a mim. Inclusive, o documento que eu tinha de transferência estava em meu poder. Na operação, ele foi recolhido. O original, assinado...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem é essa pessoa que está com o carro hoje?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não sei, por causa que esse carro foi transferido para uma outra pessoa, mesmo eu tendo impostos e documentos de transferência do veículo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem entregou esse veículo para o Magno Malta?

Rep. 2 2006 596-120



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 104

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Esse veículo estava em São Paulo?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não sei se ele mandou buscar, acho que... foi entregue aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas quem entregou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi o Lino Rossi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Deve ter sido algum motorista a pedido do Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem era o proprietário desse veículo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Comprei esse caso junto à VR *Factoring*. O nome do proprietário eu não me recordo. Tem na apreensão dos documentos que estavam na minha gaveta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse carro foi adquirido para ser entregue...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ao. Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não... Vamos lá...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ah, na inicial?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Desde o início.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Esse carro foi entregue... foi adquirido em 2001 para nós entregarmos ao Deputado Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E foi entregue ao Deputado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi entregue. Após as eleições... ele perdeu as eleições, aí ele fez como parte de pagamento numa *factoring*. Na VR *Factoring*. Entregou numa dívida que ele tinha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Entregou esse carro?

Rep. 2 Jacob 596.121



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 105

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Entregou esse carro como o valor para pagamento de uma dívida. E após o pagamento, ele entregou... esse carro ficou na posse da pessoa lá durante uns seis ou oito meses. Logo em seguida, ele falou que o Senador precisava de um carro para transportar uma banda de música dele. Aí, no inicial, era o microônibus ou ônibus, e aí ficou acordado na Van, e aí foi entregue a Van.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas que negócio é essa história: esteve seis ou oito meses em nome de quem? O senhor se lembra?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Da VR Factoring... Não, o nome da pessoa eu não sei. Era o proprietário da VR Factoring.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – VR ou BR?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – VR.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A VR Factoring deixou isso com outra pessoa durante esse período? Fim

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, na hora de transferir, ele transferiu para o nome de um pessoa que não fosse da Factoring, nome de pessoa física. Eu não sei quem era a pessoa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Isso estava registrado no Detran, e o senhor não sabe em nome de quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, mas tenho o documento de transferência desse veículo assinado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele foi passado para o Magno Malta a título de doação ou transferência. Vocês deram para ele ou só emprestado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não demos porque não transferimos o veículo. Foi a título de adiantamento de comissão numa futura... ele cumpriu e conseguiu fazer as emendas, que eu iria fazer a transferência do veículo para quem ele determinasse que fosse.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se lembra de quais os Municípios que o senador se dispôs a beneficiar?

Rep. 2. 2006 546/22



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 106

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele se dispôs a beneficiar? A emenda seria genérica ou seria específica?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, nós pedíamos que todos os parlamentares colocassem as emendas genéricas para ter mais facilidade na hora de direcionamento da emenda para chegar a falar com o prefeito inicialmente para ver se havia interesse do prefeito e fazer a operação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor opera ou operou com alguns Municípios do Espírito Santo? O senhor se lembra?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Operei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se lembra dos nomes dos Municípios?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – São Mateus, Vila Valério, Santa Teresa, Vila Pavão... Marataízes, Marilândia, Colatina... É mais na região norte do Estado...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se lembra de quando a quando o senhor fez essas operações?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – 2002, 2003... em 2004 vendi algum veículo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é o Parlamentar que fazia, no Espírito Santo, essas operações junto com o senhor? O senhor se lembra?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O José Carlos Elias, o José Fonseca Júnior e o Marcelino Fraga.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com o Senador Magno Malta, enquanto Deputado Federal, o senhor não fez nenhuma operação com ele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca. Não, nenhuma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O sabe se o Senador Magno Malta, mesmo que não especificamente na área da saúde, teria destinado emendas a esses Municípios? O senhor tem conhecimento disso?

Rep. 2 2006 596-123



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 107

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, quais municípios?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Os que o senhor acaba de mencionar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando esse veículo foi entregue ao Senador Magno Malta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em março ou abril de 2003. No começo de 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Essa propriedade foi transferida para alguém ou ficou em nome de quem estava?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ficou em nome de terceiros com o documento de transferência em meu nome... em meu poder, desculpe.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, o documento de transferência ainda está com senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O que eu 'tava, assinado em branco, está apreendido na operação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse documento em branco foi apreendido?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi apreendido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então,

...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Agora, como eles fizeram a transferência para outra pessoa, que eu vi pela mídia, eu vi pelos jornais, eu não sei, por causa que o documento, quando eu adquiri o veículo, em 2003, ele passou para mim, só que ele não preencheu por causa que ele não tinha o nome da pessoa, que eu ainda ia fazer a transferência. Assinou, e está em meu poder. Foi apreendido na operação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse documento foi apreendido pela Polícia Federal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi.

Rep 2 2006 596/124



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 108

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então elas não tinham como fazer qualquer transferência?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em tese, não, né? Mas pode ter sido feita... dado feito algum boletim de ocorrência de furto ou roubo do documento e fizeram a operação. Ou alguma coisa que é problema do Detran. Ai eu não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado Lino Rossi, então, foi o primeiro proprietário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi o primeiro proprietário. Foi da minha empresa para ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor conhece José Luiz Cardoso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse era o nome da pessoa em que estava registrado o veículo, inclusive durante o tempo em que o Senador Magno Malta esteve com esse veículo. O endereço dele é justamente de Cuiabá. Quero mostrar para o senhor aqui. Hoje está em nome de Kerly Batistello.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sim... Não tenho conhecimento nenhum.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Essa é a transferência que o senhor acha estranha porque o senhor estava com...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com o recibo. O senhor pode verificar na operação. Deve estar apreendido na Polícia Federal do Estado do Mato Grosso o documento. Inclusive, pediu uma cópia de todos os documentos que foram apreendidos na minha sala para mim anexar isso na minha defesa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – José Luiz Cardoso, que era o nome do proprietário, reside na Rua Francisco M. de Deus, lote 5, quadra 7, São Gonçalo, Várzea Grande, Mato Grosso.

O senhor não tem lembrança disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca falei com essa pessoa. Sempre tratei com o proprietário da VR Factoring. Não tinha conhecimento dessa pessoa, mas o documento estava...

Rep 2 2006 596-125



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 109

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem é o proprietário da VR Factoring?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Kuky.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual é o nome?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Kuky Pirã.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Tem como anotar? Kuky Pirã... Como?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Kuky. Pirã. Kuky Pirã.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Kuky Pirã.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – K-U-K-Y.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos precisar ouvir essa pessoa. Diga-me uma coisa: e essa empresa que pagou, a Enir Rodrigues de Jesus – EPP. Que empresa é essa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É uma empresa ligada a nós.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É ligada ou é de propriedade suas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É nossa, né? “Ligada” que eu falo é do grupo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então é uma empresa... E Enir Rodrigues de Jesus quem é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Era a pessoa, uma interposta pessoa que nós abrimos a empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E por que não pagaram em nome da Planam?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Porque a Planam... porque o recurso estava em nome da empresa. O recurso estava na empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nesse dia o fluxo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nesse dia o fluxo estava no caixa da empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor não conhece o José Luiz Cardoso?

Ref. 2. 2006 596.126



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 110

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca nem ouvi falar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então também não tem nenhum outro bem da Planam em nome desse José Luiz Cardoso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, que eu tenha conhecimento, não. Não conheço essa pessoa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe quando o Senador Magno Malta devolveu veículo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Para mim, até no dia da operação não tinha sido devolvido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sabe a quem esse veículo foi devolvido?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Também não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe – já perguntei e vou perguntar de novo – a quem pertence a esse veículo hoje?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Também não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse veículo, em tese, seria do senhor, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em tese, tanto é que tenho o documento de transferência comigo até hoje, em posso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o senhor não cobrou a devolução desse veículo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cobrei a devolução do Lino Rossi. Foi cobrada diversas vezes para o Deputado Lino Rossi fazer a cobrança do Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor recebeu o dinheiro de volta disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tomou alguma medida legal para buscar de volta esse veículo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 111

05/09/06

Ref. 2 2006 596-127

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor mandou o Lino Rossi ao gabinete do Senador pedir para ele devolver o negócio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Mandar, não; pedir que fosse pedir a devolução do veículo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor sabe se o Lino Rossi tem bens em nome dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Do Lino?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor já disse que não sabe, então, quem entregou o veículo para o Magno Malta.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não me recordo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A empresa EPP também participa do esquema?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Participa. A Enir, né?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Enir.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Justamente. A Enir Rodrigues de Jesus – EPP.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É comercial Rodrigues.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse Enir existe?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Existe.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele é...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ela.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ela?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ela.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Só cede o nome?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Só cede o nome.

Rep 2 2006 596.128



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 112

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ela faz o quê? Ela é...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ela trabalhava na empresa e foi... inclusive, na operação, foi presa também. Mas ela só entrou com o nome. Só cedeu o nome.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E isso foi pago em cheque? A EPP pagou em cheque à *Factoring*?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em cheque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não sabe quem inspecionou esse veículo quando a Planam o adquiriu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor falou, curiosamente, que houve uma escolha. Como foi essa escolha?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Veja bem: a necessidade inicial era de um microônibus ou de um ônibus. Só que, na oportunidade, a única pessoa que nós poderíamos vender o veículo a pré-datado e já a entrega imediata, sem fazer um cadastro ou financiamento, seria essa pessoa que fez esse veículo para nós, que financiou, em tese, esse veículo para nós.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Que é o da VR?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que é o da VR, que era o único veículo que nós tínhamos, no momento, para fazer entrega.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o Senador aceitou. Toda a negociação foi feita via Lino Rossi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Via Lino Rossi. Deve ter sido aceita porque ele usou o veículo por um bom tempo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na planilha da Planam, aparece a coluna intitulada "Senha" e a palavra "Crist". O senhor disse que se tratava de Cristianne.

Então a pergunta é a seguinte: todos os deputados que têm o nome na frente "Crist" têm envolvimento com...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.



Rep 2 2006 596-129

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 113

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual era participação da Cristianne Mayrink nesse esquema?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ir atrás do parlamentar, nos apresentar, ou haver uma conversa com os parlamentares, no qual ela fez alguns parlamentares.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Existe algum senador envolvido com a Cristianne?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na revista *Época* foi dito que ela tratava dos acertos com os deputados. Cerca de 25. Como eram esses acertos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na revista *Época* não foi feito uma... não foi feito o que ela tratava. Ela conversou com os parlamentares para nos trazer junto a eles, no qual houve vários parlamentares que ela fez esse tipo de trabalho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas ela não acertava?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Acertava, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Só fazia o contato?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fazia o contato inicial, nos levava lá, e nós fazíamos o acerto, a tratativa, igual foi feito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E ela não fazia entrega de recursos em espécie, de dinheiro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, ela ganhava comissão dela. Ela era uma relações-públicas nossa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas ela não entregava o dinheiro para os deputados?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, ela não chegou a entregar, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem entregar o dinheiro para os Deputados e Senadores?

Rep. 2.206 - 596-130



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 114

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu. Na maioria das vezes, eu; o meu pai, algumas vezes; e o próprio Ronildo, algumas poucas vezes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quanto a esses R\$16 mil (dezesesseis mil reais) na conta da Cristianne que a CPI descobriu, como esse dinheiro foi parar na conta dela?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pagamento de serviço dela.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor mesmo pagava? Era uma comissão?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Uma comissão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pagava?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu paguei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para mim, está de bom tamanho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pergunto: o Kuky...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sim...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – ...é um agiota. Ele já foi preso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Ele nunca foi preso. Quem foi preso foi irmão dele, o Valdir Pirã.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Que também é da mesma *factoring*?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, é de *factoring* diferente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então a dele...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tem nada a ver. Ele nunca foi preso e ele não é agiota. Ele tem uma empresa de fomento mercantil, né?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É, a chamada *factoring* de fomento mercantil.

Rep. 2 2006 596.131



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 115

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Demóstenes, porque eu achei uma coisa tremendamente estranha e estou até preocupado: se a Polícia Federal faz uma operação, pega na gaveta dele o recibo transferindo, quer dizer, aquele recibo que a pessoa assina em branco para depois passar o carro para outro, e o carro é passado para o nome de outro, como V. Ex^a descobriu, como pode ter acontecido isso, Senador? Essa é uma coisa supera estranha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nós vamos ter que requisitar ao Detran de Mato Grosso...

E inquiridor. Não, a Polícia Federal é que tem que mostrar o recibo dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sim, o recibo, e isso nós vamos pedir, mas vamos pedir também ao Detran do Mato Grosso...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O documento de transferência, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ... para saber como esse documento foi transferido.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Coisa estranha essa. Luiz, é o que disse para o seu pai, eu acho que...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Está me informando a Assessoria que é uma coisa muito fácil, é só pedir uma segunda via na documentação. Mas aí a documentação estava justamente no nome de José Luiz Cardoso, que, eu insisto, é a pessoa que nós precisamos saber quem é.

E senhor não sabe também, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho conhecimento sobre essa pessoa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É uma situação que eu digo o seguinte: eu, pelo menos, em toda essa confusão, como falei para o seu pai, para mim, o princípio é a emenda parlamentar. Com a emenda, tem-se todas as operações. Inclusive, eu era sub-relator – e saí – da CPI que eles chamavam de "Esquema criminoso", vamos dizer assim, que era a

Rep. 2 2006 596.132



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 116

05/09/06

entrada da emenda – veja se estou errado –, e, na hora em que a emenda entrava, vocês pagavam 3%; na hora em que vocês assinavam o contrato, pagavam mais 3%; e na hora que saía o dinheiro, 4%. Mais ou menos isso: três, três e quatro. Dez. Foi isso que eu pelo menos vi em um depoimento, não sei se foi no seu ou no do seu pai.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A princípio, seria isso, mas tem ocasiões em que nós pagamos 100% adiantado e não recebemos até hoje.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É aquela história: apostou errado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quem paga mal paga duas vezes, né?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu não sei. Essa confusão toda aí não é nem pagamento. Não sei como é isso.

Eu realmente não consigo encontrar onde – a não ser que seja na palavra, e aí não temos a prova – o Senador Magno Malta combinou, não entregou, e aí "deu o tombo", como o Senador Demóstenes... é muito difícil ter uma prova nesse sentido.

Eu não tenho mais nenhuma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Mais algum Senador?

Com a palavra o Senador Sibá Machado, por gentileza.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Luiz Antônio, eu ouvi você falando há pouco de um episódio que até agora, até agora, em nenhum depoimento, nem no seu, nem de ninguém que já prestou depoimento, seja na Polícia, ao juiz, ou à CPMI, essa fase em que você citou o Senador Magno Malta como senador eleito, mas que ainda não havia tomado posse.

Você poderia explicar melhor essa fase?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Desculpe, como é, Senador?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu estava almoçando, mas você falou de um episódio do Senador Magno Malta quando

Ref. 2 2006 596-133



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 117

05/09/06

ainda Deputado Federal, já eleito Senador, mas antes de assumir. Isso seguramente tipo final do dia 2002.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – De 2002.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor poderia reproduzir mais ou menos esse episódio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A primeira conversa, primeiro inicial foi após as eleições na Câmara dos Deputados...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Com ele mesmo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acredito que sim. Meu pai esteve com ele, deve ter tido com ele...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não foi você quem esteve?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não fui eu. Eu falei, no início do depoimento, que eu não estive nenhuma vez com o senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Você jamais esteve com ele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Jamais estive com o senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Você alguma vez esteve no gabinete dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Estive. Com o Azencler.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Com quem você falou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com o Azencler.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quem é o Azencler?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Chefe de Gabinete dele.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Chefe de Gabinete?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Chefe de Gabinete dele.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tratou de quê lá, Luiz?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fomos até o gabinete dele para ver se o Senador estava lá. Se eu não me engano, o Deputado Rossi...

Rep 2 2006 - 596-134



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 118

05/09/06

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A título de quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Para conversar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Para tentar oferecer o seu serviço a ele? É isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não chegamos a conversar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, mas você foi com essa intenção?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com essa intenção. Com essa intenção.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nunca conseguiu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E o Chefe de Gabinete teria prometido alguma coisa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Também não combinei com ele nada.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nada? Tentou e não conseguiu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não chegamos a conversar. Nós fomos para falar com o Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quem levou o senhor lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se eu não me engano, o Deputado Lino Rossi estava presente nessa ocasião.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Lino? Não tem certeza? É possível que esteja?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não me recordo, é possível que ele tenha...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É possível que ele esteja.

Luiz, é o seguinte: a respeito do Senador Magno Malta, ele já foi à tribuna do Senado e fez, por mais uma vez, pronunciamentos a respeito daquilo que eu considero parte da defesa dele. Ele afirma algumas coisas que não é mais segredo para ninguém, como, por exemplo, primeiro, que ele tem amizade, já de um certo tempo, com Lino Rossi – ele admite isso –; e, segundo, que ele pediu um carro a Lino Rossi, que o cedeu.

Rep 2 2006 596-135



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 119

05/09/06

Daí, quem era o verdadeiro dono do carro, ele disse que jamais sabia. Ele pediu um carro emprestado, o Lino o arrumou, e ele usou o carro. Em um determinado momento, quando estava longe da data em que surgiu esse episódio todo na imprensa e aqui na Casa, ele já havia devolvido o carro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fiquei sabendo disso após...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele havia devolvido o carro para quem o deu: Lino Rossi. E Lino Rossi fez outra coisa: procurou o Senador Romeu Tuma, Corregedor da Casa, e teria dito ao Senador Romeu Tuma, por escrito, que ele seria responsável por essa situação.

O que me vem é a seguinte questão: tem aqui uma cópia de recibo de uma empresa chamada Transgrancap, que transporta carros...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu sei.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Que recebeu R\$750 de Lino Rossi – é o que está aqui – por ter transportado um carro de Vitória, Espírito Santo, a Cuiabá, na data do dia 2 de setembro de 2005. Então, se esse documento é verdadeiro, é claro que o carro foi devolvido nessa data.

Então, a minha preocupação: você jamais esteve em com o Senador Magno Malta,...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca estive...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – ...tinha uma expectativa de negócios, cuja pessoa que fez a ponte é Lino Rossi, que já não tinha mais mandato, não era mais Deputado. Ele chegou a fazer negócio contigo quando era Deputado. É isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele fez com...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Fez quando era Deputado. Então, não seria provável que Lino Rossi poderia estar querendo continuar a fazer negócios com você, com a sua empresa, baseado, digamos, em interesse pessoal dele, coisas desse tipo, envolvendo um nome desnecessariamente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O que eu acho, senador? O meu ponto de vista? Ou... eu estou falando dos fatos que ocorreram.

Rep 2 2006 596-136



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 120

05/09/06

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, é que você levanta uma idéia de que você tinha expectativas de negócio. Quero ver se você não foi enganado por outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Sibá, creio que devemos fazer as perguntas, porque depois vamos pegar os depoimentos, ver as contradições. Não vamos conceituar e nem dar opinião. Queremos a opinião dele apenas sem muitas delongas. É porque daqui a pouco o senhor vai receber os depoimentos. Depois.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É que, na verdade, como tive oportunidade de falar com ele em outros ambientes, em outros momentos...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Vejo aqui o Demóstenes Torres fazendo as perguntas que nós sabemos de tudo. Temos toda a documentação aqui. Só queremos saber o que ele está dizendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Entendeu? É só para...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É que ele fez umas duas falas aqui no começo e eu queria, com essa no final aqui, cruzar uma com a outra. Só para...

Então, o que eu estou querendo dizer é que houve todo esse episódio, esse trâmite, há documentos cruzando papéis, e você está dizendo que todos os momentos, em outras oportunidades, que levou uma expectativa Senador Magno Malta de participar de negócio com você. Estou fazendo outras perguntas dizendo que esse caminho pode ter encaixado numa expectativa outra pessoa contigo, que já não tinha mais mandato e que assumiu responsabilidade no episódio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Estou tendo acesso a parte do interrogatório justamente referente ao Senador Magno Malta, que o senhor deu justamente à Justiça Federal.

Rp. 2 2000 596.137



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 121

05/09/06

Então, o senhor diz o seguinte. Em Mato Grosso, em relação ao Senador Magno Malta, respondeu as perguntas que se seguiram; que o interrogando foi apresentado Senador pelo Deputado Lino Rossi em setembro de 2003.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em 2002.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Aqui está dizendo 2003. E aqui está dizendo que o senhor não conheceu o Senador Magno Malta. Como o senhor explica isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, quem esteve com o Senador foi o meu pai.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Então, o senhor, lá em Mato Grosso...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na ocasião, foi falado. Sei disso. Mas quem esteve com o Senador foi meu pai.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Diga-me uma coisa: quando foi que o senhor falou a verdade? Foi lá ou aqui?

Lá o senhor disse claramente: “que o interrogando, Luiz Antônio Trevisan Vedoin, foi apresentado ao Senador pelo Deputado Lino Rossi.” E mais: “que o senador teria comentado com o Deputado que estava precisando de um veículo para rodar no interior do estado Espírito Santo; que o Deputado comentou com o Senador que conheci alguns empresários que poderiam conseguir um veículo para ele mediante a destinação de recursos de emendas na área de saúde para aquisição de unidades móveis; que o senador é pouco interrogando, que é o senhor, conversaram sobre o assunto e chegaram a um acordo; que o senador se comprometeu a realizar uma emenda para o exercício de 2004 no valor de um milhão para aquisição de unidades móveis de saúde pelos municípios do Espírito Santo...”

Então, o senhor disse lá, nesse depoimento, que o senhor esteve com ele e que negociou diretamente com ele.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quem esteve com o senador se meu pai.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Então, essa informação que o senhor deu lá... concorda?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Senador Demóstenes, permita-me só um complemento a sua pergunta?

Rep 2 2006 596-138



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 122

05/09/06

Você disse que o seu pai esteve com o senador...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quando ele era parlamentar... quando ele era Deputado Federal.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas você tem segurança disso? Ele esteve mesmo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Podemos perguntar para ele.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Já foi perguntado hoje, e ele negou.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não pode interferir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu estou com a palavra. Paciência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Paciência.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então só para ficar bem claro aqui: você não tem certeza?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Mas o senhor nunca esteve com o senador então?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Com o Senador nunca estive.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – O senhor já esteve?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Com o Senador, não. Estive no gabinete do Senador uma ou duas vezes com o Azencler.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – O senhor esteve com ...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com o Rosencler.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Tratando da...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Chegamos lá para falar com o Senador. Só que, na oportunidade, ele não estava no gabinete.

Rp 2 2006 596-139



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 123

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – E estava cobrando porque ele não apresentou...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não chegou... era a tratativa... era nas tratativas mesmo. Não foi no intuito de cobrar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Mas já tinha acertado que ele apresentaria emenda.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Já tinha sido acordado entre o Deputado Lino que seria feita a emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – O Deputado é que acertou. O Lino Rossi é que acertou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Lino Rossi fez o acerto da emenda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – E os senhores foram lá fazer o quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Falar com senador porque o Deputado Lino Rossi ia nos apresentar ao Senador, ia me levar lá para apresentar ao Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Então, se ia apresentar, realmente, o senhor não esteve com senador.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não estive com o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – Como é que é o senhor declara que esteve? Está aqui a cópia do depoimento. Vou passar para o senhor e passar ao seu advogado.
(Pausa)

Quero perguntar, em primeiro lugar, esse documento é autêntico? Ele no foi passado agora pelo advogado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi sim.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Está no processo, Ex^a.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) – O senhor tenha calma, não é? Se o senhor for o depoente, vamos tirá-lo daqui e o senhor depõe no lugar dele.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – O Senador Magno Malta...

Rep 2 2006 596.140



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 124

05/09/06

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Por gentileza, o senhor não pode interferir, doutor. Por gentileza.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me apenas uma sugestão? Sei que o advogado está ansioso. Mas aqui cada um tem uma linha de pensamento. Vamos analisar os fatos com a cabeça de cabeça de cada um. O importante é os registros que ficam desse depoimento. Não se avexe.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Mas é um advogado. Ele não pode...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estou dizendo que ele não se avexe, porque o que nos interessa aqui é o que vai ficar do depoimento. Mais nada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Está tudo gravado. Eu até já determinei a degravação. Isso tudo nós vamos analisar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Confere? Lá o senhor disse que...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não estive com o Senador. Houve uma conversa como senador, entre o Deputado Lino Rossi e o Senador, de que iria ser feita uma emenda e que foi dado o veículo dessa forma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O veículo foi dado em setembro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Concluímos?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para mim está de bom tamanho.

Mas, se vamos concluir, quero fazer três requerimentos em relação a isso. Quero pedir, primeiro, a oitiva dessa pessoa, o depoimento dessa pessoa, em cujo nome estava o carro: José Luiz Cardoso. Segundo, o Senador Magno Malta apresentou um recibo de transferência da empresa Transgrancap, Transporte de Veículos, que é a empresa do Espírito Santo que teria transportado o carro. Só que o recibo está em branco. Não está assinado. Justamente. Então eu queria solicitar, não que pedisse ao gabinete do Senador, mas que pedisse diretamente a empresa que mande o documento que

Rp 2 2006 596.141



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 125

05/09/06

comprove – porque um documento sem assinatura não tem qualquer validade – que esse carro realmente foi transportado na data de 2 de setembro de 2005, e entregue ao Sr. Lino Rossi.

O terceiro documento, eu gostaria que V. Ex^a requisitasse ao Detran o histórico desse veículo, desde quando ele saiu da concessionária até o dia de hoje, mostrando a data da transferência desse veículo e os documentos, a cópia dos documentos, que autorizaram essa transferência nas datas correspondentes.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Encerro o Item 2...

Antes de dar sequência, quero dizer que passa a integrar agora o Conselho, aprovado já pelos Senadores, como membro titular, o Senador Giovani Borges.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Agora o Senador Paulo Otávio para relatar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Vou conceder a palavra ao Senador Paulo Otávio como Relator da citação da Senadora Serys Slhessarenko.

Com a palavra o Senador Paulo Octávio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Luiz Antônio Vedoin, o senhor confirma todos depoimentos anteriores?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Confirmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em depoimento à Justiça, o senhor disse que conhecia o Sr. Paulo Roberto, o Sérgio e o Pontes Lacerda. É seu amigo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Sérgio, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele possui uma construtora na cidade de Cuiabá. O senhor conhece?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele é proprietário de uma construtora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Proprietário de construtora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em Cuiabá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E isso. Em Cuiabá e Poços Lacerda.

Rep-2 2006 596.142



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 126

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E como foi conhecimento com o Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Através do Sérgio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele o apresentou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Me apresentou. Me levou até a minha empresa o Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o Sérgio pegou o Paulo Roberto e levou na sua empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Levou na minha empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Marco encontro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O Sérgio, normalmente, ia na minha empresa quase todas semanas que a gente estava lá, ele ia na empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sérgio é amigo do Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conhecido dele. Amizade... o teor da amizade... o grau de amizade...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele me apresentou como amigo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Como amigo dele. Como conhecido amigo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No depoimento que foi feito, o senhor disse que entre os meses de setembro, outubro, de 2003, o Sérgio levou Paulo Roberto algumas vezes na empresa. Confere?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esses encontros eram o quê? Encontros de bate-papo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ia lá para conversar... ele acompanhando o Sérgio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ninguém agendada? Eram só encontros...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É, sem agenda.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 127

05/09/06

Rep. 2006 596-143

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ninguém agendava? Eram só encontros espontâneos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sem agenda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sem agenda. Algum motivo especial?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então foi estabelecida uma amizade com Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Amizade, não, mas um conhecimento com ele. Inclusive, numa festa, tive oportunidade de conversar com ele numa festa junina do filho dele. Depois, em 2004, com os sobrinhos da filha dele. Comecei com ele diversas vezes depois.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nessas conversas...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nos vãos...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nessas conversas, o assunto de emendas era tratado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi tratado uma vez no escritório. Ele falou que precisaria de um recurso para pagar um valor de campanha, e foi repassado o valor para ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No mesmo dia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, foi agendado um outro dia, uns quinze dias após. Houve uma conversa do que ele poderia falar com a Senadora para ser feito uma emenda e que foi repassado o valor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então ele falou que ia pedir à Senadora para fazer uma emenda...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E depois pedir através...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E foi estabelecido valor da emenda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acima de um milhão.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Acima de um milhão ?

Rep. 2 2006 596-144



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 128

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acima de um milhão.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando a emenda é de um milhão, qual é o percentual?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Todos os percentuais, na maioria das vezes, era 10%.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A média é 10%?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É 10%.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, teria direito a 10%?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A 10%.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E aí adiantou 35 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pediu que fossem adiantados R\$35 mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nesse encontro que o senhor diz ter com o Paulo, ele teria alegado que estava precisando de R\$35 mil para pagar uma dívida. Confere?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pediu R\$35mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E depois chegaram a acordo: a Senadora Serys apresentaria uma emenda genérica para 2004. É isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No valor superior a um milhão de reais. Que municípios?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Genérica.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Genérica. E nessa negociação, então, foi acertado o quê? Se conseguissem aprovar a emenda e, liberada a emenda, ele pegaria a diferença?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A diferença.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – R\$75 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É, só que apresentou emenda no valor de 700mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Setecentos mil. A emenda foi de 700?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi.

Rep. 2.2006 - 546-145



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 129

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu disse, no mesmo depoimento, que o Paulo Roberto estaria ligado a construtora dinâmica...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É Dismafee o nome. É Dismafee e Dinâmica. É Dismafee também. Depois, no meu depoimento, eu falo de novo sobre esse assunto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É que o seu pai disse que não é com a Dismafee.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É Dismafee.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É Dismafee?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É Dismafee.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele é o quê? Proprietário? sócio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, conhecido. Ele, algumas vezes, eu...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele é conhecido?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É conhecido.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não tem ligação acionária?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, que eu tenha conhecimento, não. É conhecido da Dismafee.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O que o senhor sabe a respeito das relações do Paulo com a Senadora Serys? Como são as relações? Tem alguma... Na conversa que vocês dois tiveram, ele colocou o quê? Que teria influência sobre a Senadora?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que ele teria influência, que ele vinha a Brasília. Diversas vezes, encontrei com ele em vôos também a Brasília. Encontrei com ele no aeroporto...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Hum, hum.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não chegamos a falar “Eu tenho sobre a Senadora...” Eu combinei com ele acreditando que ele tivesse acesso sobre a Senadora.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Você não pesquisou antes para saber se ele tinha. Você entregou os R\$35 mil...

Rp. 2 2006 596.146



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 130

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, foi uma conversa, na qual ele falou que ia fazer a emenda, que ele ia pedir para a Senadora fazer a emenda. E foi entregue os R\$35 mil (trinta e cinco mil reais).

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Você tinha, por exemplo, uma ficha dele? E se, por acaso, ele não tivesse relação com a Senadora? Vamos supor que ele fosse um genro afastado ou brigado: você perderia os R\$35 mil (trinta e cinco mil reais)?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Perderia o dinheiro, os R\$35 mil (trinta e cinco mil reais).

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não fez nenhuma consulta prévia para saber se ele era realmente de confiança?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nenhuma. Confiei no Sérgio, porque foi o Sérgio que me apresentou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sérgio falou que ele era de confiança?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que era de confiança.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Da Senadora?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Da Senadora. É, falou que ela iria honrar o que ele fizesse compromisso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele poderia falar pela Senadora? Com a Senadora Serys o senhor nunca esteve?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca estive. Nem por telefone, nem contato.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já estive no gabinete?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nunca.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nada? Não teve nenhum contato? Absolutamente nada?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nada. Nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o Paulo? Ele falava que estaria falando pela Senadora?

Rep 2 2006 596147



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 131

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele falava que ia falar com a Senadora para fazer a emenda na área de saúde, unidade móvel de saúde.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele alguma vez telefonou para a Senadora na sua frente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na minha frente, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não fez nenhum contato com ela na sua frente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nenhum. Na minha frente, nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor afirmou que entregou R\$35 mil (trinta e cinco mil reais).

Confere? Em espécie.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em espécie.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Isso foi tirando de um banco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi sacado do banco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Hum, hum.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Provavelmente, sacado de algum banco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Lembra a data?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em torno de setembro ou outubro de 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Setembro de 2003.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Setembro ou outubro de 2003.

Com base em que elementos de convicção o senhor acredita que a Senadora Serys tinha conhecimento das negociações com o Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pelo que ele falava. Ele tratava comigo que ia ser feita a emenda. Não cheguei no mérito de ele falar com a Senadora: ah, falei com a Senadora. Ele nunca falou isso. Ele tratava...

Rep. 2 2006 576/48



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 132

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando ela apresentou a emenda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – No final de 2003 para 2004. No orçamento de 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, você entregou em espécie entre setembro e outubro...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E a emenda foi apresentada em novembro, dezembro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele levou para o senhor uma cópia da emenda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, porque eu não precisava. Eu consultava pela Internet.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, perfeito. Você tinha...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Depois, eu continuei o contato com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando você viu lá a emenda, resolveu o problema...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Resolveu o problema...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A emenda, de quanto era?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi apresentada no valor de R\$700 mil. Aí eu sugeri que fosse apresentada a sete municípios de R\$100 mil. Ele apresentou seis de R\$104 mil e o restante no valor de uma obra do Município de Campo Novo. Foram seis municípios que ele apresentou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Por que ele só apresentou R\$700 mil se havia tratado com o senhor R\$1 milhão?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não sei o motivo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor disse também que, na virada de 2005 para 2006, se encontrou com o Assessor Policena...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...da Senadora Serys.

Rp. 2 2006 596.149



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 133

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como é que o senhor o conheceu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Já conhecia o Policena.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esse encontro foi de sua iniciativa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Encontrei com ele ali no Salão Verde, na Câmara dos Deputados, na frente do Plenário.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Assessor falou que estava conversando com o senhor em nome da Senadora ou não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Encontrei com ele casualmente. Encontrei com ele, falei com ele da situação, falei para ele que as emendas não tinham sido executadas e que não tinham sido liberadas, que já tinha passado R\$35 mil para o Paulo, e ele falou que ia tomar providência e me retornaria.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor fez algum outro pagamento ao Paulo Roberto, além desse?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Porque existe a história de um cheque.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu ouvi essa história. Não me lembro, não me recordo desse cheque.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quer dizer que, na realidade, foram somente os R\$35 mil? O cheque...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu me recorde, sim, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor se recorda de todos os encontros com o Paulo Roberto, não é isso? Recorda-se até de ter se encontrado com ele numa festa junina...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso, no ano 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...com os filhos dele e tal. Agora, não se recorda do cheque.

Rep. 2. 2006 596-150



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 134

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não me recordo do cheque.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu pai falou da existência de um cheque...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, absoluta certeza de que os R\$35 mil foram em dinheiro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quando eu entreguei os R\$35 mil, foram em espécie, na minha sala, na presença dele. Estava o Ivo e o Sérgio também estava presente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quer dizer que o senhor afirma que não houve cheque...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tenha conhecimento, não. Escutei pela imprensa do referido cheque. Eu não tenho conhecimento do cheque. Quando foi feito o pagamento, foram R\$35 mil. Se existe cheque, foram mais R\$35 mil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Paulo Roberto declara que há um cheque

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não tenho conhecimento. Eu tenho conhecimento pela imprensa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só pela imprensa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Só pela imprensa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele alega que foi um pagamento em cheque.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele alegou que foi em cheque, mas eu reafirmo que foi em dinheiro, em espécie, na minha sala.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando o senhor viu na imprensa o negócio do cheque, o que o senhor entendeu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Entendi nada; entendi que tivesse passado mais R\$35 mil para ele. Acredito, não é?

Rep. 2 2006 596-151



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 135

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, o cheque não existe?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Do meu conhecimento, não. Não fui eu que fiz o cheque, não fui eu que entreguei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Está certo. Na contabilidade de vocês, esses R\$35 mil existem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho conhecimento. Dos 35...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Que você deu.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Contabilidade na...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Contabilidade de empresa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não foi contabilizado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Isso era o quê? Era um caixa dois?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É. Não seria um caixa dois, porque a contabilidade da empresa não seguia isso corretamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então sacava, porque para sacar R\$35 mil é difícil, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – São várias empresas. É difícil em qual forma?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O banco exige comprovação...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. O nosso nunca exigiu.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não. Fiz saques muito maiores, e nunca houve pedido de comprovação nenhum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Então, esses R\$35 mil não foram contabilizados e não existem. E esse cheque que o Paulo Roberto disse que recebeu também não existe?

Rep. 2 2006 596-152



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 136

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quo eu tenha conhecimento, Senador... Fiquei conhecendo através da imprensa. Se existe... Deve existir. Se ele apresentou o cheque, com certeza existe, não é? Aí pode ter sido um furo da minha parte não ter contabilizado ou não ter me recordado desse valor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Trinta e cinco mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Trinta e cinco mil. Se apareceu o cheque, com certeza, se esse cheque foi parar na conta, algum motivo houve, não é?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Trinta e cinco mil em dinheiro, o senhor deu...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em dinheiro, eu passei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E R\$35 mil em cheque, esse cheque não foi dado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Por mim, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E não existe outro cheque? A afirmação é de que não há outro cheque.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Veja bem, Senador, que eu tenha conhecimento, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E essas emendas foram todas executadas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Duas de 104.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só duas de 104?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Só duas de 104.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E as outras?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – União do Sul, o dinheiro está na conta ainda; Poxoréo e Colíder foi feito... União do Sul, inclusive, entreguei o veículo. Após a operação, o Prefeito devolveu o veículo, que seria a terceira, não é? Cana Brava não teve contato nem Ponte Branca... Cana Brava, Ponte Branca e o sexto município, não me recordo, mas está nas planilhas.

Rep 2 2006 596,153



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 137

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esses dois veículos que foram entregues foram por que valor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cento e quatro mil. A emenda era de 104.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Cada veículo, R\$104 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cento e quatro mil reais.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esse veículo é especial?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, no caso de Colíder e Poxoréo, eram dois veículos, simples remoção.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – São veículos, então, nesse valor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nesse valor mesmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Com os equipamentos apropriados...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Era aprovado pelo Ministério...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Essas cidades já tinham ambulância antes?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se já tinham ambulância?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – São cidades pequenas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – São cidades... Não, não chegam a ser pequenas. Em torno de 20 mil habitantes, acredito.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esses dois que foram entregues estão rodando normalmente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Devem estar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vocês fazem manutenção desses veículos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quem faz a manutenção é a concessionária, na parte mecânica; na parte de transformação, a gente dava manutenção, sim.

Rep. 2 2006 596.154



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 138

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Então faltam ainda, nesse caso específico da Senadora, se foram adiantados R\$35 mil e só foram executados R\$200 mil...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Duzentos e oito.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Duzentos e oito, na realidade, ela continua devendo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Teria um crédito em si, não é?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vocês têm um crédito com ela?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Teria, né?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, quando apresentou as emendas e você viu na Internet essas emendas apresentadas e aprovadas, de R\$700 mil, ela teria direito a mais R\$35 mil, o genro dela, quero dizer, ele não foi procurar vocês, não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, porque o combinado seria na execução. O combinado inicialmente era R\$1 milhão.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Certo. Foi combinado R\$1 milhão. Aprovou R\$700 mil...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Apresentou 700.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas ele não procurou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, continuou conversando. Perguntei para ele o motivo de serem 700. Futuramente ia compensar numa outra emenda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas ele nunca cobrou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Falou que tinha compromissos, que teria que atender vários municípios... E a conversa é essa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas ele cobrou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não cobrou porque eu não cheguei a executar.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

Rep. 2 2006 596-155

SC - 139

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, essa conversa nunca houve, a conversa de ele cobrar mais 35.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na execução ele seria pago. Eu combinei 10% com ele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então ele não o incomodou antes? Não falou: ah, vem cá, estou precisando...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, incomodar, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não houve cobrança nenhuma?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Então, na sua cabeça, você estava devendo mais 35 só quando fosse executada.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quando executasse.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – As licitações...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, nesse processo dessas duas licitações, houve alguma interferência da Senadora Serys?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Junto aos prefeitos?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Os prefeitos já sabiam que tinham que me procurar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, os prefeitos o procuravam?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Os prefeitos me procuraram.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E houve licitações nas duas cidades?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Houve licitações.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o senhor participou sozinho?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sozinho.

Rep 2 - 2006 516/156



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 140

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não havia outra empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nenhuma outra empresa.

Não, veja bem, Senador, havia outras empresas ligadas a mim, não é?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ah, havia outras ligadas a você. Então era uma licitação...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Se for lá, deve ter seis empresas que participaram.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Deve ter algo em torno de seis empresas que participaram do processo, todas ligadas a mim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então davam os preços todos...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Como eram os preços? Cento e quatro, 102, 101...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cento e quatro, vencedora, com a contrapartida foi para 114; e o restante acima do valor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – As outras empresas todas eram ligadas a você?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Algumas, sim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Relator, V. Ex^a me permite um aparte?

Na verdade, é muito mais do que seis empresas. Eu li o depoimento principal. E eles batiam no teto de 104 porque o Ministério da Saúde botava esse teto. Eles não podiam passar desse valor em função daquele equipamento. Então... A não ser que ele não entregasse o equipamento completo. Daí poderia haver essa diferença; eles economizariam nessa diferença, entendeu?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Agradeço a participação.

Rep. 2 2006 596.157



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 141

05/09/06

Só quero entender mais uma coisa, Luiz Antônio. A participação da Senadora se limitou, então, a encaminhar emendas ao orçamento. Ela nunca ligou para a prefeitura...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O prefeito nunca falou que teve contato com ela...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Nem com os prefeitos... Quem mantinha contato era a Estela.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Era quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Maria Estela, uma secretária minha...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ela ia nos prefeitos e falava: tenho uma emenda aqui de R\$104 mil...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Ou os prefeitos a procuravam e falavam que era para ser executado conosco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Os prefeitos tinham muita pressa em aprovar, em liberar, em comprar as ambulâncias?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Pressa? Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E, nessas prefeituras, vocês também tinham esquema de pagamento de alguma coisa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Sobre os municípios... Eu gostaria de não falar sobre esse assunto dos prefeitos; restringir à Senadora Serys.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muito bem. Então a Senadora Serys não procurou vocês, você nunca teve contato, você não conhece, nunca esteve com ela, nunca esteve no gabinete dela.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – “Conheço ela” de vãos; conheço até porque é uma pessoa pública do Estado do Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Obrigado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Rep 2 2006 596158



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 142

05/09/06

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, o Relator Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Uma vez que nós estamos aqui com o Sr. Darci, após a conclusão de depoimento, eu gostaria de solicitar, se houvesse aquiescência do Sr. Relator e dos demais Senadores, que nós fizéssemos uma acareação entre o Sr. Darci e o Sr. Luiz Antônio especificamente sobre a questão do cheque, porque o Sr. Darci disse que o filho falaria sobre o cheque que foi dado, enquanto ele diz que não existe cheque nenhum. Então nós poderíamos fazer essa acareação, uma vez que os dois se encontram aqui. Se assim fosse deliberado, nós poderíamos esclarecer de imediato essa situação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Presidente, eu não sei qual seria o recurso regimental que nos permitiria acatar a sugestão do Senador Demóstenes, mas seria melhor não fazermos isso, porque não é somente esse ponto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não é só esse ponto; existem outros.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Outras contradições?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Outras contradições. Eu preferia até que nós não o fizéssemos, até mesmo para cruzarmos o que foi dito aqui com documentações e sermos mais elucidativos a partir disso, porque há mais pontos além desse que V. Ex^a está dizendo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador Sibá, quanto a esse aspecto, nós podemos fazer. Depois, se houver outros, nós poderemos repetir quantas acareações forem necessárias.

Estamos vivendo neste momento o que a lei autoriza para a acareação: sobre o mesmo ponto, duas pessoas têm versões diferentes. Os dois estão aqui. Isso, para mim, é da maior relevância



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 143

05/09/06

Rep 2 2006 596.159

em relação ao caso da Senadora Serys. O pai disse que existe um cheque e que o filho falaria sobre o cheque.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Que ele falaria sobre isso, exatamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o filho nega isso. Então, se nós colocássemos os dois frente a frente...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Como também ele acaba de dizer que o pai falaria melhor sobre outro assunto quando ele já havia dito que ele mesmo o faria.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Seria apenas sobre esse assunto, Senador Sibá. Então esclareceríamos o problema do cheque. Se houver outras questões, chamaremos novamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode ser outro dia. Mas, nesse caso...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Fazer de imediato, hoje?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Agora. Ele está aqui; não foi embora. Então, perguntaríamos sobre o cheque apenas. Foi dado ou não o cheque?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores estão de acordo?

O SR. OTTO MEDEIROS – Pela ordem, Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pelo que eu notei no depoimento, a parte operacional era toda do Sr. Luiz. Quem operacionalizava todos os negócios era o Sr. Luiz. O pai, na verdade, seria o homem de relações públicas. Agora, quem operacionalizava era o Sr. Luiz. Se V. Ex^a quiser fazer isso, será importante, mas já tenho a conclusão do que ele vai falar que se o filho disse que não havia é porque não existe. Mas é importante, sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então faremos sobre este ponto e os dois pontos que eu gostaria de tratar também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode dizer. Se houver contradição, poderemos fazer.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Perfeito.

O SR. OTTO MEDEIROS – Pela ordem, Presidente.

Salvo engano...

Rep. 2 2000 596.100



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 144

05/09/06

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, o Sr. Advogado.

O SR. OTTO MEDEIROS – Salvo engano, o Sr. Darci Vedoin não positivou a existência do cheque; ele informou ao Conselho que, se esse cheque existe, quem sabe é o Luiz Antônio. E o Luiz Antônio está dizendo que esse cheque não existe.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não é que não existe; eu falei que não tenho conhecimento. Eu não me recorde desse cheque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nós podemos recorrer às notas taquigráficas...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Poderíamos adotar o seguinte: enquanto não chega esse trecho das notas taquigráficas, vamos continuar aqui. É bom esclarecer essa dúvida mesmo. Sair daqui com dúvidas será um problema.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O cheque, eu não falei que não existe. Eu falei que não me recorde desse cheque. Eu passei R\$35 mil em dinheiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não é questão de jogar o senhor contra a parede; é no sentido de esclarecimento. Só isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E eu estou esclarecendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Se esclarecer, acaba a dúvida.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Está ótimo, então. Podemos prosseguir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu queria que o senhor precisasse, Sr. Luiz, além do senhor, quem operava as finanças, essa parte da operação financeira mesmo dos negócios como um todo. Era apenas o senhor ou o Sr. Darci também participava? Quem mais participava? Quem fazia essa parte contábil e administrativo-financeira dos negócios?

Rep 2 2006 596-161



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 145

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Vou me restringir a responder sobre a Senadora Serys.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas estou perguntando porque a minha pergunta encaixa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Fomos nós. Apenas eu fazia o pagamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Única e exclusivamente o senhor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pagamento, não; que fazia o levantamento, fazia o controle, não é?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certo.

Quando o senhor tratou dos 10% com o Sr. Paulo Roberto, seria sobre qual montante? Qual seria esse montante?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ficou acordado que fosse feita uma emenda no valor superior a R\$1 milhão.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E saíram 700. É por conta disso que nós estamos falando em R\$70 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E a hipótese dos 35 mais um pseudocheque de 35?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Senador, eu paguei em espécie R\$35 mil. Se nós fizemos o levantamento, a quebra de sigilo da empresa, vamos verificar que houve um saque, entre setembro e outubro, no valor de R\$35 mil, que foram repassados ao Paulo Roberto, na minha sala, na presença do Ivo e do Sérgio, porque eu entreguei em mãos para o Sr. Paulo Roberto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – São quatro pessoas que estavam lá, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

Sobre esse possível cheque de R\$35 mil, eu não me recordo. Ouvi falar pela imprensa. Seria muito fácil chegar aqui e dizer que foram passados mais R\$35 mil. Mas eu não me recordo dessa tratativa referente a esse cheque no valor de R\$35 mil. E eu ouvi falar que se trata de um cheque pessoal do Ivo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ou seja, o senhor jamais citou qualquer episódio sobre o cheque.

Rep 2 2006 596/162



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 146

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não citei e não me recordo. Poderia falar que foram 35 e que foram pagos R\$70 mil, referentes ao valor da emenda. Eu não falei e não me recordo desse cheque. Agora, afirmo para o senhor que pode ser que tenha sido entregue, mas eu não me recordo. E não houve anotação sobre esse valor.

O SR. OTTO MEDEIROS – Em relação à imprensa, gostaria que não continuassem as perguntas. Se eles quiserem filmar, nós podemos esperar que eles saiam.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB MA) – Não. Quando eles entrarem, vamos parar com as perguntas. *(Pausa)*

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Os municípios que foram definidos... Quem apresentou a relação dos municípios?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O próprio Paulo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Foi o Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi o próprio Paulo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele apresentou os seis ou sete municípios que você citou ainda há pouco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Seis municípios e o de Campo Novo, que era obra no valor de R\$80 mil.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele opera com alguns negócios nessa área também?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Qual área?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Paulo Roberto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Porventura, a Planam e as empresas do consórcio também trabalham... Vamos dizer, havia esse trabalho aqui, mas elas concorriam também licitamente em outras emendas e ganharam porventura?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com certeza, muitas.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Você teria uma idéia proporcional? Meio a meio, 40/60, quanto mais ou menos?

Rep. 2 2006 596-163



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 147

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho essa idéia. Não tenho esse levantamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Durante dois anos ou três, existe aquela obrigatoriedade de 30% do valor das emendas para a área de saúde e, com certeza, você teve essa oportunidade de participar, de concorrer normalmente com a prefeitura ou o Estado, ou coisa parecida...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Quando eu tinha interesse, eu participava.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não entendi, não ouvi.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Onde havia interesse, participava.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E chegou a ganhar bastante dessa maneira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cheguei, bastante.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sem nenhuma preocupação de ter que conversar em particular com ninguém, com nenhum Parlamentar nem mesmo prefeitos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Algumas vezes, sim; em algumas licitações, sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, eu sei que algumas vezes o senhor teve que fazer de outra maneira. Eu quero saber da maneira correta, direta e objetiva se você também participou dessas emendas e se ganhou licitamente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Emendas, não. Recursos normais do Estado no Estado do Rio de Janeiro, no Piauí, Roraima...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, nesse caso de emendas parlamentares.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em emendas parlamentares, na maioria das vezes, ou era combinado comigo ou com outra empresa.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sempre combinado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sempre combinado. Normalmente. Sempre, não; normalmente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas aí não...

Rep. 2. 2006 596.164



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 148

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Existia empresa em Minas Gerais que fazia parte de Minas...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Queria que o senhor me respondesse diretamente, porque isso é importante para mim. A Planam ou as empresas do grupo Planam participavam de licitações de emendas de saúde independentemente de fazer qualquer conversa extra com Parlamentares ou com prefeituras?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Independente de ser emenda também. Quando eu participava e era na mesa, eu não sabia se era emenda ou recurso da União ou recurso estadual ou recurso próprio. Eu não tinha essa noção. Participava normalmente. Onde me interessava eu participava.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Correto. E ganhava normalmente em alguns casos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em alguns casos, cheguei a ganhar; em alguns casos, perdi.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas representa quanto mais ou menos? O senhor tem idéia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho idéia.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Nem um chute?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nem um chute.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor fez um depoimento dos mais longos da história judiciária brasileira; há quem diga que é o mais longo. E a maioria dos nomes que o senhor citou, pela notícia que se tem dos autos, foi a partir da metade para o final do depoimento. Mas o nome da Senadora veio logo de início; foi um dos primeiros a serem citados. Por que uma lembrança tão direta e objetiva desse caso e não dos demais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Porque o Dr. Jefferson Schneider começou pelos Senadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Começou por ali?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Começou pelos Senadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Partiu disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O senhor pode verificar.

Rep. 2 2006 596-165



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 149

05/09/06

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não foi iniciativa sua?

Foram nove dias de depoimento, não é isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A maioria dos Parlamentares começa a ser citada da metade para o final do seu depoimento, mas a Senadora Serys aparece logo no início. Estou perguntando por que, com tanta gente na memória, o Sr. Luiz Antônio se lembrou dela já no começo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Começou com a história da empresa, referente às empresas ligadas ao grupo. Depois, começou a perguntar sobre os Senadores e, posteriormente, os Parlamentares. Não houve um sorteio, não houve ingerência da minha parte sobre o Parlamentar A, B ou C.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Foi decisão do Juiz.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Decisão do próprio...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Opção dele, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Opção dele.

Entreguei a documentação que tinha sido apreendida; quem montou o roteiro foi o próprio Juiz.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O interrogatório foi do próprio Juiz.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele foi perguntando e eu fui respondendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Você já teve algum desentendimento com a Senadora, alguma coisa que você não gosta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não “conheço ela”.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não conhece?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não conheço. Conheço de vista, mas nunca tratei nada com a Senadora nem conversei com ela.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Está bem, Sr. Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Relator pede a palavra, por gentileza.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 150

05/09/06

Rep 2 2006

596.166

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Tenho em mãos um depoimento do Paulo Roberto Ribeiro. Você conhece o depoimento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Conheço. O Paulo, conheço.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não, o depoimento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ah, não. Do depoimento, eu não tenho conhecimento, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esse depoimento foi prestado no dia 10 de agosto de 2006, na Polícia Federal.

O seu filho estuda no Colégio Portal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Estuda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu filho se chama Lucas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O seu filho, Lucas, é amigo do filho dele, João Paulo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele diz no depoimento que esteve com o senhor numa festa no Colégio Portal.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não foi no colégio; foi no Parque Pantanal... Centro de Eventos Pantanal, onde foi a festa junina.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito. Mas do Colégio Portal.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Foi a essa festa junina que o senhor se referiu, não é isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi. Possivelmente foi nessa festa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E ele diz que o Sérgio nunca o levou ao encontro na Planam, nesse depoimento. Ele também diz que recebeu um pagamento de R\$37.200 através de um cheque da Caixa Econômica, do Sr. Ivo Marcelo, que é seu cunhado. Confere?

Rep 2 2006 596-167



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 151

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Contere o cunhado, agora, do cheque eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor nunca perguntou ao Sr. Ivo Marcelo se ele fez esse cheque?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acho que nem o Ivo se recorda. O senhor vai ter oportunidade... O Ivo está aqui.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então o Ivo não se recorda, mas ele tem até o número da conta onde foi depositado o cheque. Esse assunto, o senhor nunca tratou com o Sr. Ivo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Com o Ivo?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Com o Ivo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tratei com ele e não me recordo. Posso ter tratado, Senador; não me recordo. A única vez que eu fiz um repasse a ele, que eu me recordo, foi no valor de R\$35 mil em espécie, na minha sala.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É porque, no depoimento, ele alega que nunca se comprometeu a fazer emendas e nunca discutiu o assunto com o senhor. É um depoimento prestado agora, na Polícia Federal. Desse depoimento, o senhor não tem conhecimento, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, só pela imprensa; partes.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, desculpe. Do depoimento, não, mas do fato. Ele tem conhecimento do fato?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Do fato, ele tem conhecimento; do encontro no colégio, ele tem. Ele até falou sobre isso antes. A festa junina e tudo. Ele se encontrou. Mas ele disse que o encontro no colégio foi depois de o Paulo ter ido à empresa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi, isso mesmo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E agora o Paulo alega que não foi à empresa; ele alega que foi. A contradição é apenas essa. Nesse depoimento, o Paulo Roberto alega que nunca

Rep. 2 2006 596-168

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 152*05/09/06*

foi à empresa; que houve o encontro numa festa junina, que os filhos são amigos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quem é o Ivo e quem é o Paulo Roberto?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Ivo é cunhado dele.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Seu cunhado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – E foi ele quem pagou?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Supostamente, pela declaração do Paulo Roberto, ele deu um cheque para o próprio Paulo Roberto pela compra de equipamentos hospitalares.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele era sócio da empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – O Ivo? Não. Ele tratava do Projeto Bahia.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas dentro da empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Dentro da empresa, ele tem a participação, mas ele não... não tem ingerência nenhuma na empresa. Não tinha, né?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não tinha. Passou a ter?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Não tinha porque a empresa fechou, né?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o Ivo vendia equipamentos hospitalares?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Não, o Ivo nunca vendeu, nunca participou de licitação nem fez tratativas de equipamentos hospitalares, até porque não era ele quem fazia isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E esse cheque de R\$37.200?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Pode existir esse cheque. Não tenho conhecimento. Se existe, foi parte do

Rep. 2 2006 516-169



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 153

05/09/06

pagamento, porque eu nunca comprei equipamentos hospitalares do Paulo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu queria deixar registrado que é nítida a sua boa memória para todos os fatos, mas o senhor falhou numa coisinha pequena aqui: o senhor declarou que a Senadora Serys fez sete emendas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Setecentos mil, seis emendas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Seis emendas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Seis emendas, de R\$104 mil cada uma.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – São seis emendas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – São seis emendas.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não são sete emendas?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas existe a de 80.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Tem uma de 80, de Campo Novo, que eu não ia fazer, não ia trabalhar. Seis vezes 104 dá isso mesmo, acredito que sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O Relator tem razão, são seis para os municípios e a sétima para obras.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quais foram executadas efetivamente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Colíder e Poxoréo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Colíder no valor de...?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cento e quatro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E de Poxoréo? Também 104.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Também. E União do Sul também, só que o Prefeito, após a operação, devolveu o veículo.

Rep. 2 2006 546-170



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 154

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas chegou a...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Cheguei a entregar o veículo. Ele chegou a licitar, eu entreguei, só não recebi. Na hora que ele ia pagar, ele entregou o veículo, cancelou.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então foram seis cidades.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu fiz três.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Três executadas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Executadas, três.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Seis disponibilizadas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso. Está no relatório.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Campo Grande, Cana Brava, Colíder, Ponte Branca, Poxoréo e União do Sul. É isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Campo Grande? Não é Campo Grande, não; Campo Novo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Campo Novo, Cana Brava, Colíder, Ponte Branca, Poxoréo e União do Sul.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Muito bem. Então fica registrado somente o depoimento do Paulo Roberto, que está aqui conosco, dado à Polícia Federal, dizendo que houve o encontro sobre o qual os dois concordam; houve um encontro no colégio em que os filhos dos dois são amigos. E, segundo o Paulo Roberto, o único encontro que teve com o Luiz Antônio foi nessa festa do colégio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pronto, Sr. Relator?

O SR. EDUARDO SUPLEY (PT – SP) – É um colégio de Cuiabá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – De Cuiabá.

Rep. 2 2006 546.171



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 155

05/09/06

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Outro Senador deseja usar a palavra?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria que fôssemos um pouco mais rápidos, porque ainda temos um depoente para hoje, que é o Ronildo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Já abriram a CPMI também.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria de ouvi-lo, porque amanhã será outra relação, a partir das dez horas.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu estava interessado nesses dois depoimentos mesmo, porque aqui está a nata da empresa, digamos assim.

A única coisa que eu não entendi é a seguinte: o senhor me disse que deu os R\$35 mil em dinheiro e aí está a discordância que o Relator citou, porque o outro cidadão não concorda. Você disse que se existe outro cheque eu não sei. Quem assinava os cheques da empresa Planam?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Eu assinava, mas esse cheque, falaram que é do Ivo. Quem assinava os cheques da empresa era eu.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O seu cunhado assinava alguma coisa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Cheque pessoal dele, ele assinava; da empresa, não. Ele não tinha procuração para responder pela empresa, nenhuma empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Paulo Roberto alega que recebeu um cheque do Ivo, de R\$37.200, e que recebeu esse valor pela compra de equipamentos hospitalares. Está no depoimento que ele fez à Polícia Federal. Ele declara na Polícia Federal que nunca teve encontro com o Dr. Luiz Antônio, a não ser esse encontro no colégio, que ele detalha, com o nome de filho... Ele declara que nunca foi à empresa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – E vendeu equipamento como?

Rep 2 2006 596 172



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 156

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vendeu equipamento para o Luiz Antônio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na festa?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – No colégio?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não. Ele declara que conheceu o Luiz Antônio no colégio. Ele não teve nenhum contato com o Luiz Antônio antes da ida ao colégio onde os filhos são colegas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Nem depois?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nem depois.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – E a nota fiscal do equipamento, a marca do equipamento?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É o depoimento dele.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Está ótimo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E não houve nota fiscal.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Sem nota?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sem nota.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas convenhamos também, você ficar chateado porque não existe nota nessa confusão toda é demais, não é. Luiz?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Mas eu não ia negociar com ele na festa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A empresa São Benedito, o senhor conhece?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Acho que é dele, parece que é dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Do Ivo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, do Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, o Paulo Roberto vendeu equipamento para o seu cunhado, é isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Deve ser, né?

Rep 2 2006 596-173



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 157

05/09/06

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O seu cunhado mexe com o quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Não mexe com nada. Ele fazia o projeto da Bahia, era encarregado de fazer o projeto na Bahia. Em 2003 foi isso aí. Eu acho que ele nem trabalhava na empresa. Ele era funcionário do TRE.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A empresa não ia abrir uma nova filial na Bahia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Em 2003, ele não estava na empresa ainda, Senador. Ele estava começando a empresa relacionada ao projeto da Bahia.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Ivo Marcelo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Ivo Marcelo, em 2003, porque ele foi Diretor de Informática do TRE do Estado do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Luiz Antônio, uma coisa que...

Desculpe, Sr. Relator. V. Ex^a tem preferência, é claro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Prossiga.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Luiz Antônio, uma coisa que eu não entendo é a seguinte: o padrão de ambulância era de R\$80 mil. Esse era o padrão *standard*, digamos assim. Não era isso? Podendo chegar até R\$104 mil, que era o padrão do Ministério da Saúde para aprovar ou não.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Não havia padrão de R\$80 mil. Existem vários padrões, do tipo A, B, C, D, resgate, UTI...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Qual é o teto que o Ministério da Saúde aceita?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Depende do veículo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, só a ambulância; não eram os equipamentos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Simples remoção? Oitenta e cinco mil no máximo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Oitenta e cinco mil. Você dava 10%?

Rep. 2. 2006 596-174



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 158

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Oito e quinhentos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E sobravam...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – O senhor quer que eu faça a matemática da minha empresa?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu quero saber onde é que você ganhava esse dinheiro!

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu não ganhava! Eu ganhava no giro, porque eu tinha desconto da fábrica, eu fui o maior comprador da Iveco em 2001, 2002 e 2003, tinha desconto diferenciado da Iveco. Era aí que eu ganhava dinheiro. E tinha o *know how* da montagem.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – E a manutenção? A sua empresa prestava assistência?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – A assistência dos veículos, quem fazia era a concessionária, porque, na maioria das vezes, os carros eram zero quilômetro. Quando era licitado carro usado, era entregue o ônibus usado. Mas, fora o ônibus, nunca foi entregue um veículo usado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu tentei fazer essa conta e não vi como chegar a um lucro estupendo e tudo mais, porque você tinha que pagar o carro, a propina, quem abria... Creio que essa Sr^a Cris, que começava as negociações, recebia uma remuneração também, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Os vendedores...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Quantos por cento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Dos vendedores? Dois por cento.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só aí já iam embora 12%, porque imposto você não pagava nenhum: PIS, Cofins...

O SR. OTTO MEDEIROS – Senador, só para ajudar...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 159

05/09/06

Rep. 2 2006 596 DS

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Se o Presidente lho der a palavra...

O SR. OTTO MEDEIROS – Presidente, pela ordem. Desculpe.

Só para ajudar, existe uma gravação do Luiz Antônio e do Darci que está na Polícia Federal, dizendo, sobre este assunto: “Vamos deixar de vender ambulância, porque esse negócio não está dando dinheiro e nunca deu, a gente só viveu de ilusão. Pagamos todo mundo e ficamos sem dinheiro”. Isso foi gravado pela Polícia Federal dois dias antes da operação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O senhor se refere a uma escuta telefônica.

O SR. OTTO MEDEIROS – Uma escuta telefônica.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Se o senhor pegar o meu débito junto à Receita Federal, o senhor vai ver de onde eu tirei o dinheiro para pagar aos Parlamentares.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas como é que negocia isso então? Que negócio é esse que você ficou durante anos fazendo, arriscando...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – No início era bom; no início dava um bom retorno.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Perdeu o controle, então?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Perdeu o controle. E os “canos” que fomos tomando. Quando havia poucos Parlamentares era mais fácil.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só para concluir e esclarecer aos demais Senadores, no depoimento do Paulo Roberto, ele diz o seguinte: “Que a afirmação feita pelo Luiz Antônio no sentido de que o depoente o teria procurado na Planam para pedir R\$35 mil para pagar uma conta de campanha da Senadora é uma inverdade, que não tem autorização para receber dinheiro em nome da Senadora e que a única oportunidade em que esteve na Planam foi para receber o referido cheque de R\$37.200 pela venda dos mencionados materiais médico-hospitalares; que não sabe informar se a Senadora Serys teria feito emenda parlamentar para o grupo Planam; que não tem qualquer participação política na

Rep 2 2006 596-176



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 160

05/09/06

vida da Senadora, razão pela qual afirma que são inverídicas as alegações do acusado, Luiz Antônio, no sentido de que o depoente teria indicado os municípios beneficiados pelas emendas parlamentares”.

É só para esclarecer o depoimento do Paulo...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então ele foi agora?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele foi à Planam para receber o cheque de R\$37.200 do Sr. Ivo, cheque esse referente à venda de materiais hospitalares...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então há mais uma contradição.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Está aqui no depoimento dele.

Cheque esse que foi depositado na conta nº 5838-6 da Agência 3643, Banco do Brasil, da Empresa São Benedito.

Nós teremos que solicitar esse cheque, então queria pedir ao Presidente que requisitássemos esse cheque e também seria interessante dispor do sigilo fiscal da Planam nesse período, Luiz Antônio, de agosto e setembro...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Setembro e outubro de 2003.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Setembro e outubro de 2003, para conferir o saque de R\$35 mil que foi feito para o pagamento, supostamente, ao Paulo Roberto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E a titularidade desse é do Sr. Ivo Marcelo, não é?

Será que não é esse o cheque que seu pai mencionou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não tenho conhecimento, Senador. Eu só me recordo de que entreguei R\$35 mil ao Paulo Roberto, a título de comissão da emenda.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Dr. Luiz, esses R\$35 mil, o senhor sacou do banco ou tinha em caixa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Saquei e entreguei.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – O valor exato. O senhor tem comprovação do saque desses R\$35 mil?

Rep 2 2006 596-177



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 161

05/09/06

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Na quebra de sigilo bancário com certeza vai aparecer.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Fez um saque para ele mesmo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi um saque pessoal. O boy foi até o banco e sacou.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Foram R\$35 mil?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Pode ser ou foi até mais também, né? Ou dois ou três saques.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele pediu em dinheiro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em dinheiro; foi dado em dinheiro. Foi combinado em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, o senhor concorda que seja quebrado o seu sigilo bancário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Solicito que a Secretaria prepare por escrito a concordância.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E nós temos que solicitar ao Plenário a quebra do sigilo do Ivo Marcelo.

Já houve a quebra do sigilo do Ivo Marcelo? Ainda assim é bom que haja a cessão, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mesmo assim, tem que ser votado nominalmente, Sr. Presidente, para não haver problemas para o Conselho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não. Neste caso, trata-se de cessão espontânea. O que tem que ser votado nominalmente é a quebra do sigilo do Ivo Marcelo. Inclusive tem que ser no Plenário, não é? Porque o Conselho não pode determinar a quebra do sigilo. Então nós temos que encaminhar para lá esse pedido de quebra.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Solicitar ao Plenário.

Rep 2 2006 596-178



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 162

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o Ivo Marcelo também já confirmou. Quem sabe, amanhã, ele já autoriza também? Assim nós não precisaremos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Facilita.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Queria pedir a atenção do Relator, Senador Paulo Octávio, porque há pouco percebi que se quis distinguir o pagamento em cheque e o pagamento em dinheiro. Mas, pelo que observei das declarações do Sr. Luiz Antônio Vedoin, o cheque, segundo declaração do Sr. Paulo Roberto, teria sido feito como um pagamento à empresa, ao Sr. Ivo, então é um cheque pago à empresa.

E, com respeito ao pagamento em dinheiro, pelo que o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, informou é um pagamento que ele, Luiz Antônio, para ao Sr. Paulo Roberto. Em sendo assim, são direções diferentes. Seria muito difícil, pois, embora os valores sejam próximos – 35 e 37,5 –, são em direções diferentes. É só para deixar bem claro esse ponto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente. São duas situações.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Não há, portanto, que se cogitar sobre um engano ou se são a mesma coisa, porque são duas coisas muito diferentes. Queria assinalar isso. Acabei me dando conta desse ponto em razão do diálogo havido nos últimos cinco minutos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Trinta e cinco mil foram em espécie e trinta e sete e duzentos, em cheque; um pago pelo José Antônio Vedoin, o outro, pelo Ivo Marcelo; um, para ambulância, outro, para equipamento hospitalar. Então, são questões diferentes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A questão é só uma. Não há prova material dos R\$35 mil. É a palavra dele contra a palavra do Sr. Paulo Roberto, que falou aqui na Polícia Federal que nunca recebeu R\$35 mil. Há prova material do cheque de R\$37,2 mil, um documento de depósito do cheque. É isso que temos que levantar. Temos que buscar esse cheque porque ele esclarece a

Rp 2 2006 596-179



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 163

05/09/06

transação, que não sei qual foi, mas que, aparentemente, houve entre o Sr. Ivo, que é cunhado do Sr. Luiz, com o Sr. Paulo Roberto. É preciso esclarecer bem o fato.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Os senhores consideram encerrado? *(Pausa)*

Eu daria a palavra agora, se assim desejarem, aos Srs. Advogados.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin semelhante a que formulei ao seu pai.

O senhor mencionou há pouco que os negócios estavam indo bem quando o número de Parlamentares era relativamente restrito e que, quando esse número aumentou, perdeu o controle e a rentabilidade. O senhor pode nos dar uma idéia de qual era esse número restrito e de quanto o senhor perdeu o controle?

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, Deputados ou Senadores? Porque não gostaria que a pergunta ficasse apenas com relação ao Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – No Senado, só tratei somente com os três Parlamentares. Tratei não com eles. Volto a reafirmar. Com eles... nunca tive pessoalmente com nenhum Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Desculpe, Sr. Luiz Antônio, mas o senhor falou três, portanto estamos fazendo uma confusão...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – ...que é através do Deputado Lino Rossi, que pediu para fazer acerto.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então são só três.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Em 2001, ele fez uma emenda de bancada e ficou assim acertado com o Deputado Lino Rossi.

Rep. 2 2006 596/80



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 164

05/09/06

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Perdão, quem fez?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – O Deputado...
Senador Lino Rossi pediu para que fosse...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Seria,
então, de acordo com o Parlamentar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Olha... Eu não
sei...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Não, mas referente
ao Senado?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele
opera para empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – É, porque...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Referente ao
Senado, o senhor mencionou há pouco só três Senadores. Há uma
quarta operação referente a um quarto Senador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Não fiz nada.
Passei através do Antero. O Antero chamou, conversou com o meu
pai e pediu que fosse feito o pagamento ao Deputado Lino Rossi,
que seria da importância dele. Não foi trata... E era uma emenda de
Bancada, que o Lino Rossi que era o Líder da Bancada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador
Supply, vamos acabar tendo que ouvir também o Senador Antero,
porque se abrimos o caso de S. Exª agora... É interessante, mas
acho que não é... Estamos falando sobre o caso da Senadora Serys
Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – O
Conselho é obrigado oficialmente a ter conhecimento. Vamos por
enquanto nos ater aos Parlamentares mencionados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) –
Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – V.
Exª encerrou? (Pausa)

O Advogado, por gentileza.

O SR. ALEXANDRE SLHESARENKO – Muito obrigado, Sr.
Presidente.

Rep. 2 2006 596-181

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 165

05/09/06

Sr. Presidente, gostaria de saber da testemunha se, por acaso, ele tratou, pessoalmente ou pelo telefone, com o Prefeito de Poxoréo?

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Passo a pergunta para a resposta do Sr. Luiz Antônio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Não, não vou responder. Sobre o Prefeito de Poxoréo, não. Nós estamos tratando da Senadora Serys.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Não responde.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, durante o depoimento na CPI, ao responder a um questionamento do Senador Sibá Machado, o depoente vira e diz assim: “Ele pegou... Ele fez a emenda do jeito que eu pedi. Ele pôs aonde eu pedi, nos valores que eu pedi.” O que ele quis dizer com “pôs aonde eu pedi”?

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin. *(Pausa)*

Não quer responder.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, também no depoimento na Justiça Federal, o depoente diz que naquela planilha, na tal planilha de folhas 218, estaria faltando um Município. Por acaso, o depoente já se lembra desse Município que estava faltando?

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin. *(Pausa)*

Não deseja responder.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, gostaríamos de perguntar para o depoente se ele se considera um homem honesto.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Ele não deseja responder.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Tá. É a última pergunta, Sr. Presidente, se por acaso ele poderia especificar se existem incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado do Mato Grosso para a Planam e em que consistem esses incentivos e se poderia haver uma contrapartida política por esses incentivos, pela concessão desses incentivos, uma contrapartida aos

Rep. 2 2006 596-182



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 166

05/09/06

adversários políticos da Senadora Serys Slhessarenko em Mato Grosso?

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Ele diz que esse é um assunto do qual ele não veio tratar.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Agora encerramos esse assunto.

O advogado do Senador Magno Malta tem alguma pergunta a fazer?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Encerramos o presente assunto, agradecendo sua presença aqui, sua colaboração.

Solicito que o Sr. Ronildo Pereira Medeiros entre no recinto.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para lembrar a V. Ex^a que o Sr. Luiz Carlos retornará daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, ele não. Nós já encerramos o depoimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, o encaminhamento do Sr. Demóstenes...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos fazer acareação?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É isso que estou perguntando.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos fazer a acareação agora. É apenas uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Somente teremos uma pergunta na acareação?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Acho o Senador Paulo Octávio esclareceu bem com relação ao cheque.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Duas perguntas, então.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, acho que vamos demorar muito mais.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Duas perguntas porque...

Rp 2 2006 596.183



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 167

05/09/06

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos fazer agora.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Só uma pergunta. Por que mais duas ou três?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu quero fazer apenas uma.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E eu quero fazer uma.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Relator... *(Pausa)*

Não, é porque ele disse aqui que sobre o cheque quem poderia explicar seria o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, mas o Sr. Luiz Antônio está dizendo que quem poderia saber disso era o Sr. Darci José Vedoin.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Foi passado 35 mil em espécie.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor diz que não tem conhecimento do cheque e ele diz que ele tem conhecimento do cheque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos fazer só a acareação...

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Sr. Presidente, pela ordem, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO – Existem... Eu acompanhei aqui a colaboração do filho Vedoin e do pai Vedoin. Existiram não duas contradições, eu acho que são os objetos dessa acareação. A primeira, em relação ao Sr. Darci José Vedoin ter encontrado ou não o Senador Magno Malta. A pergunta que foi feita ao Sr. Darci José Vedoin foi se, enquanto Senador, no exercício do Senador Magno Malta, tinha entrado em contato com o Senador e o Sr. Darci José Vedoin disse “não”. E o Luiz Antônio falou que o seu pai encontrou com o Magno Malta enquanto ele era Deputado. Então, não há contradição.

Outro ponto: o Sr. Darci José Vedoin disse que quem cuidava das finanças era o Luiz Antônio. Se houvesse algum cheque, era o

Rep. 2 2006 596-184



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 168

05/09/06

Luiz Antônio que poderia responder, e ele já foi claro que para ele não existe o cheque. Qual é a contradição?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) - Pela ordem, não temos que ver a versão do advogado. O advogado tem direito de apresentar sua versão, até porque aqui ninguém é acusado. Não é verdade? Estamos querendo esclarecer pontos que, a nosso ver... A visão do senhor é que não houve contradição. A nossa é que houve. Então vamos perguntar aos dois. Em feito isso, isso é respondido.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) - Há um detalhe...

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB - MA) - Não há problema nenhum.

O SR. ALEXANDRE SLHESSARENKO - E tampouco vou me opor.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB - MA) - Solicito que o Sr. Darci Vedoin entre no recinto. *(Pausa)*

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) - O pai fez referências constantes ao fato do filho saber das operações e que cuidava da parte operacional. *(Pausa)*

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB - MA) - Com a palavra o Sr. Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) - O ponto controverso pelo qual eu pedi essa acareação é relativo ao cheque dado. Entendi que o Sr. Darci Vedoin disse que foi dado um cheque e que o seu filho esclareceria sobre isso.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN - Senador, falei para o senhor o seguinte: foi dado R\$35 mil, o Luiz Antônio...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) - Em espécie?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN - Em espécie. ...e o cheque eu fiquei sabendo pela própria imprensa, pelos próprios advogados da Senadora Serys. A imprensa largou no Estado de Mato Grosso que a Serys... o genro da Serys teria recebido um cheque da...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL - GO) - Então, o senhor esclarece que o senhor disse foi isso?

Rep. 2 2006 586-185



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 169

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Falei aqui para o advogado da Senadora também inclusive, que eu fiquei sabendo por eles, pela imprensa, por eles...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em relação, agora aproveito e pergunto já que estamos na acareação, a esse cheque de R\$37,2 mil, que teria sido repassado pelo Sr. Ivo Marcelo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aí o senhor pergunte para... Aí eu não sei...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Ivo Marcelo é o seu genro?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É o meu genro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele nunca lhe falou desse cheque e se esse cheque foi entregue ao Sr. Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Não estou sabendo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Ivo Marcelo tem alguma empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele trabalha comigo. É meu genro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não tem empresa nenhuma. Mas ele trabalha com equipamentos hospitalares?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele trabalha... ele faz... ele fazia mais ônibus de informática.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele tem conta na Caixa Econômica? O senhor sabe?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Parece-me que sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, há possibilidade de ter um cheque dele para o Sr. Paulo Roberto no valor de R\$37,2 mil?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Fiquei sabendo do cheque pela imprensa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não só pela imprensa. Há um depoimento do Sr. Paulo Roberto dizendo o número do cheque e o banco onde foi depositado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Então, são dois pagamentos.

Rep 2 2006 596-186



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 170

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Podem ser dois pagamentos?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o Sr. Ivo assina pela empresa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Mas é o cheque particular dele?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É o cheque particular dele.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, é o cheque dele. Ele pode ter pedido até... trocar o cheque, ter dado um cheque dele, especial.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode esclarecer?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Posso, inclusive fiquei sabendo porque em uma festa o Ivo encontrou com o advogado do Paulo, uma festa dos meninos, e o advogado parece que comentou com o Ivo que era o cheque do Ivo, inclusive com cópia. Eu falei: “Mas como vai ter cópia de um cheque que você deu?” “Ah, só se deve ter tirado o cheque” E o Ivo não se recordava até a presente data dessa transação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – A empresa São Benedito o senhor conhece?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É uma construtora, se não me engano.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É da família do Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Senador, eu pouco sei sobre eles e quem tratou mais disso aqui foi o Luiz Antônio. Sempre no início, eu sempre falava, para os senhores que quem tratava mais das negociações era o Luiz Antônio. Agora o cheque eu fiquei sabendo pela própria imprensa de Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O cheque nós vamos descobrir, porque há o número do cheque, onde foi depositado e quem emitiu. Então, fica fácil.

Rep. 2 2006 596.187



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 171

05/09/06

Vamos prosseguir. Então, o senhor alega que não sabe nada de cheque e que essa história de cheque o senhor soube pela imprensa. É isso?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o Ivo...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – ...deve esclarecer.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – ...trabalha com o senhor há quanto tempo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Ele saiu em 2003 do TRE de Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Antes de agosto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não tenho datas assim...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Porque o cheque é de setembro.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não, ele já estava.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Já estava?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Já, já estava.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual poderia ser o motivo para o Sr. Ivo ter dado um cheque tão grande, de R\$37,2 mil, para o Sr. Paulo Roberto?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Pela empresa. Deve ter dado um cheque pela empresa, então.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas o cheque é dele.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Dele, mas eu fazia...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele tem capacidade para ter um cheque...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Ele depositava o cheque... o dinheiro na conta dele. Eu fazia isso também. Muitas vezes deixava o cheque assinado...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Da empresa? Do Ivo?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Meu particular.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Ivo é da sua extrema confiança?

Rep. 2 2006 596-188



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 172

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Absoluta. Eu sim tenho confiança no meu genro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele é de extrema confiança?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor. Eu tenho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele deu um cheque e deve ter um motivo.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas não comunicou ao senhor que deu esse cheque?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não. Ele não precisa me comunicar. Comunicando ao Luiz Antônio para mim a empresa...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas ele comunicou ao Sr. Luiz Antônio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Volto a afirmar para o senhor, Senador, se houve isso aí, eu não estou me lembrando dos fatos que houve essa transação e, se houve essa transação, foi a título de pagamento de antecipação de emenda parlamentar, porque não houve compra nenhuma do material hospitalar. Pode ter havido. Não estou falando “não houve”. Eu não me recordo. Até hoje, procurando a minha memória, não recordo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Senador Paulo Octávio, V. Ex^a solicitou a oitiva do Sr. Ivo?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Será ouvido amanhã.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É fundamental, como também já pedimos aqui, a verificação do cheque.

O SR. ALEXANDRE SLHESARENKO – Pela ordem, Sr. Presidente. Então ficou bem claro que até mesmo um genro de extrema confiança...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Um minuto.

Há ainda mais algum Senador que deseja se manifestar?
(Pausa)

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O genro negociava ou apenas pagava?

Ry. 2 2006 596.189



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 173

05/09/06

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O genro do senhor participava das negociações também de liberação e apresentação de emendas?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele só pagava?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não é só pagava. Ele pode ter pedido esse dia um cheque para ele, porque a empresa muitas vezes estava no vermelho e não tinha talão de cheque. Diversas vezes aconteceu isso conosco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mas a empresa tem conta na Caixa Econômica?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – A empresa não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O cheque é da Caixa Econômica.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O cheque é do Ivo, então, particular, mas a empresa depois depositaria na conta dele.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor me permite?

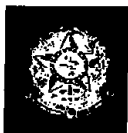
O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se ele não participava das negociações, quem negociava era o senhor e principalmente seu filho, o Sr. Luiz Antônio, como ele poderia, ele, que não participava das negociações, ter emitido um cheque para pagar algo negociado pelos senhores e os senhores não terem conhecimento disso? Como é possível isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Ele não participava diretamente. Indiretamente ele sabia das transações e algumas vezes, até no caso do pagamento desses R\$35 mil, ele esteve presente. Agora, veja bem, volto a afirmar para o senhor: fiquei sabendo desse cheque, não tenho conhecimento desse cheque. Qual foi a finalidade desse cheque? Equipamento hospitalar não houve, porque se é a construtora não vende equipamento. Eu não tenho...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse depoimento foi prestado em 10 de agosto de 2006. No dia 10 de agosto de 2006 foi prestado esse depoimento e de lá para cá os

RP 2 2006 596.190



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 174

05/09/06

senhores não conversaram com o Sr. Ivo? Ele não disse nada a respeito disso? Não houve uma conversa? "Olha, esclarece..."

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Conversei com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o que ele disse?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDDIN – Que ele não recordava, que ele ia pedir os extratos no banco, que ele não recordava desse cheque, que ele iria pedir os extratos no banco, que ele não recorda desse cheque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor confia nele?

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Confio, mas não preciso estar sabendo do que ele fez ou deixou de fazer.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas é em relação à empresa do senhor?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Senador Demóstenes, permita-me, o fato foi descrito nitidamente. Foi dito que eram R\$35 mil em *cash*, nome de testemunhas, horário, dia. Ele afirmou que é capaz de se lembrar a cor da camisa com que estava vestido. Agora o Sr. Ivo vai ter que explicar os 37 mil em cheque. Essa explicação não é tão simples.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, não deveríamos mais colocar em foco o assunto, porque vamos ter que investigar. É fácil solicitarmos uma cópia do cheque no banco. Não podemos ficar aqui fazendo divagações.

O SR. PRESIDENTE (José Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Foram feitos dois depoimentos. Em um primeiro momento, o Sr. Darci teria feito uma referência de que o Senador Magno Malta, em 2002, após as eleições, eleito Senador e ainda não empossado, teria recebido o Sr. Luiz Antônio para tratar de algumas questões desse tipo, mas o Sr. Luiz Antônio deixou claro aqui que jamais, que em nenhum momento teve um encontro.

O SR. DARCI JOSÉ VEDDIN – Senador, eu acho que eu não falei isso...

Rep. 2 2006 596-191



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 175

05/09/06

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tenho aqui as notas taquigráficas.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – ...que o Luiz Antônio... Nunca foi recebido... Ele nunca foi recebido pelo Luiz Antônio, não. Nunca falei isso, que ele foi recebido pelo Luiz Antônio. Agora, eu não estive com o Senador. Eu estive com o Deputado, em 2001, almoçando no 10º andar, 2001, 2002, almoçando lá no 10º andar junto com ele e com o Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor esteve com o Magno Malta...

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Deputado. O Deputado Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Em 2002, eu estive...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Almoçando no 10º andar?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Almoçando e ele não era candidato a Senador, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em 2002? Mas em 2002 ele era candidato, sim.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Foi candidato a Senador lá em março, abril. Eu estive no início... Em outubro que ele foi para a coisa... Mas eu estive com ele, almoçando com ele e o Deputado Lino Rossi, no 10º andar da Câmara, quando ele era Deputado. Como Senador, eu nunca estive com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o senhor já tratou dessa história?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Do que vocês trataram lá?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Conversamos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só uma conversa?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – É. Depois o Lino veio me pedir o carro.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas já era interesse do Lino de querer...

Rep 2 2006 546.192



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 176

05/09/06

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Aí tem que saber do Lino.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Escute bem, o senhor entregou o carro para o Lino não foi no ano de 2001? Para o Lino.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – O Lino, em 2001; devolve o carro em 2002, depois das eleições. Ele vende o carro novamente na *factoring* e esse carro é resgatado novamente da *factoring* por nós.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em 2003?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Em 2003.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está esclarecido?

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Se houver alguma dúvida, eu estou aqui para responder.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O senhor entrega o carro, aí o cidadão vai lá e entrega para uma *factoring*, aí o senhor paga o carro outra vez, e o carro não vai para o senhor, o carro vai para o Senador, entendeu? É uma coisa estranha!

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Eu gostaria de esclarecer o seguinte, Senador: inicialmente, o pedido era de um microônibus ou um ônibus, mas naquela oportunidade nós não tínhamos caixa para fazer a compra do veículo. O único carro que nós encontramos, que estava em poder da VR Factoring, era aonde nós tínhamos crédito; a pessoa nos vendeu pré-datado. O senhor pode verificar que o cheque está pré-datado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E vocês compraram uma segunda vez o mesmo carro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – Compramos pela segunda vez, isso mesmo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Que carro maldito!

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – E até hoje não recebi esse carro de volta.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, e o carro já foi transferido! Já foi para outro! Ninguém

Rp 2 2006 596 193

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 177

05/09/06

sabe onde está o carro. Transferiram outra vez, mesmo o seu filho tendo o recibo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – E quem é o comprador final?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Que coisa louca esse negócio do carro!

O SR. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN – É um caso que até a Polícia Federal...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E o Senador usou ainda, sendo evangélico, esse carro? É um carro maldito!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, vamos chamar o outro depoente.

Srs. Advogados.

O SR. ALEXANDRE SLHESARENKO – Nós estamos satisfeitos. Ficou bem claro que mesmo um genro de extrema confiança pode realizar negociatas sem o conhecimento do sogro.

Estamos satisfeitos já. Obrigado.

O SR. DARCI JOSÉ VEDOIN – Eu não preciso responder a eles, porque eles estão aqui para tumultuar mesmo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por gentileza, Sr. Ronildo Pereira Medeiros. *(Pausa)*

Srs. Senadores, Requerimento nº 061, de 2006:

Na condição de Relator da Representação nº 2, de 2006, relativo à Senadora Serys Slhessarenko, solicito a V. Ex^a formular convite ao Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darci José Vedoin, ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, ao Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, ao Sr. Ivo Marcelo Spínola da Rosa e ao Sr. Paulo Roberto Ribeiro para as oitavas perante este Conselho, em reunião dos dias 5 e 6."

Assinado: Senador Paulo Octávio.

Eu não havia lido.

E do Senador Demóstenes Torres, que faz um convite ao Deputado Lino Rossi, ao Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, ao Sr.

Rep 2 2006 596.194



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 178

05/09/06

Darci José Vedoin e ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, que nós vamos ouvir agora.

Também quero comunicar que o Senador Wellington já pertence ao Conselho. Foi aprovado pelo Plenário do Senado.

E foi encaminhado o plano de trabalho do Senador Demóstenes Torres em que faz convites, além dos que já depuseram, a Ronildo, que vai entrar agora, ao Deputado Lino Rossi, ao Sr. José Luiz Cardoso, Enir Rodrigues de Jesus, Azencler ou Rosicler, servidor do gabinete do Senador Magno Malta, e ao Senador Magno Malta.

Srs. Senadores, por gentileza. Estou correndo para falar na frente de todos os Senadores.

Para terça-feira, está marcada a oitiva do Senador Ney Suassuna. Eu queria saber se poderíamos marcar a oitiva dos outros Senadores para essa data. Ou não?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Dos Senadores? Eu ainda tenho uns oito para ouvir. Ainda tem a quebra de sigilo que eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas S. Ex^a solicita que seja feita terça-feira...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É porque é a última diligência do Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Jefferson Péres está solicitando que, para terça-feira, façamos o chamamento de mais três pessoas. Depois de ouvir as três pessoas, a partir das dez horas, ouviremos em seguida o Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não, eu vou ouvir as testemunhas amanhã.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ah, será amanhã.

Amanhã quantas pessoas serão ouvidas? Sete pessoas serão ouvidas amanhã. Começaremos às dez horas da manhã. Solicito a presença dos senhores. Não podemos deixar de ter número amanhã.

Peço a entrada do Sr. Ronildo Pereira Medeiros.

Srs. Senadores, o Sr. Ronildo já está presente.

Com a palavra, o Senador...

Rep. 2 2006 596-145



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 179

05/09/06

O SR. EDUARDO SUPLCY (PT – SP) – Sr. Presidente, atendendo à sua autorização, a imprensa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ah, sim. (*Pausa*)

A Senadora Ana Júlia Carepa enviou um documento ao Conselho:

Venho à presença de V. Ex^a para comunicar que em virtude de acidente sofrido por mim, no último dia 3, cujas conseqüências me obrigaram a realizar cirurgia emergencial, impossibilita-me a presença e locomoção por tempo inicialmente indeterminado.

(...) Regimento do Senado Federal, licença para tratamento de saúde por 30 dias.

Nós não contaremos com a presença da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senhores, muito obrigado pela presença de todos.

O depoimento poderá ser aberto?

O SR. OTTO MEDEIROS – Solicito que seja reservado, no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor tem alguma motivação para que o depoimento seja reservado?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não. A solicitação é do nosso Advogado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O senhor não tem mais nada a acrescentar?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, senhor.

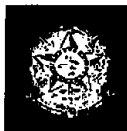
O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Relator concorda com o depoimento reservado?

O Plenário concorda que este depoimento seja como foram os outros?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – A pedido do Advogado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A pedido do Advogado e...

Rp2 2006 596.196



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 180

05/09/06

Meus amigos, muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, é possível que tenhamos cometido um engano conjunto no que se refere aos dois pagamentos: o pagamento em cheque e o pagamento em dinheiro, porque ambos seriam para o Paulo Roberto em contrapartida a equipamentos que ele teria fornecido. E o pagamento em dinheiro, se tiver sido verdade, ao Paulo Roberto... Estou querendo, com o Relator, ser preciso. Esse é o raciocínio, então? Ambos falamos de maneira diferente?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Amanhã, nós vamos ouvi-lo. Fica mais fácil.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Quero que fique registrada aqui a interpretação correta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Supply, faremos, a partir de agora, a degravação. Nós vamos receber o que eles disseram aqui.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – É importante, sobretudo para o Relator, que esteja muito claro o sentido de um e de outro, para que depois não venhamos a incorrer em erro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senador Supply, por enquanto, eu não tenho nada. Houve um suposto pagamento de R\$35 mil, mas não tenho prova material.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – De quem para quem?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Do Luiz para o Paulo. E há um suposto cheque depositado na conta do Paulo que também não foi provado. Então, nós precisamos do cheque e precisamos...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Portanto, ambos, claramente, se verdade for, para o Paulo Roberto. É só esse o ponto. É só isso, Presidente, para...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – São duas coisas. A primeira coisa que o Paulo Roberto terá que comprovar agora é se recebeu esse cheque de R\$37.200 do Ivo. Esse é um fato importante.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Precisamos desvendar uma e outra. Se verdade...

Rep. 2 2006 546-197



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 181

05/09/06

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Se ele, efetivamente, recebeu um cheque de R\$37.200 do genro e eles não sabem, é uma coisa estranha. É muito estranho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, depoimentos de amanhã, pela ordem: o primeiro será do Deputado Biscaia; em seguida, o Deputado Lino Rossi.

Nós fizemos um ofício para o Presidente da Mesa desde a semana passada, quinta-feira da semana passada. Depois ouviremos os outros depoimentos em número de cinco; mais cinco depoimentos.

Portanto, o primeiro será o Deputado Antonio Carlos Biscaia; depois, o Deputado Lino Rossi; em seguida, a Marilena Cavalcanti, que é a Assessora do Ministério da Saúde; a Maria da Penha; o Marcelo Cardoso de Carvalho; Ivo Marcelo Spínola da Rosa; e Paulo Roberto Ribeiro.

Para terça-feira, o Senador Ney Suassuna já confirmou.

Eu gostaria que os senhores estivessem presentes para haver quorum, porque a oitiva será feita pelo Senador Jefferson Péres. Haverá apenas essa oitiva na terça-feira. Creio que todos poderão comparecer, não é? O Senador Sibá poderá estar presente na terça-feira?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a também, Senador? Senador Paulo Octávio, Senador Romeu Tuma... Creio que todos estaremos aqui presentes.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Talvez eu me atrase um pouco, porque estarei no interior de São Paulo e terei que vir diretamente para cá. É problema do avião.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas é muito importante a sua presença.

Inclusive V. Ex^a já repassou o seu material para os Senadores, não é?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou repassando. Eu me comprometi. Pedi para organizarem, a fim de encaminhar.

Rep. 2 0006 596/198



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 182

05/09/06

Falei com o Senador Paulo Octávio que eles estão organizando isso lá na Secretaria da Mesa.

Solicito a V. Ex^a que peça a ele que identifique a que empresa ele pertence. Estão me perguntando os Senadores.

É só para saber, porque ele não é da Planam.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim. O Relator fará essa solicitação.

Com a palavra, o Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 1, referente ao Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Ronildo, boa tarde.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Boa tarde.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – No seu depoimento...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Solicito que o depoente se identifique primeiro.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sim. Seu nome completo, por favor.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Ronildo Pereira de Medeiros, da Empresa Frontal Indústria e Comércio Ltda.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Local?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Cuiabá, Mato Grosso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A sua empresa produz ou vende o quê?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Ela já foi fabricante de móveis hospitalares e comercializava equipamentos hospitalares posteriormente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Jefferson Péres, desculpe.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pois não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Durante as perguntas, se V. Ex^a puder ligar o cheque de venda de equipamentos hospitalares a ele, saberemos se ele tem explicação para esse cheque, porque, segundo consta...

Rep. 2 2006 596-199



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 183

05/09/06

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Mas esse cheque é referente à Senadora Serys, e eu estou indagando-o a respeito do Senador Ney Suassuna.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas diz respeito a equipamentos hospitalares. Não sei se depois o Senador Paulo Octávio poderia questioná-lo sobre isso.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – A sua empresa vendia equipamentos hospitalares?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Perfeitamente, Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Qual é a sua relação com a empresa Planam e as outras empresas da família Vedoin?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Relação de amizade com eles e tínhamos parceria na parte de equipamentos, porém não equipamentos para as ambulâncias, e sim convênio de equipamentos hospitalares.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor confirma que participava desse esquema de pagamento de propinas, de comissões a Parlamentares e aos seus assessores?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Na verdade, essa tratativa era mais feita com o Darci e o Luiz Antônio, certo? Mas, conforme o depoimento à Justiça Federal, é isso mesmo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor, pessoalmente, fez algum pagamento a algum assessor?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Alguns depósitos como o do Marcelo, que foi feito, de R\$8.500... Que eu me recorde, foram feitos alguns pagamentos, sim.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor teve contatos, portanto, com o Marcelo?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor conversava com ele. Ele, alguma vez, revelou que estava agindo em nome do Senador Ney Suassuna?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Veja bem. Eu conheci o Marcelo através do Darci e do Luiz Antônio, é claro, conforme eu já disse, almoçamos juntos e a gente mantinha algumas

Rep. 2 2006 596-200

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 184

05/09/06

conversas, sim. Não constantemente. O contato era mais com o Darci. Mas tive.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E ele lhe manifestava que estava agindo em nome do Senador nessas tratativas, nessas negociações?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Veja bem. Conforme eu já disse ao senhor...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Eu não quero que o senhor afirme que ele fazia isso. Estou lhe perguntando se ele dizia ou insinuava que estava agindo em nome do Senador.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não. Para mim, ele não chegou a falar isso. Conforme eu disse para o senhor, a tratativa era mais com o Darci e, automaticamente, com o Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor fez algum pagamento ao Marcelo?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sim. Oito mil e quinhentos reais.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Uma vez só?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Uma vez.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Em espécie?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Foi feito um depósito em conta, acho que na conta de terceiros, de uma empresa nossa...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em nome do Roberto?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Creio que sim.

Eu não me recordo exatamente qual é. Foi feita...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Mas o pagamento era para o Marcelo, e o depósito foi feito em nome de outro?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Esse depósito foi feito a pedido do Marcelo. O Darci pediu que fizesse para o Marcelo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador...

Rep. 2 2006 596-201

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 185

05/09/06

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Esse cheque que já está identificado no inquérito da Polícia Federal?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Perfeitamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele fez o depósito, segundo o Marcelo explicou, porque a conta dele estava bloqueada. Então ele pediu para fazer um depósito na conta do Roberto, que era auxiliar dele no gabinete.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Em nome do Roberto?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Era um depósito que ele diz que era da venda do barco, mas parece que não é venda de barco, não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Foi o único pagamento que o senhor fez ao Marcelo?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não teve outros contatos com ele. Só esse?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, contato eu tive. Igual eu falei já para o senhor: eu tive outras conversas, mas pagamento só foi feito esse.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E isso foi em troca de quê? De uma emenda?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – É. Ele ficou de colocar alguns recursos na área de saúde e na parte de equipamentos hospitalares.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – E colocou?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não foi colocado.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não chegou a colocar?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ele recebeu a comissão e não cumpriu?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Exatamente.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – O senhor não pediu explicações a ele?

Rep. 2 2006 596.202



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 186

05/09/06

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Mesmo porque, conforme eu já disse ao senhor, a tratativa era com o Darci. Como uma série de negócios junto,...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – De outros negócios?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – ...é feito para que se fizesse recursos na área de saúde.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não foi cumprido isso?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não foi.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum Senador quer fazer alguma pergunta?

Senador Romeu Tuma?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – O Marcelo era o que tinha a relação em nome do Senador junto ao Darci e agora o senhor também se refere a isso.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Ele tinha intimidade com o Vedoin e com o senhor?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, tinha bastante...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Ele foi a Cuiabá alguma vez?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Ele foi em Cuiabá uma vez, até foi pedir, na época o Luiz Antônio, pediu para pagar uma passagem aérea para ele, e foi emitida essa passagem Brasília – Cuiabá.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Da sua empresa ou da...

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Eu paguei essa passagem através de uma agência que nos prestava assessoria em vendas de passagem nessa época.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Isso tem comprovação, provavelmente?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Obviamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – O senhor poderia remeter ao Senador?

Rep. 2 2006 596-203



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 187

05/09/06

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Podemos pedir na agência.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Quando foi? O senhor se lembra?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Foi agora em 2006. Não sei quando, não, Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Qual era a intimidade dele com o Sr. Darci?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Tinham bastante relacionamento. Intimidade que se percebia.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Eles tinham uma intimidade bastante forte?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – E era mais para atendimentos de prefeitos do interior o que o Marcelo tratava dentro do gabinete. Criou uma comissão especial de atendimento a prefeitos?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Senador, não posso...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Ele levou algum prefeito alguma vez lá ou só ele, pessoalmente...

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, só o Marcelo. Nós almoçamos um dia no 10º andar da Câmara e depois tivemos também

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – E tinha mais alguém?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Estava eu, o Darci, o Luiz Antônio e, se eu não me engano, o Ivo. Salvo engano.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – A Maria Angélica foi lá nesse dia?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Maria...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Angélica. Uma funcionária que o Darci pediu ao Marcelo para incorporar ao gabinete.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, nem conheço esse nome.

Rep. 2 2006 596-204



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 188

05/09/06

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – Estou perguntando porque ela contou – no depoimento dela mesma – que encontrou com o Darci e com mais uma pessoa.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Perfeitamente. Não fui eu, não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL - SP) – É só isso, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor conhece o Sr. Ivo Spínola... Ivo Marcelo Spínola Rosa?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É seu amigo?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não... temos um relacionamento de amizade.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele tem empresas também de venda de equipamentos hospitalares?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, ele é, por ser genro do Darci, é um grupo só eles lá.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor viu, pela imprensa, uma notícia de que Paulo Roberto teria recebido um cheque de R\$37.200 do Ivo?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, veja bem, pelo que sei dessa história da Serys aí é o seguinte: é que eu vi, inclusive eu presenciei o Paulo na empresa Planam e o Sérgio, que é empresário no ramo de construção civil, teria apresentado ele, e que ele estaria para colocar alguma emenda, algumas emendas, na área de unidade móvel de saúde.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Paulo Roberto no Planam?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Mais...

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Na sala do Luiz Antônio. Eu sentado de, ele aqui, e o Luiz Antônio na mesa do lado de dentro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor assistiu à conversa?

Rep 2 2006 596-205



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 189

05/09/06

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Assisti vagamente, sabendo que se tratava de algumas emendas, mas não sei precisar exatamente quais Municípios e valores, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Paulo Roberto alega, sobre a acusação, que só foi à Planam uma vez para receber um cheque de R\$37.200...

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Certo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Quando o senhor esteve na Planam nesse dia... Foi só uma vez o senhor encontrou o Paulo Roberto, não foi?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Salvo engano, sim, Senador.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só uma vez.

A pergunta que é importante é saber se no dia em que o senhor esteve lá o Ivo estava lá também.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Não, se estava, eu não sei, entendeu? Porque eu lembro que 'tava eu, ele e o Luiz Antônio. Isso aí eu posso afirmar para o senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Era possível o Ivo estar chegando ou não?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Poderia estar na sala do lado. Tinha bastantes salas: tinha a sala do Luiz, tinha a sala de...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sobre o cheque, o senhor teve conhecimento do cheque pelo jornal?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Foi o Luiz Antônio que me falou. Eu não presenciei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor acha que o Ivo tem capacidade de fazer um cheque de R\$37.200 mil? Capacidade financeira?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sinceramente, essa história eu não sei. Sei que foi pago, porque o Luiz Antônio me disse. Nessa época ele estava lá para colocar essas emendas e que foi dado a ele R\$35 mil (trinta e cinco mil reais), que eu não presenciei dando, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O senhor não presenciou? Quem lhe comunicou foi o Luiz?

Rep 2 206 596-206



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 190

05/09/06

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Exatamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então o senhor sabe por meio dele.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Através do Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Viu o Paulo Roberto na empresa, na Planam, uma vez.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Vi o Paulo Roberto na empresa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E o comentário, na conversa na hora em que o senhor estava presente, não foi para falar nada de emendas? Ou foi falar de emendas?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Tinha algum assunto a ver. Eu não posso afirmar para o senhor porque eu não lembro de toda a conversa, entendeu? Mas é claro que ele estava lá, segundo o que o Luiz Antônio me disse também, que era para fazer essas tratativas aí.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum outro Sr. Senador? *(Pausa)*

E os Srs. Advogados têm interesse em alguma pergunta? *(Pausa)*

Srs. Senadores, comunico a todos a convocação da reunião deste Conselho para amanhã, dia 06, às ...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, em relação ao Senador Magno, eu tenho perguntas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então eu encerro no que diz respeito à Representação n 02.

Passo a palavra ao Relator Demóstenes Torres sobre a Representação nº 03 – Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de indagar ao depoente se ele tem alguma sociedade com a empresa Planam.

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sociedade, não, Senador; eu tinha uma parceria com o Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como é essa parceria?

Rep. 2 2006 596-207



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 191

05/09/06

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – A parceria era o seguinte: eu trabalhava com unidade móvel de saúde e ele trabalhava com equipamento hospitalar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas havia uma parceria formal ou era uma parceria só para captar recursos de parlamentares?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Informal. Parceria, na verdade, para vendas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em relação ao Senador Magno Malta, o que o senhor sabe?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Sei que – não presenciei nada, foi o Luiz Antônio também que me falou – ele teria adiantado uma Van para o Senador através do Lino Rossi. A única coisa que eu sei seria isso aí.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não sabe detalhes disso? Nem sabe em nome de quem estava...

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Nenhum detalhe, Senador. Nenhum detalhe.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – OK.

O Vedoin, Luiz Antônio, disse ao senhor que entregou como pagamento em troca de emenda parlamentar?

O SR. RONILDO PEREIRA MEDEIROS – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito obrigado. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum Senador deseja fazer indagações?

Então o Item está encerrado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para esclarecer em relação ao recibo que foi emitido pela empresa...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Creio que o advogado do Senador Magno Malta tem uma pergunta a fazer. V. Exª tem alguma pergunta a fazer?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em relação ao recibo fornecido pela Transgrancap, o original desse

Rep 2 2006 596-208

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 192*05/09/06*

recibo, naturalmente, deve estar com o Lino Rossi, que é o destinatário.

Como se trata apenas de um documento em branco, eu pediria ao Conselho que oficiasse a empresa para que ela pudesse detalhar como foi feito esse transporte, a data em que foi feito, como foi feito, quem pagou, se pagou em cheque ou em espécie, enfim, detalhes sobre esse recibo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – À Assessoria para as providências.

Agradeço a presença de V. S^a, dizendo que o senhor colaborou para que elucidássemos essas questões.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A reunião de amanhã será a que horas?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Amanhã às 10 horas.

Comunico a todos que está marcada a próxima reunião deste Conselho para amanhã, dia 06, às 10 horas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h55min.)

Rp 2 de 6 596.209



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
Subsecretaria de Comissões

SC - 193

05/09/06

DOCUMENTOS PERTINENTES À 7ª REUNIÃO:

- 1 – Lista de presença (uma folha);
- 2 – Lista de presença dos parlamentares não-membros do Conselho (uma folha);
- 3 – Ofício nº 321/2006-GSSM, da Senadora Ana Júlia Carepa;
- 4 – Ofício nº 061/2006-CEDP, do Senador Paulo Octávio;
- 5 – Ofício nº 062/2006-CEDP, do Senador Demóstenes Torres;
- 6 – Plano de Trabalho referente ao processo instaurado contra o Senador Magno Malta;
- 7 – Termo de comparecimento assinado pelo depoente Darci José Vedoin e pelo seu advogado, Dr. Otto Medeiros;
- 8 – Termo de comparecimento assinado pelo depoente Luiz Antônio Trevisan Vedoin e pelo seu advogado, Dr. Otto Medeiros;
- 9 – Termo de comparecimento assinado pelo depoente Ronildo Pereira Medeiros e pelo seu advogado, Dr. Otto Medeiros;
- 10 – Recibo emitido pela empresa Trans Grancap Transporte de Veículos.



Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. Nº 222/2006 Fls. 53

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7ª REUNIÃO

Em 05 de setembro de 2006, terça-feira, às 11:30h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Getálio	5. Teotônio Vilela Filho
Antônio Pádua de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Vago	1. Vago
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Vago
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Vago
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Vemir Amaral
Corregedor do Senado (art. 28 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto:

Brasília, 05 de setembro de 2006



Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2/2006 Fls 598

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7ª REUNIÃO

Em 05 de setembro de 2006, terça-feira, às 11:30h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE CONGRESSISTAS NÃO MEMBROS DO CONSELHO

Presidente: João Alberto Souza
Vice-Presidente: Demóstenes Torres

CONGRESSISTAS	Assinatura
WELLINGTON SALGADO	
ANTONIO CARLOS BIZCARRA	
ALMEIDA LINA	
EDUARDO M. SILVA	
LEONAR QUINTANILHA	
CARLOS LAMARCA	
JULIO R. SEIXAS	
EDIL SALVATH	

Visto:

Brasília, 05 de setembro de 2006



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA

REP 2.2006-598-1

OF. 321/2006-GSSM

Brasília, 04 de setembro de 2006.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho a presença de Vossa Excelência para comunicar-lhe que, em virtude de acidente sofrido por mim, no último dia 03 p.p., cujas consequências me obrigaram a realizar cirurgia emergencial e impossibilitando minha locomoção por tempo, inicialmente, indeterminado, solicitei, na forma do artigo 56, II, da Constituição Federal e nos termos do artigo 43, I do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde, por um período de 30 dias, a partir desta data, razão pela qual, estarei impossibilitada de comparecer aos trabalhos desse Conselho.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência expressões da mais elevada estima e distinta consideração.

Senadora ANA JÚLIA CAREPA

A Sua Excelência

O Senhor Senador João Alberto Souza

DD. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Recebido em
5-9-06 às 13h45
Manisla de Figueiredo
Chefe de Gabinete
Mat. 2006.1.1



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ofício nº 061/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Na condição de Relator da Representação n.º 2, de 2006, relativa à Senadora Serys Shessarenko, solicito a Vossa Excelência formular convite ao Sr. Luiz Antonio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darci José Vedoin, ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, ao Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, ao Sr. Ivo Marcelo Spínola da Rosa e ao Sr. Paulo Roberto Ribeiro, para que sejam ouvidos perante este Conselho, em reuniões nos dias 5 e 6 de setembro do corrente.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

PAULO OCTAVIO
Senador

Exmº Sr.

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

REP 2 1006 598-3



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

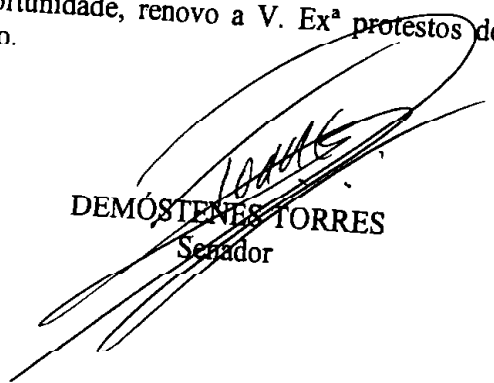
Ofício nº 062/2006-CEDP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Na condição de Relator da Representação n.º 3, de 2006, relativa ao Senador Magno Malta, solicito a Vossa Excelência formular convite ao Exmo. Sr. Deputado Lino Rossi, ao Sr. Luiz Antonio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darci José Vedoin e ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, para que sejam ouvidos perante este Conselho, em reuniões nos dias 5 e 6 de setembro do corrente.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.



DEMÓSTENES TORRES
Senador

Exm^o Sr.**Senador JOÃO ALBERTO SOUZA**Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador DEMÓSTENES TORRES

REP 2006-598-4

**PLANO DE TRABALHO DO CONSELHO DE ÉTICA DE
DECORO PARLAMENTAR REFERENTE AO PROCESSO
INSTAURADO CONTRA O SENADOR MAGNO MALTA**

RELATOR: Senador DEMÓSTENES TORRES

Senhor Presidente,

A seguir apresento a Vossa Excelência o Plano de Trabalho que entendo necessário para a apuração da conduta atribuída ao Senador Magno Malta, nos termos da representação feita pela Mesa desta Casa.

Inicialmente são imprescindíveis os depoimentos das seguintes pessoas:

1. Luiz Antônio Trevisan Vedoin – sócio da empresa Planam.
2. Darcy José Vedoin – pai de Luiz Antônio e também sócio da empresa Planam.
3. Ronildo Pereira Medeiros – empresário envolvido no esquema sanguessuga.
4. Lino Rossi – deputado federal
5. José Luiz Cardoso – pessoa em nome de quem estava o veículo que foi dado por empréstimo ao senador Magno Malta.
6. Enir Rodrigues de Jesus, proprietário da empresa de mesmo nome, que emitiu o cheque que teria pago o veículo dado por empréstimo ao senador Magno Malta.
7. Hazencleber Lopes Cançado, servidor do Gabinete do senador Magno Malta, que teve contatos com Luiz Antônio Vedoin.
8. Senador Magno Malta – Investigado

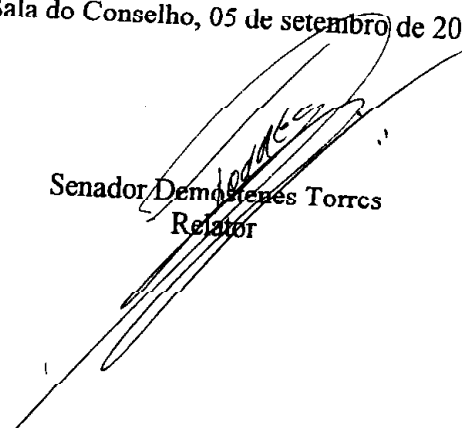
REP 2006-598-5

Outras pessoas que por ventura sejam referidas pelos acima nominados poderão também ser ouvidas se este Egrégio Conselho julgar conveniente.

Após serem ouvidas as pessoas acima, e diante dos fatos apurados, serão solicitadas quebras dos sigilos bancário, telefônico e fiscal se e quando for o caso, sem prejuízo outras diligências cabíveis.

É este, senhor Presidente, o sucinto plano de trabalho que submeto a apreciação de Vossa Excelência.

Sala do Conselho, 05 de setembro de 2006.

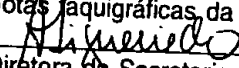

Senador Demóstenes Torres
Relator

REP 2.9006 598-6



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. DARCI JOSÉ VEDDIN

Aos 5 (cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 11:30 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor DARCI JOSÉ VEDDIN, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu,  MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


DARCI JOSÉ VEDDIN
Depoente


OTTO MEDEIROS
Advogado

REP 2006-598-7



**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN**

Aos 5 (cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 11:30 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu, MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente

LUIZ ANTÔNIO TREVISAN VEDOIN
Depoente

OTTO MEDEIROS
Advogado

REP2 2006 - 598-8



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o
Sr. RONILDO PEREIRA MEDEIROS

Aos 5 (cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 11:30 horas, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor RONILDO PEREIRA MEDEIROS, acompanhado de seu advogado Dr. OTTO MEDEIROS, devidamente qualificado no Termo de Compromisso assinado, que foi inquirido nos autos das Representações n.ºs 1, 2 e 3, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu, MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pelo depoente e seu advogado.

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente

RONILDO PEREIRA MEDEIROS
Depoente

OTTO MEDEIROS
Advogado

REP2/2006 598-9

DE : Granicap Transporte de Veículos NO DE FAX : 65 30231956 36651956 15 AGO. 2006 05:12PM P1

RECIBO	
Nº Espécie	
Recebemos do(s) Sr(s) Lino Rossi	
Endereço	
a Importância de R\$ Setecentos e Cinquenta Reais	
referente DUCATO Ch 003223 KAM4467 (Vitruv/Ch4) 2/2	
Para maior clareza firmamos o presente	
Cuiabá, 2/8/2005	
Emilene Trans Granicap Transporte de Veículos	
Endereço: Av. Fernando Correa da Costa	
04.630.913/0001-70	
C.G.C. - CNPJ	

Reginaldo Oscar de Castro
Advogados Associados

Senado Federal - CDDP
Proc. Nº **REP 2006** - 599

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL**

*junto-se
ao Relator
Em 5/12/06
go*

Ofício nº039/2006-CEDP

SERYS MARLY SLHESSARENKO, Senadora da República (PT/MT) pelo Estado de Mato Grosso, portadora da cédula de identidade civil RG nº 420S0515/RJ e CPF nº 437.907.207-04, com Gabinete na Ala Senador Filinto Muller, sala 7, tendo sido notificada nos termos do Ofício em epígrafe, por seus advogados, vem à presença de Vossa Excelência para apresentar a sua **defesa**, o que faz nos seguintes termos:

Cumpre evidenciar, inicialmente, que a rigorosa verificação da ocorrência de comportamento inadequado deve ter por base não só uma representação acompanhada das provas pertinentes, **circunstância ausente no caso vertente**, mas também de uma defesa correspondente às acusações pontuadas na aludida representação, sempre levando em conta o histórico da vida pública do personagem sob investigação.

02. Cabe ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deliberar a respeito da dimensão ético-política do comportamento que aprecia. Para tanto, deve verificar a ocorrência de ofensa ao preceito ou princípio de ética ou decoro que cabe a cada Senador proteger e preservar.

Reginaldo Oscar de Castro
Marcella F. M. N. Castro
Janine F. M. N. Castro
Davi Machado Evangelista

SA.S. Q. 06, BL. K - ED. BELVEDERE - GR. 701
CEP 70070-000 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3323 5000 - FAX 3226 0155
E-mail: socastro@terra.com.br

*Recebido em
5-12-06
soluto*

Reginaldo Oscar de Castro
Advogados Associados

Senado Federal - SPM/CEDP
Proc. Nº REP 2.006 Págs. 600

03. **Dimensão ético-político essa que não comporta fragmentação de papéis quando se trata de juízos de honra, sempre ligados à pessoa, tendo os filósofos debruçado no tema, sem, contudo, chegarem a um consenso a respeito do fundamento primeiro da MORAL.**

04. No que informa nossa filosofia, haveria esferas distintas entre o DIREITO e a MORAL, estando o primeiro escrito na NORMA LEGAL, enquanto o segundo, etéreo, desperta a insaciável busca do fundamento original e absoluto.

05. Proposições são colocadas e informam, diante da distinção posta, que seria perfeitamente possível a Moral e a Ética prescindir, com total separação, do que determina a Lei.

06. É bem verdade que pode haver quebra de decoro, sem que ocorra a prática de uma conduta penal típica. Todavia, **nos casos em que a quebra de decoro está ligada diretamente à prática de uma conduta típica, como ocorre na hipótese vertente, a verificação da existência de ato criminoso é imprescindível para que se caracterize a quebra do decoro.**

07. No caso da Senadora Serys, é impossível dissociar a discussão sobre a alegada quebra de decoro da prova da própria imputação feita, assim, se não há prova de prática de crime, não há qualquer violação de padrões éticos, já que a conduta imputada, neste caso, constitui tipo penal definido por lei (corrupção passiva).

Reginaldo Oscar de Castro
Marcella F. M. N. Castro
Janine F. M. N. Castro
Davi Machado Evangelista

S.A.S. O. 06, BL K - ED. REI VEDERF - CR. 701
CEP 70070-000 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3323 5000 - FAX 3226 0155
E-mail: socastro@terra.com.br

Reginaldo Oscar de Castro
Advogados Associados

Senado Federal - CDEDP
Proc. Nº **REPJ 2006** - PLS **601**

08. Nesse passo, não é demais lembrar que, **até o presente momento, não foi requerido, contra a Senadora Serys, a abertura de Inquérito** perante o Supremo Tribunal Federal, a pedido do Ministério Público Federal, e que, já somam 84(oitenta e quatro) procedimentos em face aos parlamentares mencionados no depoimento de Luiz Antônio Vedoin

09. Nesse processo disciplinar **consta somente a VERSÃO dos criminosos confessos** – que barganharam acusações por benefícios da delação premiada. Os Vedoin não apresentaram qualquer prova documental consistente.

10. **As acusações que Luiz Antônio Vedoin fez, em relação a Senadora Serys, ficaram restritas às suas palavras.**

11. Nesse ponto é importante observar que **a insistência nas acusações contra a Senadora decorre, em parte, do desejo de retaliação aos pronunciamentos furiosos da mesma contra os mafiosos da Planam.** Tal fato pode ser especialmente observado no momento em que, em arroubo de ira, um dos bandidos chegou a afirmar que pensou “*em mudar de Estado por causa dela*”¹.

12. Ora, somente quem nada teme poderia dizer tanto contra os bandidos da Planam, salvo se se trata temeridade própria dos mentalmente desequilibrados.



¹ (depoimento de Luiz Vedoin, perante a CPMI DAS AMBULÂNCIAS, pág.188)

Reginaldo Oscar de Castro
Advogados Associados

Senado Federal - SCMM/EDP
Proc. Nº 002.2006 PIS 602

13. Não há qualquer elemento apto a comprovar o que afirmado por Darci e Luiz Antônio Vedoin a respeito da Senadora Serys e nem, tampouco, qualquer evidência ou demonstração da existência de contato entre eles e a Senadora.

14. Tal fato é ressaltado por ambos os criminosos que, em todos os depoimentos – na Polícia Federal e na CPMI –, destacaram que **NUNCA** trataram com a Senadora.

15. Outrossim, é mister observar que nos depoimentos não há acusação direta contra Serys Shessarenko, e sim contra seu genro que, supostamente, teria agido em nome da Senadora – o que é rigorosamente mentira.

16. Pior. Nem uma única prova vem em sustentação do que afirmam os réus. Todas as outras denúncias vieram acompanhadas de senhas, comprovantes de depósitos, recibos e etc. No caso da Senadora Serys, especificamente, todos reconhecem que não há qualquer tipo de prova de sua ligação com os criminosos.

17. Em relação a Paulo Roberto, diz-se que o mesmo teria recebido quantia em dinheiro em nome da Senadora. Esclareça-se que Paulo nunca participou das campanhas políticas da Senadora, menos ainda da administração financeira das mesmas, conforme comprovam os documentos juntados aos autos.



Reginaldo Oscar de Castro
Marcella F. M. N. Castro
Janine F. M. N. Castro
Davi Machado Evangelista

S.A.S. Q. 06, BL K - ED. BELVEDERE - GR. 701
CEP 70070-000 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3323 5000 - FAX 3226 0155
E-mail: socastro@terra.com.br

Reginaldo Oscar de Castro
Advogados Associados

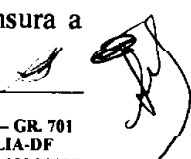
Senado - Processo 001/03M/CEDP

Proc. Nº 0032-2006 Fls. 603

18. Outra questão que chama atenção com relação ao seu genro, é que, segundo os depoimentos, o procedimento difere inteiramente de todos os outros, que sempre deixaram comprovantes ou outras provas relativas às operações criminosas sucessivamente engendradas pela quadrilha.
19. No caso específico de Paulo, este afirma em depoimento na Polícia Federal que teria realizado negociação comercial de venda de equipamentos hospitalares com a Planam, quando recebeu em pagamento cheque emitido por Ivo Marcelo. Ora, **ao que se sabe, corrupção não se paga com cheque**, pois, é óbvio, poderá ser conferido tanto o pagamento como o recebimento com a quebra do sigilo do emitente.
20. Ora, **os depoimentos da famigerada família Vedoin**, além de terem que ser dignos do prêmio oferecido aos criminosos, o que lhes retira o que sobra de credibilidade, **são manifestamente contraditórios, evidentemente mentirosos e desprovidos de qualquer resquício de prova. É mera chamada de co-réus**, muito conhecida no Direito Penal, além de se constituir em uma verdadeira entrega de encomenda a determinadas lideranças políticas de Mato Grosso que temem a candidatura de Serys ao Governo do Estado.
21. Observe-se, aliás, que **os Vedoin não são testemunhas. São acusados, e como tal, têm o direito de se manifestar** – na polícia, em juízo, no Ministério Público, perante esse Conselho, aonde quer que seja – a versão que melhor lhes convier sobre os fatos. **Podem inclusive mentir!**
22. E é por isso mesmo que **chamada de co-réu não é prova nem indício idôneo para sustentar decisão** que implique qualquer censura a Senador da República.

Reginaldo Oscar de Castro
Marcella F. M. N. Castro
Janine F. M. N. Castro
Davi Machado Evangelista

S.A.S. Q. 06, BL K - ED. BELVEDERE - GR. 701
CEP 70070-000 - BRASILIA-DF
TEL.: (61) 3323 5000 - FAX 3226 0155
E-mail: socastro@terra.com.br



Reginaldo Oscar de Castro
Advogados Associados

Senado Federal - PDI/CEDP
Proc. Nº 141 2 2006 Fls. 604

23. Massimo Nobile e Heleno Cláudio Fragoso manifestaram-se no sentido de ser o chamamento de co-réu prova insuficiente para embasar o convencimento do juiz.

24. A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem fustigado esse tipo de declaração, retirando-lhe eficácia probatória, ao assentar que *“a chamada de co-réu, ainda que formalizada em Juízo, é inadmissível para lastrear a condenação”*.²

25. Ademais, são grandes os perigos da indevida incriminação de outra pessoa pelo imputado, pois conforme assevera Magalhães Noronha, *“pode muito bem acontecer que um acusado, vendo-se perdido diante de provas contra ele colhidas, procure arrastar consigo desafetos ou inimigos seus.”*³

26. MITTERMAYER, de sua parte, sobre o tema, já advertia que *“o depoimento do cúmplice apresenta também graves dificuldades. Tem-se visto criminosos que, desesperados por conhecerem que não podem escapar à pena, se esforçam em arrastar outros cidadãos para o abismo em que caem; outros denunciam cúmplices, aliás inocentes, só para afastar a suspeita”*.⁴

27. Não pode a palavra de co-imputado, portanto, servir de elemento de convicção incriminatória.



²Supremo Tribunal Federal. HC nº 74.368/Rel. Ministro Sepúlveda Pertence. Tribunal Pleno, DJ 07.03.03.

³NORONHA, Magalhães. Curso de Direito Processual Penal São Paulo, 1976, p. 102.

⁴MITTERMAYER, CJA. Livraria do Editor, Rio, 1871 Tratado das Provas em Direito Criminal, pág. 295

Reginaldo Oscar de Castro
Advogados Associados

Senado Federal - PLANAM/CEDP
Proc. Nº REP 2.2006 de COS

28. Não bastasse a total ausência de provas para fundamentar o depoimento espúrio dos Vedoin, **convém ressaltar trecho elucidativo do Relatório Parcial da CPMI**, no tópico "*Análises e Transcrições de Gravações Telefônicas*", de onde se extrai que "*Não encontramos no material coletado pela Polícia Federal interceptações que façam referência direta à Senadora Serys*" (fl.850).

29. Para melhor verificar a alegada participação nos fatos em apuração, seria necessário saber se a Senadora teria favorecido de alguma forma, por meio de lei, emenda ou projeto de lei, a PLANAM, quando do exercício de atividade parlamentar no Senado Federal, e se em virtude disso havia percebido qualquer vantagem.

30. A destinação de emendas parlamentares individuais tem caráter impositivo, não se colocando, portanto, como critério válido para persecução, o fato de ter sido apresentada. **As emendas apresentadas se deram da mesma forma que as de quaisquer outros membros da Casa – as da saúde, especificamente, dentro do limite mínimo obrigatório de 30%.⁵**

31. **Não se favoreceu a PLANAM**, como querem fazer crer os delatores, e **tampouco percebeu a Senadora Serys qualquer vantagem. Os atos por ela praticados não se enquadram em nenhuma das vedações previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar. A apresentação de emendas ao orçamento é atribuição constitucional dos membros do Poder Legislativo.**

⁵ O Parecer preliminar ao "pl nr 31/2003", parte b, inciso ii, item 5 define que "É fixado o limite global de R\$ 2.500.000,00(dois milhões e quinhentos mil reais) para apresentação e aprovação de emendas "individuais", no número máximo de vinte, por mandato parlamentar, sendo destinados no mínimo 30% do valor global em ações e serviços de saúde, constantes da programação de trabalho do órgão ministério da saúde."

Reginaldo Oscar de Castro
Marcella F. M. N. Castro
Janine F. M. N. Castro
Davi Machado Evangelista

S.A.S. Q. 06, BL K - ED. BELVEDERE - GR. 701
CEP 70070-000 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3323 5000 - FAX 3226 0155
E-mail: socastro@terra.com.br

Reginaldo Oscar de Castro
Advogados Associados

Senado Federal - COM/CEDP
Proc. Nº Rel 2 2006 PIS. 606

32. Note-se, aliás, que **as emendas elaboradas pela Senadora Serys foram todas para municípios de Mato Grosso, sua base eleitoral, e em atendimento ao pleito das prefeituras das referidas localidades, como já demonstrado anteriormente.**

33. **Especialmente com relação à Poxoréu – um dos municípios em que a Planam venceu a licitação –, além da demanda natural da prefeitura, o pedido foi reforçado pelo deputado José Carlos do Pátio, conforme demonstra ofício anexo.**

34. Ressalte-se, nesse particular, que **também não existem provas de qualquer acordo ou influência com prefeitos para beneficiar determinada empresa.**

35. E mais, **diversas foram as empresas que firmaram contrato com as prefeituras, destinatárias dos recursos das emendas apresentadas pela Senadora – e não só a Planam –, após procedimento licitatório cuja regularidade foge ao controle de qualquer parlamentar.**

36. Cabe apontar, ademais, a existência de determinadas circunstâncias que, se não comprovam definitivamente, ao menos indicam que a Senadora não praticaria a conduta que lhe foi imputada pelos Vedoin.

37. A Senadora Serys já poderia estar aposentada como Deputada Estadual por Mato Grosso, recebendo os proventos da aposentadoria parlamentar, na ordem de mais de R\$9.000,00(nove mil reais)/mês, já que exerceu o mandato por 3(três) legislaturas consecutivas na Assembléia Legislativa de Mato Grosso. No entanto, desde quando lá ingressou, em 1991, preferiu abrir mão do FAP-Fundo de Aposentadoria Parlamentar, por

Reginaldo Oscar de Castro
Marcella F. M. N. Castro
Janine F. M. N. Castro
Davi Machado Evangelista

SA.S. Q. 06, Bl. K - ED. BELVEDERE - GR. 701
CEP 70070-000 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3323 5000 - FAX 3226 0155
E-mail: socastro@terra.com.br

Reginaldo Oscar de Castro
Advogados Associados

Senado Federal - MDCEDP
Proc. Nº *267 2006* Pte. *607*

considerá-lo – em juízo íntimo e com respeito aos que entendem em contrário – um privilégio que acaba por sacrificar o erário (aposentadoria parlamentar vitalícia e integral, com apenas 3(três) mandatos eletivos).

38. Aderiu, isto sim, ao plano de aposentadoria dos funcionários públicos estaduais, IPEMAT (hoje já extinto), onde foram descontados, em holerite, décadas de contribuições previdenciárias.

39. Não é só. A Senadora Serys, ao longo de 16 anos de mandato popular, por motivos de foro íntimo, e novamente sem qualquer crítica aos que assim não pensam, resolveu que não deveria receber valores decorrentes de jetons e sessões extraordinárias, tanto da Assembléia Legislativa do Mato Grosso quanto do Senado Federal, como já demonstrado. Embora reconheça ser legal a percepção de tais valores e tivesse direito de fazê-lo, **deixou de receber mais R\$300.000,00 (trezentos mil reais) a tal título.**

40. Ora, se chegou a recusar a mencionada quantia que poderia legitimamente perceber, por que motivo aceitaria valor dez vezes inferior, sujo e que mancharia toda uma trajetória de vida? **É ilógica, insensata e totalmente desarrazoada a acusação.**

41. O exercício de mandato de Deputada Estadual por doze anos, antes de sua atividade no Senado Federal, lhe proporcionou experiências engrandecedoras.

Reginaldo Oscar de Castro
Marcella F. M. N. Castro
Janine F. M. N. Castro
Davi Machado Evangelista

SA.S. Q. 06, BL. K - ED. BELVEDERE - GR. 701
CEP 70070-000 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3323 5000 - FAX 3326 0155
E-mail: socastro@terra.com.br

Reginaldo Oscar de Castro
Advogados Associados

Senado Federal - CPMI/CEBP
Proc. Nº REP 2, 1006 Fls. 608

42. Foi Presidente da CPI/NARCOTRÁFICO, da CPI/TRABALHO ESCRAVO e da CPI/COMPRA DE VOTOS, e foi fruto de seu requerimento a instauração da CPI/MAFIA DO FISCO, tendo dela também participado. Realizou uma série de investidas contra o CRIME ORGANIZADO em Mato Grosso, que, aliás, hoje a transforma em alvo da ira de seus partícipes.

43. São mais de 16 anos de atuação político-parlamentar – sem qualquer desvio de conduta!

44. Consoante já afirmado perante a CPMI, reitera-se, para os fins devidos, a autorização para a quebra do seu sigilo bancário, fiscal, de correspondência e telefônico, assim como de seus 4 filhos e ex cônjuge; já tendo ofertado, desde antes, sua movimentação bancária do período a que se refere o depoimento com a demonstração de sua evolução patrimonial – o que, por si só, comprova que não obteve nenhuma vantagem ilícita.

45. Por fim, caso subsista alguma dúvida com relação ao que aqui relatado, destaca-se que o anexo I – que, embora não transcrito, integra esta peça *in totum* – esmiúça com precisão todos os atos, fatos e contradições do caso em análise.

46. Dessa forma, portanto, em não se vislumbrando a existência de elementos probatórios da ocorrência de conduta contrária à ética e decoro parlamentar, a este órgão outra providência não cabe senão o arquivamento do feito.

Reginaldo Oscar de Castro
Marcelia F. M. N. Castro
Janine F. M. N. Castro
Davi Machado Evangelista

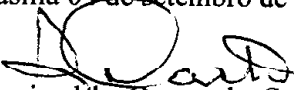
SALA 206, BLOCO ED. BELVEDERE - GR. 701
CEP 70070-000 - BRASILIA-DF
TELE: (61) 3323 5000 - FAX 3326 0155
E-mail: socastro@terra.com.br

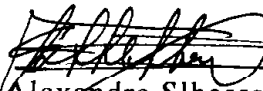
Reginaldo Oscar de Castro
Advogados Associados


Senado Federal - CDEP
Proc. Nº REP 21/2006 - Fis. 603

47. Desde já, protestam provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, e em especial a produção de prova documental, mediante a juntada dos documentos anexos e de novos que se façam necessários, e a testemunhal.

Brasília 04 de setembro de 2006.


Reginaldo Oscar de Castro
OAB/DF nº 767


Alexandre Shnessarenko
OAB/SP nº 109.087


Davi Machado Evangelista
OAB/DF nº 18.081


Serys Mary Shnessarenko
Senadora da República PT - MT

Reginaldo Oscar de Castro
Marcella F. M. N. Castro
Janine F. M. N. Castro
Davi Machado Evangelista

S.A.S. Q. 06, BL. K - ED. BELVEDERE - GR. 701
CEP 70070-000 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3323 5000 - FAX 3226 0155
E-mail: socastro@terra.com.br

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 2/2006 Fls. 610

ROL DE TESTEMUNHAS

1) SENADOR AMIR LANDO

- 2) **LEONARDO SIHESSARENKO**, Avenida Marechal
Deodoro, 1150, apto.301, Cuiabá-MT – Fone (65)-3027.7657 e
(65)-9971-2610

Senado Federal/DCM/CEDP

Proc. Nº 151 2, 2006 Fis. 611

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SERYS MARLY SLHESSARENKO**, brasileira, parlamentar, portadora da cédula de identidade civil nº RG 420S0515/RJ e do CPF nº 437.907.207-04, residente e domiciliada em Brasília-DF, na DQD 309, Bloco “D”, Apto. 404, Asa Sul, nomeia e constitui seus procuradores os advogados **REGINALDO OSCAR DE CASTRO**, inscrito na OAB/DF sob o nº 767, CPF nº 000.618.081-72, sócio do escritório **REGINALDO OSCAR DE CASTRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, estabelecido em Brasília-DF, com sede no SAUS Q. 06 Bloco K, Ed. Belvedere, Gr. 701, **DAVI MACHADO EVANGELISTA**, inscrito na OAB/DF sob o nº 18.081 e **ALEXANDRE SLHESSARENKO**, inscrito na OAB/MT sob o nº 3921, a quem são conferidos poderes gerais para o foro, podendo ainda, em conjunto ou separadamente, acordar, concordar, desistir, assinar termos e compromissos, propor quaisquer ações e defender a outorgante nas adversas, bem como substabelecer, especialmente para representar a outorgante em sua defesa relativa ao Ofício nº 028/2006 – CEDP – CPMI “Ambulâncias”, bem como no Conselho de Ética do Senado Federal.

Brasília, 17 de agosto de 2006.


Serys Marly Slhessarenko

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. N° RE 2.1206 Fls 612



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que revendo os registros de autuação dos processos judiciais desta Corte Eleitoral, foi constatado a existência do Processo nº 3199/2002 – Classe “VII”, referente à Prestação de Contas da Sra. Serys Marly Sihessarenko candidata ao cargo Senador nas Eleições de 2002. **Certifico**, ainda, que o referido processo foi julgado em 05/12/2002, através do Acórdão nº 14.143/2002, cuja decisão foi pela aprovação das contas de campanha eleitoral. Do que eu, Hélio Lima da Silva, Hélio Lima da Silva, Seção de Controle e Autuação de Processos, lavrei a presente aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e seis. Eu, Edivaldo Rocha dos Santos, Edivaldo Rocha dos Santos, Secretário da Secretaria Judiciária do TRE/MT, a fiz digitar e assino.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PARECER PRELIMINAR AO PL N.º 31, DE 2003 - CN - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2004

Senado Federal/SGM/CE

Proc. Nº 212/2006 Fls. 613

B- PARTE ESPECIAL

Esta parte estabelece os parâmetros e critérios que deverão ser observados para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2004, bem como para a elaboração dos Pareceres pelas Relatorias Setoriais e Geral, conforme dispõe o art. 18 da Resolução nº 01, de 2001-CN.

I. DA ATUAÇÃO CONJUNTA DA RELATORIA GERAL E DAS RELATORIAS SETORIAIS COM A RELATORIA DO PROJETO DE PPA 2004-2007

1. O Relator Geral e os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária, nos termos das Normas para Apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004-2007, de 11/09/03, atuarão em conjunto com o Relator e os comitês de assessoramento do projeto de lei de plano plurianual, de modo a promover os ajustes necessários para compatibilizar os citados projetos de lei, em conformidade com o inciso I do § 3º do art. 166 e com o § 1º do art. 167 da Constituição Federal, especialmente no que se refere aos projetos de investimentos plurianuais e às prioridades e metas para o exercício financeiro de 2004.
2. As metas físicas constantes do projeto de lei orçamentária serão compatibilizadas com as metas físicas constantes do projeto de plano plurianual.
3. A admissibilidade de emenda ao projeto de lei orçamentária que venha a resultar na inclusão de ação nova dependerá de sua existência na proposta do plano plurianual ou da apresentação da correspondente emenda à proposta do plano plurianual, observado ainda o disposto no art. 7º, VI, das Normas para Apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004-2007, de 11/09/03.

II. DA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS "INDIVIDUAIS" E "COLETIVAS"

4. As emendas "coletivas" e "individuais" serão apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2004 proposto pelo Poder Executivo - PLOA/2004, nos termos regimentais, e serão apreciadas por área temática, conforme o Anexo RELAÇÃO DAS ÁREAS TEMÁTICAS, constante deste parecer.
5. É fixado o limite máximo global de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para apresentação e aprovação de emendas "individuais", no número máximo de vinte, por mandato parlamentar, sendo destinados no mínimo 30% do valor global em ações e serviços de saúde, constantes da programação de trabalho do órgão Ministério da Saúde - 36.000.
6. As emendas deverão:

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 1512/2006 Fls. 614

OFGSSS nº 312

Brasília, 27 de julho de 2006.

Ao Presidente da CPMI das Sanguessugas
Deputado Antonio Carlos Biscaia

No dia 25 de julho de 2005 fui notificada por vossa excelência para, de acordo com o ofício 213/06 – CPMI, encaminhar, no prazo de 5 (cinco) dias, minha manifestação em caráter sigiloso, a respeito do que consta no depoimento de Luiz Antonio Verdoin e nos demais elementos probatórios que estão sendo objetos da apreciação por parte desta CPMI.

Tal notificação foi entregue pelo funcionário Marcio, por volta das 11:45h do dia 25 de julho de 2006, que trabalha junto à secretaria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Infelizmente, a notificação foi entregue sem qualquer documento adicional. Os depoimentos tiveram de ser solicitados por mim, pessoalmente, na secretaria da comissão. Tive acesso a eles apenas no dia 27 de julho de 2006.

Nesse momento fui informada de que seriam sobre esses depoimentos que deveria apresentar minha defesa.

Nenhuma prova documental de minha participação no episódio me foi entregue.

Tendo em vistas as garantias constitucionais (art. 5º, inciso XVIII *‘todos tem direitos a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesses coletivos ou geral.’* e inciso LV *‘aos litigantes em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.’*) e a necessidade de esclarecer quaisquer fatos sobre a minha suposta participação no esquema das sanguessugas solicito:

- Que a CPMI apresente, **se é que existem**, no prazo de 24 horas, as supostas provas documentais de minha participação no episódio, tais como, comprovantes de depósitos em contas bancárias, transferências eletrônicas, transcrição de trechos de escutas telefônicas ou quaisquer outros meios em que constem meu nome ou de qualquer familiar meu.

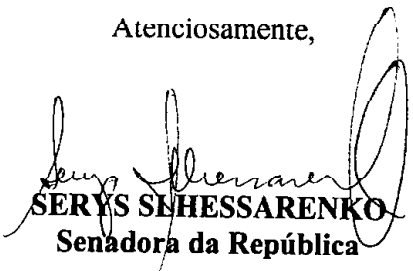
Recebido em 27/07/06
José Augusto Panisset Santana
Presidente do SACEI
Ass. 1682

Senado Federal - CDEP

Proc. Nº Rel 2/2006 Fls. 615

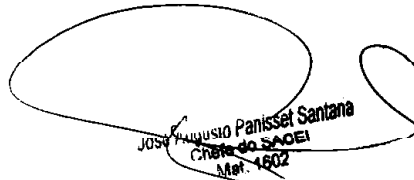
- Caso tais elementos não existam, solicito a entrega de resposta formal à esse ofício, também no prazo de 24 horas, ficando mantido o compromisso de entrega da defesa no prazo estipulado pela comissão.

Atenciosamente,



SERYS SHESSARENKO
Senadora da República

Ao Exmo senhor
Presidente da CPMI das Sanguessugas
Deputado Antonio Carlos Biscaia



JOSE AUGUSTO Panisset Santana
Chefe do SACEI
Mat. 1602



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

Senado Federal - GGM/CEI
Proc. Nº 141/2006 - PLS 616

Ofício GSSS2 nº 338

Brasília, 17 de agosto de 2006.

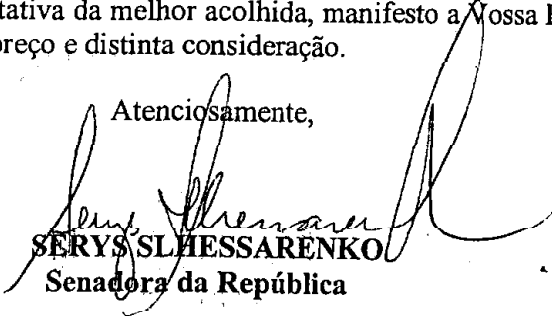
Senhor Presidente,

Tendo em vista a citação do meu nome no relatório da CPMI “Ambulâncias” e em face de ter sido notificada nesta data pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, solicito a Vossa Excelência, com o objetivo de fundamentar a minha defesa, o fornecimento de cópias da documentação relativa ao depoimento de **IVO MARCELO** prestado à Justiça Federal, caso o mesmo tenha ocorrido, bem como o acesso à íntegra do diálogo de índice 977643 citado às páginas 850 do relatório da CPMI.

Solicito, ainda, a expedição por essa Presidência de certidão na qual seja informado registro da existência ou não nos autos de prova documental contra mim oferecida pela Planam ou quaisquer de seus sócios.

Na expectativa da melhor acolhida, manifesto a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
Senadora da República

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ANTÔNIO CARLOS BISCAIA**
DD. Presidente da CPMI das “Ambulâncias”
N E S T A
hrfv


José Augusto Parisset Santana
Secretário de Comissão



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALACIO FILINTO MULLER

Senado Federal
Proc. Nº REP 2 2006 FLS 617
CEDP

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins, a pedido de SERYS MARLY SLHESSARENKO, que é Deputada Estadual desta Assembléia Legislativa de Mato Grosso, desde 01 de fevereiro de 1991, até a presente data, e que durante todo este tempo a MESMA

⇒ **NUNCA participou do Fundo de Assistência Parlamentar (FAP), e por conseguinte não pertence ao seu quadro e não recebe qualquer tipo de benefício, entre outros, o que garante a aposentadoria dos Parlamentares desta Assembléia Legislativa.**

⇒ **NUNCA recebeu qualquer remuneração (JETON) por convocação Extraordinária desta Assembléia Legislativa.**

⇒ **NUNCA recebeu a ajuda de custo bi-anual, pagas no início e fim de cada Sessão Legislativa, em 01 de fevereiro e 15 de dezembro de cada ano.**

POR SER VERDADE, FIRMAMOS A PRESENTE DECLARAÇÃO.

Cuiabá, 08 de agosto de 2001.


Luís Eugênio de Godoy

Secretário de Finanças da Assembléia Legislativa

VISTO


Deputado Humberto Bosaipo
Presidente


Deputado José Geraldo Riva
1º Secretário

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RES 21/2006 Fls. 616



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO FILINTO MÜLLER



25
Doc. 02
(5)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO JOSÉ GERALDO RIVA
MD PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO**

SERYS MARLY SLHESSARENKO, Deputada desta Assembléia Legislativa, expõe o que se segue para ao final requerer:

1- Sou Deputada Estadual desde 1º de fevereiro de 1991, já no terceiro mandato consecutivo.

2 Por não aceitar a contribuir com o Fundo de Assistência ao Parlamentar (FAP), por seus elevados privilégios, contra o qual fui até o STF, optei por ser contribuinte **FACULTATIVA** do **IPEMAT**, a partir de 1º de fevereiro de 1991, com desconto mensal em folha de R\$ 336,00 ou o equivalente em outras unidades monetária havidas no período (**CRUZEIRO, CRUZEIRO REAL, URV, REAL**) para que a Assembléia fizesse mensalmente esse repasse ao **IPEMAT**.

3- Em 23 de abril do corrente ano, requeri ao **IPEMAT** que me informasse sobre a regularidade dos repasses deste **PODER** feito ao Instituto, em meu nome.

4- Com a resposta (xerox autenticada anexo) **decepção, tristeza, constrangimento**.

5- Lei 5.275 de 19 de maio de 1988 **EM VIGOR (Consolida a Legislação Básica do IPEMAT)** dá a seguinte redação: Artigo 6º § 3º

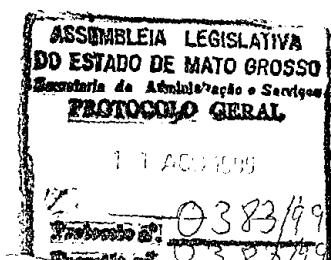
"...Também perderão o vínculo com o Instituto **SEM DIREITO A QUALQUER INDENIZAÇÃO**, os contribuintes **FACULTATIVOS**, que após optarem por essa condição, **ATRAZAREM POR MAIS DE DOZE (12) MESES O RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES**".

Como consequência, mais uma vez **PERDI**, a partir de março de 1995, **TODOS OS DIREITOS, e TODAS AS CONTRIBUIÇÕES pagas (103) por ÚNICA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DESTE PODER LEGISLATIVO DE MATO GROSSO**, que até a presente data, continua descontando em minha folha mensal de subsídios, as contribuições, sem repassá-las ao **IPEMAT**, isto há quase 5 anos, desde 1995.

**POR SER FATO IRREVERSÍVEL, FUNDADO EM LEI, E DE SUMA GRAVIDADE.
REQUER**

IMEDIATA DEVOLUÇÃO das contribuições pagas, monetariamente corrigidas, acrescidas dos juros legais.

POR JUSTIÇA, HONESTIDADE, DECÊNCIA.



N. Termos
P. Deferimento.

Cuiabá, 04 de agosto de 1999.

Serys Marly Slhessarenko
SERYS SLHESSARENKO
Liber PT



SENADO FEDERAL
Secretaria de Recursos Humanos

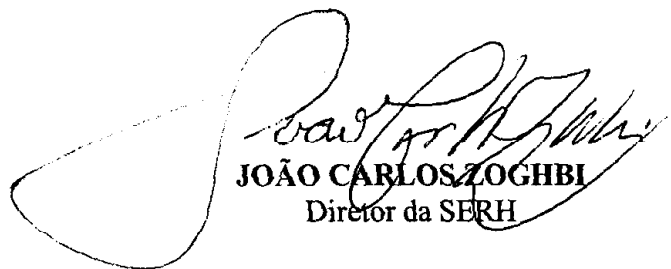
2006

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº LEI 2/2006 Fls 613

DECLARAÇÃO

Declaramos, a pedido, que a Senhora **SERYS SLHESSARENKO**, CPF 437.907.207-04, Senadora da República Federativa do Brasil, com mandato de 01/02/2003 até 31/01/2011, não recebeu nenhum valor a título de ajuda de custo a que teria direito em razão das convocações extraordinárias do Congresso Nacional, desde a sua posse.

Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal, aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de 2006.//



JOÃO CARLOS ZOGHBI
Diretor da SERH

Senado Federal/SOM/CEDP
Proc. Nº REP 71 206 Fls. 620



ESTADO: MATO GROSSO
PARLAMENTAR: SERYS SLHESARENKO

UF	MUNICÍPIO/ENTIDADE	CONV	INDAUM	EQ	CT	CS	2005	Processo nº	EN	CONPLA	SITUAÇÃO
MT	CAMPO NOVO PARECIS					X	35				
MT	CANABRAVA DO NORTE						81				
MT	COLIDER						09				
MT	PONTE BRANCA						75				
MT	POXOREU						16				
MT	UNIÃO DO SUL						85				
	TOTAL										

RQ: nº 772008 - CN
CEMA - AMBULÂNCIAS
370
Fls. 016
Doc



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 2/2006 ELS 621
SERYS SLHESSARENKO

Ofício GSSS nº 245

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 80.000,00, fruto do Convênio nº 677/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

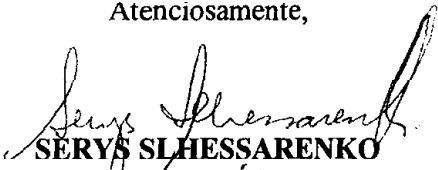
2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.

JESUR JOSÉ CASSOL

MD. Prefeito Municipal de **CAMPO NOVO DOS PARECIS-MT**

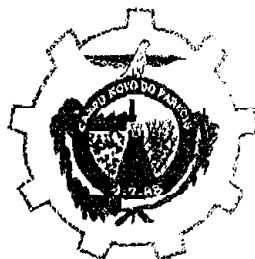
Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 612/2006 Fls 622

DE : PREFEITURA MUN. CAMPO NOVO

Nº DE FAX : 06533821622

31 JUL. 2006 03:01PM



Colégio Nacional de Produção

**Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis
ESTADO DE MATO GROSSO**

CNPJ 24.772.287/0001-36

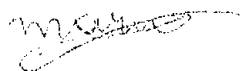
OF.GP.Nº 204/2006**Campo Novo do Parecis, 22 de maio de 2006.***Prezada Senhor,*

Em atenção ao **OF GSSS Nº 243** de 18 de maio de 2006, referente ao Convênio nº 677/2004, firmado entre esta municipalidade e o Ministério da Saúde, informamos que o recurso já foi recebido por esta entidade e a modalidade de Licitação usada para execução do convênio é Edital Tomada de Preços, publicado no Diário Oficial do Estado em 08 de maio 2006 e no Diário Oficial da União no dia 10 de maio de 2006 e até a presente data não esta concluída


Atenciosamente,


SERGIO COSTA
Prefeito Municipal

Recebido em 31 05 2006



Ilma Sra.
SERYS SLHESSARENKO
Senadora da República – PT/MT
SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA
BRASILIA - DF


Ministério da Saúde

Destques do Governo

 Senado Federal/SGM/CED
 Proc. Nº REP 2 / 2006 Fls. 623

13/12/2006 14:05:00 - 13/12/2006 14:05:00

PREF MUN CAMPO NOVO DO PARECIS

Unidade:	24.772.287/0001-36
Entidade:	MUNICIPAL
Entidade:	PREF MUN CAMPO NOVO DO PARECIS
Endereço:	AV MATO GROSSO 50
Município:	CAMPO NOVO DO PARECIS/MT
CEP:	76360000

Processo	25000.058510/2004-39
Ano da Realização:	2004
Situação:	PAGO
Contratante:	COPAC
Atividade:	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
Objeto:	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.
Assunto:	EMENDA
Valor:	001 - R\$ 030368 - Contas: 0000139572
Objeto:	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE
Valor Suplementar (Contas):	100.000,00
Valor Total Desembolsado:	,00
Valor Total Aplicado:	86.400,00

Processo	677		
Situação:	NORMAL		
Processo nº	506554		
Data de emissão:	01/07/2004	Data de emissão por Internet:	15/03/2007
Data de emissão por Internet:	01/07/2004	Data de emissão por Internet:	14/05/2007
Data de emissão por Internet:	01/07/2004	Data de emissão por Internet:	02/07/2004
Valor Total Aplicado:	80.000,00	Valor Total Aplicado:	6.400,00
Valor Total Aplicado:	86.400,00		

Nº	Valor	Data	Descrição	Valor Total
1	902.042	07/04/2006	PAGAMENTO	80.000,00
Total de OB's 1				80.000,00



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

Senado Federal USGM/CEDF
Proc. Nº 151 2. 2006 Fls 624

Ofício GSSS nº 244

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº3875/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

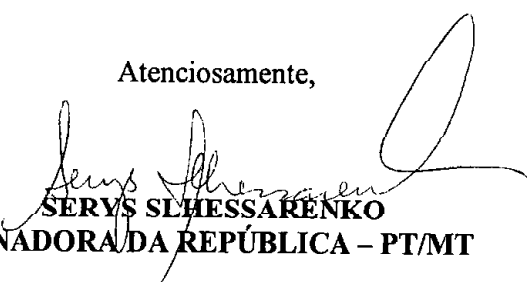
2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.

GENEBALDO JOSÉ DE BARROS

MD. Prefeito Municipal de CANABRAVA DO NORTE-MT



Estado de Mato Grosso

Senado Federal/SGM/CE

Proc. Nº 11EP 2 2006 Fls 025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ. 37.465.200/0001-20

OFÍCIO Nº 169/06/GP**Canabrava do Norte, 22 de maio de 2006.**

A Exma Senhora
SERYS SLHESSARENKO
MD. SENADORA DA REPÚBLICA
BRASILIA - DF

SENHORA SENADORA,

Temos a elevada honra em cumprimentá-lo e em resposta ao Ofício GSSS nº 244 sobre alguns questionamentos do Convênio nº 3875/2004 venho informar que:

1. Os recursos conveniados já foram transferidos para o município;
2. A forma adotada pela Prefeitura para adquirir o bem pactuado no convênio foi Carta – Convite;
3. A empresa vencedora foi Renault do Brasil Ltda.

Segue via Correios cópia dos documentos.

Aproveitamos do ensejo para reiterarmos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Genivaldo José Barros
Prefeito Municipal

PÇA. FREDERICO SOUZA BRITO, S/N, CENTRO - CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: 0**(66) 3577.1156 ou 1152 CEP:78658-000 - 1 -

Senado Federal
Proc. Nº 1612/2006 - 626

05/22/2006 10:02 33112721

PAGE 01



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

Ofício GSSS nº 244

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº3875/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA - PT/MT

Exmo. Sr.

GENEBALDO JOSÉ DE BARROS

MD. Prefeito Municipal de CANABRAVA DO NORTE-MT



Estado de Mato Grosso

Senado Federal - SQM/CEDP

Proc. Nº 1612/2006 Fls. 627

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ. 37.465.200/0001-20

EDITAL DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº- 013/2006

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Por determinação do Senhor **GENEBALDO JOSE BARROS**, PREFEITO, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, tornamos público para conhecimento dos interessados que, às 16:00 horas do dia 27 de Fevereiro de 2006, na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal De Canabrava Do Norte-MT, serão abertas as propostas referentes a esta Carta Convite, de conformidade com as seguintes condições:

II - OBJETO

A presente Carta Convite visa a escolha da melhor proposta para o seguinte objeto:

Aquisição de Veículo tipo Ambulância de suporte Básico, Furgão 0 quilômetros, potência mínima de 100 CV, combustível diesel, na cor branca, comprimento mínimo de 3.800 mm, largura mínima de 1600 mm e altura mínima de 1800mm, entre eixos mínimo 2500mm, 04 cilindros, Injeção eletrônica multiponto sequencial indireta, transmissão mecânica, de 05 marchas sincronizadas à frente e 1 a ré; freios hidráulicos com comando a pedal, ação nas 04 rodas, 02 circuitos em diagonal e guarnições não asbestos; dianteiro a disco rígido com pinça, tipo flutuante, e traseiro a tambor auto ajustável; capacidade do tanque de combustível mínimo de 60 litros. , denominada Unidade Móvel de Saúde, contendo os seguintes equipamentos:

- Janelas com vidros opacos na lateral
- Revestimento lateral interno em polietileno branco
- Revestimento no teto em alumínio e duratex;
- Piso suspenso para medicamento na dianteira com portas de acrílico, cintos de segurança e sistema de travamento,

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP: 78658-000

- 1 -



Estado de Mato Grosso

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. Nº 1612/2006 Fls. 628

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ. 37.465.200/0001-20

banco baú na lateral em compensado revestido em fórmica.

- Sinalizador ótico acústico.

- Suporte para soro.

- Luminárias fluorescentes instaladas no teto, cabos elétricos superdimensionados, antichamas, norma "ABNT"; adesivos "AMBULANCIA" na dianteira e traseira, e "CRUZ" nas laterais.

III - DAS SANÇÕES

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93.

IV - DA HABILITAÇÃO

Para habilitação serão necessárias as apresentações das Certidões Negativas do INSS, FGTS, e Cartão do CNPJ e Contrato Social ambos atualizados.

V - CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Para participarem da presente Carta Convite, os licitantes deverão apresentar na Secretaria de Administração da Prefeitura, junto ao Departamento de Compras, 02 (dois) envelopes, devidamente fechados, contendo no envelope nº 1 os documentos de "HABILITAÇÃO" e no envelope nº 2 a "PROPOSTA". Os envelopes deverão conter na parte externa, os seguintes dizeres:

À PREFEITURA DE CANABRAVA DO NORTE-MT

ATT: Comissão de Licitação

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO

CONVITE Nº 13/2006

ENCERRAMENTO ÀS 14:00 HORAS DO DIA 27/02/2006

NOME DO PROPONENTE:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

CONVITE Nº 13/2006

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP: 78658-000

- 2 -



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ. 37.465.200/0001-20

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 161 2, 2006 Fls. 629

ENCERRAMENTO ÀS 14:00 HORAS DO DIA 27/02/2006
NOME DO PROPONENTE:

VI - CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

No julgamento das propostas, que será pelo regime de **MENOR PREÇO**, levar-se-ão em conta no interesse do serviço público, as seguintes condições:

a - Comprovação de que o bem proposto encontra-se em conformidade com as exigências e especificações deste Edital;

b - **MENOR PREÇO**, desde que cumpridas as formalidades do item "a";

c - No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal n.º **8.666/93** e alterações, a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, sendo vedado outro procedimento.

d-Serão desclassificadas as propostas, por serem consideradas excessivas, o preço global para fornecimento dos itens superior a- **R\$-80.000,00- (Oitenta Mil Reais)**.

VII - FORNECIMENTO DE ELEMENTOS

A Prefeitura Municipal De Canabrava Do Norte, através do Departamento de Compras e Licitações, fornecerá cópia do Edital, especificações do objeto a ser adquirido e demais elementos necessários, durante o horário normal de atendimento deste órgão licitante.

VIII - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

Fica adotado para este certame, o critério de aceitabilidade de preço unitário.

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP:78658-000

- 3 -



Estado de Mato Grosso

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº Rep 2, 2016 - Is 630

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ. 37.465.200/0001-20

IX - DOS PREÇOS

Os preços a serem apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

X - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme descrito abaixo:

Forma de Pagamento:

A VISTA

Forma de Reajuste:

NENHUMA

XI - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificadas e codificadas sob n.º:

1.026.4.4.90.52.00.00.00.00 (113) Saldo: 90.000,00

XII - DA RESCISÃO

Para a rescisão do futuro contrato, aplica-se no que couber as disposições previstas nos artigos 77 ao 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

XIII - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, para dirimir todas as questões deste Convite, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

A Comissão Municipal de Licitação reserva-se o direito de rejeitar uma, várias ou todas as propostas,

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP: 78658-000

- 4 -



Estado de Mato Grosso

Senado Federal/SGM/CEDI

PROC. Nº REP 212-06 FLS 631

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ. 37.465.200/0001-20

desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com as exigências do presente Edital, dispensar formalidades omitidas, ou relevar irregularidades sanáveis.

XV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Para o conhecimento público, expede-se o presente edital, que é afixado no local de costume da Prefeitura Municipal De Canabrava Do Norte-MT.

CANABRAVA DO NORTE-MT, 17 de Fevereiro de 2006**GENIVALDO JOSE BARROS****PREFEITO****(Processo Nr. 013/2006)****PÇA FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT****FONE: (66) 577 - 1156 CEP:78658-000****- 5 -**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

Nota de Empenho

Senado Federal/SGM/CEP
Proc. Nº 111 21206 632

Data: 24/03/2006

Nº do empenho: 726/06

Ordinário

Processo:

N.P.J.: 37.485.200/0001-20

Município: Canabrava do Norte

Órgão:	05	- SECRETARIA DE SAÚDE	
Unidade:	05.01	- GABINETE DO SECRETÁRIO	
Funcional:	10.244.0075	- ADMINISTRAÇÃO DESENVOLVIMENTO AÇÕES ÁREA SAÚDE	
Projeto/Atividade:	1.028	- AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL	
Elemento:	4.4.90.52.00.00.00.00.0090	- Equipamentos e Material Permanente	
Código reduzido:	000113		
Dotação inicial:	1.000,00	Empenhos anteriores:	0,00
Suplementações:	79.000,00	Valor do empenho:	79.950,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A):	80.000,00	Total (B):	79.950,00
		Saldo (A - B):	50,00

Credor: 7938 RENAULT DO BRASIL S. A.

Endereço:

C.N.P.J.: 00-913-443/0001-73

Banco:

Cidade: SÃO JOSÉ DOS PINHAS

UF: PR

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Fone:

Conta Corrente:

Fax:

Especificação: 1

PELA AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS, REFERENTE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL A DIESEL, INJEÇÃO ELETRÔNICA, MULTIPONTO SEQUENCIAL INDIRETA, TRANSMISSÃO MECÂNICA, DE 05 MARCHAS SINCROIZADAS, COM TRACÇÃO NAS QUATRO RODAS, AMBULÂNCIA ADQUIRIDA PARA MONTAGEM DA CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL DE SAÚDE PARA ATENDER A POPULAÇÃO RURAL, CONF. DOC. EM ANEXO.

Fonte de recursos: Ordinário

Total geral: 79.950,00

Nota empenhada a importância de 79.950,00 (setenta e nove mil novecentos e cinquenta reais)

Fundamento legal:

Modal. licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Contrato:

Data:

Data:

Data:

Encarregado do serviço

Credor

GENEBALDO JOSÉ BARROS
PrefeitoMARISÂNGELA JUNKER JARDIM BELLE
Contador CRC/MT 009138/O-2

Liquidação

Declaro que o material/serviço foi fornecido/prestado

Responsável

ESTADO DO MATO GROSSO			
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE			
Data de Liquidação:		Data:	13/04/2006
P.J.: 37.465.200/0001-20		Nº da Liquidação:	1110/06
Município: Canabrava do Norte		Ordinário	
		Processo:	
Senado Federal/SGM/CEDP Proc. Nº <u>RE 21/2006</u> Fls. <u>633</u>			
Item:	05	- SECRETARIA DE SAÚDE	
Subitem:	05.01	- GABINETE DO SECRETÁRIO	
Item/Atividade:	10.244.0075	- ADMINISTRAÇÃO DESENVOLVIMENTO AÇÕES ÁREA SAÚDE	
Item/Atividade:	1.020	- AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL	
Item/Atividade:	4.4.90.62.00.00.00.0090	- Equipamentos e Material Permanente	
Item/Atividade:	000113		
Valor do empenho:	726/06	Liquidações Anteriores:	0,00
Valor do empenho:	79.950,00	Valor da liquidação:	79.950,00
Valor Anulado:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A):	79.950,00	Total (B):	79.950,00
		Saldo (A - B):	0,00
Orç:	7998	RENAULT DO BRASIL S. A.	
Endereço:		Cidade:	SÃO JOSE DOS PINHAS
P.J.:	00-913-443/0001-73	Inscr. Est./Ident. Prof.:	
		UF:	PR
Classificação: 1			
1.1. AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS, REFERENTE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL A DIESEL, INJEÇÃO (TRÔNICA) MULTIPONTO SEQUENCIAL INDIRETA, TRANSMISSÃO MECÂNICA, DE 05 MARCHAS SINCRONIZADAS, COM TRACÇÃO NAS QUATRO AS. AMBULÂNCIA ADQUIRIDA PARA MONTAGEM DA CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL DE SAÚDE PARA ATENDER A POPULAÇÃO RURAL, CONF. EM ANEXO.			
Tipo de recursos: Ordinário		Total geral:	79.950,00
Liquidação:			
Liquidadada a importância de 79.950,00 (setenta e nove mil novecentos e cinquenta reais)			
Aumento legal:		Data:	
Modo de licitação:	Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços	Número:	
Atto:		Data:	
Assinatura para os devidos fins que o (material/serviço) foi (fornecido/prestado)		Data:	13/04/2006
		Responsável	
ISÂNGELA JUNKER JARDIM BELLÉ ador CRC/MT 009136/O-2			

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº NEP 2/2006 Fls 634

[illegible]

79.950,00#
 setenta e nove mil e noventa e
 cinquenta reais
 Renault do Brasil S.A.

[Handwritten signatures and stamps]

Senado Federal/SGM/CEDP
 Proc. Nº 161/2/2006 Fls 635

ESTADO DE MATO GROSSO
 PREFEITURA DE CUIABÁ
 CNPJ: 37.463.200/0001-00

CÓPIA DE CHEQUE Nº		VISADO	CRUZADO
Do Banco: <u>Brasil</u>			
Utilizado Para: <u>pag. ref. 91808 - Renault do Brasil S.A.</u>			
VISTOS		CAIXA	CHEQUE ASSINADO POR <u>Genelvaldo</u> <u>Gilmar</u>
<i>[Signature]</i>	CONTADOR	C/ CORRENTE	
		15.6/4.0	
<i>[Signature]</i>		TALÃO	

GRUPPO ARIPÊL - 1661 568.1243 - COMPRESA - MT

MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE

Forma de Pagamento

N.P.J.: 37.465.200/0001-20
 Município: Canabrava do Norte

Senado Federal/SGM/CEDP
 Proc. Nº 112/2006 Fls. 636

Data: 26/04/2006
 N.º da Ordem: 995/06
 Total:
 Processo:
 Vencimento: 26/04/2006

Orgão: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
 Unidade: 05.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO
 Funcional: 10.244.0075 - ADMINISTRAÇÃO DESENVOLVIMENTO AÇÕES ÁREA SAÚDE
 Projeto/Atividade: 1.026 - AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL
 Elemento: 4.4.90.52.00.00.00.00.0090 - Equipamentos e Material Permanente

Número do empenho:	726	Pagamentos anteriores:	0,00
Valor do empenho:	79.950,00	Valor da ordem:	79.950,00
Valor anulado:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A):	79.950,00	Total (B):	79.950,00
		Saldo (A - B):	0,00

Fornecedor: 7938 RENAULT DO BRASIL S. A.

Endereço:

Cidade: SÃO JOSE DOS PINHAS

UF: PR

N.P.J.: 00-813-443/0001-73

Inscr. Est./Ident. Prof.:

Especificação:

PELA AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS. REFERENTE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL A DIESEL, INJEÇÃO ELETRÔNICA, MULTIPONTO SEQUENCIAL INDIRETA, TRANSMISSÃO MECÂNICA, DE 05 MARCHAS SINCRONIZADAS, COM TRACÇÃO NAS QUATRO RODAS. AMBULÂNCIA ADQUIRIDA PARA MONTAGEM DA CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL DE SAÚDE PARA ATENDER A POPULAÇÃO RURAL. CONF. ANEXO.

Fonte de recursos: Vinculados	Total geral:	79.950,00
-------------------------------	--------------	-----------

Fica autorizado o pagamento de 79.950,00 (setenta e nove mil novecentos e cinquenta reais)

Contabilização: Esta O.P. foi devidamente processada no Depto de Contabilidade em 26/4/2006.

MARISÂNGELA JUNKER JARDIM BELLE
 Contador CRC/MT 009136/O-2

Descontos:	INSS:	0,00	Outros desc. extraorçamentários:	0,00
	IRRF:	0,00	Outros desc. orçamentários:	0,00
			Total de descontos:	0,00
			Líquido a pagar	79.950,00

Recursos:	Conta Banco	Cheque	Valor
	11124 15.614-0 PM BB VILA RICA FNDS - 15.614-0	850002	79.950,00

Ordem de pagamento: Em 26/04/2006 pague-se a importância acima processada

GENEBALDO JOSÉ BARROS
 Prefeito

Recibo: Em 26/04/2006 recebi (emos) a importância acima processada

Credor

Certifico haver pago a importância acima.

WILAS JOSÉ BARROS
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Senado Federal/SGM/CEDP
 PLOU Nº de 21/2006 Fls. 637

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor)

Processo/ Ano: 13/2006 Processo Administrativo

Licitação: 13/2006 - CV

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Objeto: Aquisição de Veículo tipo Ambulância de suporte Básico, Furgão 0, quilômetros, potência mínima de 100 CV, combustível diesel, na cor branca, comprimento mínimo de 3.800 mm, largura mínima de 1800 mm e altura mínima de 1800mm, entre eixos mínimo 2500mm, 04 cilindros, injeção eletrônica multiponto sequencial indireta, transmissão mecânica, de 05 marchas sincronizadas a frente e 1 a ré; freios hidráulicos com comando a pedal, ação nas 04 rodas, 02 circuitos em diagonal.

Total dos Itens Vencedores

79.950,00

Item	Material	Nome do Material	Un. Med	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------	----------	------------------	---------	-------	------------	----------------	-------------	----------	---------------

Fornecedor: 7880 - RENAULT DO BRASIL S.A

1 2273 VEICULO TIPO VAN 100 CV

Total do Fornecedor: 79.950,00
 1000 79.950,0000 79.950,00 Venceu

Fornecedor: 7881 - GRAMARCA DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

1 2273 VEICULO TIPO VAN 100 CV

Total do Fornecedor: 79.990,00
 1000 79.990,0000 79.990,00 Perdeu

Fornecedor: 7882 - JOELER DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

1 2273 VEICULO TIPO VAN 100 CV

Total do Fornecedor: 79.985,00
 1000 79.985,0000 79.985,00 Perdeu

CANABRAVA DO NORTE, Em 27.02.2006

GABRIELA PEREIRA LIMA RUDOW
 SECRETARIA

JOANA SEVERINA DE ALENCAR MARTI
 MEMBRO

JOSIMAR RIBEIRO DE SOUZA
 Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE MATO GROSSO

EFETURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

Data de Empenho

Data: 28/04/2006

Nº do empenho: 1194/06

Ordinário

Processo:

P.J. 37.403.200/0001-20
Origem: Canabrava do NorteSenado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 21/2006 Fls. 638

ção:	05	- SECRETARIA DE SAÚDE
dade:	05.01	- GABINETE DO SECRETÁRIO
cional:	10.244.0075	- ADMINISTRAÇÃO DESENVOLVIMENTO AÇÕES ÁREA SAÚDE
eto/Atividade:	1.026	- AQUISIÇÃO DE CONSULTORIO MEDICO MOVEL
mento:	4.4.90.52.00.00.00.0090	- Equipamentos e Material Permanente
igo reduzido:	000113	

tação Inicial:	1.000,00	Empenhos anteriores :	84.835,00
plementações:	113.700,00	Valor do empenho :	29.800,00
atualizações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
al (A) :	114.700,00	Total (B) :	114.635,00
		Saldo (A - B) :	65,00

Empenho: 7975 DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
 Endereço: AVENIDA DA FEB Cidade: VARZEA GRANDE UF: MT
 N.F. 01-016-516/0001-13 Inscr. Est./Ident. Prof.: 13.166.260-0
 Endereço: Agência: Fone: 65 3388 4420
 Conta Corrente: Fax:

Especificação: 1

ELA AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS, REF. A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILOMETRO ANO/MODELO 2006, MOTOR 1,0 FLEX, COM POTENCIA MINIMA DE 60 CV, COM AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, TAPETE, 04 PORTAS, COM 5 MARCHAS A FRENTE E UMA RÉ. PARA ATENDER A POPULAÇÃO DA ZONA RURAL, NO QUE TANGE A SAÚDE CONF. DOC. EM ANEXO.

Fonte de recursos: Ordinário Total geral: 29.800,00

Valor empenhado e importância de 29.800,00 (vinte e nove mil oitocentos reais)

Fundamento legal:

Modal. licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Contrato:

Data:

Data:

Data:

Encarregado do serviço

Credor

GENERALDO JOSÉ BARROS
 Prefeito

MARISÂNGELA JUNKER JARDIM BELLÉ
 Contador CRC/MT 009136/O-2

Liquidação

Declaro que o material/serviço foi fornecido/prestado

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

Estado de Liquidação

J.: 37.465.200/0001-20
Município: Canabrava do NorteSenado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº REP 21/2006 Fls 639Data: 28/04/2006
Nº da Liquidação: 1384/06
Ordinário
Processo:

Classificação:	00	- SECRETARIA DE SAÚDE
Subclassificação:	05.01	- GABINETE DO SECRETÁRIO
Programa:	10.244.0075	- ADMINISTRAÇÃO DESENVOLVIMENTO AÇÕES ÁREA SAÚDE
Atividade:	1.020	- AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO MÉDICO MÓVEL
Projeto:	4.4.90.52.00.00.00.0090	- Equipamentos e Material Permanente
Objeto reduzido:	000113	

Valor do empenho :	1194/06	Liquidações Anteriores:	0,00
Valor do empenho :	29.800,00	Valor da liquidação:	29.800,00
Anulado:	0,00	Valor Anulado:	0,00
(A):	29.800,00	Total (B):	29.800,00
		Saldo (A - B):	0,00

CNPJ: 7975 DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

Endereço: AVENIDA DA FEB

Cidade: VÁRZEA GRANDE

Inscrição: 01-016-616/0001-13

Inscr. Est./Ident. Prof.: 13.166.260-0

UF: MT

Quantidade: 1

AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS, REF. A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILOMETRO ANO/MODELO 2006, MOTOR 1.0 FLEX, COM CAPACIDADE MINIMA DE 60 CV, COM AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, TAPETE, 04 PORTAS, COM 5 MARCHAS A FRENTE E UMA RÉ, PARA ATENDER A POPULAÇÃO DA ZONA RURAL, NO QUE TANGE A SAÚDE CONF. DOC. EM ANEXO.

Fonte de recursos: Ordinário	Total geral:	29.800,00
------------------------------	--------------	-----------

Descrição:

Liquidação a importância de 29.800,00 (vinte e nove mil oitocentos reais)

Fundamento legal:

Data:

Tipo de licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número:

Data:

Assinatura:

Data:

Assinatura para os devidos fins que o (material/serviço) foi (fornecido/prestado)

Data: 28/04/2006

Responsável

ANGELA JUNKER JARDIM BELLE

Assinador CRC/MT 009136/O-2



TELEFONES: 3388-4420

NOTA FISCAL FATURA

Nº

0434568

SAÍDA

ENTRADA

DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Z: Av. da Feb, 2255 - Bairro da Manga - CEP 78.115-000 - Várzea Grande - MT - Fone: (65) 3388-4400 - Fax: 3682-2220
: Av. Fernando Correia de Costa, 714 - B. Pico do Amor - CEP 78.015-600 - Cuiabá - MT - Fone: (65) 3318-4400 - Fax: 3318-4440
E-mail: domani@domanifiat.com.br

C.N.P.J. 01.016.616/0001-13

1ª VIA
DESTINATÁRIO/
REMETENTE
DATA LIMITE PARA
EMIÇÃO
09/11/2007

IEZA DA OPERAÇÃO

CFOP

INSCR. ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

INSC. EST.

RENDA VEM ICMS RETIDO

5.400

13.100.200-0

FINATÁRIO/REMETENTE

RAZÃO SOCIAL

03162 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAVA DO NORTE

C.N.P.J.C.F.

37465200000120

DATA DA EMISSÃO
28/04/06

IEÇO

BAIRRO/DISTRITO

CEP

RUA FREDERICO SOUZA BRITO

SE

CENTRO

76658000

DATA DA SAÍDA/ENTRADA
28/04/06

ZPO

FONE/FAX

35771156

U.F.

INSCRIÇÃO ESTADUAL

INENHO

HORA DA SAÍDA

14:59

REABRADA DO NORTE

DOBRAMENTO DAS DUPLICATAS

VALOR	VENCIMENTO	PARC.	VALOR	VENCIMENTO	PARC.	VALOR	VENCIMENTO
28.600,00	28/04/06						
1.200,00	28/04/06						

DOS PRODUTO

QUANT. PRODUTOS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	SIT. TRIG	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	DESCONTO	VALOR TOTAL	ALIQ. ICMS
101583	Marca: FIAT/ Modelo: UNO3.403 MILLE FIRE 42 FLEX/ Cor: BRANCO BANCHISA/ Fab./Mod.: 06/06/ RENAVAM: 102627/ Motor: 7000377/ Combustível: FLEX/ Chassi: 9BD15822764829289/ Entrada: 0088738.1 Data de emissão: 3/4/2006/ Opcionais: 025 4GB ICMS PAGO NA ORIGEM S/PREÇO DE V.M. VAREJO DE RNT.52 INC.1 DO DECRETO 1944/06/10- PIS/COFINS COBRADO NA FORMA DA MP.1991-06/00	90	JUNT	1	29.800,00		29.800,00	

CULO DO IMPOSTO

DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	29.800,00
DO FISCAL	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	29.800,00

IMPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 1-EMITENTE 2-DESTINATÁRIO		2	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J.C.P.F.
MUNICÍPIO		MUNICÍPIO		U.F.		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
IDADE	0,00	ESPECIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	0,00	PESO LÍQUIDO 0,00

S ADICIONAIS

RESERVADO AO FISCO

Placa: /	Senado Federal/SGM/CEDP Proc. Nº 412/2006 Fls. 640	NÚMERO DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 454134
Chassi: 9BD15822764829289		
Condutor: INFANTINO		
EN: 0114878		

LAF: E. E. L. LEONORA LTDA. - CNPJ 03.044.692/0001-20 - I.E. 0609000043755-7 - AV. CELSO MAZUTTI, 4071 - VILHENA - RO - R.F.F. MOD. 1 - 30.000.000 VALOR DE 438.561 À 466.500 AJUD. 1642/05 DE 04/11/05 AGENCIA DE VÁRZEA GRANDE - MT VAL. ATÉ 09/11/2007

Declaro que o material/serviço foi fornecido/prestado

Responsável



Seu FIAT hoje, amanhã e sempre!

Avenida da Feb. 2255 - PARX (65) 388-4400 - Várzea Grande - Mato Grosso
CNPJ: 01.016.616/0001-13 Insc. Est.: 13.166.260-0**Domani Distribuidora
de Veículos Ltda.**

Nº 32848

R\$ 29.800,00

RECIBO

Recebemos de

a importância supra de

referente a

1998 Prefeitura Municipal de Lagoa Nova do Norte
 Vinte e nove mil e oitocentos reais
 Pagamento N.º 0434568 - Loureiro Uno
 4 pontos Loureiro chassi 98015822764829289

Em espécie R\$

Cheque R\$

29.800,00

Nº 950003

C/BCO.

B. Brasil

Cidade

Lagoa Nova do Norte

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente recibo em 03 (Três) vias.

Várzea Grande,

28

de

Abril

de

2006

ASSINATURA

GRÁFICA GRAFITE - 623-3600 JO bis 50x3 de 29.251 a 33.250-02/05

Fone: 65 3386 4420

Fax:

Senado Federal/SGM/CEDP
 Proc. Nº 141 21 2006 Fls 641

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTECNPJ: 37.465.200/0001-20
PRACA FREDERICO DE SOUZA BRITO
C.E.P.: 78658-000 - CANABRAVA DO NORTE - MT**CONVITE**
Nr.: 25/2006 - CVProcesso Administrativo:
Processo de Licitação: 25/2006
Data do Processo: 03/04/2006**AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 25/2006**

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 261 2 / 2006 Fis 642

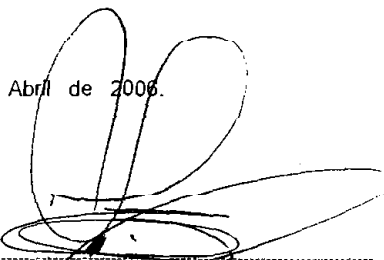
A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE, no exercício das atribuições que lhe confere a(n) Portaria nº 001/2006, de 04/01/2006, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **11/04/2006**, às **16:00** horas, no endereço, **PRACA FREDERICO DE SOUZA BRITO, CANABRAVA DO NORTE-MT**, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 25/2006-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

Aquisição de um Veículo 0-(Zero) Quilometro, ano/modelo 2006, motor 1.0 flex, com potencia mínima de 60 cv, com ar condicionado, protetor de Carter, tapete, 04 portas, com 05 (cinco) marcha a frente e 01-(uma) ré, capacidade de transporte para 05 (cinco) passageiro e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Contran.

CANABRAVA DO NORTE, 3 de Abril de 2006.



JOSIMAR RIBEIRO DE SOUZA
Presidente da Comissão de Licitação



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ: 37.465.200/0001-20

Senado Federal/SGM/CEL
Proc. Nº 267.2.2006 Fls 643**EDITAL DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº 025/2006****I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Por determinação do Senhor GENEBALDO JOSE BARROS, PREFEITO, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, tornamos público para conhecimento dos interessados que, às 16:00 horas do dia 11 de ABRIL de 2006, na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal De Canabrava Do Norte-MT, serão abertas as propostas referentes a esta Carta Convite, de conformidade com as seguintes condições:

II - OBJETO

A presente Carta Convite visa a escolha da melhor proposta para o seguinte objeto:

Aquisição de um Veículo 0-(Zero) Quilometro, ano/modelo 2006, motor 1.0 flex, com potencia minima de 60 cv, com ar condicionado, protetor de Carter, tapete, 04 portas, com 05 (cinco) marcha a frente e 01-(uma) ré, capacidade de transporte para 05 (cinco) passageiro e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Contran.

III - DAS SANÇÕES

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93.

IV - DA HABILITAÇÃO

Para habilitação serão necessárias as apresentações das cópias das Certidões Negativas do IUSC, IPTU, Contrato Social e Cartão do CNPJ.

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP:78658-000

- 1 -



Estado de Mato Grosso

Senado Federal/SOM/CEDF
Proc. Nº REF 21 2006 644

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ 37.165.200/0001-20

V - CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Para participarem da presente Carta Convite, os licitantes deverão apresentar no Departamento de Administração da Prefeitura, junto ao Departamento de Compras, 02 (dois) envelopes, devidamente fechados, contendo no envelope nº 1 os documentos de "HABILITAÇÃO" e no envelope nº 2 a "PROPOSTA". Os envelopes deverão conter na parte externa, os seguintes dizeres:

À PREFEITURA DE CANABRAVA DO NORTE-MT

ATT: Comissão de Licitação

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO

CONVITE Nº 25/2006

ENCERRAMENTO ÀS 14:00 HORAS DO DIA 11/04/2006

NOME DO PROPONENTE:

À PREFEITURA DE CANABRAVA DO NORTE-MT

ATT: Comissão de Licitação

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

CONVITE Nº 25/2006

ENCERRAMENTO ÀS 14:00 HORAS DO DIA 11/04/2006

NOME DO PROPONENTE:

VI - CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

No julgamento das propostas, que será pelo regime de **MENOR PREÇO**, levar-se-ão em conta no interesse do serviço público, as seguintes condições:

a - Comprovação de que o bem proposto encontra-se em conformidade com as exigências e especificações deste Edital;

b - **MENOR PREÇO**, desde que cumpridas as formalidades do item "a";

c - No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados,

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577-1156 CEP: 78658-000 - 2 -



Estado de Mato Grosso

Senado Federal/SGM/CEDI

Proc. Nº 1.121/2006-645

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPI 37.465.200/0001-20

sendo vedado outro procedimento.

D - Serão desclassificadas as propostas, por serem consideradas excessivas, o preço global para o fornecimento dos materiais superior a R\$-30.000,00- (Trinta Mil Reais).

VII - FORNECIMENTO DE ELEMENTOS

A Prefeitura Municipal De Canabrava Do Norte-MT, através do Departamento de Compras e Licitações, fornecerá cópia do Edital, especificações do objeto a ser adquirido e demais elementos necessários, durante o horário normal de atendimento deste órgão licitante.

VIII - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

Fica adotado para este certame, o critério de aceitabilidade de preço unitário.

IX - DOS PREÇOS

Os preços a serem apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

X - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme descrito abaixo:

Forma de Pagamento:

NO ATO DA ENTREGA DO OBJETO

Forma de Reajuste:

NENHUMA

XI - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigentes, classificadas e codificadas sob n.º:

1.030.4.4.90.52.00.00.00.00 (135)

XII - DA RESCISÃO

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP:78658-000

- 3 -



Estado de Mato Grosso

Senado Federal
Proc. Nº 1161-2/2006 PLS 646

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

CNPJ. 37.465.200/0001-20

Para a rescisão do futuro contrato, aplica-se no que couber a disposição prevista nos artigos 77 ao 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

XIII - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre Do Norte-MT, para dirimir todas as questões deste Convite, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

A Comissão Municipal de Licitação reserva-se o direito de rejeitar uma, várias ou todas as propostas, desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com as exigências do presente Edital, dispensar formalidades omitidas, ou relevar irregularidades sanáveis.

XV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Para o conhecimento público, expede-se o presente edital, que é afixado no local de costume da Prefeitura Municipal De Canabrava Do Norte-,MT.

CANABRAVA DO NORTE-MT, 03 de ABRIL de 2006
GENIVALDO JOSE BARROS
PREFEITO**(Processo Nr. 025/2006)**

PÇA. FREDERICO DE SOUZA BRITO, S/N CENTRO CANABRAVA DO NORTE - MT

FONE: (66) 577 - 1156 CEP:78658-000

- 4 -

Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde - Governo Federal

Ministério da Saúde

Destaques do Governo

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc Nº RE/21/2006 Fls. 647

Resultado da consulta:

PREF MUN CANABRAVA DO NORTE

CPF	37.465.200/0001-20
Município	MUNICIPAL
Estado	PREF MUN CANABRAVA DO NORTE
Endereço	AUREA TAVRES DE AMORIM - S/N
Município	CANABRAVA DO NORTE/MT
CEP	78655000

Processo	25000.170040/2004-81
Ano de abertura	2004
Situação	PAGO
Órgão	CGCC
Atividade	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
Ação	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.
Objeto	EMENDA
Projeto	001 - 018430 - 0000156140
Objeto	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE
Valor total estimado	130.000,00
Valor atualizado	,00
Valor pago	112.320,00

Processo	3875		
Situação	NORMAL		
Projeto	521107		
Valor estimado	15/12/2004	Valor atualizado	21/12/2006
Valor atualizado	31/12/2004	Valor atualizado	19/02/2007
Valor atualizado	31/12/2004	Valor atualizado	20/01/2005
Valor total estimado	104.000,00	Valor atualizado	8.320,00
Valor atualizado	112.320,00		

1	900.486	30/01/2006	PAGAMENTO	104.000,00
Total de OB's 1				104.000,00

**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Senadora SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

10013

Ofício GSSS nº 241

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Senado Federal/SGM/CEDF
Proc. Nº 161 21 2006 Fls. 648

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº759/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.

JURANI MARTIS DA SILVA**MD. Prefeito Municipal de PONTE BRANCA-MT**



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

Ponte Branca (MT), 24 de maio 2006

OF. GAB. Nº 080/06

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RE/ 2 / 2006 Fls. 649

Excelentíssima Senadora,

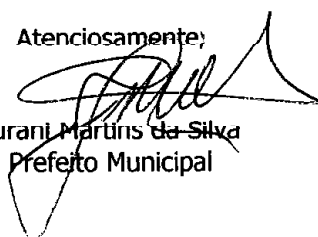
Com cordiais cumprimentos a V.Excia., e em atendimento ao Ofício GSSS nº. 241, Brasília/DF de 18/05/2006, informamos a seguir:

- 1 – Sim. Em 26/09/2005, através de Ordem Bancária – 2844618000000, Banco do Brasil SA;
- 2 – Carta Convite;
- 3 – Foram adquiridos dois (02) veículos:
 - a) Através da Carta Convite nº 07/2005, adquiriu-se um (01) veículo modelo VW Kombi, ano 2005/2006, no valor de R\$ 35.850,00 – Trescinco Distribuidora de Veículos Ltda;
 - b) Através da Carta Convite nº 06/2005, adquiriu-se o veículo modelo ambulância Fiat, Ducato 0km ano 2006, no valor de R\$ 76.890,00 - Merkosul Veículos Ltda.

Apenas para registro de V. Excia., ambos os veículos estão em poder dessa municipalidade, prestando atendimento à comunidade Pontebranquense.

Sendo o que havíamos para o presente, antecipamos nossos sinceros agradecimentos, com votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente;



Jurani Martins da Silva
Prefeito Municipal

À
Senadora SERYS SLHESSARENKO – PT/MT
SENADO FEDERAL
BRASILIA - DF

Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, s/nº - Centro

Ministério da Saúde

Destaques do Governo

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº 1612/2006 Fls. 650

Requisição de consultoria

PREF MUN PONTE BRANCA

Processo	03.503.638/0001-33
Esfera	MUNICIPAL
Órgão	PREF MUN PONTE BRANCA
Endereço	AV. CEL. BELMIRO NOGUEIRA DA SILVA - S/N
Município	PONTE BRANCA/MT
	CEP: 78610000

Processo	25000.059122/2004-75
Ano	2004
Objeto	PAGO
Órgão	SECAP/MT
Programa	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
Projeto	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.
Atividade	EMENDA
Unidade	001 Agênc 011584 Contab: 0000086738
Objeto	AQUISIÇÃO DE UNIDADES MOVEIS DE SAUDE
Valor estimado a ser empenhado	130.000,00
Valor estimado a ser pago	,00
Valor estimado a ser pago	112.320,00

Processo	759
Objeto	NORMAL
Processo	502642
Processo	29/06/2004
Processo	30/06/2004
Processo	30/06/2004
Processo	104.000,00
Processo	8.320,00
Processo	112.320,00
Processo	17/09/2006
Processo	16/11/2006
Processo	01/07/2004

1	905.338	22/09/2005	PAGAMENTO	104.000,00
Total de OB's 1				104.000,00



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RES 2/2006 Fls. 651

Ofício GSSS nº 242

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº755/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

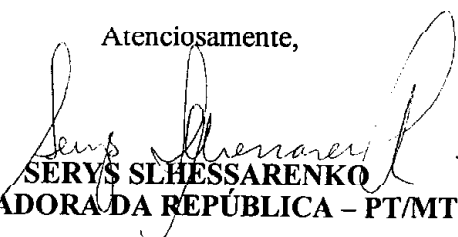
2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

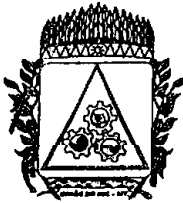
Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.

ENIO ALVES DA SILVA

MD. Prefeito Municipal de UNIÃO DO SUL-MT



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Fone: (0**66) 3540-1283 - Fax: (0**66) 3540-1211

Av. Florianópolis, s/nº - Centro - CEP 78.543-000 - União do Sul - Mato Grosso

Ofício nº 089/2006.

União do Sul, 30 de maio de 2006.

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 1612/2006 Fls. 652**Ilustre Senadora.**

Com cordiais cumprimentos, acuso o recebimento da correspondência de Vossa Excelência (*Ofício GSSS nº 242*), ao tempo em que passamos a informar sobre o assunto.

"1 - Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?"

R. Sim, desde a data de 11 de novembro de 2005.

"2 - Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?"

R. Esta Prefeitura realizou a Tomada de Preços sob nº 007/2005, no período de 09/12/2005 a 27/12/2005, homologada em 05/01/2006.

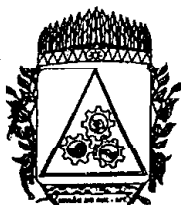
"3 - Qual a empresa vencedora?"

R. A empresa Planam Indústria, Comércio e Representações Ltda., da Cidade de Cuiabá-MT (única empresa a participar da referida Tomada de Preços).

Entretanto, cabe esclarecer que até a presente data ainda não ocorreu a aquisição formal do objeto da referida licitação.

Inclusive, a licitação *Tomada de Preços nº 007/2005*, foi revogada por esta Prefeitura, mediante o Decreto nº 007/2005 (cópia em anexo), por razões de interesse público decorrente de fato superveniente à data da referida licitação (o indiciamento da PLANAM pela Polícia Federal).

Além do mais, esta licitação, inevitavelmente teria que ser revogada em função de uma correspondência do Ministério da Saúde indeferindo um pedido de alteração do objeto do Convênio nº 755/2004, proposto anteriormente por esta Prefeitura, visando alterar de duas unidades de suporte básico para somente uma unidade de porte maior.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Fone: (0**66) 3540-1283 - Fax: (0**66) 3540-1211

Av. Florianópolis, s/nº - Centro - CEP 78.543-000 - União do Sul - Mato Grosso

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 117/2006 Fls. 653

Contando com uma possível aprovação pelo Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde, da alteração do objeto proposto, esta Prefeitura precocemente providenciou a licitação (Tomada de Preços nº 007/2005) prevendo em seu objeto somente uma unidade, ao invés de duas, conforme estipulava o convênio.

Com o inesperado indeferimento desta alteração do objeto, a Tomada de Preços nº 007/2005 tornou-se inócua, porque em seu objeto previa a aquisição de somente 01 (um) veículo tipo Pick-Up, a diesel, 4X4, equipada com gabinete de ambulância. Sendo assim, continua vigorando a redação inicial do Convênio 755/2004.

Diante do exposto, resta a informar Vossa Excelência que o Convênio 755/2004 recebeu nova prorrogação de prazo, até 03/01/2007, que os recursos continuam na conta nº 27.146-2, agência 1.180-0, Banco do Brasil, devidamente aplicados, e que esta Prefeitura fará realizar, dentro do prazo do convênio, nova licitação para o cumprimento do objeto do mencionado convênio.

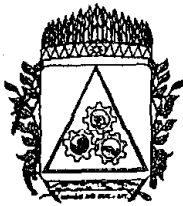
Por fim, aproveitamos a oportunidade para agradecer à Vossa Excelência pelo apoio ao nosso município.

Sendo o que tínhamos a esclarecer, firmamo-nos renovando à Vossa Excelência os melhores votos de apreço com consideração.

Atenciosamente.

ENIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Exm^a. Sr^a.
SERYS SLHESSARENKO
DD. Senadora da República - PT/MT
BRASÍLIA - DF



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Fone: (0**66) 3540-1283 - Fax: (0**66) 3540-1211

Av. Florianópolis, s/nº - Centro - CEP 78.543-000 - União do Sul - Mato Gros:

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 101/2/2006 Fls. 654

DECRETO Nº 385, DE 26 DE MAIO DE 2006.

Revoga a Tomada de Preços nº 007/2005 e dá outras providências.

ENIO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 49, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93;

Considerando que a licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 007/2005, realizada em 27 de dezembro de 2005, teve como objetivo a aquisição de 01 (um) veículo tipo Pick-up, 0 km, cabine simples, a diesel, tração 4x4, equipado com Gabinete de Ambulância, mediante utilização de recursos oriundos do convênio nº 755/2004, celebrado com o Ministério da Saúde;

Considerando também o fato de haver participado da referida licitação somente a empresa Planam – Indústria, Comércio e Representação Ltda., estabelecida na Cidade de Cuiabá-MT;

Considerando ainda a repercussão nacional da operação “sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, em que aponta a empresa acima mencionada como operadora de um esquema de fraudes na venda de ambulâncias;

Isto posto, e considerando, por fim, haver presentes razões de interesse público decorrente de fato superveniente à data de realização da mencionada licitação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada na íntegra, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, a licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2005, emitida em 09 de dezembro de 2005, aberta e julgada em 27 de dezembro de 2005 e homologada em 05 de janeiro de 2006, cujo objeto dispõe sobre aquisição de 01 (um) veículo tipo Pick-up, 0 km, cabine simples, a diesel, tração 4x4, equipado com Gabinete de Ambulância.


Art. 2º - Com a presente revogação ficam anulados todos os procedimentos contábeis, financeiros e administrativos em curso, com vistas à aquisição do objeto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 26 de maio de 2006.


ENIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:
União do Sul 26/05/06

ERINEU DIESEL
Secretário de Administração



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº RE/ 2.2006 Fls. 655

fls
95
7

OFÍCIO SISTEMA/MS/SE/FNS/Nº 002980

Brasília (DF), 20/03/2006

A Sua Senhoria, o(a) Senhor(a)
ENIO ALVES DA SILVA
AV FLORIANOPOLIS SN
78513000 - UNIAO DO SUL - MT

Senhor(a) PREFEITO,

Informamos que o **Convênio nº 755/2004**, celebrado entre este Ministério e essa Entidade, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE UNIDADES MOVEIS DE SAÚDE, teve seu **prazo de vigência prorrogado para 03/01/2007** (incluído o prazo de 60(sessenta) dias para apresentação da prestação de contas final).

Esclarecemos que conforme estabelecida na IN/STN nº 01/97, "não poderão ser pagas, com recursos do convênio, despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de administração".

Lembramos, por oportuno, que é necessária a apresentação da prestação de contas final até a data do fim da vigência do mencionado convênio que é **03/01/2007**, devendo ser preparada e encaminhada para o seguinte endereço:

DICON-DIVISÃO DE CONVENIOS DO NUCLEO ESTADUAL - MT
AV. GETULIO VARGAS, 1426, 9 ANDAR
CEP: 78045901 - CUIABA - MT

Solicitamos aos responsáveis pela gestão dos recursos recebidos por meio do convênio, que informem aos demais segmentos envolvidos na sua execução, sobre o prazo de vigência final.

Para maiores informações sobre a vigência do convênio, entre em contato com a Central de Atendimento do FNS ou pelo telefone: (61) 315-2153.

Atenciosamente,

JOSE MENEZES NETO
Diretor Executivo do Fundo
Nacional de Saúde/MS



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 111/2006 Fls. 656

SEMI TC

115
94

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONVÊNIO

Nº 002980/2006

Entidade: PREF MUN UNIAO DO SUL UF: MT

CNPJ: 01.614.538/0001-59

Convênio: 755/2004 SIAFI: 502646 Processo: 25000.059096/2004-85

Data Assinatura: 29/06/2004	Data Publicação: 30/06/2004	Vigência Original Final: 19/06/2006	Valor do Concedente: R\$ 104.000,00
--------------------------------	--------------------------------	--	--

Pagamento (Última Parcela): OR n.: 906311, de 09/11/2005	Tempo de Atraso no Pagamento (em dias): 498	Vigência Atualizada Final (Execução Físico-Financeira): 04/11/2006. Prazo para Prestação de Contas 60 (sessenta) dias: até 03/01/2007
---	--	--

Dispositivos Legais:

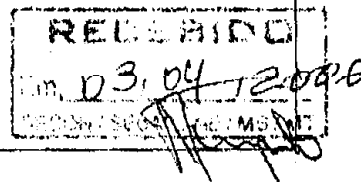
Art. 7º, Inciso IV da IN 01/97, da STN.

AUTORIZAÇÃO:

Consoante os dispositivos legais acima indicados, fica prorrogada a vigência original do Convênio nº. 755/2004, destinado à AQUISICAO DE UNIDADES MOVEIS DE SAUDE, tendo em vista o atraso no repasse dos recursos financeiros a essa Entidade, por 498 dias, até o dia 04/11/2006, observado o prazo para encaminhamento da Prestação de Contas respectiva, que é de mais 60 (sessenta) dias após o limite de execução físico-financeira.

Brasília, 20/03/2006

JOSE MENEZES NETO
Diretor Executivo do Fundo
Nacional de Saúde/MS



Período: De 01/11/2005 a 29/05/2006

Lançamentos - Todos os Tipos

							Emissão: 30/05/2006
Data	Dt. Bal.	Histórico	Documento	Lote	Débitos	Créditos	Saldo
Agência: 1180-0		Conta: 27.146-2		Titular: PM DE UNIAO DO SUL FNS			
09/11/2005		Saldo anterior					0,00 C
		Saldo anterior Conta Investimento					0,00 C
11/11/2005		0632 ORDEM BANC. 00000345255000000 14056				104.000,00	
11/11/2005		Movimento do dia			0,00	104.000,00	
		Saldo					104.000,00 C
		Saldo Conta Investimento					0,00 C
01/12/2005		0345 BB ADM TR 00000000001200011 13049			104.000,00		
01/12/2005		Movimento do dia			104.000,00	0,00	
		Saldo					0,00 C
		Saldo Conta Investimento					0,00 C
20/01/2006		0611 CRD.AUTOR. 00000000000045588 12035				1.040,00	
20/01/2006		Movimento do dia			0,00	1.040,00	
		Saldo					1.040,00 C
		Saldo Conta Investimento					0,00 C
24/01/2006		0345 TRF P/ C I 00000000000000011 00000			1.040,00		
24/01/2006		Movimento do dia			1.040,00	0,00	
		Saldo					0,00 C
		Saldo Conta Investimento					0,00 C
29/05/2006		Aplicações (principal mais rendimentos)					110.044,34 C
29/05/2006		Saldo					0,00 C
		Saldo Conta Investimento					0,00 C

Senado Federal/SGM/CEDI
 Proc. Nº 115 2.2006 Ps. 657

Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde - Governo Federal

Página 1 de 2

Ministério da Saúde

Destaques do Governo

Instituição

Programas

Convênios

Consulta de Pagamentos

In

consulta de processos

::Resultado da consulta::

Senado Federal/SGM/CEDI
 Proc Nº 165 21 2006 Fls 658

PREF MUN UNIAO DO SUL

CNPJ: 01.614.538/0001-59
Esfera: MUNICIPAL
Entidade: PREF MUN UNIAO DO SUL
Endereço: AV FLORIANOPOLIS SN
Município-UF: UNIAO DO SUL/MT
CEP: 78513000

Processo	25000.059096/2004-85
Ano de Exercício:	2004
Situação	PAGO
Localização:	CGIS/SE
Atendimento:	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
Ação:	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.
Recurso:	EMENDA
Banco:	001 Agência: 011800 Conta: 0000271462
Objeto:	AQUISICAO DE UNIDADES MOVEIS DE SAUDE
Valor Solicitado Concedente:	130.000,00
Valor Total Recomendado:	,00
Valor Total Aprovado:	112.320,00

Convênio 755	
Situação NORMAL	
Convênio Siafi: 502646	
Data da Emissão: 29/06/2004	Data Limite para Execução Final: 04/11/2006
Data Início da Vigência: 29/06/2004	Data Final da Vigência: 03/01/2007
Data da Celebração: 29/06/2004	Data da Publicação: 30/06/2004
Valor Concedente: 104.000,00	Valor Contrapartida: 8.320,00
Valor Total: 112.320,00	

#	OB	Data	Tipo	Valor Pago
1	906.311	09/11/2005	PAGAMENTO	104.000,00
Total de OB's 1				104.000,00



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº PEP 2/2006 Fls. 659

Doc. 15

Ofício GSSS nº 246

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº3876/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

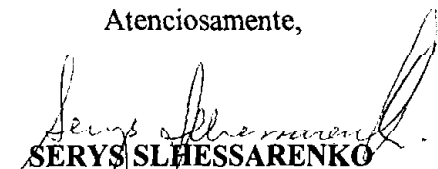
2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,


SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.
CELSO PAULO BANAZESKI
MD. Prefeito Municipal de **COLÍDER-MT**

**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER**

CNPJ: 15.023.930/0001-38



OF. Nº 229/GP/2006

Colider, MT, 24 de maio de 2.006.

Senado, Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 161.212/2006 Fls. 660

Senhora Senadora,

Em resposta ao Ofício nº GSSS nº 246, datado de 18 de maio de 2.006, solicitando esclarecimentos quanto a aplicação dos recursos da ordem de R\$104.000,00 (cento e quatro mil reais), objeto do Convênio nº 3876/2004, firmado com o Ministério da Saúde, resultado de Emenda Parlamentar de sua autoria, cumpre esclarecer os recursos já foram disponibilizados pelo citado Ministério da Saúde.

Este município, após ter recebido os recursos para a aquisição do objeto do Convênio deu início na forma legal ao processo licitatório, obedecendo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, adotando, para tanto, a Licitação sob a forma de Tomada de Preço, tendo a mesma recebido o nº 010/2005, cujo extrato de Aviso de Licitação foi devidamente publicado no Diário Oficial da União no dia 29 de novembro de 2.005 e o Resultado de Julgamento da mencionada Tomada de Preços foi publicada DOU no dia 23 de dezembro de 2.005, consoante atestam as cópias inclusas.

O Processo Licitatório foi realizado dentro dos princípios da legalidade e moral, conforme devem ser todos os atos administrativos, tendo a sido vencedora no certame licitatório a empresa PLANAM INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER

CNPJ: 15.023.930/0001-38



Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 161 2/2-06 Fls 661

Desta forma, colocamo-nos à disposição de Vossa
Excelência para prestarmos quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cordialmente,

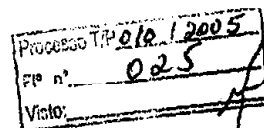


CELSO PAULO BANAZESKI
Prefeito Municipal

EXMº SRª
SERYS SLHESSARENKO
MD. SENADORA DA REPUBLICA - PT/MT
BRASILIA - DF.

Travessa dos Parecis nº 60 - Centro - CEP 78500-000 - Fone/Fax: 3541-1112 / 3541-3494 - Colider - MT
e-mail: pcolider@vsp.com.br

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº *REL 2-36* Fis. 662



Nº 228, terça-feira, 29 de novembro de 2005

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

145

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2005

O município de Várzea Grande, comarca de Mato Grosso, tem a honra de realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço, regida pela Lei Federal nº 8.666/93, para Reforço e Ampliação do imóvel para funcionamento do restaurante popular, devendo a documentação e proposta serem entregues até o dia 12/12/2005 às 15h, na Sala de Licitação, localizada na Av. Pinheiro Neto, nº 578, São Carlos, Mato Grosso - BA, onde também poderá ser adquirido o edital e seus anexos, horário das 12:00 às 18:00 h, quaisquer outras esclarecimentos através do telefone: 33-7214-7761.

Várzea, 23 de novembro de 2005.
A COMISSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FEIRA DE SANTANA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2005

A Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana - BA, torna público que no dia 12/12/2005, às 14h, realizará na sua Sede sito à Rua Edelvina de Oliveira nº 1 - Bairro Kallidada, em sessão pública, na Rua de Lás nº 1.566 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, Tomada de Preços nº 002/2005 que tem por objetivo a aquisição de Equipamentos e Material Permanente para atender às necessidades da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana (Hospital El. Pedro de Alcântara) Ref. Carcinoma nº 464/2004, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. O edital, contendo as instruções, estará à disposição dos interessados no endereço acima e maiores informações poderão ser obtidas com a COPEL, no horário comercial.

Feira de Santana, 29 de novembro de 2005.
ILCIVENE DOS SANTOS
Presidente da Comissão

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 54/2005

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Itapipoca torna público que no dia 15 de Dezembro de 2005, às 10:00 horas, na sala de Licitação da Prefeitura, localizada na Av. Monsenhor Tabosa, 3027 - Jd. João - Jardim Coentro - Itapipoca - CE, realizará proposta para: Contratação do Serviço de Informação Tecnológica de Itapipoca. MODALIDADE: Tomada de Preços. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado, e sua cópia poderá ser cedida mediante o pagamento de uma taxa de custo no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) a partir da publicação deste Aviso, no horário das 08:00 às 12:00 horas.

Itapipoca-CE, 29 de novembro de 2005.
JOSE RUBENS PIRES FEITOZA
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2005

Processo Administrativo Nº 022/2005 S.O. Modalidade: Tomada de Preços nº 005/2005 S.O. Objeto: Construção de 60 (sessenta) Alcosas nos Sítios: Saúde e Espírito no Município de Aurora, conforme Projeto Básico em Anexo. Local: Prefeitura Municipal de Aurora, Rua da Aventura: 15/12/2005. Hora: 08:00h. Obs: Os Editais poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Aurora, no horário das 07:30 às 13:00h, situada na Av. Antônio Ricardo, nº 47, Centro.

Aurora-CE, 29 de novembro de 2005.
BERNARDINO RIZZERA NETO
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARIPE

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2005

Objeto: Construção de 195 Km. Sanitários no Sítio desta Município de Araripe - CE. Empresa Vencedora: Construtora João Amorim Ltda. Valor líquido: R\$ 22.120,00 (vinte e dois mil, cento e vinte e dois reais e quinze centavos). Conforme mapa comparativo de preços e proposta anexa ao edital do processo, homologa e adjudica na forma da Lei nº 8.666/93.

Araripe-CE, 28 de novembro de 2005.
ALEXANDRE LOIOLA DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 001/2005
Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Iracuba
O Município de Iracuba, Estado de Pernambuco, torna público que a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Iracuba, no ato de abertura das propostas, verificou que a proposta de preço apresentada pelo interessado, não atende ao edital de licitação, pois o mesmo não foi entregue no prazo estabelecido, sendo a proposta considerada inaceitável. Portanto, a Comissão de Licitação, em conformidade com o disposto no artigo 17, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, declara a dispensa de licitação para a contratação dos serviços de manutenção e conservação do sistema de abastecimento de água potável, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil e zero reais), sob o nº 001/2005, classificando a proposta de preço apresentada pelo interessado, como a mais vantajosa para o Município de Iracuba, Pernambuco.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPERIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 34/2005

O Município de Cachoeiro de Itaperirim-ES, através da Comissão Municipal de Licitação, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 8.666/93, torna público aos interessados que no dia 30/12/2005, às 10:00 horas, à Praça Jerônimo Monteiro, nº 93, 5ª. Centro, Shopping, nº andar, Centro, Cachoeiro de Itaperirim-ES, realizará a concorrência nº 34/2005, objetivando a aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados, Recursos Proprietários do Departamento Municipal e conv. PACIFURUNDEF. Cópia do edital, mediante o recolhimento de taxa de R\$ 30,00 (trinta reais), através de depósito na CC 3622907 Ag. 115 - BANESTES no CEV Ag. 111, CC 19037 OP 06.

Cachoeiro, 29 de novembro de 2005.
MAGDA APARECIDA GASPARINI
Presidente da Comissão

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 2/2005

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Maranhão torna público a realização da licitação para a implementação do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água nas povoados Nova Sela e Bimela, no município de São Francisco do Maranhão, cujo recebimento da documentação de habilitação e proposta realizar-se-á no dia 14/12/2005, às 10:00 h. As empresas interessadas poderão obter o edital, mediante o pagamento do DAM no valor de R\$ 100,00 (Com Recibo) obtido na Prefeitura Municipal desta municipalidade, de segunda à sexta, das 08:00h às 14:00h, ou em informações sobre o Edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, situada na Rua Dr. Sampaio de Quadros, 43, CEP 65.650-000, Centro, Município de São Francisco do Maranhão-MA.

São Francisco do Maranhão-MA, 28 de novembro de 2005.
TIAGO RODRIGUES NOBREIRA
Presidente da CPL

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO Nº 200

Referente à Tomada de Preços nº 004/2005. Contratação: Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT. Contratada: J.B.S. Construtora, Projetos e Construção Ltda. Objeto: Construção de 01 (uma) Quadra Poliesportiva Coberta na Escola Municipal Profª Genomar Maria da Silva, no Município de Poxoréu-MT. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses. Data: 16/11/2005.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2005

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços para Construção de Sistema de Esgoto Sanitário, no município de Poxoréu-MT. A abertura das propostas será realizada em 16/12/2005, às 9:30 horas, na sala de Licitação da Prefeitura de Poxoréu, a Av. Brasília, 809 Jardim das Américas, Poxoréu-MT. Mais informações e cópia completa do Edital poderão ser obtidas no endereço acima citado com a Secretária da Comissão. Os

interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, mediante o recolhimento do DAM no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Poxoréu-MT, 23 de novembro de 2005.
DANILO DE SOUZA MONTZ
Secretaria da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2005

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará na Sala de Licitação, sito à Av. Castelo Branco nº 2.500 - Várzea Grande - MT, Modalidade Tomada de Preços. Tipo: Menor preço. Objeto: Aquisição de veículos e motocicletas. Realização: 15/12/2005 às 09:30 h. Regulamento: Lei nº 8.666/93 de 21/06/93. O edital completo e demais esclarecimentos, estarão à disposição dos interessados na sala de Licitação/SEPAZ das 14:00 às 17:00 horas no endereço supra citado, pelo qual não reembolso de R\$ 100,00 (cem reais) até 03 (três) dias úteis antes da abertura da licitação.

Várzea Grande-MT, 25 de novembro de 2005.
ENÉAS ROSA DE MORAES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2005

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT, através da Comissão Permanente de Licitação e, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação, modalidade Tomada de Preços nº 002/2005, objetivando a aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, foi adjudicado a firma contratada: AGRICOLA DIAL. De Preços: 2.990,00 reais, com o valor de R\$ 125.232,00 (Cento e Vinte e Cinco Mil Duzentos e Trinta e Dois Reais). - Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, Sala de Divisão de Tomografia e Compras.

Nova Guarita-MT, 28 de novembro de 2005.
MARIA AP DE ARAÚJO LUNA TOMASI
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2005

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, Localizada na Travessa dos Perceis nº 60, torna pública para conhecimento dos interessados que no dia 12/12/2005, às 09:00 horas, realizará a abertura da Tomada de Preços nº 04/2005, a qual tem por objeto a aquisição de 01 (uma) Unidade Integral de Saúde para o município de Colider-MT. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Os interessados poderão retirar o Edital com todos os dados e informações de esclarecimento, no horário de expediente, mediante o recolhimento aos Cores públicos de taxa não reembolsável no valor de R\$ 100,00 (Com Recibo).

Colider-MT, em 28 de novembro de 2005.
VANDERLEI AP. BORGES DA SILVA
Presidente da CPL

ESTADO DE MINAS GERAIS PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2005 PREC 006/2005

Objeto: aquisição de 03 (três) veículos zero km, com capacidade de 15 passageiros, para o transporte de alunos do ensino fundamental, com recursos do QGSE. Dia de Licitação: 12/12/2005, às 12:00 horas. Local: Rua Lucas Augusto, 68-Centro-Leopoldina-MG. O Edital eletrônico disponível no site www.leopoldina.mg.gov.br. Link Licitação, ou, no prelo (endereço acima), mediante a entrega de um CDR vazio, sendo que, as empresas deverão enviar recibo de edital para o fax (32) 3694-4287, para que possam comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Outras informações (32) 3694-4287.

JOÃO PAULO DO VALI MÓRANO
Preço

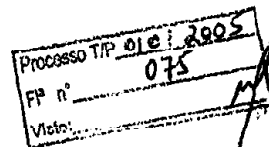
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPÓLIS

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2005

O MUNICÍPIO DE CANAPÓLIS - PREFEITURA MUNICIPAL, torna público a realização de Licitação na Modalidade "TOMADA DE PREÇOS" nº 006/2005, visando a Contratação de Serviço de Engenharia Global para a execução da segunda etapa de

Assi

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc Nº 10021/2006 Fis 663



Nº 246, sexta-feira, 23 de dezembro de 2005

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

203

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS

RESULTADO DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 2/2005

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás torna público que foram habilitados para a segunda fase do procedimento licitatório as empresas:
SOBRADO CONSTRUÇÃO LTDA;
GOIÁS CONSTRUÇÃO LTDA;
ALBENGE ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA;
CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA.
Os sites encontram-se à disposição dos interessados nos termos do Art. 109, alínea "a" da Lei 8.666/93.

Valparaíso de Goiás-GO, 21 de dezembro de 2005.
CLEONE JOSE MEIRELLES
Presidente do Conselho de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVÂNIA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 4/2005

O MUNICÍPIO DE SILVÂNIA, através da Comissão de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada, em sua sede, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura, sito à Praça do Rodoário, nº 440 - Centro no interesse da Secretaria da Agricultura, uma licitação na modalidade Concorrência Pública, nº 04/2005, de 20 de dezembro de 2005, Tipo: Menor Preço Global por item, nos termos da alínea "a", do inciso II, do § 2º, do art. 21 da Lei Federal 8.666/93 e modificações posteriores, especialmente da Lei Federal nº 8.833/94, de 06/06/1994, Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, bem como introduzidas pela Medida Provisória nº 1331-13, de 11/12/1997, cuja redação final é definitiva foi dada pela Lei Federal 9.648, de 27/05/1998, com abertura às 9:00 horas do dia 27 de janeiro de 2006, cujo objeto do item 1, é aquisição dos equipamentos para a montagem do abatedouro avícola com capacidade de 500 aves/dia, e o objeto do item 2, é aquisição dos equipamentos para montagem da Unidade de Refrigeração e embalagem de frango do mesmo abatedouro, conforme cotantes de repasse nºs 0157.105-6903, 0154.480-44/2003 firmados com a Ministria do Desenvolvimento Agrário para implementação do Centro Estadual de Defesa, abjetando a execução de ações relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF, cujo edital poderá ser adaptado na endereço onde se encontra o texto prestado todas as informações a respeito do Contrato.

Silvânia, 20 de dezembro de 2005.
SILVÂNIA CUSTUM BRAGA
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TIOPI

EXTRAUS DE CONTRATOS

Contrato nº 0297/PM/2005 - CONCORRÊNCIA 002/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: METALMART MATA - FABA DE ARTEFATOS (CNPJ: 02.372.646/0001-33); Objeto: contratação de serviço público de instalação de mobiliário urbano na cidade de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 08/11/2005 a 08/11/2015; Valor Total: sem data para o município.

Contrato nº 0147/SEDUC/2005 - CONVITE 046/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: ELETICA PROJ. EXEC. E CONSULTORIA (CNPJ: 03.484.366/0001-99); Objeto: prestação de serviços de diversas instalações elétricas em zona urbana e rural do município de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 01/07/2005 a 01/11/2005; Valor Total: R\$ 147.536,46; Fonte de Recursos: FUNDEF.

Contrato nº 0169/SEDUC/2005 - CONVITE 048/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: CONSTRUTORA ROMA LTDA (CNPJ: 07.113.630/0001-75); Objeto: prestação de serviço de reforma de unidade escolar na zona urbana e rural, município de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 02/08/2005 a 02/10/2005; Valor Total: R\$ 32.353,56; Fonte de Recursos: FUNDEF.

Contrato nº 0178/SEDUC/2005 - CONVITE 050/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: A. P. DE OLIVEIRA E CIA LTDA (CNPJ: 05.701.490/0001-77); Objeto: prestação de serviço de construção de 01 (uma) unidade escolar no Povoado Boa Vista, município de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 11/09/2005 a 11/09/2005; Valor Total: R\$ 26.693,32; Fonte de Recursos: FUNDEF.

Contrato nº 0178/SEDUC/2005 - CONVITE 050/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: A. P. DE OLIVEIRA E CIA LTDA (CNPJ: 05.701.490/0001-77); Objeto: prestação de serviço de construção de 01 (uma) unidade escolar no Povoado Boa Vista, município de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 11/09/2005 a 11/09/2005; Valor Total: R\$ 26.693,32; Fonte de Recursos: FUNDEF.

Contrato nº 0195/SEDUC/2005 - CONVITE 051/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: D. D. OLIVEIRA E CIA LTDA (CNPJ: 05.701.490/0001-77); Objeto: prestação de serviço de construção de 01 (uma) unidade escolar no Povoado Boa Vista, município de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 01/09/2005 a 01/11/2005; Valor Total: R\$ 147.536,46; Fonte de Recursos: FUNDEF.

Contrato nº 0186/SEDUC/2005 - CONVITE 052/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: SP COMERCIO N. CADISTA (CNPJ: 10.994.069/0001-31); Objeto: aquisição de materiais alimentícios não perecíveis destinados ao Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 26/08 a 31/12/2005; Valor Total: R\$ 25.850,00; Fonte de Recursos: EJA.

Contrato nº 036/SEMDES/2005 - CONVITE 054/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: F. S. FORTUNA DE CARVALHO (CNPJ: 01.276.793/0001-70); Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para construção de obras técnicas para famílias de baixa vulnerabilidade; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 26/08 a 31/12/2005; Valor Total: R\$ 25.850,00; Fonte de Recursos: TESOIRO.

Contrato nº 0193/SEDUC/2005 - CONVITE 053/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: F. S. FORTUNA DE CARVALHO (CNPJ: 05.135.734/0001-40); Objeto: aquisição de livros a fim de atender o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 30/08/2005 a 31/12/2005; Valor Total: R\$ 76.970,00; Fonte de Recursos: EJA.

Contrato nº 046/SEDUC/2005 - CONVITE 055/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: F. S. FORTUNA DE CARVALHO (CNPJ: 01.276.793/0001-70); Objeto: aquisição do material de limpeza para o PAC; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 14/09/2005 a 31/12/2005; Valor Total: R\$ 25.890,00; Fonte de Recursos: CONVÊNIO.

Contrato nº 0239/SEDUC/2005 - CONVITE 056/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: CONSTRUTORA PLORES LTDA (CNPJ: 01.197.999/0001-38); Objeto: prestação de serviço de manutenção de unidades escolares na zona urbana do município de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 20/09/2005 a 20/11/2005; Valor Total: R\$ 37.792,68; Fonte de Recursos: FUNDEF.

Contrato nº 0271/SEDUC/2005 - CONVITE 062/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: CONSTRUTORA UNIDOS LTDA (CNPJ: 05.787.545/0001-94); Objeto: prestação de serviço de recuperação de estradas no zona rural do município de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 05/10/2005 a 05/12/2005; Valor Total: R\$ 133.900,00; Fonte de Recursos: FPM.

Contrato nº 0289/SEDUC/2005 - CONVITE 063/PM/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: O. ELETICA PROJ. EXEC. E CONSULTORIA (CNPJ: 03.484.366/0001-99); Objeto: prestação de serviços de manutenção de rede elétrica do município de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 11/10/2005 a 11/11/2005; Valor Total: R\$ 39.894,47; Fonte de Recursos: FPM.

Contrato nº 221/SEDUC/2005, 221/SEDUC/2005, 225/ SEDUC/2005, 225/SEDUC/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: O. ELETICA PROJ. EXEC. E CONSULTORIA (CNPJ: 03.484.366/0001-99); Objeto: prestação de serviços de manutenção de rede elétrica do município de Tiopi; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 16/09/2005 a 31/12/2005; Valor Total: R\$ 113.346,60; Fonte de Recursos: FPM.

Contrato nº 188/SEDUC/2005, 189/SEDUC/2005, 190/ SEDUC/2005, 191/SEDUC/2005, 192/SEDUC/2005, 193/ SEDUC/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: ALBERA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA (CNPJ: 05.878.004/0001-02); Objeto: aquisição de gêneros alimentícios perecíveis destinados à merenda escolar das escolas de rede pública de ensino; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 16/09/2005 a 31/12/2005; Valor Total: R\$ 113.346,60; Fonte de Recursos: FPM.

Contrato nº 188/SEDUC/2005, 189/SEDUC/2005, 190/ SEDUC/2005, 191/SEDUC/2005, 192/SEDUC/2005, 193/ SEDUC/2005; Contratante: Município de Tiopi; Contratada: ALBERA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA (CNPJ: 05.878.004/0001-02); Objeto: aquisição de gêneros alimentícios perecíveis destinados à merenda escolar das escolas de rede pública de ensino; Fundamento Legal: Art. 22, III Lei nº 8.666/93; Vigência: 16/09/2005 a 31/12/2005; Valor Total: R\$ 113.346,60; Fonte de Recursos: FPM.

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁZEA GRANDE

RESULTADO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2005

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados que, na Licitação modalidade Tomada de Preços nº 02/05, a empresa: Aurora Construção e Serviços Ltda, foi habilitada para o certame.

Várzea Grande-MT, 20 de dezembro de 2005.

TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2005

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados que, na Licitação modalidade Tomada de Preços nº 02/05, a empresa: Aurora Construção e Serviços Ltda, foi habilitada para o certame.

Várzea Grande-MT, 21 de dezembro de 2005.
ENEAS ROBA DE MORAES
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER

RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2005

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados que o julgamento da tomada de preços sob Modalidade Tomada de Preços nº 010/2005, seguiu-se vencedor a empresa PLANAM INDUSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. Colider / MT, em 23 de Dezembro de 2005.

VANDERLEI AP. BORGES DA SILVA
Presidente da CPL

ESTADO DE MINAS GERAIS PREFEITURA MUNICIPAL DE BELLO ORIENTE

RETIFICAÇÃO

No Aviso de Licitação - Concorrência nº 1/2005, publicado na edição do DOU nº 245, de 22/12/2005, página 1, pág. 179, no item, onde se lê: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, leia-se: Prefeitura Municipal de Belo Oriente.

(MCOER)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: nº 21026004490/2001-74. CEDENTE: UNIÃO - Comissão Regional do Parlamento de União/GO, Administração da Prefeitura Municipal/GO. CESSÃO: O Município de Conceição do Mato Dentro, Goiás. FUNDAMENTO: Lei nº 8.666, art. 94, § 1º, em 21.06.1993. OBJETO: Autorização de Contrato, sob a forma de utilização gratuita, ao Município de Conceição do Mato Dentro/GO, do imóvel Posto Agropecuário, constituído por terreno urbano contendo área de 1.147.300,00 m² e acréscimo com 870,81 m², situado no lugar denominado "Amorim e Boa Vista", sendo a área de 1.147.300,00 m², de 30/08/2005. VIGÊNCIA: de 05 (cinco) anos, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado a critério da União. CEDENTE: (a) Rôgerio Varga Araújo - Comissão Regional do Parlamento de União/GO. CESSÃO: (a) José Fernando Aparício de Oliveira - Prefeito Municipal. Conceição do Mato Dentro, 20 de dezembro de 2005.

AVISO DE LICITAÇÃO CARTA-CONVITE Nº 53/2005

O Excmo Sr. Prefeito Municipal, torna público que se acha aberta nesta Prefeitura a Licitação na modalidade da Carta Convite nº 53/2005 para os serviços de construção das placas de identificação turística, conforme Edital nº 015.392/2005. Abertura das propostas: 21/12/2005 às 10:00 horas com conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Conceição do Mato Dentro, 20 de dezembro de 2005.
JOSE FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREÇO Nº 11/2005

proposta PL.151/2005
A comissão permanente de licitação torna público o resultado do julgamento pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM para aquisição de materiais permanentes, materiais de papelaria e afins, para manutenção e funcionamento da Biblioteca da União, Escola, construída no Anexo I do presente Edital, com recursos de programa bolsa família do governo federal, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Bem Estar Social. As firmas Conecta Rede de Computadores Ltda. E Rômulo Marques e Móveis para escritório Ltda foram as vencedoras.

WILSON RODRIGUES RIBEIRO
Preqiro

Ministério Nacional da Saúde - Ministério da Saúde - Governo Federal

Página 1 de 2

Ministério da Saúde

Destaques do Governo

Instituição

Programas

Convênios

Consulta de Pagamentos

In

consulta de processos:

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 1612/2006 Fls 664

::Resultado da consulta::

PREF MUN COLIDER

CNPJ:	15.023.930/0001-38
Esfera:	MUNICIPAL
Entidade:	PREF MUN COLIDER
Endereço:	TRAVESSA PARECIS - 60
Município-UF:	COLIDER/MT
CEP:	78500000

Processo	25000.061103/2004-17
Ano de Exercício:	2004
Situação	PAGO
Localização:	SECAP/MT
Atendimento:	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
Ação:	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.
Recurso:	EMENDA
Banco:	001 Agência: 017795 Conta: 0000170790
Objeto:	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE
Valor Solicitado Concedente:	130.000,00
Valor Total Recomendado:	,00
Valor Total Aprovado:	114.400,00

Convênio	3676
Situação	NORMAL
Convênio Siafi:	521108
Data da Emissão:	16/12/2004
Data Limite para Execução Final:	04/11/2006
Data Início da Vigência:	31/12/2004
Data Final da Vigência:	03/01/2007
Data da Celebração:	31/12/2004
Data da Publicação:	20/01/2005
Valor Concedente:	104.000,00
Valor Contrapartida:	10.400,00
Valor Total:	114.400,00

#	OB	Data	Tipo	Valor Pago
1	906.353	09/11/2005	PAGAMENTO	104.000,00
Total de OB's 1				104.000,00



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SERYS SLHESSARENKO - PT/MT

Senado, Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 61 2 2006 Fls. 665

Ofício GSSS nº 243

Brasília, 18 de maio de 2006.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência esclarecimentos com relação a aplicação dos recursos na ordem de R\$ 104.000,00, fruto do Convênio nº 757/2004, cujo valor foi disponibilizado junto ao Ministério da Saúde através de emenda parlamentar de minha autoria.

1 – Os Recursos já foram transferidos do Ministério da Saúde para a Prefeitura?

2 – Se positivo, qual a forma adotada pela Prefeitura, para adquirir o bem pactuado no Convênio: Licitação ou Carta Convite?

3 – Qual a empresa vencedora?

Tendo em vista a urgência que o caso requer, estou enviando por fax e Correios - AR, e solicito resposta pela mesma forma.

Fax do Gabinete – 61-3311-2721.

Atenciosamente,

SERYS SLHESSARENKO
SENADORA DA REPÚBLICA – PT/MT

Exmo. Sr.
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
MD. Prefeito Municipal de POXORÉO-MT



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

Senado Federal/SCM/CEDP
Proc. Nº 21.2006 Fls 666

Ofício nº 58/2006

Poxoréu-MT, 22 de maio de 2.006.

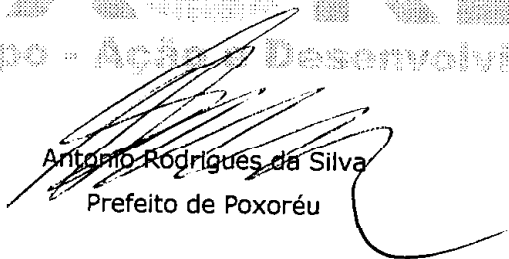
Senhora Senadora,

Cumprimentando-a cordialmente, atendendo solicitação do Vosso ofício GSSS nº 243, de 18 de maio de 2.006, informamos conforme a seguir:

- 1 - Convênio pago em 26/09/2005.
- 2 - Adquirido através de Licitação na Modalidade Tomada de Preços.
- 3 - Empresa Vencedora - PLANAN.

Sendo somente o que temos para o momento, apresentamos os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


Antônio Rodrigues da Silva
Prefeito de Poxoréu

Excelentíssima Senhora


Serys Silhessarenko

D.D. Senadora da República do Brasil

Brasília DISTRITO FEDERAL

Av. Brasília, 809 - Jardim das Américas - Fone (66) 3436-1500
CEP 78.800-000 - Poxoréu - MT / prefeiturapoxoreu@pop.com.br
Site: www.poxoreu.mt.gov.br

POXORÉU
Novo Tempo - Ação e Desenvolvimento

 Ministério da Saúde

Destaques do Governo

Senado Federal/SGM/CEDF

Proc. Nº 141/2006 Fis. 667

Assunto: PROPOSTA DE EMENDA Nº 141

Assunto: PROPOSTA DE EMENDA Nº 141

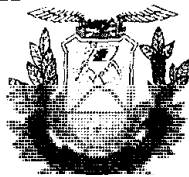
Assunto: PROPOSTA DE EMENDA Nº 141

Processo	03.408.911/0001-40
Órgão	MUNICIPAL
Endereço	PREF MUN POXOREU
Endereço	AV .BRASÍLIA - 809
Endereço	POXOREU/MT
	78800000

Processo	25000.059109/2004-16
Ano	2004
Situação	PAGO
Órgão	SECAP/MT
Assunto	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
Assunto	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.
Assunto	EMENDA
Assunto	001 - 005533 - 0000097187
Assunto	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE
Valor da Unidade Móvel	130.000,00
Valor Total da Unidade Móvel	,00
Valor Total da Unidade Móvel	112.320,00

Quantidade	757		
Situação	NORMAL		
Quantidade	502643		
Valor da Unidade Móvel	29/06/2004	Valor da Unidade Móvel	17/09/2006
Valor da Unidade Móvel	29/06/2004	Valor da Unidade Móvel	16/11/2006
Valor da Unidade Móvel	29/06/2004	Valor da Unidade Móvel	30/06/2004
Valor da Unidade Móvel	104.000,00	Valor da Unidade Móvel	8.320,00
Valor da Unidade Móvel		Valor da Unidade Móvel	112.320,00

Ordem	Nº	Data	Valor	Valor Total
1	905.337	22/09/2005	PAGAMENTO	104.000,00
Total de OB's 1				104.000,00



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
GABINETE DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO-PMDB

Of.GDZCP-681-04

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 161.2/2006 Fls. 668

Cuiabá, 19 de novembro de 2004

Excelentíssima Senhora
SERYS SLHESSARENKO
Senadora da República
Brasília-DF

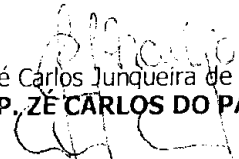
Senhora Senadora:

Encaminho a vossa excelência cópia, em anexo, das solicitações do Prefeito Antônio Rodrigues da Silva do município de Poxoréu para que sejam incluídos no Orçamento Geral da União de 2005.

- Drenagem de águas fluviais;
- Rede de esgoto sanitário;
- Recursos para adequação do sistema de abastecimento de água do município;
- Pavimentação de ruas e avenidas;
- Aquisição de 02 tratores equipados com implementos;
- Recursos para construção da feira do produtor rural;
- Recursos para ampliação e reforma das escolas municipais;
- Aquisição de ônibus escolar;
- Recursos para aquisição de ambulância;
- Recursos para construção de posto de saúde para o atendimento do Programa Saúde da Família no Distrito Aparecido do Leste e no Centro da Cidade de Poxoréu;
- Recursos para aquisição de equipamentos médicos para equipar o centro de saúde João Andrade de Figueiredo;
- Recursos para implantação do complexo turístico no Balneário Lagoa;
- Recursos para melhorias de acesso aos pontos com potenciais turísticos do município;
- Recursos para implantação do mini estádio;
- Recursos para construção de quadra cobertas;
- Recursos para implantação de centros comunitários e centros de convivência dos idosos;
- Ampliação dos programas sociais do Governo Federal no município.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,


José Carlos Junqueira de Araújo
DEP. ZÉ CARLOS DO PÁTIO-PMDB

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº _____ Fls. 668



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉO
GABINETE DO PREFEITO

Ofício n° 175/2004-GP

Poxoréo-MT, 17 de novembro de 2.004

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. nº _____ Fls. 253

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº 161.212/2006 Fls. 669

Senhora Senadora,

O município de Poxoréo teve sua economia baseada na extração de diamantes, atividade que infelizmente não responde mais pelo sustentáculo econômico desta terra, e no momento, encontramos grandes dificuldades de ordens econômicas e sociais, e a oportunidade é de se buscar caminhos alternativos para o nosso desenvolvimento, diante disso é que venho a presença de Vossa Excelência solicitar apoio financeiro, através de emendas parlamentares para que possamos atender as demandas a seguir relacionadas:

INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO

- Drenagem de águas fluviais;
- Rede de esgotamento sanitário;
- Recursos para adequação do sistema de abastecimento de água do município;
- Pavimentação de ruas e avenidas..

AGRICULTURA

- Aquisição de 02 tratores agrícolas equipados com implementos, para atendimento ao pequeno produtor rural, em especial os que participam a assentamentos da reforma agrária;
- Recursos para a construção da feira do produtor rural.

EDUCAÇÃO

- Recursos para ampliação e reforma de escolas municipais;
- Aquisição de ônibus para melhorar o atendimento ao transporte escolar de alunos.

SAÚDE

- Recursos para aquisição de ambulâncias,
- Recursos para construção de Posto de Saúde para atendimento do Programa Saúde da Família no Distrito de Aparecida do Leste e no Centro da Cidade de Poxoréo, hoje alugamos prédio para o atendimento.
- Recursos para aquisição de equipamentos médicos para equipar o centro de Saúde João Andrade de Figueiredo, ampliado em 2.002 e ainda sem os equipamentos necessários para o atendimento satisfatórios à nossa população.

Av. Brasília, 809 - Jardim das Américas - Fone (066) 436 - 1368
CEP 78.800-000 - Poxoréo - MT

POXORÉO

Senado Federal/SGM/CEDP



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉO
GABINETE DO PREFEITO

Senado Federal/SGM/CEDI
Proc. Nº 161.2706 Fls 676

TURISMO

- Recursos para implantação de complexo turístico no Balneário Lagoa, neste município;
- Recursos para melhorias de acesso aos pontos com potenciais turísticos do município

ESPORTES

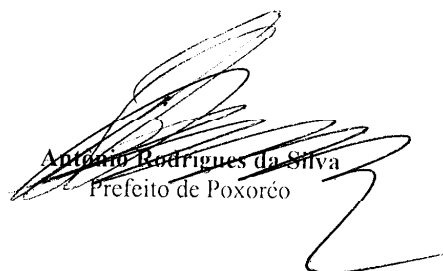
- Recursos para implantação de mini-estádios;
- Recursos para construção de quadras cobertas.

AÇÃO SOCIAL

- Recursos para a implantação de Centros Comunitários e Centros de Convivência de Idosos
- Ampliação dos programas sociais do Governo Federal no Município.

Certos de que seremos atendidos por Vossa Excelência, apresentamos os nossos protestos de estima e consideração,

Atenciosamente,


Antônio Rodrigues da Silva
Prefeito de Poxoréu

Excelentíssima Senhora

Senadora SERYS SLHESARENKO

DD – SENADORA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Av. Brasília, 809 - Jardim das Américas - Fone (066) 436 – 1368
CEP 78.800-000 - Poxoréu - MT

POXORÉO
Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 1 Fls 254

Sen. Serys Marly Silhessarenko

De: Laércio [laercio.pina@dnit.gov.br]
Enviado em: quarta-feira, 26 de julho de 2006 11:07
Para: Sen. Serys Marly Silhessarenko
Assunto: Re: Anel Viário

Senado Federal/SGM/CEDP
Proc. Nº 1652/2006 Fls. 671

Senhora Senadora,

Em atendimento à solicitação de Vossa Excelência, passamos abaixo, as informações referentes ao Anel Viário de Pontes e Lacerda:

1. O Contrato UT/11-002/2002 foi originado através do processo licitatório objeto do Edital nº 513/2001-11, modalidade Concorrência.
2. Valor do contrato:
R\$ 6.990.813,12 (a Preços Iniciais)
3. Valor executado até 01.11.2004
R\$6.318.588,75 (PI+R).
O obra está paralisada desde essa data.
4. O empenho de 2006 (R\$ 900.000,00) é da Funcional Programática 26.782.6035.10DY.0051 - Construção de Rodovias Federais no Estado de Mato Grosso (valor referente a emendas ao PLOA 2006 - não temos informação de qual parlamentar);
5. A obra foi reiniciada em 17.07.2006;
6. Empresa detentora do Contrato: Constil Ltda.

Atenciosamente,

Laércio Coelho Pina
Superintendente Regional DNIT/MT

----- Original Message -----

From: Sen. Serys Marly Silhessarenko
To: laercio.pina@dnit.gov.br
Sent: Wednesday, July 26, 2006 10:58 AM
Subject: Anel Viário

Dr. Laércio,

Solicito a Vossa Senhoria em caráter de urgência informações em relação a construção do Anel Viário da cidade de Pontes e Lacerda, tais como:

- 1º - Modalidade de licitação (se diretamente pelo DNIT ou se convênio)
- 2º - Valor total da obra
- 3º - Valor efetivamente gasto
- 4º - Se os empenhos efetuados foram de recursos do Ministério dos Transportes ou emenda parlamentar (Qual parlamentar).
- 5º - Qual a situação atual da obra.
- 6º Qual a empresa executora.

Senadora Serys Silhessarenko

26/07/2006

Sen. Serys Marly Silhessarenko

Senado Federal/SGM/CEDP

Proc. Nº REP 2/2006 Fls. 672

De: Sen. Serys Marly Silhessarenko
Enviado em: quarta-feira, 26 de julho de 2006 10:58
Para: 'laercio.pina@dnit.gov.br'
Assunto: Anel Viário

Dr. Laércio,

Solicito a Vossa Senhoria em caráter de urgência informações em relação a construção do Anel Viário da cidade de Pontes e Lacerda, tais como:

- 1º - Modalidade de licitação (se diretamente pelo DNIT ou se convênio)
- 2º - Valor total da obra
- 3º - Valor efetivamente gasto
- 4º - Se os empenhos efetuados foram de recursos do Ministério dos Transportes ou emenda parlamentar (Qual parlamentar).
- 5º - Qual a situação atual da obra.
- 6º Qual a empresa executora.

Senadora Serys Silhessarenko

26/07/2006

Pedra

90

Senado Federal/SGMICEDP
Proc. Nº 11/2006 Fls. 673

2 SERYS SILHESSARENKO - Senadora da República - PT/MT

RESENHA DA ATUAÇÃO PARLAMENTAR N.º 8 - JULHO - 2005

Diário de Cuiabá - 25/04/2005

Foto: João Carlos



A comissão que esteve no ENGEA

Serys Marly e Vera Araújo em defesa dos moradores do Terra Nova

A senadora Serys Marly e a deputada estadual Vera Araújo, ambas do PT/MT e uma comissão formada pelos moradores do bairro Terra Nova, em Cuiabá, estiveram reunidas com o Coordenador Geral do Engea - Empresa Gestora de Ativos, Dr. Gilton, em Brasília. Foi feito um estudo sobre a liquidação de dívidas para 680 mutuários. Nos próximos dias, a Engea entrará em contato com os moradores do bairro para fazer uma proposta de quitação dos apartamentos. A senadora Serys defendeu os moradores e exigiu que fosse mostrada uma listagem com o valor venal, isto é, o valor do imóvel e o desconto oferecido pela empresa, que prometeu para breve uma solução deste impasse.

Diário de Cuiabá - 17/03/2005

Serys participou da manifestação de gays no gabinete do Presidente da Câmara

"Como parlamentar, como cidadã, sou solidária à luta de gays e lésbicas pela sua cidadania plena." Palavras da senadora Serys que acompanhou o encontro do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti com líderes do movimento gay para discutir a tramitação dos projetos que tratam dos direitos de homossexuais.

Os diretores da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, queriam prioridade para a votação das propostas. Uma das propostas pune a discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual. Outra, de autoria da então deputada federal Marta Suplicy, trata da legalização da união civil de homossexuais.

Jornal A Gazeta 21/04/2005

Serys: "Os números são bons, já que a campanha nem começou"

"Fico muito agradecida pela generosidade do povo de Mato Grosso, já que a pesquisa da Gazeta revela um grande respaldo para o meu nome, dentro de uma campanha que nem começou.

Basta lembrar que Maggi, quando lançou seu nome contra o PSDB, em 2002, tinha apenas dois por cento das intenções de votos".

A declaração, feita por telefone, com exclusividade para a Gazeta, é da senadora Serys Marly (PT-MT), avaliando os resultados da pesquisa Gazeta Dados sobre a disputa do Governo do Estado, em 2006, que a coloca em segundo lugar na corrida ao Palácio Paissandu.

Má administração

Senadora conseguiu verba para Cuiabá e o PPS jogou no lixo

Em 2004, a senadora Serys conseguiu destinar R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para obras de pavimentação urbana no bairro Pedra 90, em Cuiabá. Para má sorte dos moradores desta localidade, a Prefeitura, sob o comando do PPS, ficou inadimplente por não recolher os percentuais do INSS de seus funcionários - e perdeu os recursos.

Diário de Cuiabá - 17/03/2005

Senadora pede ação para resolver problemas de terra

A senadora Serys Marly (PT) solicitou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, providências reparadoras para a situação da posse da terra em Mato Grosso. Ela destacou no plenário, os resultados de um documento "pungente" que acaba de ser concluído pela Relatoria Nacional do Direito Humano da Organização das Nações Unidas (ONU), ligada à Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (DhESC).

Segundo a senadora, o relatório sobre a situação dos quilombolas, índios xavantes e dos agricultores sem-terra representa "mais uma dolorosa punhalada em tantos que militam para ver Mato Grosso transformado em um território de paz e justiça social".

"O que se constata do documento é que o alto índice de degradação ambiental e de violações dos direitos humanos dos grupos visitados é uma realidade cruel", disse Serys.

Senadores na mídia - 26/04/2005

Serys defende professores de Mato Grosso

A senadora Serys Silhelessarenko (PT-MT) acusou o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, de "destruir com truculência" a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica (Lopeb) daquele estado. Ela informou que, desde o final do ano passado, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso discute as alterações propostas pelo governo do estado na Lopeb. Entre as modificações mais polêmicas estão a retirada da obrigatoriedade de revisão anual dos salários dos professores e a transformação dos cargos de direção, coordenação e assessoramento nas escolas, que atualmente são funções privativas dos educadores, em cargos de confiança.

Serys também defendeu proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que propõe a conversão do serviço da dívida externa em investimentos para educação. Ela entende que essa proposta vai viabilizar uma educação pública de qualidade para a população. Serys destacou que a Espanha já converte 60 milhões de euros da dívida da Argentina para educação pública daquele país. A senadora também criticou declarações do governador Blairo Maggi que, segundo ela, teria dito ser favorável ao nepotismo, desde que o cargo seja ocupado por um parente que tenha "qualidades para trabalhar".

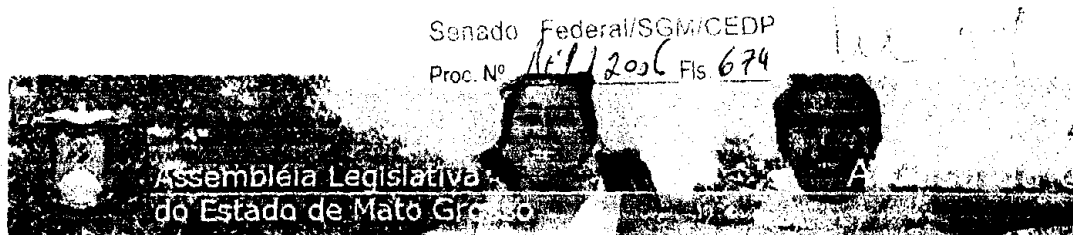
RESENHA DA ATUAÇÃO PARLAMENTAR - SENADORA SERYS SILHESSARENKO - PT/MT

Gabinete Parlamentar: Praça dos Três Poderes - Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Filinto Müller Gabinete 07 - Brasília/DF CEP. 70.165-900 - e-mail: serys@senadora.gov.br - Tel. (61) 311-2291 / 311-2292 Fax. (61) 311-2721

Escritório em Mato Grosso: Rua Manoel Ferreira de Mendonça, nº 223, Bairro Bandeirantes Cuiabá/MT - CEP. 70.010-160

e-mail: serysenadora@terra.com.br - Tel: (65) 623-9315 - Fax: (65) 623-3664

Assessoria de Imprensa: Beto Dock - Programação Visual: Alexandre Barreto



ALMT

Principal

Missão / Visão

Leis

Deputados

Mesa Diretora

Comissões

Rádio

TV - Canal 36

Video Conferência

Instituto Memória

Opinião

Parlamento

Financeiro

Ouvidoria

Sites Institucionais

Intranet

Licitação

Plano Estratégico

Webmail

Outros serviços disponíveis

UNALE

Interlegis

Sindal

Assalmat

Credlegis

Escola Legislativo

Notícias

Narcotráfico

Riva defende Combate ao Narcotráfico

Em setembro de 2000, a Assembleia Legislativa aprovou a CPI do Narcotráfico, que ao final de seu relatório comprovou a atuação do crime organizado em Mato Grosso

Foto Por:

Cecília Gonçalves/Sid Carneiro
Secretaria de Imprensa

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Riva (PTB) defendeu hoje (26) a sanção do projeto que cria o Fórum permanente de Combate ao Narcotráfico, no Estado de Mato Grosso. A proposta foi debatida durante sessão matutina, que aprovou o Fórum por unanimidade, em Plenário.

De acordo com José Riva, a intenção do Legislativo é dar prosseguimento às discussões que viabilizem alternativas juntamente com a sociedade, no

combate ao narcotráfico que, em 2000, foi alvo de investigações de uma CPI instalada na Assembleia Legislativa, com o objetivo de apurar denúncias referentes ao comércio de drogas, incluindo roubos de cargas, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

"Entendemos que esse tema apresenta relevante interesse social, pois a comunidade cobra posicionamento claro e determinado das autoridades constituídas, no combate a esse terrível mal", afirmou o deputado.

Em setembro de 2000, a Assembleia Legislativa aprovou a CPI do Narcotráfico, que ao final de seu relatório comprovou a atuação do crime organizado em Mato Grosso.

A CPI teve a participação dos deputados Pedro Satélite (PPS) José Carlos do Pátio (PMDB) e os ex-deputados, Amador Tut (PL) Jair Mariano (PPS) e André Bringnsken, além da autora e atual senadora Serys Slhessarenko (PT).

Nesse período, lembra o presidente José Riva, a Mesa Diretora não mediu esforços para a instalação da CPI do Narcotráfico e tornou possível toda estrutura necessária para o seu funcionamento.

Ao longo das investigações, foram recebidas treze denúncias anônimas, as quais, após a análise, foram encaminhadas (cópias) aos órgãos competentes e, em razão do alto teor acusatório e os originais ficaram oficialmente disponíveis aos interessados no Arquivo da Assembleia Legislativa.

**Zoneamento
Ecológico**
Saiba +

Senado, Federal/SGM/CEDP

Proc Nº *AC 21/2006* de *675*

Das provas materiais, constam contra-provas e documentos apresentados e entregues pelos depoentes, os quais ficaram, mediante requisição, à disposição das autoridades competentes no Arquivo da Assembleia Legislativa.

CONCLUSÃO FINAL

O importante papel da CPI, por exemplo, possibilitou o sucesso da operação da Polícia Federal e da Justiça Estadual e Federal desencadeando ações para punir pessoas envolvidas com o contrabando, "lavagem" de dinheiro, roubo de carro e o narcotráfico.

"A Assembleia Legislativa, aqui representada pelos seus 24 (vinte e quatro) Deputados, em especial pelos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, cumpriu o seu dever como instituição e atendeu aos anseios da sociedade, que está farta de impunidade", disse Riva.

O parlamentar ressaltou que o projeto de resolução tem como objetivo permitir ações de combate ao narcotráfico, após a conclusão dos trabalhos da CPI do Narcotráfico, destacando ainda que a Assembleia Legislativa está procurando colaborar para reduzir o tráfico de drogas no Estado.

"Como a CPI tem que, regimentalmente, trabalhar dentro de prazos limitados, entendemos da necessidade de instituir um Fórum a ser instalado neste Poder, mas com a participação efetiva de autoridades e lideranças representativas da sociedade organizada", afirmou Riva.

Mais informações:

Secretaria de Imprensa da Assembleia Legislativa
Fones: 613-2553/ 613-2597/ 9982-0261/ 9972-8390

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Av. B Lote 06 S/N - Setor A - Centro Político Administrativo - Telefone: 3901-6680 - Fale Conosco - CEP: 78.

Senado Federal/SGM/ICEDP
Proc. Nº 161.212/2006 Fls. 676

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
FEDERAL

COMUNICAÇÃO SOCIAL - DF

Clipping eletrônico - 2ª edição - 01/08/2003

(...)

Procuradores apóiam luiz francisco

A Associação Nacional dos Procuradores da República divulgou nota de solidariedade ao procurador da República Luiz Francisco de Souza devido ao incidente com o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) durante depoimento na CPI do Banestado anteontem. A entidade disse que o senador ofendeu Souza, que colaborava com os trabalhos da comissão que investiga a evasão fiscal através das contas CC-5. Segundo a associação, o tratamento dispensado ao procurador não correspondeu à sua função e ao propósito de sua ida ao Congresso. “A postura do senador, ao atacar um procurador da República, foi incompatível com a conduta que a sociedade espera de um senador da República”, diz a nota. Também ontem, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que vai tentar convocar para depor na CPI João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, acusado de chefiar o crime organizado em Mato Grosso e preso no Uruguai há dois meses.

(<http://www.dpf.gov.br/DCS/clipping/agosto/CS%2001%20de%20Agosto%202.rtf>.)

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
REP. nº 2/2006

(fls. 677 a 685)

DOCUMENTO SIGILOSO
(Artigos 144 e 157 do Regimento Interno)



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Termo de Encerramento de Volume

REPRESENTAÇÃO (SF) Nº 02, DE 2006

Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e seis, eu, Maria Amalia Figueiredo da Luz, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, faço o encerramento do Volume III, dos autos da Representação (SF) nº 02, de 2006, à fl. 685.



MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ
SCOP



EDIÇÃO DE HOJE: 452 PÁGINAS

(OS: 11058 / 2007)